



# República Federativa do Brasil

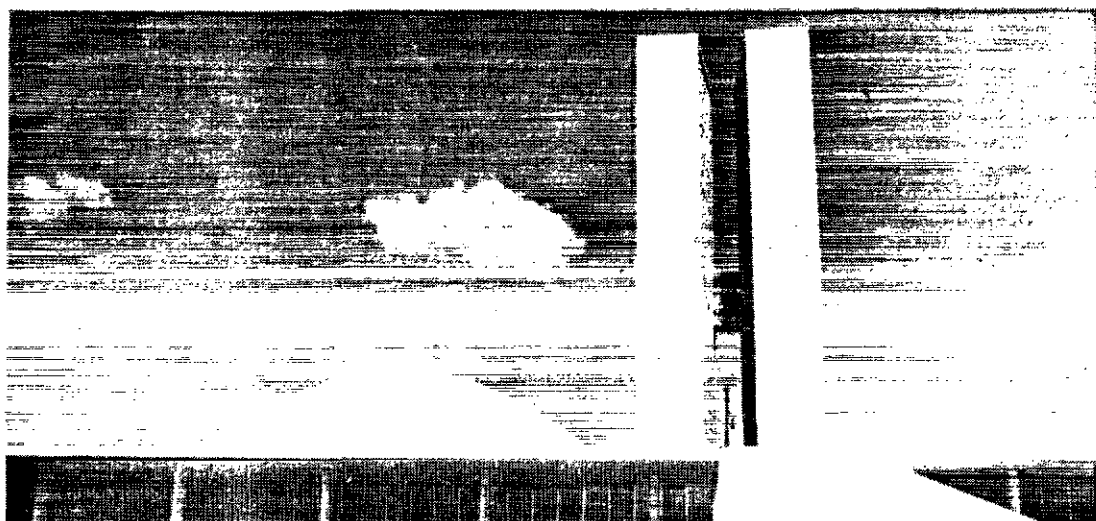
# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXVIII — Nº 018

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 1983



## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 21ª SESSÃO, EM 23 DE MARÇO DE 1983

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.1.1 — Fala da Presidência

Referente ao objetivo da sessão, destinada ao comparecimento do Sr. Ministro Ernane Galvêas, em atendimento à convocação desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos sobre a dívida externa brasileira.

##### 1.1.2 — Exposição feita pelo Sr. Ministro Ernane Galvêas

##### 1.1.3 — Interpelações dos Srs. Senadores feitas ao Sr. Ministro e respostas de S. Ex<sup>a</sup> às interpelações formuladas.

##### 1.2 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

##### 2 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR.

Do Sr. Almir Pinto, pronunciado na sessão de 22-3-83.

##### 3 — RETIFICAÇÕES

Ata da 16ª Sessão, realizada em 17-3-83.

Ata da 17ª Sessão, realizada em 17-3-83.

##### 4 — MESA DIRETORA

##### 5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

##### 6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Nilo Coelho, Presidente, promulgo a seguinte

#### RESOLUÇÃO Nº 29, DE 1983

Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a elevar em Cr\$ 3.530.501.163,00 (três bilhões, quinhentos e trinta milhões, quinhentos e um mil, cento e sessenta e três cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É o Governo do Estado de Sergipe, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 3.530.501.163,00 (três bilhões, quinhentos e trinta milhões, quinhentos e um mil, cento e sessenta e três cruzeiros) corresponden-

tes a 4.780.638 UPCs, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 738,50 (setecentos e trinta e oito cruzeiros e cinqüenta centavos), vigente em janeiro/81, a fim de que possa contratar operação de crédito de igual valor junto ao Banco do Estado de Sergipe S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinada à construção de Conjuntos Habitacionais e execução de serviços de infra-estrutura, dentro do PLANHAP, naquele Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de março de 1983. — Senador Nilo Coelho, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Nilo Coelho, Presidente, promulgo a seguinte

#### (\*) RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo, a elevar em Cr\$ 627.324.000,00 (seiscentos e vinte e sete milhões, trezentos e vinte e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 627.324.000,00 (seiscentos e vinte e sete milhões, trezentos e vinte e quatro mil cruzeiros), correspondentes a 600.000 UPCs, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 1.045,54 (um mil, quarenta e cinco cruzeiros e cinqüenta e quatro centavos), vigente em julho/81, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinado à recuperação das áreas de infra-estrutura e equipamento urbano a serem implementados pelo Projeto CURA, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de março de 1983. — Senador Nilo Coelho, Presidente.

### Ata da 21ª Sessão, em 23 de março de 1983

#### 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nilo Coelho e  
Moacyr Dalla

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionar Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães

(\*) Republicada por haver saído com incorreções no DCN, de 18-3-83 — (Seção II) — Na página 0438.

— Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Eneas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simón.

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 65 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Em atendimento à convocação feita através do requerimento nº 3, de 1983, comparece a esta Casa S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ministro Ernane Galvêas. Para introduzi-lo em plenário a Presidência designa Comissão dos Srs. Senadores Henrique Santillo, Saldanha Derzi, José Sarney, Aloysio Chaves e José Lins.

*(Acompanhado da Comissão designada pelo Sr. Presidente, tem ingresso no recinto o Sr. Ministro, que a ocupa a cadeira a ele reservada).*

Acha-se em plenário S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ministro da Fazenda, Doutor Ernane Galvêas.

Antes de conceder a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>, cumpre à Presidência esclarecer que, nos termos regimentais, não poderão os Srs. Senadores apartear o Sr. Ministro durante o período de sua exposição, como também, posteriormente, durante o período de respostas às interpelações.

Do mesmo modo, o Sr. Ministro não poderá apartear os Srs. Senadores na interpelação destes.

Para as interpelações a S. Ex.<sup>a</sup> serão chamados os Srs. Senadores inscritos, que disporão, na forma regimental, de 10 minutos cada um, sendo assegurado ao Sr. Ministro igual tempo para as respostas.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Ernane Galvêas, que terá, para sua exposição, o tempo que julgar necessário.

**O SR. ERNANE GALVÊAS (Sem revisão do orador.)** — Exm.<sup>o</sup> Sr. Presidente do Senado Federal, Srs. Senadores,

Inicialmente registro minha satisfação e orgulho de comparecer a esta Casa do Congresso, atendendo ao convite que me fez o nobre Senador Presidente do Senado, o Sr. Nilo Coelho, por sugestão e requerimento do ilustre Senador Aloysio Chaves, para discorrer e debater nesta Casa sobre a crise econômica mundial, seus efeitos sobre a economia brasileira, especialmente no que se refere ao acentuado desequilíbrio do nosso balanço de pagamentos e o crescente endividamento externo.

Creio que seria desnecessário dizer da honra que representa para um cidadão brasileiro e para um Ministro de Estado vir ao Plenário desta Casa para debater problemas nacionais, e a responsabilidade de fazê-lo numa hora difícil da conjuntura nacional.

O Brasil atravessa, como todos sabemos, um período de grandes dificuldades, que não fomos nós que inventamos. A crise não é um privilégio do Brasil. Atingiu praticamente a todos os países do Mundo. Hoje vemos que a recessão econômica cobre praticamente todos os países — grandes e pequenos, países altamente industrializados, países em fase de desenvolvimento, como também os países da área socialista, que lutam hoje com graves problemas financeiros e de liquidez.

Talvez, eu diria, o fato mais saliente nesta conjuntura da crise mundial seja o peso que a crise representou para os países em desenvolvimento, principalmente para os países importadores de petróleo, que, após os primeiros choques de 1974, foram acumulando dívidas externas para enfrentar a situação de crise e chegam hoje a um montante de endividamento superior a 600 bilhões de dólares.

Se tivéssemos que dar um nome à crise internacional com que se confrontam, hoje todos os países do mundo,

o endividamento externo dos países subdesenvolvidos seria o nome da crise.

O Brasil não é um país isolado no contexto da crise mundial. Apesar de todas as resistências e todos os mecanismos de defesa ensaiados pela Administração governamental, para impedir que a recessão externa se trasladasse para a economia interna, acabamos também envolvidos por essas grandes dificuldades. Por isto mesmo, seria de interesse fazer-se um confronto entre a situação brasileira de antes de 1974 e a situação após 1973/74. Todos recordamos a fase de ouro que atravessou a economia brasileira de 1968 a 1974. Depois dos grandes problemas que tivemos de conjurar em 1963/1964, por diversas razões de ordem política e social, o País conseguiu arrumar a casa. Através de uma série de providências, de medidas de ordem econômica e de política econômica, conseguimos colocar o Brasil no caminho do progresso e do desenvolvimento. Saímos de uma inflação em 1963 e 64 da ordem de quase 100%, e essa inflação foi gradativamente sendo reduzida em 1972, e novamente em 1973 estávamos com uma inflação de cerca de 15%. Da mesma forma, a administração do balanço de pagamentos das contas externas do Brasil, estava em ordem. Apresentávamos sucessivamente superávits pequenos ou pequenos déficits na balança comercial, e pequenos déficits na balança de transações correntes, como realmente era de se esperar para um País em desenvolvimento que utiliza recursos externos para complementar as suas economias internas, e com isso, acelerar o processo de desenvolvimento.

Com a inflação controlada, o balanço de pagamento em ordem, o País atravessa uma fase de intenso progresso. De 1968 a 1974 o Brasil era uma estrela de primeira grandeza no cenário nacional. Progrediu, cresceu, desenvolveu-se economicamente e socialmente. A taxa de crescimento real da economia brasileira nesse período é superior a 11%. País que mais crescia com controle da inflação e do balanço de pagamento.

A crise do petróleo, a crise energética que se acentuou a partir de outubro de 1973, de 1974 interrompeu esse processo de acelerado desenvolvimento econômico da economia brasileira.

Nós havíamos solucionado os pontos de estrangulamento mais importantes da economia nacional, quando começamos a sentir os efeitos rigorosos da crise internacional.

Em 1974 — e aí está, a meu ver, um dos fatos mais importantes e mais responsáveis pela sucessão da crise — o Brasil dobra as suas importações, mais do que dobra as suas importações em relação a 1973. De 6 bilhões e duzentos de importações, em 73, o Brasil passa para mais de 12 bilhões e 500, em 74. E esse desequilíbrio nas contas externas, não só causado pela elevação dos preços de petróleo, mas também de vários outros produtos de certa forma associados ao petróleo — fertilizantes, matérias-primas, produtos químicos e mesmo máquinas e equipamentos — distorce bruscamente o equilíbrio da balança comercial, e o País, para enfrentar essa nova conjuntura, vai buscar nos mercados financeiros internacionais os suprimentos de recursos de que necessitava para cobrir o déficit do balanço de pagamento.

Os déficits vão-se acumulando em função do crescimento das importações e do desequilíbrio da balança comercial, e nós vamos assistindo à reação principalmente dos países industrializados para enfrentar a crise. Os grandes países industrializados escolheram a via da recessão para ajustar os seus balanços de pagamento: repor as suas economias no grau de estabilidade anterior. É fácil verificar, pelo comportamento desses países, pelas estatísticas de emprego, de produção, de inflação e de balanço de pagamento, como o ano de 1975, que foi um ano não de recessão, mas um ano de depressão mundial, e os grandes países industrializados saem de 1974 com um desequilíbrio importante na sua balança de pagamentos e atingem um superávit de mais de 17 bilhões de dólares nesse ano de 1975, à custa da redução das suas atividades econômicas, às custas de um crescimento da taxa de inflação, à custa de uma redução importante no

comércio internacional, nas suas relações externas com os outros países e à custa de um desemprego importante.

Vamos verificar que nos Estados Unidos, na Alemanha, na Inglaterra, na França, no Canadá e mesmo no Japão aumenta a inflação, reduzem-se as atividades econômicas, aumenta o desemprego e caem as correntes de comércio.

Os países em desenvolvimento, como o Brasil, não podiam, evidentemente, se utilizar dos mesmos caminhos, não podiam prosseguir com um percurso de uma política econômica idêntica à dos países industrializados, primeiro, pelos problemas de fragilidade das suas próprias economias, segundo, pelas implicações sociais.

Esses países, que têm uma renda *per capita* reduzida, não poderiam, no primeiro momento da crise, comprimir essa renda *per capita* dos seus habitantes para corrigir os desequilíbrios da economia, porque esta renda baixa era de certa forma incompreensível. Daí o recurso do endividamento externo, que leva os países em desenvolvimento, como um todo, a um grau de endividamento, hoje, da ordem de mais 600 bilhões de dólares.

Como eu dizia antes, o Brasil seguiu por este mesmo caminho. No início, as solicitações de empréstimos externos para fazer face ao desequilíbrio da balança comercial, ao crescimento das importações de petróleo e dos outros produtos essenciais de importação. E depois, pela própria estratégia adotada pelo Governo brasileiro, deliberou-se, a partir deste momento, responder com investimentos considerados prioritários e essenciais para fazer frente à crise. E a partir de 1974 o Brasil pôs em andamento um elenco de grandes projetos na área privada, como na área do setor público, visando a produzir, de um lado, o aumento das exportações, e, de outro, a substituição de importações, que seria a resposta mais lógica e mais racional para enfrentar os dissabores da crise.

Em muitos setores, como o de papel e celulose, fertilizantes, metais não-ferrosos, petroquímica, indústrias de bens de capital, o Brasil investiu rapidamente mais de 50 bilhões de dólares. Como investiu nas áreas das empresas estatais do setor público, nas grandes hidrelétricas, na indústria siderúrgica, nos transportes, nas comunicações.

O Brasil se endividou pesadamente. E nós vamos ver como passa rapidamente o endividamento externo do Brasil, de cerca de 12 bilhões de dólares, em 1973, para um crescendo de 34, 46, até chegarmos aos níveis atuais.

Diferentemente de muitos outros países no mesmo estágio de desenvolvimento, nós não atiramos esses recursos pela janela. Eles foram investidos em projetos essenciais, foram investidos em projetos de grande significação econômica e de grande significação social. Eles asseguraram, durante longo período, principalmente até 1981, a defesa que a economia nacional precisava, nesse período, para preparar-se, para ajustar-se e confrontar a crise internacional.

No setor privado, praticamente, todos esses projetos estão hoje, produzindo os seus resultados. A taxa de retorno desses investimentos, grande parte dos quais construídos com base nesse endividamento externo, está hoje ou rendendo exportações, que alimentam nossa balança comercial, produzindo divisas, ou substituindo importações igualmente importantes do ponto de vista da estratégia de ajustamento da economia brasileira aos problemas da crise internacional.

O Brasil que era um grande importador de produtos petroquímicos, passou, praticamente, a uma fase de auto-sustentação. Era um grande importador de celulose de papel, passou a exportador. Era importador de produtos siderúrgicos, passou a exportador. E no setor de bens de capital, que é um setor de extrema importância para reforçar a estrutura da economia nacional, o crescendo das nossas importações, que chegavam a mais de 4 bilhões, em torno de 1976/77, foi praticamente estancado, e, a partir desse momento, gradativamente reduzido.

Hoje, o Brasil ainda é um grande importador de máquinas e equipamentos, mas é também um exportador desse item para os mercados internacionais.

A estratégia de aumentar as exportações e investir nos setores para substituição de importações foi realizada nesse período, após o primeiro choque do petróleo. Eu diria que estávamos no caminho da solução do processo de reajustamento do balanço de pagamento. Próximo a 1979, ao findar o ano de 1978, já havíamos ultrapassado a fase dos pesados déficits da balança comercial — duas vezes mais de 2 bilhões e 400, em 1976 e 1977 — e apresentávamos os primeiros sinais de recuperação, com pequenos saldos na balança comercial.

Estávamos, portanto, dando resposta ao desafio da crise internacional ajustando a economia brasileira a essas dificuldades, a esses percalços, quando surge o segundo choque do petróleo, acompanhado dessa vez do choque financeiro da elevação abrupta das taxas de juros que, de alguma forma, surpreendeu o Mundo todo pela sua intensidade e pelo agravamento da situação. Novamente os grandes países industrializados recebem o choque desse novo impacto, dessa nova crise, repetem mais ou menos a mesma estratégia da recessão e retração das suas importações, aumentam substancialmente as medidas na área do protecionismo no comércio internacional, defendem a sua economia novamente pela via da recessão. E nós experimentamos, como a maior parte dos países em desenvolvimento, outra vez os mesmos desequilíbrios.

A partir de 1979, quando crescem novamente os preços do petróleo, agora de uma forma muito mais intensa, em termos absolutos, do que em 1973 e 1974, quando o preço do petróleo sobe, pela primeira vez, de 2 dólares e 50 para 10 dólares; em 1979, no início desse ano, o barril de petróleo custava 12 dólares, terminamos, em 1981, com cerca de 36 dólares o barril. Nessa mesma época e, simultaneamente, ocorrem, as elevações das taxas de juros nos mercados internacionais.

Nós vínhamos de uma fase de liquidez abundante nos mercados financeiros, facilidades de empréstimos, grandes depósitos acumulados nos bancos internacionais pelos países exportadores de petróleo, taxas de juros de 5%, de 6% — isso é praticamente o início da década de 1970. E foi baseado nesse fato, e foi baseado nessas facilidades do mercado financeiro internacional que nós construímos a estratégia de resposta à crise energética internacional.

Mas, quando ocorre o segundo choque do petróleo, em 1979, as taxas de juros passam a 10%, a 14, a 16, a 20%, acrescidas dos spreads cobrados pela intermediação bancária, pelas comissões de abertura de crédito que elevam ainda muito mais as taxas de juros para os tomadores de empréstimos.

Tínhamos, praticamente, no início, antes da crise, um custo de importações de petróleo que não chegava a 400 milhões de dólares e fomos num crescendo de 2 bilhões e meio e de seis e chegamos praticamente a dez bilhões de dólares nas importações de petróleo. E na área dos juros internacionais, não foi diferente a experiência. Também nós tínhamos sobre a dívida externa, no período anterior à crise, desembolsos para a cobertura do serviço da dívida cerca de 300, 400 milhões de dólares de juros e fomos, também, no mesmo crescendo e a partir de 1979, praticamente igualamos as despesas de juros com as despesas de petróleo.

A estratégia que serviu à política econômica, na fase anterior, não foi inteiramente abandonada, porque entendíamos que o caminho mais curto, mais lógico e mais racional era insistir na área do comércio exterior, era concentrar todos os esforços na direção das exportações, porque estávamos agora com um encargo de uma enorme dívida externa, com o serviço da dívida extremamente elevada e presente à dependência crucial das nossas importações de petróleo; um País que tem grandes fontes de energias, que tem abundante fornecimento de energia na área das hidroelétricas, mas que depende fundamentalmente de petróleo para mover as suas fábricas ou tocar os seus navios ou os ônibus nas cidades ou os caminhões nas estradas. Não havia uma solução mais clara e mais nítida para dar resposta a essa nova fase dos novos

problemas internacionais do que reforçar a estratégia do comércio exterior e insistir com as exportações e produzir os superávits necessários para ir gradualmente ajustando-se aos problemas da crise e reduzindo a nossa dependência nas importações de energia e a nossa dependência com relação aos mercados financeiros internacionais.

1979 é um ano extremamente difícil para o Brasil, em função das repercussões da crise mundial. 1980 também o é, 1981, idem. Mas nesse período nós conseguimos fazer crescer as nossas exportações num ritmo acelerado muitas vezes superior ao ritmo que foi alcançado pela maioria dos países industrializados ou pelos países em desenvolvimento. E estávamos novamente dando sequência às providências que iam ajustar a economia nacional à nova conjuntura internacional, à nova estrutura de preço determinada fundamentalmente pela elevação dos preços de energia.

Caminhávamos nessa direção, tomando as medidas que nos pareciam acertadas. Tivemos que promover uma desvalorização cambial, ao final de 1979, porque sentíamos que a crise sendo estrutural não estava recebendo, da nossa parte, a resposta mais adequada pelo compasso lento das exportações.

Com a desvalorização de dezembro de 1979, nós introduzimos um acelerador no campo das exportações, não só reduzimos, de alguma forma, as nossas importações, mas aumentamos, em 1980, mais de 30% — quase 33% — as nossas exportações. E prosseguimos todo o ano de 1981 no mesmo compasso, acertando essa posição de desequilíbrio na área externa através do crescimento das nossas exportações.

Se 1979, 1980 e 1981 foram anos difíceis, mas que receberam a resposta adequada pela estratégia utilizada na política econômica, 1982 foi um ano de muito maior percalço, de muito maiores dificuldades.

Intensificaram-se, em 1982, os problemas de protecionismo nos grandes países industrializados. As elevadas taxas de juros praticadas nos grandes países industrializados, principalmente nos Estados Unidos, começaram a produzir efeitos trágicos sobre a economia dos países em desenvolvimento. Não era só o efeito das taxas de juros sobre o balanço de pagamento; não era só o peso daqueles dez bilhões de dólares de juros sobre a dívida externa de países como o Brasil. O peso sobre o balanço de pagamento associava-se, também, à queda dos preços dos principais produtos primários de exportação. As elevadas taxas de juros reduzem os estoques dessas mercadorias nos grandes centros internacionais e reduzem a demanda por esses produtos. E, reduzidos os estoques e reduzida a demanda, comprimiram-se os seus preços, que caíram drasticamente. O açúcar, café, cacau, soja foram produtos diretamente atingidos pelos efeitos das taxas de juros elevadas nos grandes centros internacionais. Era um efeito multiplicado, era um efeito em cadeia que ia se desdobrando em várias fases, acumulando os efeitos negativos sobre a economia nacional. Mais do que isto, produziu, em relação à disparidade das taxas altas nos Estados Unidos em confronto com as taxas de outros países, como o Japão e os da Europa, um fluxo de recursos na direção dos Estados Unidos. E pela via do fluxo de capitais, a valorização do dólar em relação às moedas da Europa e o yen japonês.

Mais uma vez, a desvalorização da moeda desses outros países, que não os Estados Unidos, nos deixaram numa situação de dificuldades para competir nos mercados internacionais, onde já entrávamos no processo de competição com esses países. Ante as moedas desvalorizadas dos países europeus, nós, que já vínhamos exportando mais de 55% das nossas exportações em termos de produtos industrializados, fomos sentindo a dificuldade do processo de competição. Tudo indicava que esse novo aspecto, resultante das elevadas taxas de juros, seria um problema passageiro. Nos acomodamos, em princípios, com a idéia de que a paridade normal e esperada entre as moedas européias e o yen japonês com o dólar norte-americano visse pouco a pouco a ajustar-se nos níveis em

que se colocava a moeda brasileira em relação ao mesmo dólar norte-americano. Nesse ínterim, procuramos compensar as exportações dos produtos industrializados, respondendo o sistema dos incentivos fiscais que havíamos iniciado três anos antes. E voltamos com o crédito-prêmio para as exportações de manufaturados como uma forma de compensar as exportações de manufaturas da defesa-gem entre a taxa de câmbio, no Brasil, e a taxa de câmbio nesses outros países que não os Estados Unidos. Mas a demora desse processo de ajustamento nos mercados internacionais foi muito mais longe, foi muito maior do que aquela que nós esperávamos, que os grandes analistas e as instituições internacionais apontavam nos seus relatórios e análises.

Nós vimos, então, a tragédia ocorrida em 1982: a queda das nossas exportações pela depressão dos preços dos produtos primários e a falta de competitividade dos nossos produtos em relação aos outros parceiros do comércio internacional. Mas não foi só o Brasil; este fenômeno é próprio de todos os países que exportam produtos primários, que exportam produtos de alimentação, que exportam metais e minerais menos elaborados, cujos preços também sofreram o mesmo processo de redução.

E o esforço brasileiro da exportação, redobrado em 1982, não se traduziu na elevação das nossas exportações; pelo contrário, obtivemos um decréscimo nas exportações, acompanhado, evidentemente, de um decréscimo nas nossas importações, o que nos permitiu, depois de alcançar um *superavit* a duras penas em 1981, reduzíssemos esse *superavit*, mas, ainda assim, tivemos cerca de 800 milhões de dólares de *superavit*, em 1982.

Mas foram se fechando os mercados dos países menos preparados para esse processo de competição. Os países socialistas foram reduzindo as suas compras; pelas próprias dificuldades financeiras que enfrentavam, foram procurando ajustar as suas economias pela via da retração do comércio internacional. Os países socialistas como a Polônia, Hungria, a República Democrática Alemã, bem como a Argentina, a Angola, a Nigéria, o Chile, o Uruguai, o Paraguai, a Venezuela, o México, foram apresentando um quadro novo na área internacional, não só em relação à queda das suas exportações, mas à compressão drástica das suas importações. Um número nos dá a idéia desse fenômeno com relação à América Latina. Em 1981, a América Latina importou cerca de 98 bilhões de dólares; em 1982, importou 78 bilhões, ou cerca de 20 bilhões de dólares a menos do que no ano anterior.

Esses fatos repercutiram duramente sobre a economia nacional. E nós vimos os resultados pobres alcançados em 1982, em função de todos esses fatores que agravaram a crise internacional do lado dos grandes países industrializados, agora somados à redução, ao encurtamento dos novos mercados que nós havíamos conquistado depois de um longo período de trabalho de abertura dos mercados novos para as exportações brasileiras. Na verdade, foi um esforço gigantesco. Visitamos, praticamente, todos os mercados em expansão na Ásia, no Oriente Médio, na Europa, na África e na América Latina, levando os empresários, motivando os empresários e promovendo os contatos necessários para os negócios de exportação, oferecendo o apoio das autoridades governamentais, criando estímulos, criando incentivos e procurando mobilizar todas as forças nacionais para esse processo de conquista de novos mercados. Isso foi alcançado, isso foi conseguido e, de certa forma, foi anulado, em parte, em 1982.

Esses fatos nos deixaram numa posição difícil para programar a estratégia da política econômica nacional para o ano de 1983. Mas não havíamos terminado, ainda, o percurso das dificuldades originadas em 1982. Havia uma crise política internacional que prejudicava o desenvolvimento das relações comerciais. Havia uma crise econômica, uma redução de atividades econômicas, uma retração no comércio internacional, um crescente desem-

prego nos grandes países industrializados, reduzindo o consumo e reduzindo as importações.

Mas a crise não havia chegado ainda ao mercado financeiro. E era pela via do mercado financeiro que nós e a maioria dos países em desenvolvimento como a Coreia, Filipinas, México, Argentina, Brasil e Nigéria, vínhamos promovendo, gradativamente, o reajuste dos nossos pagamentos internacionais. 1982 inaugura a crise financeira que estava faltando para completar o quadro de percalços e dificuldades que o mundo enfrentava nessa conjuntura atual. Havia ocorrido antes o caso da Polônia. A Polônia não pôde sustentar os pagamentos internacionais e suspendeu os seus pagamentos. Cerca de 24 bilhões de dívida externa causaram um impacto tremendo sobre a comunidade financeira internacional. E não haviam, ainda, cessado as repercussões da crise originada pela falta de pagamento da Polónia, quando surgiram outros sinais de dificuldades na área dos países socialistas. Em seguida, surge o problema do conflito das Malvinas, com o congelamento das contas e divisas da Argentina nos bancos ingleses e a suspensão dos pagamentos pela Argentina.

Chegamos à segunda metade de 1982 com um mercado financeiro nervoso, intranquilo e reticente. A partir de agosto, surge o problema do México. O México que também experimentava os mesmos problemas e havia sido atingido pelas mesmas dificuldades relacionadas com a queda dos produtos primários, declara moratória por 90 dias e estremece, mais do que todos os fatos anteriores, a confiança e a normalidade das operações da comunidade bancária internacional.

Nesta altura, realiza-se em Toronto, no Canadá, a Reunião do Fundo Monetário Internacional, cheia de promessas e esperanças, com relação a soluções que se ensaiavam, da parte dos grandes países industrializados, para responder às dificuldades financeiras que começavam a ameaçar, agora muito mais drasticamente, a normalidade da vida financeira nos grandes países, como nos países em desenvolvimento. A presença constante do grandedéficit dos países em desenvolvimento, era o assunto mais importante da reunião de Toronto. A presença da Argentina, do México, do Chile, da Nigéria, e porque não dizer do Brasil, neste mesmo contexto, transformara a reunião do Fundo Monetário, em Toronto, numa grande expectativa. Numa grande expectativa principalmente para a comunidade financeira internacional, que esperava alguma decisão de importância, como resposta às suas aflições. O aumento de cotas no Fundo Monetário, a criação dos direitos especiais de giro. O primeiro alargando a soma de recursos, com que o Fundo Monetário atende aos países em dificuldades no balanço de pagamento. E a segunda, aumentando a posição de liquidez dos países membros e permitindo que eles se utilizassem desses recursos, dos direitos especiais de giro, para ou aumentar as suas reservas, ou aliviar a pressão de tomada de empréstimos nos mercados financeiros internacionais. E mais do que isso, anunciava-se, não oficialmente da parte dos Estados Unidos e dos outros grandes países industrializados, a criação de um fundo de emergência da ordem de 25 bilhões de dólares que poderia complementar os recursos do Fundo Monetário Internacional e servir, nesta hora de crise, para aliviar os problemas de balanço de pagamentos, que não teriam, então, todos os reflexos da crise financeira internacional e, portanto, evitariam que o mundo despencasse por um plano inclinado das restrições ao comércio internacional, determinado pelas dificuldades financeiras.

Nem a elevação das cotas que aumentariam o capital do Fundo Monetário, nem a criação de novos direitos especiais de saques que aumentariam a liquidez e as reservas dos países associados, e nem a criação do fundo de emergência. A reunião do Fundo Monetário Internacional em Toronto é, nesse particular, sob, esse ponto de vista, uma grande decepção. E ela armou a comunidade bancária internacional, deixou intranquilos os meios fi-

nanceiros do mundo que vinham sustentando o processo de reciclagem dos petrodólares desde 1974.

E uma observação importante de ser feita que, a partir dos grandes superávits dos países exportadores de petróleo, principalmente dos países-membro da OPEP, que vão acumulando enormes reservas nos bancos internacionais, não há um movimento, não há um mecanismo, a instituição de um sistema de iniciativa dos grandes países industrializados ou das próprias instituições internacionais para equacionar esse processo financeiro da reciclagem, e recaiu, sobre a comunidade bancária privada internacional, o peso de dar solução a esse problema. E a comunidade respondeu com os financiamentos fáceis, com os financiamentos abundantes, principalmente numa época que o próprio custo desses financiamentos era extremamente baixo.

A decepção da reunião de Toronto interrompeu esse processo. Sem que houvésemos estabelecido uma alternativa para o processo da reciclagem, sem que se tivesse montado outros mecanismos para compensar o vazio criado pela abstenção dos bancos do processo de financiamento, o mundo iniciou um segundo round da crise financeira com a retração, praticamente total, dos financiamentos para balanço de pagamentos.

Quando nós regressávamos de Toronto, por Nova York, encontramos praticamente fechados os bancos, fechados os mercados aos financiamentos que antes se processavam com grande abundância e normalidade. Verificamos desde aquele momento, no princípio de setembro de 1982, que estávamos agora diante de uma ameaça muito maior do que aquela que havia sido ocasionada pelo protecionismo, pelas elevadas taxas de juros, pela depressão, pela compressão dos preços dos nossos produtos primários de exportação. Porque aí iria faltar a sustentação para o déficit do balanço de pagamentos.

Naquele mesmo momento, compreendia-se a gravidade da situação internacional em relação ao Brasil, com uma dívida externa elevada, com uma dependência crucial das importações de petróleo e com a necessidade de manter em dia suas obrigações, principalmente o pagamento do serviço da dívida externa. A partir daquele momento, procuramos equacionar os problemas na área financeira, como havíamos procurado equacioná-los na área comercial. Conversamos primeiro com as autoridades do próprio Fundo Monetário Internacional, depois com os principais banqueiros na praça de Nova Iorque, aqueles que têm um maior nível de operações com o Brasil. E fomos, a partir daí, procurando equacionar o problema de financiamento do balanço de pagamentos, para os meses que faltavam em 1982 e para o exercício de 1983.

As promessas e a garantia de que não nos faltaria o apoio, nem das instituições internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário, principalmente, nem dos governos amigos, como as primeiras declarações do Tesouro Norte Americano, e nem da comunidade financeira internacional, que havia nos acompanhado desde o princípio da primeira manifestação da crise em 1974; a garantia de que nós podíamos negociar de pé, de que nós poderíamos contar com o apoio necessário para promover o equacionamento da nossa dívida externa, sem descumprir os nossos compromissos, sem desacreditar a confiança e a credibilidade que o País, por gerações, havia construído nos mercados financeiros internacionais, nós organizamos o programa de financiamento para o balanço de pagamentos em 1982 e 1983. Muitas pessoas criticam a forma como nós recorremos aos financiamentos de curto prazo, para completar a cobertura do balanço de pagamento em 1982. Porque estávamos acostumados — e esse é o ponto saliente da nossa política de endividamento externo — estávamos acostumados a uma programação da dívida externa em que só recebemos financiamentos de longo prazo, só registramos empréstimos financeiros com prazo de 8 anos, com 30 meses de carência. De forma que, o perfil da dívida externa brasileira é perfeitamente distribuído ao longo de um período largo e pode nos permitir o pagamento das amortizações e do serviço da dívida sem interromper o

curso desses financiamentos, as taxas de investimento na economia doméstica e as taxas de desenvolvimento da economia nacional.

Mas, nesse momento não havia campo, não havia ambiente para negociar esses mesmos empréstimos, que, pelo contrário, começavam a se retrair, começavam a se encurtar as linhas de crédito de financiamento na área de comércio e nas operações interbancárias, colocando de fato em risco a complementação do programa financeiro para 1982. Aí recorremos, sacamos as nossas reservas no Fundo Monetário Internacional, vendemos as nossas reservas em ouro, sacamos as nossas disponibilidades nos bancos internacionais, utilizamos os instrumentos que estavam nas nossas mãos para cumprir essa programação até o final de 1982, enquanto realizávamos as negociações nas diversas frentes para criar os chamados empréstimos-ponte, que nos assegurariam transpor esse período de dificuldades até o ano de 1982, e consolidar as negociações para uma programação definitiva em 1983.

Foi com esse apoio, foi com a certeza de que nós receberíamos toda essa assistência das diversas fontes de recursos que nós iniciamos a tomada de recursos do Fundo Monetário, utilizando os nossos direitos especiais de giro: que nós solicitamos os primeiros adiantamentos ao Tesouro norte-americano, que nós fizemos os empréstimos-ponte com a comunidade bancária internacional e, a partir daí, entramos em 1983 com um programa sólido, com um programa coerente e racional que está, hoje, traduzido nos quatro projetos, um, dois e três, que apresentamos à comunidade bancária em 20 de setembro do ano passado.

Chegamos ao fim de 1983 sem recorrer a nenhum processo violento, sem comprometer a nossa credibilidade e sem reduzir a confiança, que, nos meios comerciais e financeiros, se depositava no comportamento do Brasil; e no dia 20 de setembro de 1982, apresentamos à comunidade bancária um programa completo de financiamento e cobertura do balanço de pagamento em 1983, e no dia 28 de fevereiro, assinávamos os contratos referentes aos Projetos nº 1 e nº 2, assegurando, pelo primeiro, um financiamento de recursos novos da ordem de 4 bilhões de dólares, que era o que nós prevíamos para financiamentos adicionais do sistema bancário para o Brasil, em 1983, e assegurando, automaticamente, o refinanciamento das amortizações devidas ao sistema bancário também nesse ano corrente.

As linhas de crédito para o comércio, chamado Projeto 3, foram negociadas, também, com centenas de bancos. E um processo mais lento, mais difícil, menos visível do ponto de vista dos números e do compromisso de cada um, mas ainda assim, ficaram perfeitamente delimitadas e foram asseguradas, de certa forma, a reposição dos níveis anteriores fixados em trinta de junho de 1982. As linhas interbancárias, que utilizavam as agências dos bancos brasileiros no exterior, também foram equacionadas dentro do mesmo programa, com mais dificuldades que nos projetos 1 e 2, foram caminhando mais lentamente, e hoje encontram-se ainda no processo de repor essas mesmas linhas aos níveis de trinta de junho de 1982.

O grande fato e a grande realidade, que nós confrontávamos nessas negociações, é que estávamos diante de uma nova conjuntura financeira internacional, estávamos diante de uma nova atitude da comunidade bancária internacional; não podíamos contar mais com o mesmo afluxo de recursos financeiros que havia sustentado o processo de desenvolvimento econômico pela via de financiamento do balanço de pagamentos nos anos anteriores. A comunidade bancária internacional estava reticente e retraída, os pequenos bancos do interior dos Estados Unidos e da Europa, os bancos regionais, que haviam sido a grande rede de colocação dos empréstimos organizados através dos sindicatos bancários ou dos chamados *club deals*, com grupos de bancos, já não representavam mais uma possibilidade de financiamento, era a dura realidade da retração do sistema bancário internacional, com relação ao problema da reciclagem da dívida mundial que vinha sendo feita tranquilamente até



agosto ou setembro de 1982. Nós tínhamos que realmente confrontar essa realidade. Não há nos mercados financeiros internacionais a mesma disposição ou a mesma disponibilidade de recursos que nós, do Brasil, havíamos nos habituado a utilizar para financiar os *déficits* do balanço de pagamentos.

Não era mais o caso de programarmos as nossas contas externas com base num crescente endividamento. Teríamos que fazê-lo à luz dessa realidade. E tomando por base realmente as possibilidades de levantamento de novos recursos ou de consolidar a dívida anterior pela própria disposição do sistema financeiro internacional, nós tivemos que refazer a estratégia de ajustamento do nosso balanço de pagamentos para 1983. E é isso que se costuma dizer que programamos de baixo para cima. Não havia mais do que uma possibilidade de sustentar um *déficit* do balanço de pagamentos maior do que sete bilhões de dólares, seis bilhões e novecentos, para ser preciso, em relação à programação aprovada pelo Conselho Monetário Nacional. Esse era o dado sobre o qual nós devíamos construir todo o arcabouço da estratégia da nossa política externa para 1983. Nós não temos condições de fazer o *déficit* que fizemos em 1980 — 11 bilhões de dólares — ou em 1981, ou 1982 — 14,5 bilhões de *déficit* do balanço de pagamentos em 1982. Nós não poderíamos prosseguir nesse percurso. Não tínhamos condições de esperar a mesma resposta da comunidade financeira internacional. E contra um *déficit* do balanço de pagamento de 14,5 bilhões de dólares em 1982, por força de circunstâncias, tivemos que programar, no balanço de pagamentos de 83, um *déficit* de menos da metade, ou seja, 6,9 bilhões de dólares para transações correntes.

Agora, como chegar a 6,9 bilhões de dólares, ao limite dessa possibilidade de endividamento externo, com os *déficits* ou os pequenos *superávits* experimentados nos anos anteriores?

Nós tínhamos mais que pagar cerca de 10 bilhões, e neste ano, cerca de 9 bilhões de dólares de juros, mais os itens da conta de serviços e, na verdade, não podíamos resolver a equação senão através de um importante, de um substancial *superávit* na balança comercial.

Programamos para este ano um *superávit* de 6 bilhões de dólares, que resulta de exportações estimadas em 23 bilhões de dólares e importações da ordem de 17 bilhões de dólares, que poderão, numa hipótese alternativa, ser 22 bilhões de dólares de exportação ou 16 bilhões de dólares de importação, sempre com o mesmo objetivo de alcançar os 6 bilhões de dólares de *superávit*.

Esse é o esforço que nós vamos ter que realizar para completar o quadro das negociações financeiras.

As negociações financeiras estão concluídas, a cobertura financeira do *déficit* do balanço do pagamento para 1983, com 6,9 bilhões de dólares em transações correntes, está completado, está concluído. Só nos resta, agora, produzir exportações de 23 bilhões de dólares em 83 e apresentar um *superávit* de 6 bilhões de dólares.

Será que este objetivo é um objetivo longe e fora das nossas possibilidades? Parece que não. E nós entendemos que, absolutamente, não. Porque, somando as nossas possibilidades de exportações, em comparação com o que nós já fizemos em 1981, esses resultados se mostram perfeitamente viáveis: nós já exportamos 23 bilhões de dólares, mais de 23 bilhões de dólares, em 1981; estamos programando 23 bilhões de dólares de exportações em 1983, em termos de dólares nominais. Se tomarmos em consideração que nesses dois anos, podemos ter uma inflação de cerca de 10% nos Estados Unidos, esses números, em termos reais, são diminuídos em cerca de 10%, e somando as nossas possibilidades de exportação de produtos primários de semimanufaturados e de produtos industrializados, a nossa convicção, com os novos incentivos, com a desvalorização cambial procedida recentemente, com o estímulo que tem recebido os exportadores, com a manutenção do crédito prêmio, com a assistência na área financeira, com a sustentação dos mesmos níveis de taxas de juros alocadas à produção exportáveis, é que nós vamos realizar esse objetivo.

E vamos realizar também o objetivo das importações em torno de 17 bilhões de dólares, porque já, no ano passado, tivemos uma redução das importações para 19 bilhões de dólares, estamos vendo uma redução importante nas quantidades de petróleo importado, estamos assistindo uma queda importante nos preços do petróleo importado, o que vai aliviar as nossas importações, do ponto de vista de importações da fatura do petróleo em 83; estamos reduzindo as importações do setor público, porque vão se reduzindo também a demanda de importações para os grandes projetos nesse setor que estão em fase de conclusão. As grandes importações para hidrelétricas, para a indústria siderúrgica, para transporte ou comunicações, estão neste ano muito mais reduzidas, em relação ao que foi em 1982. As importações de Itaipu, de Tucuruí, de Tubarão, a expansão da indústria siderúrgica, estão hoje reduzidas em relação ao ano passado.

De modo que, sem forçar ou sem fazer recair sobre o setor privado a parte mais importante dessa contenção nas importações, a nossa programação indica que é perfeitamente viável, ao lado das exportações de 23 bilhões de dólares, um total de importações de 17 bilhões de dólares. E aí teríamos equacionado devidamente os nossos problemas na área interna, na área do balanço de pagamento. A partir daí creio que o esforço será o de retomar os mercados perdidos, principalmente nas áreas novas conquistadas nos últimos anos, pelos esforços dos nossos exportadores, manter por todas as formas a motivação na área das exportações e sustentar um clima de confiança de que essas dificuldades e os percalços que atravessamos atualmente, principalmente se advindos da área externa, estão sendo confrontados com a racionalidade de uma estratégia na política econômica que leva na direção certa. Neste momento iremos ter um trabalho penoso, difícil para fazer com que a recente desvalorização cambial seja realmente um processo de transferência de renda para o setor exportador e que aumente a capacidade de competição dos nossos produtos nos mercados internacionais e que responda, por essa via, ao desafio da elevação das exportações, como ocorreu em 1980.

Depois do ajustamento cambial de 1979, quando as nossas exportações estavam em pouco mais de quinze bilhões, aumentamos as nossas exportações, em 1980, para mais cinco bilhões de dólares.

Nós não esperamos essa mesma resposta para 1983, porque a situação mudou, porque a conjuntura é diferente, porque as dificuldades existentes hoje nos países em desenvolvimento, com maior ritmo de desenvolvimento que vinham oferecendo no mercado auspicioso para os nossos produtos de exportação, essas dificuldades ainda estão presentes e, possivelmente, só serão superadas ao longo do ano, ou num processo mais longo.

Começam a surgir no cenário internacional as primeiras indicações de que aqueles fatores que representaram os pontos mais negativos para comprimir a economia nacional, começam a atuar num sentido diferente: as taxas de juros que sobrecarregaram o balanço de pagamento, os preços e a demanda dos nossos produtos de exportação apresentam hoje uma tendência nítida de declínio. Os preços do petróleo que, realmente, tumultuaram e desequilibraram o balanço de pagamento a partir de 1974, e novamente a partir de 1979, também estão sendo reduzidos a níveis que, em termos reais, estão um pouco acima — dez ou doze por cento — dos níveis de 1974.

É a recessão mundial, que já é uma presença há mais de nove anos nos grandes países industrializados, começa a dar sinais de que realmente atingimos os pontos mais baixos no processo de recessão. Para este ano anuncia-se uma possibilidade de recuperação da economia americana, uma taxa de crescimento econômico da ordem de 4%. Poderia ser o início de um movimento que se propagaria pela Europa e pelo países em desenvolvimento e acabaria representando, também para o Brasil, o estímulo de que estamos precisando para voltar a crescer nas taxas que crescíamos anteriormente.

Esse trabalho está sendo realizado. Esse esforço é um esforço diário, no qual estamos, realmente, procurando associar todas as vontades nacionais, procurando incutir

confiança nos empresários nacionais, nos lavradores, nos exportadores, para que esse processo possa ser sustentado com continuidade, e convictos de que as respostas serão dadas brevemente, para repor o País nos caminhos do progresso econômico e social.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Senadores. *(Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Antes de dar a palavra ao primeiro orador, vou suspender a sessão por cinco minutos.

*(Suspensa às 15 horas e 35 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 42 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Severo Gomes.

**O SR. SEVERO GOMES** (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sr. Ministro Ernane Galvêas, quero, preliminarmente, manifestar o meu agrado com este reencontro. Fomos companheiros, há cerca de 20 anos, na direção do Banco do Brasil, estamos, hoje, separados por posições políticas diferentes, mas certamente ainda juntos na reta intenção de trabalharmos pela independência do nosso País e pelo bem-estar do povo.

Sr. Ministro, o Brasil vive, hoje, talvez o período mais difícil de sua história. Vivemos com a maior inflação de todos os tempos, a maior taxa de juros do mundo, uma assombrosa dívida externa, cujos limites precisos desconhecemos. As finanças públicas, engolfadas no caos — basta lembrar que só o serviço da dívida interna, hoje, monta a valores superiores àqueles do Orçamento que vem a esta Casa para ser aprovado. Assistimos à maior recessão do pós-Guerra. O desemprego crescente, ameaça de profundas perturbações na nossa estrutura produtiva, as empresas privadas e públicas ameaçadas de ruína, a indústria, a agricultura.

Estamos ameaçados até de um esgarçamento do nosso tecido social. E as perspectivas são de agravamento, e um agravamento que fica mais nítido na medida, e principalmente, em que a política brasileira, hoje, se transforma numa adequação aos princípios estabelecidos no acordo com o Fundo Monetário Internacional, uma política que tem sido de passividade diante das pressões externas do sistema financeiro. E V. Ex<sup>a</sup>, aqui, escreveu, com realidade, todas essas pressões, toda falta de ajuda, todas as dificuldades que, de uma certa maneira, revelam o confronto que o País tem com relação aos conflitos de interesses entre o nosso País e aqueles que têm conflitos de interesses mais pesados.

Eu queria lembrar que esse agravamento aparece hoje, depois da assinatura da Carta de Intenção e dos diferentes acordos que desconhecemos, com duas questões importantes: a primeira, que é o decreto-lei que altera a política salarial e que já está inscrito na Carta de Intenção, um decreto-lei que vai jogar sobre a massa dos trabalhadores, ainda mais, além do desemprego, além das suas incertezas, a redução do seu salário. E a outra questão é a da maxidesvalorização. V. Ex<sup>a</sup>, no relatório que trouxe a esta Casa, mostrou, como exemplo do passado, a maxidesvalorização de 1979, e diz o seguinte:

“Com esse objetivo, adotou-se, em dezembro de 1979, uma série de medidas. Dentre estas, merece especial destaque a desvalorização do cruzeiro em 30%, sem prejuízo da manutenção da política de minidesvalorizações periódicas.

A recuperação do ritmo de nossas exportações, após a maxidesvalorização, foi extraordinária; nossas vendas externas cresceram 32% entre 1979 e 1980 e 15% entre 1980 e 1981...”

Ora, V. Ex<sup>a</sup> sabe que, após a maxidesvalorização, foi estabelecida a prefixação da correção cambial, de tal modo que os efeitos da maxi foram anulados pratica-

mente nos primeiros quatro meses de 1980 e que, portanto, o crescimento das exportações estaria ligado a outras razões, a outras questões, e não à maxidesvalorização.

Mais ainda, V. Ex<sup>a</sup> mostra, na página 38 do seu relatório, as principais variações negativas na nossa exportação que estariam a indicar a maxidesvalorização.

Ora, o que nós verificamos é que praticamente nós temos dois países industrializados aqui, Países Baixos e Alemanha Ocidental, com uma redução dos Países Baixos de 350 milhões de dólares, e Alemanha Ocidental em 100 milhões de dólares, num total de reduções de 2 bilhões e 780 milhões.

V. Ex<sup>a</sup> relatou, com muita precisão, que todos esses países subdesenvolvidos estão hoje obrigados a um fechamento abrupto de suas importações. A isso já se referia o Ministro Delfim Netto na conferência que fez na Escola Superior de Guerra, no ano passado.

Quer dizer que na área dos países industrializados praticamente nós não tivemos esse tipo de contração. E é preciso lembrar que no ano de 1982 nós não tivemos uma queda do volume físico das exportações, nós tivemos um crescimento de 1,3, nós tivemos é uma queda de preços, se não me enganou 17%, e isso levando a uma queda das receitas de 15,6%. Mas, na verdade, nós ainda estávamos mantendo a capacidade de competição.

A questão que se coloca é de que as dificuldades de exportações estão muito mais ligadas a problemas de mercado de que a problemas de preço. No entanto, essa maxidesvalorização trouxe, como conseqüências imediatas, primeiro, o grande crescimento de endividamento das empresas brasileiras, privadas e públicas, todas elas ameaçadas, hoje, de ruína, em face desse enorme crescimento de endividamento que já vinha sendo agravado, no curso do tempo, pela prática das taxas de juros vigentes no País. Além do mais, como efeito da maxi, temos o quê? O crescimento da inflação. As informações que temos é que no mês de março a inflação ou chega a 10% ou ultrapassa a 10%.

Enfim, nós pretendemos, hoje, seguir o quê? Uma política passiva, de acordo com as imposições do Fundo Monetário Internacional, que interpreta a vontade e os interesses dos países industrializados. O que aconteceu com os países que realizaram essa proeza? Em 1982, o Chile, com relação a 1981, teve um decréscimo do PIB de 10%, de 21% na produção industrial, de 12% na produção agrícola, e de 60% na construção civil.

Um recente artigo publicado na *Euromoney*, que tem o título sinistro de "Horizonte perdido", relata as questões dos países subdesenvolvidos, e mostra que o México que tem, hoje, já 11 milhões de desempregados, se seguir o receituário do Fundo Monetário Internacional, poderá chegar a 1985 com mais de 4 milhões de desempregados.

Estamos, assim, com uma política de passividade diante da ingerência do Fundo Monetário Internacional nos assuntos internos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Interrompo o orador para fazer uma consulta ao Sr. Ministro Ernane Galvêas, se S. Ex<sup>a</sup> prefere responder pergunta a pergunta, somando o tempo global de 20 minutos. Penso que aí o debate ficaria mais interessante para o Plenário do Senado.

O Sr. Ernane Galvêas — Sr. Presidente, se eu não estiver quebrando nenhum princípio regulamentar desta Casa, ou norma de trabalho, eu preferiria responder a cada um dos oradores.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — É um acordo entre V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Severo Gomes.

O Sr. Ernane Galvêas — O que faço com muito agrado.

O SR. SEVERO GOMES — Estou à disposição do ilustre Ministro Ernane Galvêas, ao terminar minha questão, para que S. Ex<sup>a</sup> possa responder e também debater. Tenho uma questão a mais para colocar.

Como disse recentemente o Chanceler Helmut Schmidt, para que não paire dúvidas a respeito da atitude do Fundo Monetário Internacional, em recente trabalho traduzido no Brasil, na revista *Senhor*, e também no *O Jornal do Brasil*:

"Créditos recentes a países devedores precisam envolver o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, para fixar não apenas as condições referentes aos termos financeiros dos empréstimos, mas, também, a política econômica nacional do país devedor."

Ora, Sr. Ministro, a nossa Constituição diz no seu art. 81, falando das atribuições do Senhor Presidente da República:

"Art. 81 Compete privativamente ao Presidente da República:

"X — celebrar tratados, convenções e atos internacionais, *ad referendum* do Congresso Nacional."

Isto guarda coerência com o art. 44, que diz:

"Art. 44 É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I — resolver definitivamente sobre os tratados, convenções e atos internacionais celebrados pelo Presidente da República."

O espírito desse preceito é de que todos os compromissos que venham a comprometer o País, o seu futuro, o seu trabalho, a sua ordem produtiva, devem precisar passar por esse crivo dos representantes do povo.

A compreensão clara da Lei e dos fatos mostra que os acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional, por não terem sido referendados pelo Congresso Nacional, são eles ineficazes. Quer dizer, o Brasil não está obrigado ao cumprimento dos seus termos.

Pergunto a V. Ex<sup>a</sup>: Por que não enviou o Governo, para apreciação do Congresso, os termos desse compromisso? Ainda pretende fazê-lo, para que esses acordos conquistem ou não a eficácia que hoje não têm, ou essas questões permanecerão como estão, "ao arrepio" da Constituição? Muito obrigado.

O Sr. Ernane Galvêas — Meu estimado amigo, ilustre Senador Severo Gomes, a quem me honra uma amizade de mais de 20 anos e de termos trabalhado, em muitas oportunidades, na direção dos mesmos objetivos elevados do interesse nacional:

Eu diria que nós não estamos separados, atualmente, mas irmanados com os mesmos propósitos de servir à causa pública e de trabalhar para encontrar os caminhos mais corretos, mais rápidos para dar solução à crise que confronta a sociedade brasileira. Vejo que as preocupações de V. Ex<sup>a</sup> são também as nossas preocupações. Entendemos que as dificuldades são muito grandes e que os caminhos que temos que percorrer são muito árduos.

O mundo atravessa talvez a fase mais difícil de uma conjuntura econômica não experimentada após a grande recessão dos anos 30, e o Brasil, como disse V. Ex<sup>a</sup>, possivelmente a fase mais difícil da sua história econômica desde então.

A elevação dos preços do petróleo e as dificuldades que encontramos para superar a crise energética instaurada a partir de 1974, na verdade representaram um empobrecimento para o País. O que nós sentimos hoje, em termos não só de dificuldades, mas de agravamento das possibilidades de investimento ou de expansão da produção nacional, é, realmente, o peso que representa esse empobrecimento em função da elevação de preços do petróleo e da transferência de renda para o exterior. Fomos vítimas dessa situação, fomos apanhados no meio desse torvelinho, e não tivemos condições de interferir no processo senão usando as armas a nossa disposição, para realizar uma política econômica racional, e para termos uma política monetária, fiscal e cambial adequada às no-

vas variações da conjuntura econômica. Não há dúvida de que temos problemas sérios para atingir esses objetivos.

Não é só uma questão de preços, como disse V. Ex<sup>a</sup>, a equação de nossos problemas de balanço de pagamentos; é um problema de mercado. Fiz questão de destacar aqui como pouco a pouco sendo afetados também pelas mesmas condicionantes os países novos que representavam mercados novos para os produtos de exportação do Brasil. Tivemos o peso das taxas de juros sobre o balanço de pagamentos, a retração da demanda, a queda dos produtos primários, e a mesma coisa ocorreu nesses outros países que vinham aceleradamente comprando maior volume de produtos nacionais. Não podemos, entretanto, nos curvar a essas dificuldades, mas, pelo contrário, temos que redobrar os nossos esforços para fazer o diagnóstico certo que V. Ex<sup>a</sup> fez, de que não é só uma questão de preço. Os preços determinados no mercado internacional vão continuar sendo determinados no grande mercado internacional. Vamos acompanhar a evolução dessa conjuntura, na expectativa de que a retomada de desenvolvimento nos grandes países industrializados também faça retomar o curso de expansão do comércio internacional, e que as quedas das taxas de juros repunham novamente, nos termos que desejamos, nos termos normais, os preços de nossos produtos de exportação. Mas vamos ter que trabalhar mais. Se reduzirmos as nossas possibilidades no México, na Venezuela, no Chile, na Argentina, na Nigéria, em Angola, em Moçambique, em Marrocos, no Oriente Médio, vamos ter que procurar outros mercados, vamos ter que abrir novas oportunidades para as nossas exportações, porque esse é realmente o trabalho mais importante que temos que realizar hoje, para conviver com as dificuldades internacionais.

O recurso ao Fundo Monetário não foi apenas para buscar a ingerência de uma instituição internacional sobre os problemas internos no Brasil. Tínhamos que realmente nos ajustar a essa realidade nova do mercado financeiro. Precisávamos financiar os nossos déficits do balanço de pagamentos, diante de uma nova conjuntura financeira internacional, e esse trabalho começava realmente pelo apoio que nos pudesse prestar o Fundo Monetário, não porque o montante que o Fundo Monetário pode emprestar aos países associados, especialmente no caso do Brasil, seja a quantia necessária e suficiente para dar cobertura ao déficit do balanço de pagamento; mas, é que não só complementa esses financiamentos, como o Fundo Monetário é uma parte essencial para refazer a confiança abalada do sistema financeiro internacional, em matéria de financiamento dos países em desenvolvimento e especialmente com relação à América Latina.

Depois dos casos que aqui mencionamos, da Polónia, do México, da Argentina, do Chile, do Equador, do Peru, da própria Venezuela, inseriu-se o Brasil no contexto da América Latina, e nós passamos realmente a ter muito mais dificuldades de acesso à comunidade bancária internacional. O Fundo Monetário Internacional representa para nós um aporte importante de recursos, e representa também um instrumento importante para conciliar os interesses da comunidade bancária internacional com os nossos interesses.

Todos os que leram os estatutos do Fundo Monetário, e que acompanham esta instituição desde a sua criação, sabem que o Brasil foi um dos primeiros a dialogar para a sua criação e um dos primeiros a subscrever as cartas do Fundo Monetário, cujos estatutos foram submetidos ao Congresso Nacional e aprovados pelo Congresso Nacional, estabelecendo as margens de negociação ou de possibilidade de utilização dos seus recursos, quando esses recursos fossem necessários ao financiamento de parte do balanço de pagamento do Brasil.

As cartas de intenção foram divulgadas amplamente para conhecimento público várias vezes, anteriormente, recorremos ao Fundo Monetário Internacional, é verda-

de que em quantidades menores e em situações diferentes, mas sempre dentro do mesmo princípio de que estávamos respaldados por um estatuto aprovado pelo Congresso Nacional.

Não vai nisso, e é fácil verificar as condições de nossas negociações no FMI, que não passamos d'agora em diante, em função dos nossos compromissos com o Fundo, a seguir uma política passiva, como dizia V. Ex<sup>a</sup>. Nem também creio é o caso de se comparar a nossa situação com a do Chile, porque anteriormente o Chile não estava submetido a essas mesmas regras, porquanto escolhera um percurso diferente para solucionar os seus problemas internos. Apesar de ter tomado todas as medidas que pareciam coerentes e racionais para resolver seus problemas, a administração do governo chileno descuidou da taxa de câmbio. Enquanto promovia uma estabilidade interna com sacrifício para as atividades econômicas no processo de reajustamento, deixou defasada a sua taxa de câmbio e pagou por essa defasagem um preço caro, que V. Ex<sup>a</sup> traduziu nos números aqui mencionados.

Por isto mesmo, ao lado dessas medidas, e sentindo que estávamos diante de um processo mais difícil do que aquele que diagnosticáramos anteriormente, não tínhamos outro caminho senão mobilizar todas as fontes de recursos necessárias para financiar o balanço de pagamentos, estivessem, elas onde estivessem, incluindo o Fundo Monetário, do qual somos membros-natos, para o qual contribuimos com o nosso capital, com os aportes dos nossos recursos e, a quem, em muitas oportunidades, emprestamos parte das nossas reservas em direitos especiais de giro.

A idéia era associar toda essa problemática do financiamento do balanço de pagamentos e criar as condições para que as nossas exportações, para que os resultados desejados na balança comercial pudessem ser cumpridas. Quando percebemos que a competição internacional era adversa, que a mobilização de todos os esforços não estavam produzindo os resultados necessários, que começávamos o ano de 1983 sem as respostas que estávamos perseguindo, e que o caminho das exportações não era o desejado, pelo contrário, apresentava ainda um descenso perigoso para completar o quadro do balanço de pagamentos em 1983, recorremos novamente à desvalorização cambial, não para traduzi-la numa inflação maior do que desejada, sabendo que no primeiro momento, com a desvalorização cambial da ordem de 30%, haveria reflexo sobre os preços, e sabendo que poderíamos ter um índice de preço em março maior do que aqueles que comumente temos nessa altura do ano. V. Ex<sup>a</sup> verá que grande parte dos fatores que vão responder pelo índice de preços em março ainda estão relacionados com a alta de preços dos produtos de alimentação.

A maxidesvalorização está, de certa forma, limitada pelas medidas complementares que foram adotadas pelo Conselho Monetário Nacional e pela administração do Governo brasileiro.

Não foi uma opção simples. Não foi apenas uma opção. Foi o reconhecimento de uma medida absolutamente necessária para que os nossos objetivos se cumprissem.

Muito obrigado, eminente Senador Severo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins.

*O SR. JOSÉ LUIS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

O SR. ERNANE GALVÊAS (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu queria agradecer ao prezado amigo e nobre Senador José Lins as amáveis referências aqui feitas à equipe do Governo, a quem coube essas negociações numa fase tão difícil da conjuntura nacional e internacional. Talvez, pela amizade, pela bondade de seu

coração, o Senador José Lins tenha-nos imputado maior eficiência do que aquela que humildemente nós reconhecemos não ter. Mas acho que S. Ex<sup>a</sup> destacou, com bastante propriedade, os aspectos relacionados com a credibilidade e a confiança que a administração atual do Governo João Figueiredo representa do ponto de vista das nossas negociações internacionais, quando muitos outros países não se anteciparam nas medidas de ordem econômica e nas políticas de ajustamento das suas dificuldades, especialmente na área externa, e depois tiveram que fazê-lo no curso das negociações com o Fundo Monetário Internacional, essas discussões, essas negociações, ao lado de terem sido muito mais penosas, apresentaram um processo muito mais lento, muito mais longo. Porque nós havíamos equacionado bem os nossos problemas, porque nós nos havíamos antecipado voluntariamente as medidas de austeridade necessárias para enfrentar a crise mundial, nós nos apresentamos ao Fundo Monetário Internacional com o mesmo programa que havíamos apresentado ao Governo, como um todo, ao Conselho Monetário Nacional e à opinião pública brasileira. O mesmo programa de política monetária, de política fiscal e de programação do setor externo para 1983, foram esses mesmos documentos, foi essa mesma estratégia, foi essa mesma proposição que foram apresentados no momento em que nos sentamos à mesa das conversações com o Fundo Monetário Internacional. E por isto mesmo, meu prezado Senador José Lins, nós tivemos a resposta num tempo recorde, num tempo mais rápido do que o de todas as negociações que o Fundo vinha realizando com outros países em situação igual as que negociava com o Brasil. E não foram por razões diferentes em matéria de credibilidade e de confiança nos meios internacionais, empresariais e especialmente financeiros que nós reunimos os banqueiros, os principais bancos internacionais, em Nova York, no dia 20 de dezembro do ano passado, e no dia 28 de fevereiro, como destacava V. Ex<sup>a</sup>, assinávamos os contratos que havíamos trabalhado, nesse curto período.

Acho difícil recusar à administração atual, à administração do Governo João Figueiredo a resposta rápida que obtivemos em todos esses foros internacionais, para os problemas que com eles discutíamos, fundados na estratégia da nossa política econômica.

V. Ex<sup>a</sup> destacou — e tenho orgulho de haver participado, de alguma forma, por um longo período, da administração pública, mais de 40 anos servindo ao Governo, como funcionário do Banco do Brasil, da SUMOC, Diretor da CACEX, da SUNAMAM, do Ministério da Fazenda, no Banco Central e no Ministério da Fazenda — V. Ex<sup>a</sup> destacou que não se podem imputar erros importantes, na administração da política econômica do Brasil, quando as estatísticas mostram o longo período e a longa tradição de desenvolvimento econômico que o País registra nas últimas décadas. Taxas seculares de mais de 7,5% e o resultado extraordinário, verificado no período de 1968 a 1974, quando atingimos cerca de 11,5%, em média, de desenvolvimento econômico e em termos reais. Mesmo durante a crise do petróleo, mesmo após a depressão do ano de 1975 e a recessão que se prolongou nos anos seguintes, a economia brasileira continuou crescendo, mérito dos esforços, e eu diria, da adequação das políticas econômicas aos confrontos da conjuntura econômica nacional e mundial.

V. Ex<sup>a</sup> destacou bem o peso do petróleo e dos juros sobre a economia nacional, que empobreceu o País, e que fez com que os brasileiros ficassem mais pobres, e fossem chamados a um maior sacrifício para responder à crise. E aí, perguntou a V. Ex<sup>a</sup>, por que não a moratória, que alguns advogam, que alguns propõem como uma solução para os problemas da área externa do Brasil? E, complemento: qual a credibilidade do plano financeiro do Governo para adequar o balanço de pagamentos e, realmente, não traduzir, em termos de depressão ou em

termos de dificuldades de atividades econômicas ou desemprego, com a programação da área externa?

Vou-me permitir, Sr. Presidente, ler um trecho do relatório e da exposição que eu trouxe a V. Ex<sup>a</sup>, para conhecimento dos Srs. Senadores, para registro no Senado Federal. Agradeço ao nobre Senador José Lins por ter-se antecipado e pedido a V. Ex<sup>a</sup> que fizesse o registro desse relatório, dessa exposição, antecipando a proposta que pensava fazer a V. Ex<sup>a</sup>.

Mas, se me permite, vou ler apenas um trecho desse relatório, para responder à primeira das indagações do nobre Senador José Lins:

“A configuração dos nossos compromissos externos, no quadro geral de “encurtamento” dos mercados financeiros internacionais, não deixava dúvida quanto às alternativas que poderíamos escolher para resolver os problemas atuais do balanço de pagamentos: a via das negociações com os credores, que incluía, obrigatoriamente, o recurso ao FMI, ou a suspensão de pagamentos (moratória).”

A Polônia, a Argentina e o México chegaram a optar pela segunda alternativa. A Polônia, por falta de total condições para tentar um refinanciamento de sua dívida junto à comunidade bancária internacional. A Argentina, porque, envolvida em um conflito bélico de proporções, não tardou, porém, a recorrer ao Fundo Monetário, tão logo pôde, como condição necessária à composição de sua dívida com os bancos internacionais. E o México, por não ter, com a antecedência necessária, assegurado os financiamentos temporários capazes de sustentar o fluxo de pagamento de seus compromissos externos, enquanto se processava a renegociação com os bancos e com o Fundo Monetário, o que veio a fazer, em seguida.

A suspensão dos pagamentos internacionais, ou a moratória, não é difícil perceber, traz consequências drásticas, do ponto de vista de credibilidade e da continuidade dos financiamentos que amparam tanto as operações de exportação como as de importação.”

Foi o nobre Senador Virgílio Távora que aqui na tribuna do Senado discorreu sobre os números, sobre a essencialidade dos nossos produtos de exportação, sobre os números ligados ao financiamento dessas exportações e dessas importações, para mostrar que a suspensão dos pagamentos criaria realmente um caos na economia nacional, se não fosse, evidentemente, cercada de outras providências que a nossa credibilidade, a necessária confiança a ser imposta aos mercados internacionais não nos permitia, no processo das nossas negociações.

O Brasil é um País que, habitualmente, recebe do exterior uma massa de financiamentos sem a qual dificilmente poderia sustentar o ritmo regular do desenvolvimento do seu comércio exterior e do desenvolvimento econômico interno.

Operações realizadas por mais de 100 agências de bancos brasileiros nos mercados internacionais, levantando recursos para financiar importações ou as nossas exportações, estão também intimamente vinculadas à normalidade desse processo de não interrupção dos pagamentos.

A suspensão dos pagamentos internacionais, por parte de um país, equivale à concordata, é fácil perceber, no caso das empresas: com a moratória cessam as correntes normais de financiamento. Se a empresa não dispuser de recursos e caixa suficientes ou se, pela sua natureza não puder prescindir de certos insumos e matérias-primas, poderá sofrer sérias consequências, até mesmo paralisar suas atividades. Por isso mesmo, nenhuma empresa é levada à concordata sem, antes, despende todos os meios, todos os esforços, para promover uma composição amigável e adequada de suas dívidas.

Os países que são auto-suficientes em carvão e petróleo, necessários não só ao consumo de suas indústrias, como eu dizia antes aqui, mas aos transportes mais indispensáveis, aos navios nos portos, aos caminhões nas es-

tradas, aos ônibus nas cidades, esses países que possuem essas fontes de energia de carvão e de petróleo são, sem dúvida alguma, menos dependentes do exterior e menos vulneráveis do que os que não possuem essas fontes de energia.

A isso também fazia referência o nobre Senador Virgílio Távora, exibindo números convincentes.

Todas essas considerações, eu creio Sr. Presidente, Srs. Senadores, não podem deixar de estar presentes no momento em que os representantes do Governo brasileiro se sentam à mesa das negociações internacionais.

Quem tem crédito, usa o crédito, não pede moratória. Seria muito difícil avaliar as consequências de uma solução violenta, unilateral, que nós mesmos pudéssemos tentar impor aos nossos credores, principalmente à comunidade bancária internacional. Aí estão a PETROBRAS, a Vale do Rio Doce, as empresas siderúrgicas do grupo SIDERBRAS, utilizando importantes montantes, mais de 6 ou 7 bilhões de dólares de linhas e financiamento de comércio, que não poderiam ser mantidas fosse outra forma das nossas negociações.

É por isso, meu prezado e nobre Senador José Lins, que eu respondo negativamente às propostas nessa direção.

Com relação a sua segunda indagação, eu deixo registrado nessa exposição entregue à Mesa do Senado e aos Srs. Senadores, um quadro onde ao lado dos resultados efetivos do balanço de pagamento, em 1982, nós colocamos os mesmos itens do balanço de pagamento estimado para 1983. Se nós aceitarmos a viabilidade dos objetivos fixados para a balança comercial, se nós aceitarmos as dificuldades de alargar a área dos financiamentos externos, além dos 7 bilhões de dólares de déficit das transações correntes, nós vamos ter uma necessidade de recursos externos para financiar o déficit, mais as exportações brasileiras que são vendidas a prazo, e mais as amortizações da dívida já acumulada, cerca de 16 a 17 bilhões de dólares. Neste quadro, nº XVIII, nós especificamos as fontes de recursos para cobrir essa deficiência de recursos. Começando com os investimentos de capital de risco, que devem ser ampliados, com o aumento dos financiamentos dos fornecedores e com o aporte de recursos das instituições financeiras internacionais, especialmente o Banco Mundial e o Banco Interamericano, e mais os empréstimos em moeda e mais as negociações do Projeto I e do Projeto II, o que nos deixa, nobre Senador José Lins, uma margem de segurança de cerca de 1 bilhão e 600 milhões de dólares, considerando 800 milhões de dólares a menos da programação do Projeto II e 800 milhões de dólares a menos na programação dos Projetos III e IV. Se isso não ocorrer, ainda assim temos uma margem de 1 bilhão e 600 milhões de dólares que podemos descontar, no caso de insucesso ou de percalço na realização desses objetivos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro:

Farei quatro perguntas a V. Exª. Na primeira quero me referir a esta questão do fechamento do balanço de pagamento do ano corrente, às afirmações que V. Exª fez, e referentes também a este ponto da moratória já antecipado pelo nobre Senador José Lins.

Sr. Ministro, eu vou ser muito franco com V. Exª, muito franco para dizer que eu tenho direito de não acreditar nas afirmações que V. Exª fez hoje, aqui, como tem feito tantas vezes em pronunciamentos, entrevista, por este País agora. Adquiri esse direito como qualquer brasileiro adquiriu, de duvidar e de não acreditar na palavra das autoridades do setor econômico do País, tais foram os erros de previsão em matéria de balanço de pagamentos de anos anteriores, de inflação e de tudo o mais; erros que o caderninho do nobre Senador Luiz Cavalcante, se aqui estivesse, poderia atestar muito melhor do que minhas próprias palavras. Mas, não apenas dos erros, como, também, principalmente, das falsas informações prestadas, em várias oportunidades, quanto à questão da

dívida de curto prazo, quanto às reservas do País e, principalmente, quanto à questão do recurso ao Fundo Monetário Internacional. Está aqui, na exposição de V. Exª, e V. Exª, também, verbalmente, se referiu da mesma forma. Página 53:

Em setembro mesmo, em Nova York e Washington, foram lançadas as primeiras providências visando a equacionar o problema brasileiro face à precipitação da crise financeira.

Setembro de 1982. Adiante, logo na mesma página:

A assistência financeira do Fundo Monetário Internacional parecia imprescindível, não só pelo aporte de recursos do "Financiamento Compensatório", como do "Financiamento Ampliado" etc.

E, entretanto, Sr. Ministro, estávamos a dois meses das eleições, em plena campanha, e nós aqui, repetidas vezes, a advertir: o Brasil vai ao Fundo Monetário Internacional. E V. Exª, como todos os Ministros da área econômica do Governo, negava peremptoriamente: "Jamais se cogitou disso, trata-se de uma invenção da Oposição" e, entretanto, as negociações já estavam se processando e o empréstimo junto ao Tesouro americano foi tomado nessa época com garantia de que o Brasil recorrerá ao Fundo e pagaria com recursos do Fundo este empréstimo-ponte. Isto por quê? O Governo disputava eleições com seu Partido, o PDS, e não queria trazer à público a informação verdadeira que poderia prejudicar os seus resultados.

Por isso tudo, Sr. Ministro, V. Exª vai desculpar a minha franqueza, eu eu tenho direito e adquiri, como todo brasileiro, de não acreditar, de pôr em dúvida as afirmações que V. Exª faz aqui, dizendo que não haverá nova negociação, que o balanço de pagamentos do ano de 1983 está definitivamente fechado.

Eu mesmo faço meus cálculos modestos, na base das informações pobres que temos, nós Congressista deste País, na base das pobres informações que temos, faço os meus cálculos e verifico que faltam de três a quatro bilhões, nos meus cálculos, ainda, para fechar o balanço de pagamentos deste ano.

Mas quem sou eu, pobre Congressista brasileiro, destituído dessas informações? Mas o *Bankers Trust*, grande banco americano, de Nova Iorque, banco credenciado pelo Governo brasileiro para coordenar o famoso Projeto IV, o mais difícil dos Projetos, faz, também, as suas avaliações, dizendo que há, ainda, um furo a ser preenchido nas contas externas do Brasil em 1983, que ele estima entre quatro bilhões de dólares, numa hipótese otimista, e sete bilhões de dólares, numa hipótese pessimista.

Sr. Ministro, não vou me alongar no preâmbulo desta pergunta, onde, repito, tenho o direito de duvidar e desacreditar das informações que V. Exª traz. Mas, a minha pergunta é a seguinte, Sr. Ministro, Caso V. Exª, mais uma vez, tenha se equivocado e que ao curso do ano, no meio do ano, qualquer mês deste 83, haja necessidade de o Brasil, mais uma vez, recorrer aos bancos, aos seus credores e pedir uma renegociação no sentido de cobrir alguns déficits ainda existentes nas contas deste ano, porque V. Exª afirma que o saldo de seis bilhões é algo factível e, mais, vejo estupefacto que o Brasil prestou informações recentes aos banqueiros americanos dizendo até que poderia chegar a um saldo de sete bilhões de dólares. Pergunto eu a V. Exª, Sr. Ministro Ernane Galvêas: no caso de que isto venha a ocorrer e V. Exª, mais uma vez tenha errado, o que vai fazer V. Exª? V. Exª vai confessar o erro? Pedir desculpas à Nação e demitir-se do cargo, ou V. Exª vai tentar uma extensão desta moratória de fato, consentida, não declarada, continuando a pedir, por favor, novos empréstimos, aceitando as taxas de juros mais altas do mundo, assim como novas concessões em termos de política econômica e, até mesmo, novas concessões em termos de venda de patrimônio nacional?

Ou, numa terceira hipótese, vai V. Exª rever o seu ponto de vista, romper com o Fundo Monetário Internacional, declarar soberanamente a moratória e exigir uma renegociação global da nossa dívida externa?

V. Exª fez seus comentários a respeito da moratória, invocando o caso da Polônia, da Argentina e do México, países obviamente em condições bastante diferentes das do Brasil, países que pediram moratória temporária, também de certa forma, submissa, porque a moratória que antevemos é aquela que abrirá as portas para uma nova ordem econômica internacional. E a moratória onde o país devedor diz: não tenho condições de pagar, vamos sentar nesta mesa e eu não pagarei nada até que cheguemos a um acordo a respeito de novos prazos para essa dívida que reconheço. O que fez Oswaldo Aranha no início da década de 30, o inesquecível e grande Ministro da Fazenda deste País. E o fato de que a Polónia, uma nação do bloco socialista, por conseguinte, com um relacionamento mais precário que o do Brasil, em relação ao mundo Ocidental; de que a Argentina, um país em guerra e perdendo uma guerra; de que o México, um país com uma dependência visceral em relação aos Estados Unidos, tenham pedido essa moratória temporária, não significa que o Brasil, com as dimensões que tem, com o poder de barganha que tem, com a capacidade que tem de liderança no cenário internacional, não possa abrir a porta a uma moratória que signifique a nova ordem econômica internacional.

Quero dizer mais a V. Exª Esses países que adotaram a solução da moratória pela metade não caíram em caos. Não caíram nesse caos que nós, aqui, brasileiros podemos cair. A isto vou me referir na quarta pergunta que farei a V. Exª

Passo à segunda pergunta: Sr. Ministro, pacotes, inúmeros pacotes, medidas específicas, reuniões do Conselho Monetário e tudo o mais, providências de toda ordem foram tomadas, supostamente para fazer baixar os juros internos na economia brasileira, juros como não há elevados em nenhuma parte do mundo, a intermediação financeira neste País é a mais cara do mundo; até a maxidesvalorização também foi adotada, supostamente tendo como um dos argumentos a razão de que, com ela, também, se propiciaria uma baixa dos juros no mercado interno brasileiro. Os juros não baixaram, a dívida externa subiu a níveis estratosféricos, a especulação ganhou um impulso jamais visto e jamais imaginado. Coloco agora a minha segunda pergunta a V. Exª: Se depois disso tudo, se ainda depois de medidas que, eventualmente, venham a ser tomadas nos próximos dias os juros não baixarem num prazo razoável de 30 ou 60 dias, o que vai fazer V. Exª? Vai reconhecer o erro, pedir desculpas à Nação e se demitir do cargo de Ministro da Fazenda, ou vai continuar privilegiando os especuladores e os endinheirados deste País, arrebatando as empresas produtivas brasileiras, alimentando a inflação e arrojando os salários? Ou, numa terceira hipótese, vai V. Exª finalmente tabelar os juros, fiscalizar com rigor esse tabelamento, enxugar esse *open market* especulativo e reduzir o endividamento interno?

Terceira pergunta, Sr. Ministro: V. Exª como os demais ilustres colegas da área econômica governamental vem fazendo coro, lamentavelmente, com os interesses que querem destruir as empresas estatais brasileiras, falando do monstruoso *déficit* dessas empresas, causador de quase todos os nossos males. De repente, Sr. Ministro, somos informados de que esse gigantesco rombo das estatais, parece que da ordem de quatro trilhões, se compõem, mais ou menos, do seguinte: quinhentos e oitenta bilhões de cruzeiros do Sistema Federal de Ensino, trezentos e dez bilhões de cruzeiros da previdência Social, trezentos e oitenta bilhões de cruzeiros da Rede Ferroviária, trezentos e setenta e cinco bilhões do DNER, trezentos e setenta bilhões do BNDE, cento e quarenta e cinco bilhões dos órgãos de pesquisa, cento e trinta e cinco bilhões dos órgãos de desenvolvimento regional, cento e quinze bilhões dos órgãos de pesquisa agrícola, além de outros órgãos governamentais prestadores de serviços públicos que naturalmente, que obviamente, têm de ser deficitários mesmo porque são de responsabilidade direta do Governo.

Então, este é o grande rombo das estatais que está causando tudo isso aí, a inflação, o desmoronamento da economia brasileira, até a dívida externa, porque está,



inclusive, contido nas exposições que o Brasil faz à Comunidade Financeira Internacional.

V. Ex.<sup>a</sup> conseqüentemente fazendo coro com esta campanha, desenvolveu uma política de destruição sistemática das empresas estatais, cortando seus orçamentos de investimentos, achatando os salários de seus empregados, obrigando essas empresas a se endividarem muito além das próprias necessidades, para fabricarem dólares, elevando essa dívida, de repente de um dia para anoite, em 30%, obrigando essas empresas, ainda, a venderem parte de seu patrimônio para fazer estatísticas de exportação.

V. Ex.<sup>a</sup>, pergunto, que sabe que essas empresas constituem a viga mestra da economia nacional, cuja ruptura faria desmoronar uma enorme parte de todo o nosso parque industrial e privado brasileiro, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>: O que fará V. Ex.<sup>a</sup> se esse desmoronamento vier a ocorrer, como pode ocorrer no próximo mês ou no mês seguinte, ou no meio do ano ou ao segundo semestre. Vai reconhecer o erro, pedir desculpas à Nação e demitir-se do cargo de Ministro da Fazenda? Ou vai entregar esses setores vitais a empresas multinacionais, as únicas com capacidade de investimento, que têm nível de capitalização e *know-how*, conhecimentos etc, para ocupar esses setores vitais?

Pergunto ainda a V. Ex.<sup>a</sup>, antes que isso aconteça, será que V. Ex.<sup>a</sup> não vai rever sua posição, denunciar esse complô de interesses e fortalecer as empresas estatais, viga-mestra da economia brasileira?

Finalmente, Sr. Ministro, minha quarta pergunta: V. Ex.<sup>a</sup>, talvez, possivelmente, não sentiu a gravidade do quadro social brasileiro dos dias que estamos vivendo. Extremamente ocupado nos seus preitos junto aos banqueiros internacionais, viajando com enorme freqüência, podendo ter pouco tempo para ouvir as pessoas e ler os jornais, talvez V. Ex.<sup>a</sup> não tenha ainda percebido o grau de intensidade do descontentamento, da indignação nacional que sacode este País, de trabalhadores, de empresários, de brasileiros de classe média, brasileiros de todos os tipos, da preocupação que se alastra por todos os setores da Nação. Ainda hoje, aqui neste jornalzinho — excelente sùmula que sai todos os dias — o *DF Repórter*, a preocupação agora de um presidente de empresa multinacional, o Sr. Abel Carparelli, Presidente da Shell, dizendo: “preocupar-se menos com o combate ao déficit do balanço de pagamento e preocupar mais com o desemprego e a inflação, que poderá levar o País à explosão social”.

Esta é a preocupação que nos angustia mais. Diante desta recessão sem precedentes na nossa história: desemprego, arrocho salarial, este decreto inominável que aí está, aumento das dificuldades das empresas, possibilidade de falências, de concordatas, desmoronamento do setor produtivo do País, incentivo à especulação de toda ordem, numa política de concentração de riquezas, que é a maior imoralidade deste momento que nós vivemos. Nós que falamos tanto em corrupção e, evidentemente, obviamente, sabemos que a corrupção, efetivamente, tomou conta da administração pública brasileira, mas até eu considero esta corrupção, uma pequena corrupção, diante da imoralidade que constitui a orientação da política econômica do País, que dá tudo aos banqueiros, que é complacente com os especuladores, que aos endinheirados tudo concede — os maiores lucros, as maiores taxas de rentabilidade — e que trata o trabalhador com desemprego e com arrocho salarial.

Esta gigantesca imoralidade que configura toda a política econômica é que está a causar este estado de indignação e de revolta que poderá, isto sim, levar ao caos, a uma comoção social, que nós ainda não conhecemos na História do Brasil.

E pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>, dando este meu depoimento, aí digo a V. Ex.<sup>a</sup>, não mais tão modesto quanto o da primeira pergunta, porque o contato com a população, o con-

tato com essa sofrida classe trabalhadora, temos nós, políticos, certamente, muito mais do que V. Ex.<sup>a</sup> Ministro de Estado. Então, digo a V. Ex.<sup>a</sup>, aí com conhecimento de causa, isto pode acontecer e será um caos muito maior do que o que poderia trazer uma moratória, uma posição soberana do Brasil, feita na base de uma união nacional para enfrentar esse problema com explicações ao povo dos sacrifícios que são necessários, porém sacrifícios para declarar a independência do País; sacrifícios para mudar esse modelo econômico injusto e acabar com essa concentração de riquezas; sacrifícios para criar empregos e para, efetivamente, dar a essa geração e às gerações futuras, realmente, uma condição de vida que, dessa forma que aí está, nem essa nem as próximas terão.

Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Ministro, se isso, lamentavelmente, tragicamente, vier a acontecer, o que é que vai fazer V. Ex.<sup>a</sup>? Vai pedir desculpas? Vai confessar o erro e demitir-se do Ministério da Fazenda? Vai deixar o País, buscar abrigo no estrangeiro? Vai pedir às Forças Armadas que intervenham novamente para defender essa ordem injusta que aí está? Ou, finalmente, vai V. Ex.<sup>a</sup>, antes que isso aconteça, convocar todos os setores da sociedade brasileira, trabalhadores, empresários, Partidos Políticos, da Oposição e do Governo, para sentarem-se à frente uns dos outros e, num debate franco, aberto, honesto, colocar os seus interesses legítimos, de forma tal que se possa, não sei, ao fim de um, dois, três, seis meses que seja, mas extrair um grande consenso nacional sobre a mudança dessa política econômica, sobre os rumos que este País deve tomar, para superar esse problema, mas não superar de uma forma conjuntural que nos venha criar crises logo adiante, superar de uma forma definitiva, abrir o futuro para o Brasil e para os brasileiros de todas as categorias?

Será que é isso que V. Ex.<sup>a</sup> vai fazer, antes que aconteça o pior?

Eram estas as perguntas que eu tinha a fazer a V. Ex.<sup>a</sup> (*Muito bem!*)

O SR. ERNANE GALVÊAS (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Senador Roberto Saturnino:

Não pretendo contrapor ao direito enunciado por V. Ex.<sup>a</sup> de duvidar e de não acreditar nas autoridades governamentais. É um direito que assiste a V. Ex.<sup>a</sup> como Senador, como cidadão brasileiro, de imputar erros e acusar de falsas as informações divulgadas pelos órgãos oficiais, de não admitir que o País possa, por razões de Estado, deliberar sobre a sua política econômica, com a reserva que as medidas importantes, como as que V. Ex.<sup>a</sup> mencionou, devem ser negociadas e conduzidas.

Referiu-se V. Ex.<sup>a</sup> ao fato de que tem cálculos e informações diferentes das informações oficiais e contrapõe os seus cálculos do Governo, e invoca uma publicação do *Bankers Trust* para sustentar a sua desconfiança, a sua dúvida, a sua afirmação, de que as contas não fecham, de que o equacionamento do balanço de pagamentos não está completado, e que o País está frente ao risco de ter que, novamente, sair a negociar créditos de 3, 4, 5, 7 bilhões de dólares nos mercados financeiros internacionais. Assiste a V. Ex.<sup>a</sup> esse direito de Senador e de cidadão de colocar aqui, neste plenário do Senado, as suas desconfianças.

Respondo à sua primeira pergunta, Senador Roberto Saturnino, com as informações oficiais que tive a oportunidade de recolher neste trabalho, nesta exposição, que fiz entrega à Mesa do Senado e aos Srs. Senadores, baseado nos números oficiais do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, do Banco Central, do Banco do Brasil. Se esses números são falsos, eu não poderia dizer a V. Ex.<sup>a</sup> em que números nós poderíamos repousar as nossas convicções e a orientação da nossa política econômica, para responder à responsabilidade que nos cabe frente à crise, na adoção das medidas que ela requer. Faço votos, Senador Roberto Saturnino, que V. Ex.<sup>a</sup> esteja equivocado, mais equivocado do que o Ministro da

Fazenda, e que, baseado nas pobres informações, V. Ex.<sup>a</sup> não esteja com os números corretos e que os resultados da política econômica não vão levar o Brasil aos déficits que V. Ex.<sup>a</sup> mencionou.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Votos, também faço eu.

O Sr. Ernane Galvêas — Eu não poderia, como parece sugerir V. Ex.<sup>a</sup>, propor a convocação do Ministério Oswaldo Aranha para resolver os nossos problemas da dívida externa, porque o meu prezado e velho patriota já desapareceu, e a situação em que viveu Oswaldo Aranha mudou e ganhou novos contornos, novas conotações.

V. Ex.<sup>a</sup> me coloca diante das perguntas que começam com a indagação: E se V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Ministro da Fazenda, estiver equivocado? E eu respondo a V. Ex.<sup>a</sup>: E se V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Senador Roberto Saturnino, estiver equivocado?

O SR. ROBERTO SATURNINO — Eu não tenho a responsabilidade da condução do Ministério, esta responsabilidade é de V. Ex.<sup>a</sup> Dê-me a responsabilidade e eu responderei.

O Sr. Ernane Galvêas — E se as medidas que estamos adotando não levarem o País ao caos? E se nós não abrimos as portas das negociações para a maratona? E se nós resolvermos os nossos problemas pelo diálogo, não levando os banqueiros à mesa das negociações, mas indo, juntos, às mesas de negociações para equacionar os nossos problemas, com racionalidade e com lógica? E se V. Ex.<sup>a</sup> estiver equivocado?

V. Ex.<sup>a</sup> indagou, neste Senado, sobre as providências adotadas pelo Governo para fazer baixar as taxas de juros. V. Ex.<sup>a</sup> não confia nas providências. V. Ex.<sup>a</sup> não acredita nas medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional. V. Ex.<sup>a</sup> não compartilha da opinião de um grande segmento da economia nacional de que as taxas de juros começam a baixar, e que as medidas adotadas estão conduzindo na direção da convergência das taxas de juros internas com as taxas de juros internacionais. Porque V. Ex.<sup>a</sup> alega que nós convivemos com as taxas de juros mais elevadas do mundo, o que, perdôe V. Ex.<sup>a</sup>, não é uma informação perfeita. Nós temos as menores taxas de juros nos segmentos de financiamento ao crédito rural, no financiamento às exportações, nos financiamentos a pequenas e médias empresas; nós temos um elenco e um setor importante e amplo da economia nacional coberta por taxas de juros subsidiados.

V. Ex.<sup>a</sup> se refere ao segmento que nós chamamos o segmento livre de mercado, onde realmente as taxas de juros são muito elevadas, se nós compararmos essas taxas de juros com as taxas de juros subsidiados ou com as taxas de juros prevaletentes nos mercados financeiros internacionais. O esforço que estamos fazendo, Senador Roberto Saturnino, é justamente para que os fatores que condicionam a elevação dessa taxa de juros possam ser eliminados, possam ser atenuados, e que nós possamos caminhar para uma estrutura de taxa de juros que esse segmento do mercado possa igualar-se a uma taxa média de juro que seja aceitável, do ponto de vista da economia nacional em relação à taxa de retorno dos investimentos ou das empresas que tomam esses empréstimos no sistema financeiro.

Se as medidas que nós estamos adotando nessa área não derem resultado, se os juros não baixarem, se a comunidade financeira não acompanhar as medidas adotadas pelas autoridades governamentais, pergunta V. Ex.<sup>a</sup> “Reconhecerá o Ministro da Fazenda o seu erro? Pedirá desculpas à sociedade nacional? Pedirá demissão do seu cargo?”

Eu não quero responder às indagações que V. Ex.<sup>a</sup> coloca neste pé, mas, eu perguntaria: “E se V. Ex.<sup>a</sup> estiver equivocado? E se as medidas derem certo? E se, com a combinação de vontades e de interesses, as taxas de juros continuarem baixando como já estão baixando? E se nós conseguirmos equalizar as taxas subsidiadas com as ta-

xas tão elevadas, que informa V. Ex\* e o problema das taxas de juros se colocarem dentro de uma normalidade aceita pelas empresas nacionais, como estamos fazendo para a agricultura, para a exportação, para as pequena e média empresas, qual será a reação de V. Ex\*?

V. Ex\* também se referiu, na sua terceira colocação, à campanha desenvolvida pelas autoridades do Governo, incluindo o Ministério da Fazenda, contra as empresas estatais. O Senado Federal conhece o pensamento de V. Ex\* e a nítida preferência manifestada em favor da estatização das grandes empresas nacionais.

Eu não pretendo discutir este ponto, porque está fora da nossa programação, da convocação do Senador e ilustre Presidente do Senado, mas creio que a resposta pode ser dada pelos seus próprios colegas do Senado Federal. Não são todos os seus colegas partícipes da mesma opinião. Não têm eles as mesmas preferências, nem eles acham, e eu posso dizer, com o convívio e com o diálogo que sempre mantivemos com os membros deste Senado, que nenhum deles acredita que a política que está sendo realizada na atual conjuntura pelo Governo Federal esteja levando à destruição as grandes empresas estatais. Pelo contrário, Senador Roberto Saturnino, eu diria que está sendo realizado um enorme esforço, um esforço consciente, para que os problemas dessas grandes empresas, das grandes empresas hidrelétricas, da grande siderurgia, do transporte ferroviário, da navegação marítima, está sendo realizado um consciente e grande esforço, no sentido, não só de equacionar os problemas financeiros dessas empresas, mas fortalecê-las na sua posição econômica e financeira. A resposta de V. Ex\* pode ser dada, também, pelos resultados que nós estamos experimentando em relação a essas mesmas empresas, objeto da preocupação de V. Ex\*; nós estamos construindo as hidrelétricas; estamos construindo as represas, abrindo as represas para produzir energia elétrica, e, não fechando. Nós não estamos fechando as hidrelétricas; estamos abrindo. Nós não estamos reduzindo a siderurgia nacional; estamos ampliando a sua capacidade de produção, nós estamos equacionando os problemas de transporte, nós estamos fortalecendo a infra-estrutura econômica nacional, através dessas mesmas empresas, objeto do cuidado de V. Ex\* e que são, também, objeto dos nossos cuidados. Não há nenhuma intenção, e nunca foi declarado isso, e ninguém poderia invocar que estamos num processo de entregar essas grandes empresas às empresas multinacionais. Mas, V. Ex\* novamente me confronta com a indagação: "E se essas empresas desmoronarem? E se desmoronar a PETROBRÁS, ou a ELETROBRÁS ou as siderúrgicas ou as hidrelétricas nacionais?" E eu pergunto de volta a V. Ex\*: E se V. Ex\* estiver equivocando? E se as empresas não desmoronarem?

Certamente, eu não serei Ministro da Fazenda para que as gerações atuais assistam e testemunhem a consolidação dessas empresas, mas considero que está dada, ou estará dada, por esta forma, a resposta às preocupações de V. Ex\*.

Finalmente, Senador Roberto Saturnino, V. Ex\* alega um contato e um conhecimento maior das aflições sociais brasileiras, que o Ministro da Fazenda, certamente, não tem, pois ocupado com as ligações do balanço de pagamentos, com as negociações com os banqueiros internacionais, com o Fundo Monetário, com os governos dos países amigos para resolver os problemas nacionais, ou com as exportações, ou os problemas das empresas nacionais que enfrentam dificuldades e recorrem ao Ministério da Fazenda para ajudar a resolver os seus problemas. V. Ex\* tem uma grande angústia com relação a esse problema, uma grande preocupação, que é também a preocupação do Governo João Figueiredo, que é a preocupação que o Presidente João Figueiredo transmite aos seus Ministros, que é a instrução, a determinação do Presidente João Figueiredo para que seja essa a orientação da política econômica, como a primeira preo-

cupação de cuidar do emprego, do homem, do brasileiro, como trabalhador, do brasileiro, como centro de todas as preocupações da política econômica nacional.

Não é que se diga isso nas tribunas do Senado ou do Congresso Nacional, estão registradas, pelas medidas adotadas, a preocupação clara, nítida da política econômica na direção das preocupações que V. Ex\* manifesta aqui no Senado Federal.

Não me cabe responder às afirmações de V. Ex\* com relação às corrupções ou imoralidades da política econômica, mas deixo, Senador Roberto Saturnino, que a resposta possa ser dada pelos seus colegas do Senado Federal. Com relação a esse problema, com relação à forma elevada com que estão sendo colocados e equacionados os problemas nacionais para dar a resposta a todas essas dificuldades e a todos esses problemas que confrontamos hoje.

V. Ex\* quer mudar o modelo econômico; V. Ex\* quer a moratória; V. Ex\* quer o rompimento com o Fundo Monetário Internacional; V. Ex\* quer a nacionalização das empresas; V. Ex\* quer que o Ministro da Fazenda convoque toda a sociedade nacional para um debate franco, aberto, até que seja encontrado um consenso sobre a política econômica nacional.

Em grande parte, isso está sendo feito, sem a preocupação de chegar à ingenuidade da proposta que, há pouco tempo, nos fazia uma figura importante nacional de que nós deveríamos reunir os homens do Governo, com os representantes do Governo no Congresso Nacional, os representantes da Oposição, as classes trabalhadoras, os operários e os trabalhadores nacionais, numa grande sala, e que se fechassem todos a discutir os problemas nacionais e só saíssem depois que houvessem encontrado um consenso sobre a política econômica nacional.

Nós não trabalhamos sobre essa hipótese, nós não elaboramos sobre as possibilidades de conduzir a política econômica nacional sobre esses pressupostos. Mas, se não mudar o modelo econômico, na expressão modelo em que nós não acreditamos, mas se não mudarem os rumos da política nacional, se não forem feitas as mudanças radicais que V. Ex\* propõe, pergunto a V. Ex\*: o que fará o Ministro da Fazenda? Vai confessar os seus erros? Vai pedir desculpas à sociedade brasileira? Vai convocar o Exército nacional? Vai pedir demissão? Vai procurar abrigo em outros países?

E eu, como brasileiro, como patriota, só posso dizer a V. Ex\* que, no limite da minha capacidade, da minha responsabilidade funcional, do orgulho profissional que não tenho demasia, mas com a incumbência de realizar uma tarefa no Ministério da Fazenda, que o Presidente da República me confiou, vou continuar, nobre Senador Saturnino, para encontrar os caminhos que possam levar à solução dos problemas brasileiros. Vou continuar com a mesma confiança, com a mesma determinação, com a mesma convicção de que nós estamos trabalhando seriamente, estamos trabalhando arduamente, e estamos convocando a sociedade brasileira para juntar-se a esse esforço nacional e superarmos as dificuldades que o País atravessa neste momento.

Muito obrigado.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** — Sr. Presidente, ao agradecer a gentileza e a atenção do Sr. Ministro, aproveito para acreditar na sua sugestão de que, proximoamente, o Senador Virgílio Távora ou o Senador José Lins responderão as minhas perguntas objetivas aqui apresentadas.

Muito obrigado. (*Muito bem!*)

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Cardoso.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro da Fazenda:

Quiseram as circunstâncias que o meu primeiro pronunciamento no Senado fosse hoje e que o dever me

obrigasse a travar um diálogo com o Ministro da Fazenda, nos termos em que tenho o dever de fazer: como Senador por São Paulo, como alguém preocupado com o povo brasileiro, e como alguém que não pode dizer, sobre o Ministro Galvêas, as mesmas palavras que foram ditas pelo meu companheiro Severo Gomes, porque é a primeira vez que o vejo, e, como alguém que vem aqui com muita humildade, devo confessar que aprendi algo neste momento em que passo pelo Senado.

Sabia do Ministro Galvêas pelos jornais e dele ouvi, repetidas vezes, afirmações de otimismo e confiança. Não quero ser enfadonho, não quero reportar textos. A cada instante que havia uma sombra, uma nuvem um pouco mais escura no horizonte, o Sr. Ministro da Fazenda se apressava em tranquilizar os brasileiros. Estava tudo sob controle. Pois bem, há pouco, sentado aqui, recordei um pouco do que eu sou, professor, na condição então, agora, de aluno, e ouvi o Ministro fazer uma exposição que parecia universitária, dava até a sensação de que estávamos num seminário internacional em que ninguém tem responsabilidades, a não ser com a descrição do que ocorre. As coisas ocorrem porque ocorrem, ninguém é responsável. Vi o Ministro da Fazenda fazer uma descrição que não coincide com o que ele disse em vários momentos da História brasileira recente, porque, agora sim, uma descrição cheia de preocupações e de pontos de dúvida.

Mas, falava como se ele fosse alguém que não o Ministro da Fazenda, as coisas acontecem, de repente os juros subiram, de repente houve a crise do petróleo, houve o choque do petróleo, o primeiro, o segundo. E nós? Reações meramente adaptativas ou tivemos uma estratégia. E não há quem tenha responsabilidade por essa estratégia? E não é melhor e mais fácil para o entendimento assumir a responsabilidade e dizer: errei?

Ouvi, há pouco, o Senador Roberto Saturnino colocar questões delicadas. E sou obrigado a recolocá-las, e devo responder de antemão que não caberá a mim, a mesma resposta que foi dada ao Senador Roberto Saturnino, porque, também, não cabia a ele. Perguntar o que faremos nós? Faz muitos anos que nós não temos nem vez nem voz na condução da economia brasileira. Não cabe a nós a pergunta sobre o que fazer.

A pergunta — e, realmente, peço desculpas ao Ministro de ser obrigado, neste nosso primeiro encontro, de reiterá-la é a seguinte Sr. Ministro: As evidências não são tão sólidas na direção de que as coisas se encaminhem para o melhor. Não é apenas o *Banker Trust*, mas o *Morgan* também, e são as várias contas feitas por diversas fontes. Ainda agora, num trabalho recente, Luiz Aranha Correa do Lago, sobre as contas externas do Brasil, traz a mesma preocupação. Parece que as contas não fecham. Não seria mais fácil, pelo menos no Senado da República, dizer a verdade? Não seria mais correto, como postura, pedir a nossa compreensão — e eu garanto a V. Ex\* que eu a daria — para um momento de dificuldades e dizer: Juntos vamos sair da entalada em que nos encontramos, ao invés de V. Ex\* pintar um quadro que não é real?

E, repito o quadro, antes de fazer as perguntas que também tenho para dirigir a V. Ex\*: É possível talvez, tomara tenha V. Ex\* razão, como brasileiro eu assim desejo, que as contas fechem sem novas negociações. Mas, a que preço? As importações serão cortadas em 17,5%. Para qualquer pessoa que não seja economista, eu não o sou, é fácil entender a tradução política e social disso: é a recessão, é o desemprego. É fácil entender também que com as taxas de juros reais, que hoje oscilam, dizem que estão baixando, talvez, concedamos aqui que possam baixar algo de 30% do real para 25% real. É um absurdo total, mas concebamos que haja uma leve tendência a baixar, com essas taxas de juros, qual é a empresa nacional que pode enfrentar as adversidades que estão pela frente?

Acaso V. Ex\* desconhece que muitas empresas pagam mais juros do que folha de pagamento de salário? Que a questão real que existe hoje não é tanto a do salário

quanto é, realmente, a dos juros? Acaso V. Ex.<sup>a</sup> desconhece o que escreveu aqui, neste documento, a respeito dos salários? Não é da palavra de V. Ex.<sup>a</sup> porque está em anexo, quando se diz:

"As modificações da fórmula salarial oficial que foram decretadas recentemente, reduzirão a taxa de aumento em salários reais"...

— Forma eufêmica de se dizer —

"... consideradas as projeções de preço do programa, a conta salário da economia não crescerá, necessariamente, em termos reais em 1983, em virtude da elevação da rotação de mão-de-obra e desemprego".

Considera-se este dado como componente do modelo, e ele o é. Assim, Sr. Ministro, se V. Ex.<sup>a</sup> tiver êxito em seu programa, ainda assim, haverá problemas sociais muito graves neste País.

Sei perfeitamente, e não seria irresponsável, não pediria que nesta conjuntura, de repente, tudo se resolvesse, mas acredito — repito — melhor ser franco e sincero. E dizer que o que se nos apresenta não são caminhos fáceis, não são caminhos que, com as palavras possamos esconder a realidade.

V. Ex.<sup>a</sup> poderá, talvez, me perguntar se há respostas, se há alternativas. A questão, em termos de Oposição é de Governo, não procede, porque as alternativas foram apresentadas no tempo oportuno. E quando nós as apresentávamos, quando nós dizíamos que ia ocorrer o que ocorreu, ouvíamos até ironia, senão de V. Ex.<sup>a</sup> de companheiros seus. E, hoje, repetem V. Ex.<sup>as</sup> a nós o que nós dizíamos ontem, sem ter a franqueza de dizer que aprenderam conosco, não conosco, pessoas, povo brasileiro, porque, realmente, os caminhos que foram trilhados pelo Brasil não são nem os únicos nem os melhores.

Preocupa-me, francamente, V. Ex.<sup>a</sup> repetir aqui que está tudo certo. Preocupa-me profundamente, e gostaria de acrescentar, não só porque devo recordar a V. Ex.<sup>a</sup> o que V. Ex.<sup>a</sup> seguramente já sabe, que o caminho que nós está sendo proposto é um caminho de asperezas, mas recordar a V. Ex.<sup>a</sup> que nenhum gesto foi feito, a não ser palavras, para efetivamente discutir as questões da maioria do povo brasileiro. A frase que sintetizei, que está nesse documento, não é outra coisa senão fazer aposta na rotatividade do emprego, na baixa do salário e no desemprego. Não posso concordar, portanto, com a análise feita.

Mas queria comentar e fazer algumas indagações a V. Ex.<sup>a</sup> Parecia ser que a nossa dívida, embora avultada, estivesse sendo bem administrada. Ouvi isto tantas vezes; tantas vezes me disseram que a dívida era de médio e longo prazo; que quando se fazia o coeficiente entre as exportações e a dívida havia segurança; que o horizonte era limpo. Tantas vezes se disse isso que, agora, eu também tenho que duvidar do que vem de ser dito. Disse aqui que as taxas de juros do Brasil estão a contento. Não sei se ouvi bem ou se interpreto bem. Estranha-me porque V. Ex.<sup>a</sup> hoje mesmo disse o contrário aqui, que um dos problemas que temos são as taxas de juros elevadas. Há uma pequena contradição nas palavras de V. Ex.<sup>a</sup> Mas não é a isso que me refiro; não são as contradições formais, a que todos nós estamos sujeitos, naturalmente, na discussão, a tal tipo de engano. Refiro-me a outra coisa.

Consultei, também, alguns dados, a respeito de como estão sendo negociados os novos empréstimos. V. Ex.<sup>a</sup> mesmo, em *O Globo*, de 18 de março, portanto agora, disse que pagamos juros elevados, com o *spread* de 2,25%. Mas são os juros normalmente cobrados a um país que está tendo que recorrer a toda hora ao mercado financeiro internacional.

Para surpresa minha, a revista *Euromoney*, que anota esse tipo de contrato mostra que não é bem assim. Em 1981, pelo menos em agosto de 1981, a Polônia, já então visivelmente combalida — agosto de 1981, não é preciso dar mais elementos para que se veja que nesta época a Polônia já estava combalida, em plena crise política, social e econômica — tinha um *spread* de 1,75, e nós 2,125. Mais tarde, em junho, julho de 1982, O Brasil, 2,125; a

Costa do Marfim 1,5; a Venezuela, 1,12; a Malásia 1,1; Chile 1; Coréia, 0,75; a Itália 0,62; a Colômbia, 0,62. A diferença é grande; A diferença é grande; de 0,62 para 2,12 são quase quatro vezes, três vezes e meia.

Pergunto — e gostaria, realmente, de aprender — por que um *spread* tão alto, comparativamente com os outros países? Ouço dizer — e peço a V. Ex.<sup>a</sup> que nos informe — que os banqueiros têm, além da prática atual da cobrança do *spread*, a prática de cobrar o que chamam *commitment fee*. Antigamente, quando se queria dizer alguma coisa que ninguém entendesse, falava-se em latim, agora usa-se inglês. *Commitment fee* significa um acréscimo ao *spread*, que já é um acréscimo ao *libor*, perdão.

Pois bem. Além disso — e é normal que assim o seja — existem também as comissões de agenciamento da dívida. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> me respondesse, objetivamente: por que *spread* tão alto? Segundo: é real que existem esses *commitment fee*? Terceiro: como se está levando adiante o negociamento dessa dívida? Os bancos ou as pessoas — fala-se de pessoas também, nos jornais — que negociam a dívida, recebem além disso algo mais? Quanto mais? Por que esses bancos, por que essas pessoas que aí aparecem? Pode parecer que é picuinha, mas não é, é relevante, porque uma pequena movimentação digital, nessa ordem de magnitude da nossa dívida externa, tem uma consequência de alguns milhões de dólares. Acho que o Brasil merece saber, e V. Ex.<sup>a</sup> certamente vai nos esclarecer sobre isso — não tenho dúvida a respeito — mereço saber a quantas andamos, realmente.

Por fim, queria dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que também me estranhou bastante, tendo vindo aqui, repito, pela primeira vez, a este Senado, escutar que existem razões de Estado, que são razões que não podem ser ditas a nós. No Senado dos Estados Unidos há razões de Estado, como há em outros países, mas se reúnem comissões, comissões que muitas vezes têm o compromisso de manter no sigilo do que ouvem lá, mas os representantes do povo são informados. Por que haveria um banqueiro estrangeiro de saber melhor e antes aquilo que nós, Senadores, vamos saber pelos jornais e, às vezes, mal? Não entendo como se possa marchar, como estamos todos querendo marchar, para uma abertura política, sem que exista também a transparência da informação.

Reconheço no gesto de V. Ex.<sup>a</sup> em vir aqui debater um passo nesse sentido, mas esse passo precisa ser institucionalizado; e acredito que, medidas do tipo das que estão envolvendo os destinos do Brasil, nas negociações econômicas internacionais, deveriam ser informadas com anterioridade e com responsabilidade àqueles que são responsáveis perante o povo, e não apenas perante o Presidente da República.

Muito obrigado, Sr. Ministro, eram essas as questões que eu queria fazer.

**O SR. ERNANE GALVÊAS** (Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, eu não sei se devo agradecer ao Senador Fernando Henrique Cardoso, porque confesso que estou um pouco perplexo diante das suas colocações. S. Ex.<sup>a</sup> disse que estavam habituados a ver a maneira com que o Ministro da Fazenda esclarecia a opinião pública, com o sentido de tranquilizá-la, toda vez que se anunciavam tempestades ou mudanças perigosas no curso da conjuntura econômica. V. Ex.<sup>a</sup>, entretanto, considera que a expressão deste pronunciamento, e o registro que faço aqui, hoje, neste Plenário do Senado Federal, por escrito, entregue sob a forma de um documento à Mesa do Senado e aos Srs. Senadores, que este depoimento é feito não como se o Ministro fosse o Ministro da Fazenda; porque ao procurar demonstrar que está toda a situação sob controle, o Senador Fernando Henrique Cardoso se mostra preocupado, porque considera que a afirmação de que está tudo certo não é uma afirmação correta. Invoca também alguns argumentos do Senador Roberto Saturnino, inclusive as publicações de bancos internacionais, para questionar o que parece — é a expressão do Senador Fernando Henrique Cardoso — parece que as contas não fecham. E se parece que as contas não fecham, não seria mais fácil ao Ministro da Fazenda vir ao

Senado Federal e dizer a verdade, e falar realmente a verdade?

O Senador Fernando Henrique Cardoso considera que o quadro aqui representado, por esses números, recolhendo informações em diversas fontes oficiais, não é um quadro real, porque parece que as contas não fecham. E pergunta o ilustre Senador: mas se fechar, como pode ser? E se as contas fecharem vão fechar a que preço? O Senador admite que as contas possam fechar, que parece que as contas possam fechar. Mas a que preço? Ao preço da recessão? Ao preço do desemprego?

Eu responderia ao ilustre Senador que não é isso que se contém no depoimento do Ministro da Fazenda. Não é isso realmente que se contém nesse documento entregue aqui ao Senado Federal, por escrito, com os dados oficiais. Nós estamos realmente procurando conduzir e orientar a política econômica do Brasil, para evitar um mal maior, para evitar uma profundidade maior na crise da recessão, para evitar o mal maior de um alargamento nos níveis de desemprego. V. Ex.<sup>a</sup> há de convir que esses resultados estão sendo obtidos.

O nobre Senador José Lins desfilava aqui alguns números colocados neste trabalho, para mostrar a gravidade e a profundidade da crise econômica mundial sobre os Estados Unidos, sobre o colosso do Norte, que se abalou na sua economia diante da crise mundial, que entrou por uma fase de terrível depressão, e não apenas de recessão, em 1975. E a Europa rica, e o Japão industrializado, todos sofreram em termos de desemprego, de queda de atividade econômica. São esses os números, Sr. Senador, que não estão registrados aqui com as fontes oficiais do Governo brasileiro. São números que vêm de fontes oficiais dos próprios países estrangeiros, das organizações internacionais, e eu creio que realmente não seria justo discutir ou duvidar sobre esses números que mostram e põem a descoberto uma crise de grandes profundidades, na qual o Brasil está inserido, onde os reflexos sobre a economia nacional são evidentes, mas que felizmente em proporções muito menores.

Diz S. Ex.<sup>a</sup>: "Mas, se V. Ex.<sup>a</sup>, Ministro da Fazenda, tiver êxito na política econômica, nem por isso o País vai deixar de atravessar os caminhos de tantos percalços e de tantas dificuldades, porque escolheu o caminho certo, porque usa palavras e não medidas concretas para lidar com os acontecimentos e com as dificuldades." "As alternativas — diz o Senador Henrique Cardoso — nós oferecemos. Mas o Governo não ouviu, mas o Governo não as aceitou, não as seguiu."

É bem possível que sugestões tenham sido apresentadas e alternativas tenham sido formuladas, sem que o Governo as acompanhasse, porque estamos colocados, na maioria das vezes, diante dessas alternativas que enunciava aqui o Senador Roberto Saturnino e às quais respondia o Senador José Lins. "Temos que romper com o Fundo Monetário" — é uma alternativa; "Temos que mudar o modelo econômico" — é outra alternativa; "Temos que buscar a moratória, para obrigar os banqueiros e os credores internacionais a virem à mesa das negociações, discutir conosco as condições da renegociação da nossa dívida."

Senador Henrique Cardoso, a resposta eu deixo também aos seus colegas do Senado Federal, se são estas as alternativas. Eu devo dizer que realmente elas não serão recolhidas pela Administração do Presidente João Figueiredo. Nós estamos, como eu tive oportunidade de mostrar aqui antes, e registrar nos números dos nossos balanços de pagamentos, administrando com consciência e com critério, a dívida externa nacional. Não somos nós que fazemos esse reconhecimento, são as instituições financeiras internacionais, são os banqueiros que se apressaram a vir, juntamente conosco, para a mesa das negociações, equacionar os nossos problemas financeiros. São essas instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano, as organizações como o Fundo Monetário Internacional, que se esmeram em registrar, nos seus relatórios, que se há

em algum país, uma dívida externa bem administrada, é a dívida externa do Brasil.

Mas V. Ex.<sup>a</sup> parece também não acreditar nessas afirmações, e confessou comigo que há uma contradição na maneira como o Ministro da Fazenda coloca aqui os problemas dessas negociações, o problema dos juros negociados com os credores internacionais. Por que o Brasil paga *Spreads* de 2,25%, de 2,5% sobre as taxas prevalentes no mercado internacional, se até a Polónia pagava 1,75%, e a Costa do Marfim, a Venezuela?

Senador Henrique Cardoso, não é preciso — V. Ex.<sup>a</sup> o disse — ser economista para acompanhar e ter informações sobre as diversidades em relação à posição de cada país nos mercados internacionais. Há países que tomam empréstimos por alguns meses e renovam as suas dívidas com uma extraordinária velocidade, há outros que os tomam em dois anos e as características principais das dívidas externas da Venezuela, da Costa do Marfim e da Polónia são esses empréstimos de curto prazo. Por isso, Senador, em grande parte, esses países pagarão taxas de *Spread* menores, mas correram mais riscos e muitos deles fracassaram no equipamento do seu problema da dívida externa, porque não tiveram realmente a coragem de aceitar um *Spread* maior sobre as taxas dos mercados internacionais para garantir empréstimos financeiros, que o Brasil só aceita com o prazo mínimo de oito anos e período de carência de trinta meses.

E, aí, dizia V. Ex.<sup>a</sup>: "Mas não é só isso, existe o *Commitment fee*". Já não se fala em latim para ocultar as informações, mas sobre *Commitment fee* que se cobra sobre as taxas de mercado. Sei que o Senador conhece muito a língua inglesa, pois já tive oportunidade de assisti-lo em alguns programas de televisão.

V. Ex.<sup>a</sup> sabe, também, que *Commitment fee* é uma taxa que se cobra como se fosse uma taxa de abertura de crédito pela espera, até que se processe a utilização do crédito, para que a contratação e todo o processamento de negociações até à realização dos contratos, não pare na não utilização da dívida. De modo que são taxas temporárias, são taxas que se cobram para que o banqueiro possa, realmente, separar uma parte dos seus recursos e deixá-los à espera de que o tomador do empréstimo venha a utilizá-lo.

Posso garantir a V. Ex.<sup>a</sup> que embora a palavra seja sofisticada, em inglês, não tem importância com relação ao custo da dívida.

Mas V. Ex.<sup>a</sup> continua indagando: "E as taxas que se pagam para as negociações, para a intermediação bancária, para as pessoas que negociam, que formulam, reformulam e redigem os contratos?" Só posso responder a V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: O Ministério da Fazenda não estabelece as taxas de juros sobre os contratos dos empréstimos internacionais, pelo contrário, através do Banco Central, exerce uma política de fiscalização para que essas taxas sejam as menores possíveis dentro do quadro possível das negociações. O Banco Central, em cada registro de cada operação, procura reduzir a taxa, mas as taxas são negociadas pelos próprios tomadores dos empréstimos — ou pelas empresas privadas, ou pelos bancos privados, ou pelas empresas estatais que vão com liberdade, e independência negociar, cada uma, ao seu feitio, ao seu critério e à sua convivência, as dívidas que levantam no mercado internacional.

E não é possível que todas as empresas privadas, que todos os bancos privados e que todas as empresas estatais no Brasil, estejam afastadas da responsabilidade das negociações para pagar a quem não deve ou pagar taxas superiores àquelas que o mercado está pedindo. Obrigada.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Quería agradecer, nesta oportunidade, ao esclarecimento do Ministro da Fazenda e pedir que ele tome em consideração que, embora não economista, eu não faria o erro

de não equalizar prazo das dívidas para calcular o *Spread* — todas elas são de oito anos.

Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coêlho) — Com a palavra o Senador Gabriel Hermes.

O SR. GABRIEL HERMES (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Ministro:

Hoje, o Brasil mudou muito, aquilo que discutimos aqui, dentro destas paredes respeitáveis, e que nós temos que fazer respeitada para que o Brasil seja cada vez mais forte, ecoa em todos os cantos do País. O rádio, a televisão, os jornais já chegam a todas as casas, as pessoas humildes, Sr. Ministro, as criaturas simples, aqueles que nós pensamos que não estão atentos, os trabalhadores do campo e das cidades, os estudantes que se multiplicaram nestes dez anos nas universidades, o povo, as donas-de-casa acompanham o que aqui ocorre. E acompanham, porque todo brasileiro, esta é a minha impressão, Sr. Ministro, nestes mais de cinquenta anos em que tenho contato com a vida pública e com a vida política, todas os brasileiros, hoje, acompanham a vida do Brasil e são profundamente patriotas, estão tremendamente interessados no que ocorre no Brasil, porque o brasileiro humilde é realmente uma criatura, graças a Deus, vaidosa.

Mudei o roteiro do que deveria encaminhar como perguntas a V. Ex.<sup>a</sup> Dirão os nossos amigos, os nossos companheiros da Oposição, tão respeitáveis como nós, que é difícil, no caso do Vice-líder do Governo, encaminhar perguntas a V. Ex.<sup>a</sup>; difícil é a posição de nós todos Sr. Ministro. V. Ex.<sup>a</sup>, amparado em dados que temos que considerar respeitáveis, ou, então, não respeitáramos nosso País. A Oposição, possivelmente, com menores informações, as perguntas, às vezes, cruéis, muito bem respondidas por V. Ex.<sup>a</sup>, estão aí gravadas por nossos Anais e vão percorrer o País na noite de hoje e, talvez, já neste momento estejam sendo ouvidas.

Em face disto, Sr. Ministro, eu que havia colecionado uma série de fatos ligados a isto tudo, que nasceu e aumentou com a maxidesvalorização, e que V. Ex.<sup>a</sup> classificou bem com o nome de crise mundial e estratégia brasileira de ajustamento à balança de pagamentos, Fato que menos preocupa, o pequeno industrial, o pequeno homem de empresa, o trabalhador, deve também aqui, neste momento, ser lembrado e, por isso, preferi colecionar perguntas ligadas a isto, Sr. Ministro, que permitirá a V. Ex.<sup>a</sup> dar os esclarecimentos que precisamos ir, pouco a pouco, conhecendo: os maiores, os ligados ao balanço de pagamento, e os menores, os que abalam as pequenas e grandes empresas, e eu sei que o patriotismo de V. Ex.<sup>a</sup> e acima de tudo do Presidente Figueiredo, faço questão de dizer, faz com que estejam preocupados. Nós temos que pensar realmente, Sr. Ministro, que o que construímos, com sacrifício, no setor industrial, que o que construímos, nestes últimos anos, para sermos um país capaz de partir de uma exportação de dois bilhões para alcançar quase vinte e cinco bilhões, com sacrifício imenso, que esta indústria que nasceu sofrida, que nós temos que transformar em indústria nossa, em indústria brasileira, tem que ser amparada, isso deve estar e está, não tenho dúvida, na consciência dos nossos companheiros da Oposição, mas está também muito na consciência do nosso governo, porque nós somos acima de tudo brasileiros e amantes de nosso País.

Perdoe-me o preâmbulo Sr. Ministro, talvez a leveza das perguntas, mas elas serão algumas a que muitos estão atentos e esperam por uma resposta, porque estão ligados aos efeitos do que está ocorrendo e do que não somos culpados, nós sabemos; nós não somos culpados do que está ocorrendo no Mundo é do que está ocorrendo no Brasil. Nós somos todos culpados. Agora, nós precisamos é sair desta situação nos ajudando até mesmo nos criticando, e outros tendo a lealdade de responder e receber a crítica e procurar vencer. Por isso, pergunto, Sr. Ministro, — é uma coisa que está na consciência de mi-

lhões que nos ouvem, daqueles que estão lá em Tucuruí, ansiosamente esperando uma solução, daqueles que estão na grande São Paulo, de todos nós, das grandes e pequenas empresas, sobre o desemprego.

Escrevi rapidamente, há pouco, antes de vir para cá, muitas perguntas e puxei esta: Ameaça a grande coletividade de trabalhadores da indústria o desemprego; é um fato que nós reconhecemos, o problema preocupa os empresários tanto quanto preocupa aqueles que serão os sacrificados, os trabalhadores e a realidade é que continuam as dispensas em grandes e pequenas empresas e no setor público. E ainda é notório que em todos os setores públicos não são feitas nomeações e sim demissões e outra não é a postura no setor privado, onde se demite e evita-se nomeações. Como, na área econômica do Governo, V. Ex.<sup>a</sup> observa o futuro nesse campo de dificuldades? Esta é uma pergunta que V. Ex.<sup>a</sup> poderá nos esclarecer e que é necessário fazê-lo.

A segunda, Sr. Ministro, liga-se aos juros. Já se falou em juros; eu pertenço à grande área que nós chamamos dos empresários. Os grandes e pequenos, todos carregam dificuldades, mas como carregam mais os pequenos, Sr. Ministro! Então eu perguntaria, comentando rapidamente: O Governo tem adotado medidas recentes e o seu critério objetiva aliviar os juros internos. Nesta linha, na última sexta-feira, o Banco Central, pela Circular nº 767, dispôs que os tomadores de recursos, via Resolução nº 63, poderiam optar pela correção monetária para saldar seus encargos.

A referida decisão atende à reivindicação dos empresários sobre a matéria, contida em documento encaminhado em janeiro ao Sr. Ministro, pela Confederação das Indústrias, órgão do qual sou um dos Vice-Presidentes.

A única ressalva que devemos mencionar, Sr. Ministro, é quanto aos riscos da operação. Na proposta dos empresários caberia ao Governo o ônus da mesma: na resolução do Governo cabe aos bancos esta responsabilidade.

Tal fato pode levar que os bancos, à vista de uma possível futura maxidesvalorização, que poderá ocorrer, ou mesmo uma minidesvalorização, passo a passo, repassem este custo adicional. Desta maneira, é cabível questionar ao Sr. Ministro sobre qual será a postura do Governo. Em caso das taxas continuarem em níveis altos, será que teremos tabelamento de juros, ou que solução surgirá?

Fazendo esta segunda pergunta, Sr. Ministro, estou mais pensando em oferecer a V. Ex.<sup>a</sup> oportunidade de um esclarecimento que, como digo, é esperado por milhares, para não dizer, talvez, milhões de empresários, gente que empurra o nosso País para a frente: os menores e os maiores, mas eu acredito mais nos menores.

Um outro problema, Sr. Ministro, é o da capitalização. Talvez dissessem alguns que, nesta altura em que falamos em tantos problemas graves, mas esses problemas graves têm-se que estar sempre atento para que não se desmantele a máquina pequena.

Capitalização das empresas privadas. Em março de 1982, a CNI, em documento entregue ao Sr. Ministro, apresentou algumas propostas, objetivando a capitalização das empresas privadas nacionais. Uma delas fazia menção à reestruturação do Fundo 157, fazendo-o reverter realmente em benefício das empresas em especial as de pequeno e médio porte com ênfase para as localizadas no Norte e Nordeste. Como o Governo a cada ano vem esvaziando o referido Fundo, é de todo pertinente saber qual a posição do Ministro sobre a matéria.

É uma coisa que, aparentemente — deveríamos dizer — venha fazer esta pergunta, quando estamos preocupados com o ajustamento da balança dos pagamentos e é exatamente com a balança dos pagamentos pequenos das pequenas empresas, que eu tenho dever também neste momento de me dirigir a V. Ex.<sup>a</sup>.



Sr. Ministro, parecendo leve o assunto dos juros, eu acho que é oportuno V. Ex<sup>a</sup> ter nos minutos que agora estamos usando, a oportunidade de voltar a esclarecer e ajudar até a confiança daqueles que esperam longe. É preciso levar a eles uma palavra, uma imagem, um retrato e um pensamento oficial de confiança, porque não podemos é deixar de confiar no nosso país. E confesso que sei que é difícil a caminhada dos Ministros da área econômica, do Governo e do Presidente Figueiredo. Mas, confio que vamos vencer, Sr. Ministro. Confio não apenas porque sejamos um país economicamente válido, mas pelos nossos esforços e apenas enfrentando passagens sombrias de uma posição financeira.

E quanto ao desemprego, Sr. Ministro, que provoquem e que pergunto a V. Ex<sup>a</sup>. É também uma oportunidade que o nosso povo lá distante, Sr. Ministro, aguarda, e que gostaria de ouvir alguma coisa.

Com essas palavras, Sr. Ministro, que repito, e com essas perguntas que ofereço, como uma oportunidade para que V. Ex<sup>a</sup> esclareça.

Agradeço a atenção.

**O SR. ERNANE GALVÊAS (Sem revisão do orador.)**

— Sr. Presidente, conheço e admiro de muitos anos o nobre Senador Gabriel Hermes, pela elevação das suas atitudes, pela correção do seu comportamento, pela sua humildade e pela sua preocupação com os pequenos e com os humildes. E, muitas vezes, tivemos oportunidade de discutir os mesmos assuntos, os mesmos propósitos, buscando as mesmas soluções. E vejo hoje, aqui na tribuna do Senado, o Senador Gabriel Hermes, com a mesma convicção, com a mesma determinação, com o mesmo e firme propósito de defender os pequenos, os menores, aqueles que no embate dos grandes acontecimentos na economia nacional não são os mais bem dotados, não são os mais bem protegidos.

Admito, como V. Ex<sup>a</sup> que muitas vezes a Oposição nos coloca perguntas cruéis. E imagino que se eu tivesse, também, colocado do lado do Sr. Senador Severo Gomes ou do Sr. Senador Roberto Saturnino, estaria fazendo a eles, como Ministros, se fossem, as mesmas perguntas, possivelmente com um pouco menos de crueldade.

Mas, Sr. Senador Gabriel Hermes, V. Ex<sup>a</sup> pode acompanhar o elenco de providências e de medidas adotadas pelo Governo, na administração atual, do Presidente Figueiredo, a sua enorme constância e preocupação com os problemas das pequenas e médias indústrias.

Concordamos inteiramente com V. Ex<sup>a</sup> que as indústrias pequenas e médias têm que se amparar, requerem um cuidado especial, porque estão mais expostas, porque têm menos condições de enfrentar a crise.

Há um problema de desemprego, há um problema de desemprego que aflige a classe dos trabalhadores nacionais, evidentemente, felizmente, e graças a Deus não é um problema que tem a dimensão do desemprego nas grandes economias internacionais.

No final do ano passado, antes, registravam-se mais de 30 milhões de pessoas desempregadas somente no mundo ocidental capitalista, situação de desemprego que caminha na direção de 35 milhões de desempregados.

Esse fato evidencia, sobre outros fatos, que nós estamos colocados, hoje sobre um ciclo econômico de recessão, onde o desemprego é, realmente, uma presença inevitável. Continuam algumas dispensas nas empresas nacionais, continua havendo algum desemprego nas indústrias nacionais. Esse é um fato que está registrado, com constância, nas estatísticas do IBGE e também nas estatísticas da FIESP, para um conjunto selecionado de empregos.

Eu, se bem me recordo, no ano de 1982, o IBGE registrava para a maioria dos grandes centros urbanos no Brasil, taxas médias entre 8,5% e 9% nos níveis de desemprego que, ao final do ano de 1982, haviam declinado para uma taxa média, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e outros grandes centros, para

uma taxa média em torno de 4,5%. Uma tendência nítida na situação de desemprego ao longo do ano de 1982.

Mas, vou alertar a V. Ex<sup>a</sup> para os índices de desemprego apresentados nos primeiros meses de 1983, que foram elevados, mais elevados nos grandes centros urbanos, denotando, à primeira vista, o recrudescimento do desemprego na indústria nacional. Mas, gostaria também de advertir V. Ex<sup>a</sup>, ao utilizar essas estatísticas, para a sazonalidade desse fenômeno, porque também, nos primeiros meses de 1981 e de 1982, essa mesma tendência de crescimento dos níveis de desemprego foram registrados nos meses de janeiro e fevereiro.

Nobre Senador Gabriel Hermes, toda a política realizada na administração do Presidente João Figueiredo está dirigida e enfocada para sustentar uma taxa de desenvolvimento econômico elevada, acelerada, criando condições, não só para manter a estabilidade nos níveis de emprego, como criar novas oportunidades de empregos para os novos trabalhadores que a cada ano chegam ao mercado de trabalho.

As medidas que têm sido adotadas, principalmente para reforçar a expansão das exportações, não vão para outra direção, porque nós estamos convencido, e assim nos ensinam a experiência brasileira e a experiência internacional, que na medida que nós alargarmos o mercado das nossas exportações, nós estaremos ampliando as oportunidades do mercado interno. Da mesma forma, na medida que nós substituímos as importações essenciais, nós estaremos criando condições de trabalho nas indústrias nacionais, com possibilidade de maior emprego para os trabalhadores brasileiros.

É esse, Senador Gabriel Hermes, o trabalho que está sendo realizado, é esse o contexto em que se realiza a estratégia da política econômica: criar empregos é o nome dessa política, criar empregos por todas as formas, e por todos os meios, pela política monetária, pela política fiscal, pela política cambial, a expansão das exportações.

Porque tudo se resume, na verdade, em sustentar esse processo de ampliação dos níveis de emprego. O que nós também procuramos e, às vezes, parece contraditório, é evitar que haja altos inesperados na expansão destas atividades e no nível de emprego, e no momento seguinte esses níveis sejam reduzidos penosamente. A estabilidade, a continuidade, o processo continuado de desenvolvimento econômico e social têm que ser perseguidos pela própria natureza da estratégia de estabilização.

É isso que eu posso dizer ao Senador Gabriel Hermes, que está contido nessas medidas adotadas mais recentemente.

Sobre as taxas de juros, nobre Senador, acho que a primeira indagação que deveremos fazer é: por que as taxas de juros são elevadas no Brasil? E volto aqui a repetir a resposta que havia dado anteriormente. Existem várias taxas de juros no mercado brasileiro. Não existe só uma taxa de juros. Nós convivemos, como dizia o Senador Roberto Saturnino, com taxas de juros mais elevadas do mundo em termos reais, mas também convivemos com as taxas mais baixas do mundo em termos de taxa subsidiada. Então, temos que examinar, analisar ou buscar um diagnóstico e uma terapêutica para o problema das taxas de juros, confrontando os vários segmentos dos mercados onde as taxas são mais baixas, onde as taxas são elevadas. A taxa nominal é elevada fundamentalmente porque a taxa de inflação é elevada. Com uma inflação de 100%, e não pensar apenas na taxa de juros que vai pagar o tomador de empréstimo, mas na taxa de remuneração das suas poupanças que vai receber o homem que deixa de consumir, para guardar suas economias no sistema financeiro. São dois lados, são dois interesses. E a conciliação desses dois interesses é que permeia a política monetária. A taxa de juros é alta porque o patamar das taxas de juros externos, que determina, de uma certa forma, e condiciona as taxas de juros do seguimento livre no mercado interno, é elevado. Nós saímos de uma taxa

de 10% do libor mais 2,5 de *spread* — que, aliás, ao Senador Fernando Cardoso não agrada — mais o Imposto de Renda de 2,5 sobre a remessa dos juros que não conseguimos evitar por falta de resposta de um país industrializado como os Estados Unidos, exportadores de capitais, que não têm, na sua legislação, como abrigar a isenção dessas taxas, no nosso interesse a essa tributação e mais a comissão de intermediação bancária. Então, temos hoje, para os empréstimos realizados com moeda estrangeira, uma taxa real de juros entre 18 e 20%. Essa taxa realmente marca o patamar das taxas de juros que é realizado no seguimento livre de mercado. Mas é preciso não perder de vista que as taxas de juros da agricultura, da pequena e média empresas e das exportações são taxas altamente subsidiadas.

V. Ex<sup>a</sup> coloca o problema das pequenas e médias indústrias que se encontram neste contexto. Pergunta mais: e o risco cambial? E as taxas elevadas? E a possibilidade de que, realizando operações, pela Circular nº 767, o Governo possa estar recebendo um ônus desse subsídio ou desse risco, por que não os bancos, ou quando os bancos, por que não o Governo Federal? A idéia que preside a este trabalho, a opção aberta para que o sistema trabalhe com taxa de correção cambial ou com correção monetária está colocada dentro do princípio de que há liberdade do sistema de escolher as formas como deve operar o prestador e o tomador do empréstimo.

Estamos procurando evitar as formas que aumentam a ingerência do Governo nas atividades econômicas privadas. Estamos procurando desenvolver as forças de mercado à condução dos acontecimentos e retirar daí o excesso de Governo que existe hoje nas regulamentações do mercado privado.

De modo que o tabelamento a que V. Ex<sup>a</sup> se referia, embora seja uma possibilidade que não descartamos inteiramente, está afastada na presente conjuntura, pela forma como estão sendo condicionados os problemas das taxas de juros. V. Ex<sup>a</sup> indaga finalmente: E a capitalização? E a importância da capitalização das empresas nacionais, que eu reconheço, como V. EX B9, excessivamente endividada, e a importância de que se reforcem seus capitais para se defender dessas elevadas taxas de juros.

A Confederação Nacional da Indústria, dizia a V. Ex<sup>a</sup>, em março de 82, apresentou às autoridades do Governo um elenco de sugestões. Várias delas, V. Ex<sup>a</sup> sabe porque é membro daquela Confederação, várias delas foram atendidas, sobre várias delas recebemos a comunicação do agrado e da satisfação de vê-las adotadas, se não no todo, em parte pelas autoridades do Governo Federal.

V. Ex<sup>a</sup> perguntava pelo Fundo 157 e a orientação dos recursos desse Fundo para o Norte e o Nordeste, e nós não atendemos. Não atendemos a essa reivindicação específica da Confederação Nacional da Indústria porque entendemos que o Fundo 157 representava um processo educativo que tinha sua função delimitada no tempo e deveria ser gradualmente ajustado às possibilidades e à orientação da política fiscal. Por isso ele foi redimensionado, por isso ele foi reduzido, e por isso mesmo deixamos em aberto, e nas suas dimensões originais, o FINOR, o Fundo que atende especificamente ao Nordeste, e o FIDAN, que atende especificamente ao Norte. Destes últimos três anos da Administração do Governo Figueiredo, eu poderia mandar a V. Ex<sup>a</sup>, e o farei com satisfação e com o mesmo espírito público que orienta as indagações de V. Ex<sup>a</sup>, a lista das medidas que foram adotadas na área creditícia, na área do mercado de capitais e na área dos incentivos fiscais, para contemplar especificamente o problema de capitalização das pequenas empresas. Medidas fiscais que propiciaram a capitalização pela venda de patrimônio dos sócios, pela venda de patrimônio das próprias empresas, pela facilidade de deduzir, no Imposto de Renda, determinadas parcelas do imposto pela própria capitalização de patrimônio, o alarga-

mento dos fundos de investimentos, a redução da participação dos títulos públicos para alargar a participação dos títulos privados, a abertura dos fundos de previdência privada para abrigar também esse processo de capitalização. De modo que, também aí, nobre Senador Gabriel Hermes, vamos coincidir com o mesmo propósito e verificar que as medidas que estão sendo tomadas caminham na direção que V. Ex.<sup>a</sup> deseja.

Por fim, Sr. Presidente, nobre Senador, registro, com satisfação, o fecho do pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> A Palavra de ordem é confiança, a palavra de ordem é confiar. Nós vamos vencer a crise. Vamos vencer a crise porque estamos determinados a vencê-la, porque, em outras oportunidades em que o Brasil confrontou-se com essas dificuldades, elas foram vencidas, porque temos recursos naturais, porque temos uma classe trabalhadora, laboriosa e diligente, porque temos empresários abertos à iniciativa, agressivos para produzir quando há oportunidade de vender, para exportar quando há mercados e quando há retorno para suas operações de exportação.

Estamos buscando reunir essas vontades e conciliar esses fatores de que o País está plenamente dotado e que podem ser mobilizados para superar a crise. Não que possamos resolver os problemas da crise. Estamos colocados sobre um ramo descendente de um ciclo econômico de graves profundidades, assim estão os Estados Unidos, a Europa e os outros países industrializados e como nós os menos desenvolvidos. Não vamos resolver a crise que caracteriza esse descenso do ciclo econômico que se traduz na recessão atual. São pequenas as nossas forças para chegar lá, mas vamos tomar, aqui dentro, na área da política econômica nacional, as medidas necessárias para minimizar a crise, para ganhar tempo, para aumentar a resistência da estrutura da economia nacional, vencer esses percalços e, daqui a pouco, voltar novamente a colocar a economia política brasileira nos caminhos do desenvolvimento e do progresso econômico social. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador José Fragelli.

**O SR. JOSÉ FRAGELLI (Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Sr. Ministro, meus colegas Senadores:

A minha presença nesta tribuna é a do homem do povo feito Senador. Sou um simples advogado provinciano que há quase quarenta anos faz política, mas nunca pude aprofundar meus conhecimentos, sobretudo em matéria de economia e de finanças.

Usaram da palavra aqui, pela Oposição, além de eminentes Senadores do PDS, o Senador Severo Gomes, empresário, conhecedor de todos os assuntos referentes a economia e a finanças; o Senador Roberto Saturnino, perito nesses assuntos, que tem pronunciado nesta Casa e fora dela conferências, proferido lições que a todos nós tem instruído; e o Professor Fernando Henrique Cardoso que, embora não sendo economista, como ele disse, no entanto é um dos professores mais conceituados neste País e em São Paulo.

Vem agora, portanto, um simples advogado de província, feito Senador, ousando fazer uma indagação única ao eminente Ministro Galvêas, que tantos serviços, em tão altos postos, tem prestado ao Brasil.

Senhor Ministro, a pergunta que vou fazer poder-se-ia dizer que não é minha. É uma indagação que me tem sido feita pelos meus concidadãos, homens simples de todas as categorias, lá na minha pequena cidade provinciana de Aquidauana. Eles sempre me perguntam: Fragelli — os amigos — senador, como é que o Brasil chegou a dever tanto, a tal ponto que não pode pagar o que deve e é a Nação mais endividada do mundo? E essa a pergunta que, nos termos em que vou colocar, quero dirigir ao ilustre Ministro da Fazenda.

Tenho, aqui em mãos, Sr. Ministro, a dívida externa brasileira desde 1967 até 1981 ou poderia dizer até 1982, e verifico que, quando se encerrou o Governo do eminente Presidente Médici, os nossos compromissos externos iam a 12 bilhões e 572 milhões de cruzeiros; no período

do Geisel, em 5 anos, essa dívida elevou-se para 43 bilhões e 510 milhões. Em verdade, nesse mesmo ano de 1978 as reservas cambiais atingiram, parece que o seu ponto mais alto, de 11 bilhões e 895 milhões de dólares.

Mesmo assim, Sr. Presidente, vemos que no Governo Geisel a nossa dívida externa saltou de 12 bilhões e meio para 43 bilhões. Portanto, em 5 anos, 30 bilhões, 938 milhões a mais do que toda a dívida até então comprometida pelo Brasil no exterior. O governo Médici fechou com 12 bilhões de meio e o Governo Geisel com quase 40 bilhões a mais.

Se esses dados impressionam, Sr. Ministro, e configuram um desastre, pelo menos para um leigo, como eu, cidadão do povo, no Governo Figueiredo esse desastre ganhou contornos que chegam a ser estarrecedores, porque o débito de 43 bilhões e meio, chegou, em 81, a 61 bilhões. E, segundo eu ouvi num desses pronunciamentos de Sua Excelência, o Sr. Presidente, a dívida externa já atingia a 90 bilhões. Não sei se pela franqueza habitual do Presidente da República, sua maneira de colocar as questões com uma franqueza muitas vezes brutal, que ele tenha fornecido ao povo brasileiro, através da televisão esse dado de 90 bilhões de dólares, com o comprometimento brasileiro no exterior.

Impressionado, Sr. Ministro, com esses dados, procurei ler alguma coisa a respeito, para saber se aquela indagação que ouço constantemente dos meus concidadãos, quando perambulo pelas ruas da minha Aquidauana. E claro chega o Senador da terra, de uma pequena cidade, quando vou ao banco, para constatar que o meu saldo positivo deixado quando vim para Brasília já é saldo negativo quando voltei, ali se forma um grupo e as indagações vêm ao Senador.

Nas ruas, ali na esquina, onde há dois bares de cafezinho, reúnem-se os homens da terra, os mais esclarecidos e os mais simples. E no mercado onde vou, constantemente, também, falando com o lixeiro, com o açougueiro, com o vendedor de hortigranjeiros, essas perguntas se apresentam.

Devo dizer aqui que, se alguma coisa de positivo está acontecendo neste País, com a situação grave que ele vive, é de ter despertado todos os brasileiros desde os homens mais simples. Eu acho que todos os Srs. Senadores e Deputados que convivem, como eu, procuro conviver com o povo da minha terra, não de dar o seu testemunho de que, hoje, as pessoas mais simples procuram conhecer e discutir a situação econômica e financeira do nosso País, e com aquela intuição que é própria do povo, muitas vezes, manifestar opiniões sobretudo de bom senso que nos deixam admirados.

Então, repito Sr. Ministro, a pergunta aqui vai ser à do Senador, homem do povo, como que trazendo a este alto Plenário do Senado da República aquilo que o povo simples hoje discute em todos os lugares: nas ruas, nas praças públicas, nos cafés. Acompanhando este endividamento brutal, de 73 para cá, saltando de 12 bilhões e meio para 90 bilhões de cruzeiros, ouvindo, repito, aqueles que comigo conversam e ouvindo a mim mesmo, pergunto Sr. Ministro, sempre me perguntei: Será que os dirigentes das nossas finanças, consultando as possibilidades da nossa economia nunca fizeram uma previsão, ou procuraram fazer uma previsão da capacidade de endividamento do Estado brasileiro? Não haveria um teto que não poderia ser ultrapassado e, além do qual, a Nação brasileira já não poderia responder aos seus compromissos financeiros no exterior? Essas indagações, por serem tão simples, partidas de gente simples, como eu, inclusive, procurei saber se os entendidos também, em algum momento, colocaram o problema. E encontrei, como vou mostrar. Mas, antes disso, seja-me permitido ler dois pequenos trechos de observações pertinentes, do momento, feitas por João Scatim Araújo, num excelente ensaio denominado "A crise da República Presidencialista".

Logo no prefácio, Sr. Ministro, ele tem essas observações que, a meu ver, cabem no caso.

"Se o Brasil que entrar na História como grande potência, deve organizar-se em todas as suas categorias, a política, a social, a econômica. Já estamos individual e

coletivamente na era da prospectiva. A multiplicação dos seguros, a segurança social instituída pelo Estado, abarcando vastas áreas humanas; as carreiras profissionais como um plano elaborado pacientemente pela pessoa; a economia doméstica organizada segundo dobramentos futuros; os acordos coletivos de trabalho; os reajustamentos salariais previstos através de acordos intersindicais, são tantos dos itens da prospecção individual.

Da coletiva, temos os planos, as previsões, os programas que se elaboram para a empresa e para o Estado. A sociedade da abundância deve ser prospectiva, se não quiser malograr. A previsibilidade, a previsibilidade caracteriza a idade tecnológica, na qual fomos violentamente introduzidos, nos últimos anos, e onde devemos viver, adaptando-nos aos seus imperativos cada vez mais atuantes. Nada mais deve ser deixado ao azar das decisões sincopadas.

E logo adiante:

"O acuso é hoje intruso na vida dos homens e das Nações. A política dos conchavos, que é a própria política das improvisações, não cabe em nossos dias, na esfera do Estado."

A simples leitura dos dados que enumerei e que nos levaram a um impasse que V. Ex.<sup>a</sup> diz que vai ser superado, mas deixa a Nação mais do que inquieta, sobressaltada e, às vezes, desesperada, esse impasse a que chegamos, diante dos dados brutais do endividamento externo brasileiro, fazem com que duvidemos que a prospectiva tenha sido um exercício dos dirigentes da política econômica e financeira do País.

Então, volto, Sr. Ministro, àquela questão: Não haveria um limite para o endividamento externo? Não haveria um momento em que se pudesse detectar que esse endividamento não poderia ser superado, porque superaria também a capacidade de pagamento do Brasil dos seus compromissos externos?

A indagação que eu fazia a mim mesmo procurei ver se encontraria respaldo em algum ensinamento de um entendido, de um professor de economia e finanças, como é V. Ex.<sup>a</sup> e como são tantos que aqui se encontram. Encontrei, Sr. Ministro, na conferência do Professor Alfred Holthus, pronunciada, se não me engano, no ano passado, o seguinte: na parte em que ele fala sobre serviço da dívida, crises de liquidez e indicadores de endividamento. Ele faz uma breve exposição, para chegar a este exemplo, citando justamente o Brasil:

"A dívida externa acumulada do Brasil era de 49,9 bilhões de dólares em 1979, dos quais 6,7 bilhões deviam ser amortizados em 1980, além dos 6,3 bilhões em juros. A captação de 13 bilhões, mais do que a dívida pendente total da Iugoslávia em 1979 — teria elevado a dívida externa brasileira a 56,2 bilhões de dólares no final de 1980, sem transferência líquida alguma.

Ou seja, não teria sobrado fundos para cobrir nem o aumento no preço do petróleo, nem qualquer investimento."

E, agora, o ponto a que quero chegar...

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Peço permissão nobre orador que está na tribuna, para submeter ao Plenário a prorrogação da sessão por 30 minutos. Nós temos uma sessão do Congresso Nacional, que tem matéria constitucional, que não pode ser adiada, às 19 horas. O nosso Regimento é draconiano. Tenho a impressão de que há um artigo elaborado pelo Senador Roberto Saturnino, propondo uma outra sessão para o Ministro comparecer para novas interpelações. Mas, como 11 senhores Senadores estão inscritos e as três lideranças desejam apenas formular um agradecimento ao Sr. Ministro, vou submeter a prorrogação por mais 30 minutos que, creio, vai dar para responder ao Senador José Fragelli, e concluímos a nossa sessão de hoje.

Submeto a votos o requerimento. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Fragelli, e eu peço que conclua, porque já falou a mais oito minutos.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Vou continuar na leitura da lição dada pelo Professor Holthus: É este o ponto, Sr. Ministro:

“Este quadro leva a suspeitar que um país não pode tomar montantes de cada vez maiores créditos, sem incorrer em dificuldades de pagamento”. É esse o ponto que eu frizaria. “E que, em algum momento, chegará ao limite de sua capacidade de endividamento.”

Então, a minha pergunta, Senhor Ministro, é justamente esta:

Em algum momento, não chegaram as nossas altas autoridades financeiras à conclusão de que esse limite de endividamento é, além do qual, a nossa capacidade de pagamento, de honrar os compromissos, teria sido superado?

Esse momento, Sr. Ministro, é claro, eu não vou pedir a V. Ex<sup>a</sup> que o fixe em hora, em dia, em mês, ou mesmo em ano. Mas, neste período de nove anos, em que a dívida externa foi de doze bilhões e meio a noventa bilhões de cruzeiros, deve ter havido um momento, um período, no qual tenha sido detectado esse limite máximo de capacidade de endividamento do País, com possibilidade de pagamento.

Esta é a pergunta que eu deixo a V. Ex<sup>a</sup>, reduzindo um tanto o que eu teria de falar.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, me permita uma observação. Acho que a vinda de um Ministro ao Senado da República devia, Sr. Presidente, superar também as exigências regimentais. Muito mais importante é a presença do Sr. Ministro do que uma sessão extraordinária do Congresso, e essas sessões já têm sido, por vezes, suspensas para votarmos aqui aprovação de embaixadores. Quer dizer, matérias de muito menor relevância do que está nos debates que aqui estão se verificando, e a respeito das quais nós deveríamos ouvir pelo menos ainda a palavra de dois eminentes líderes, o da Maioria e o da Minoria. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. ERNANE GALVÊAS (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu entendo esgotado o tempo regulamentar e, por isso, me proponho a transmitir ao meu prezado amigo e ilustre Senador José Fragelli a resposta as suas indagações. Vou apenas dizer ao Senador, primeiro corrigindo uma cifra: quando comparamos 12 bilhões de dólares de dívida em 1973, e a dívida ao final de 1983 esperada, estamos incluindo cifras diferentes. Se não incluímos na cifra de 12 bilhões a dívida de curto prazo não devemos fazê-lo também no final deste período de 82/83 porque aí os números são menores, para o final de 83, 78 ou pouco mais de 78 bilhões de dólares.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Mas são igualmente compromissos.

O SR. ERNANE GALVÊAS — Sim. E mais a dívida. Mas aí teríamos que comprar as duas dívidas. Mas não estou me penitenciando porque os argumentos de V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, beneficiariam um período de governo onde eu tinha responsabilidade quando Presidente do Banco Central.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito bem!

O SR. ERNANE GALVÊAS — Mas, não quero dar uma resposta a V. Ex<sup>a</sup>, sem o cuidado de fazê-lo nas dimensões e na profundidade que V. Ex<sup>a</sup> merece.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito obrigado.

O SR. ERNANE GALVÊAS — Por isso, se V. Ex<sup>a</sup> aquiesce fazê-lo e depois transmitir pessoalmente ou de qualquer outra forma a V. Ex<sup>a</sup>. Apenas diria o seguinte: o Brasil, realmente, escolheu o endividamento como uma forma de responder à crise internacional. Parece-me que o fez de maneira cuidadosa e criteriosa, porque levantou recursos internacionais, primeiro, para financiar os desequilíbrios causados pelo aumento dos preços, inclusive do petróleo, para não promover o racionamento de com-

bustível no Brasil, para não criar um trauma na economia brasileira, e o fez por curto prazo porque, em seguida, o endividamento externo é representado por grandes investimentos, que mencionei aqui na área do setor privado e do setor público.

Se V. Ex<sup>a</sup> quisesse, realmente, ou tivesse a possibilidade de responder de uma forma curta aos seus companheiros nas ruas de Aquidauana, sobre a dívida externa do Brasil, poderia dizê-lo, sem maiores preocupações de elaborar a resposta, que o Brasil tomou esses recursos e investiu em coisas essenciais para reforçar e consolidar a infra-estrutura da economia nacional, para criar produção, para criar novos empregos, para aumentar as oportunidades que os trabalhadores brasileiros têm de se manter empregados, ou as possibilidades de abrir empregos para os contingentes que, a cada ano, cerca de 1 milhão e meio de pessoas vão chegando ao mercado de trabalho.

E aí estão os grandes projetos: Itaipu, Tucuruí, as siderúrgicas, até mesmo alguns mais questionados, como os metrô em São Paulo e no Rio de Janeiro. V. Ex<sup>a</sup> pode fazer uma figura para convencer a gente simples de Aquidauana: o Brasil poderia pagar a sua dívida externa, remetendo para o exterior esses projetos de energia elétrica ou de siderurgia. É apenas uma figura de imaginação. Mas, se o Brasil exportasse — Itaipu, Tucuruí e a Siderúrgica Nacional e a Siderurgia de Tubarão — estaria o Brasil mais rico ou mais pobre? Haveriam mais possibilidades de emprego para o homem simples de Aquidauana, ou haveriam menos possibilidades de emprego para o trabalhador nacional? É isso, Senador Fragelli, e o resto eu complemento por escrito para que V. Ex<sup>a</sup> receba em profundidade.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, e espero essa resposta por escrito, porque confesso a V. Ex<sup>a</sup> que não fiquei inteiramente convencido. Muito obrigado eminente Ministro.

O SR. ERNANE GALVÊAS — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Com a palavra o nobre Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Sr. Ministro, Srs. Senadores.

Felicidade de V. Ex<sup>a</sup>, encerrarmos a fila de oradores e de debatedores em V. Ex<sup>a</sup>, portanto, o poder da síntese que permitimo-nos sem vaidade, proclamar, vai fazer nossa intervenção curtíssima: 1, 2, 3, 4.

1 — Parabéns pela exposição que fez, principalmente pela divulgação desse documento. Poucos terão se apercebido que, anexo ao mesmo, está não só a carta que o País enviou ao FMI, como depois o memorando técnico de entendimento mostrando que a administração brasileira nada tem a esconder de ninguém; e, de suplemento, ainda, uma carta feita pelas mesmas autoridades financeiras, de 24 de fevereiro último. Portanto, não iria mais perder tempo em dizer da nossa concordância a respeito.

Coube-nos, aqui, por delegação do eminente Líder Aloysio Chaves, defender a política adotada pelo Governo na contratação de sua dívida externa. Já tivemos o primeiro debate com o eminente Senador Roberto Saturnino e outro com o Senador Pedro Simon, estamos esperando a sua contradição. Mas aqui só queremos realfirmar, em atenção a tudo o que V. Ex<sup>a</sup> disse, que um país que 69% das suas importações em valor, são financiadas até 180 dias que tem uma necessidade absoluta de crédito lá fora, só em última análise, em último momento, em última ratio, iria apelar para a moratória e deixar de seguir o caminho que foi bem trilhado por nós.

Mas, permita-me servir agora de “advogado do diabo”, isto é, acredito que duas perguntas feitas cá, não pelo vice-Líder do Governo, mas justamente por um Senador, serviriam bastante para elucidar pontos que até aqui não foram tocados, pelo menos não vi.

Meu caro Ministro, como vamos conciliar, nos próximos anos, o corte substancial proclamando nos gastos de

investimento das estatais com a estrutura de produção das empresas privadas que foram dimensionadas na base de encomendas públicas. É um caso. O número 1.

A número 2 — Razões há, mas gostaria de saber por que o Governo brasileiro, antes de recorrer à organização desse seu plano não tentou o apoio de outros grandes devedores, não para fazer a moratória, que aqui o nosso Senador Roberto Saturnino por ela tanto propugna, mas para preparar um conjunto de medidas que fossem aqueles bancos a atitudes mais acomodadoras e à redução generalizada dos juros? Mais síntese do que isso, não é possível.

Estas as perguntas.

O SR. ERNANE GALVÊAS — (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para conciliar com os interesses da Mesa pediria ao nobre Senador Virgílio Távora que aceitasse uma resposta também curta, concisa.

Estamos, realmente, promovendo um ajustamento dos gastos e dos orçamentos das empresas estatais, porque acreditamos que há uma pressão de demanda do lado do setor público, inclusive, da parte dessas empresas, criando pressões inflacionárias insustentáveis.

É preciso, realmente, redimensionar o setor Governo, nesta oportunidade, para abrir espaços para que as empresas privadas possam se desenvolver e possam encontrar os recursos com que vão responder ou satisfazer as suas necessidades atuais e superar a crise.

Esses números estão colocados nesse documento, nobre Senador Virgílio Távora, e eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que, se não estiverem completas as informações, com relação ao setor público, eu estaria também na obrigação de encaminhar a V. Ex<sup>a</sup> os dados mais completos sobre a parte do setor público, no contexto dessa estratégia de equacionamento das estabilidades interna e externa.

V. Ex<sup>a</sup> me surpreendeu com a pergunta, antes qualificada, de por que o Brasil, realmente, não se orientou no sentido de buscar um acordo entre os grandes devedores, para forçar os credores, os banqueiros internacionais, a uma renegociação global com taxas de juros, como dizia o Senador Saturnino, mais justas, mais humanas, mais impostas pelo devedor do que impostas pelos credores?

Eu teria uma grande dificuldade, Senador Virgílio Távora, de conduzir esse processo, pela simples razão de que eu não saberia por onde começar. Nós, no Brasil, nós brasileiros, nós, Governo do Brasil, tomaríamos a iniciativa de propor ao Peru, ao Equador, à Nova Guiné, à Costa do Marfim, um plano internacional de enfrentarmos os banqueiros numa negociação global? Ou nós esperaríamos que alguns desses países nos trouxesse a iniciativa e nos conduzisse à mesa de tais negociações. Como eu não sei, nobre Senador Virgílio Távora, por onde começar, também não sei como responder a sua pergunta.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Veja o Senhor que foi mesmo uma pergunta do advogado do diabo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena, Líder do PMDB.

*O SR. HUMBERTO LUCENA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Ministro Ernane Galvêas para responder às indagações.

O SR. ERNANE GALVÊAS (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, como o Senador Humberto Lucena remarcou no início da sua exposição, não há um questionamento que possa demandar uma resposta de nossa parte. Por isso, eu pediria apenas para registrar o fato de que existem diferenças pequenas e grandes entre a opinião e a posição da Oposição, em relação ao Governo. Mas quero destacar que, realmente, entre essas posições, nós temos reiterado a nossa convicção e a determinação de não aceitar uma atitude de derrotista para realmente

manifestar e insistir, com confiança, que há soluções para os problemas brasileiros. Nós estamos tentando, nós vamos chegar a superá-las. Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Muito bem!)*

O SR. HUMBERTO LUCENA — Agradeço a atenção de V. Ex<sup>a</sup>, embora os seus argumentos e as suas conclusões não sejam por nós aceitas.

SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, que falará como Líder dentro do prazo solicitado por S. Ex<sup>a</sup>, de 2 minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Como Líder, Sem revisão do orador.) Sr. Ministro:

V. Ex<sup>a</sup> usou, ao responder ao Senador Gabriel Hermes, uma expressão que me tocou: V. Ex<sup>a</sup> se sentiu inquerido, com uma dose de crueldade por parte de Senadores de oposição, citando a mim nominalmente.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que se houve esse sentimento, não houve, de maneira alguma, a intenção de ser cruel, assim como de nossa parte, cumprindo aqui o nosso dever, temos que dizer também que nós achamos que a política que V. Ex<sup>a</sup> desenvolve, juntamente com o seu colega do setor econômico, o Ministro Delfim Netto, é uma política extremamente cruel, com uma maioria imensa da população brasileira. Mas, nem por isso, nós queremos ver, também, intenção de crueldade por parte da ação de V. Ex<sup>a</sup> e do Ministro Delfim Netto. É uma questão de ponto de vista e de posição política.

Eu desejaria brevemente, muito rapidamente, salientar três pontos das intervenções de V. Ex<sup>a</sup>, respondendo a mim e a outros Senadores. V. Ex<sup>a</sup> respondeu às minhas perguntas, com outras perguntas. E se eu estivesse errado e V. Ex<sup>a</sup> estivesse certo? Devo dizer, nobre Ministro, que, de um lado, além da forma de responder não ter, para nós nenhuma eficácia, de vez que V. Ex<sup>a</sup>, é que tem a responsabilidade da condução da política e não nós da oposição, devo salientar dois pontos: primeiro que no curso dos debates que têm sido travado nessa Casa, infelizmente, lamentavelmente, as minhas previsões, as nossas previsões, dos colegas de oposição, que tenham usado a tribuna, têm se aproximado muito mais da verdade do que das previsões trazidas pela Bancada Governista, naturalmente em consonância com os pontos de vista e as informações que tem dos Ministérios da área econômica. E, de outra parte, parece-me que ficou evidente a falta de uma política alternativa, que leve em conta a possibilidade de que venham a ocorrer fatores, emergências, diferentes daquela visão otimista, com a qual o Governo sistematicamente tem trabalhado e tem encontrado, na realidade, fatores que não correspondem, muito frequentemente, a essas previsões. E esta falta de uma política alternativa, esta falta de uma estratégia alternativa para o caso do não cumprimento das previsões otimistas, isso nos alarma muito. O segundo ponto, para o qual eu queria chamar a atenção do ilustre Ministro, é que esta explicação dos *spreads* altos não convenceu. Para nós, não há explicação para o fato de o Brasil estar pagando *spreads* tão altos, a não ser, uma falta de agressividade, uma falta de maior empenho, uma falta de competência nessas negociações, que outros países devem estar tendo, e que nós, infelizmente, não estamos apresentando nessas negociações. E aí, então, eu ligo uma questão à outra, que este procedimento que chamei de moratória consentida, onde vamos pagando o que nos pedem, onde vamos simplesmente deixando de usar a competência, a negociação competente, a agressividade, nesses entendimentos e vamos, simplesmente, concordando com tudo aquilo que é exigido do Brasil em matéria de *spread*, de taxas de juros, de concessões de política econômica, aqui e ali. E a mim, Sr. Ministro, sinceramente, me espanta, me espanta, a declaração de V. Ex<sup>a</sup>, segundo a qual, não saberia como iniciar um entendimento com outros países, em situação semelhante à do Brasil. Porque isso deveria estar sendo feito, há muito tempo. Desta tribuna quantas vezes advertimos para a necessidade de um entendimento dessa natureza. V. Ex<sup>a</sup>, a esta altura, declara que não saberia nem como começar? Então, isso tem muito a ver com a explicação

desses *spreads* altos, desta complacência geral do Brasil, em relação a todas as exigências que nós são impostas nesta moratória consentida pela qual estamos passando.

Finalmente, atendendo ao Presidente e agradecendo a sua benevolência, quero dizer ao Ministro que a vinda de V. Ex<sup>a</sup> aqui foi muito positiva, não obstante discordamos em quase tudo, não obstante não nos satisfazemos mutuamente nas indagações que fizemos a V. Ex<sup>a</sup>, nas respostas que recebemos, assim como nas colocações que fazemos, não obstante isto pode ser o início de um debate que estamos tanto a pedir nesta Casa, que se discuta precipuamente esta questão que está a nos angustiar a todos.

Concordo aqui com V. Ex<sup>a</sup> de que aquela sugestão de nos trancarmos todos numa sala até que emergisse uma solução é inaceitável. Entretanto, com esforço, vamos procurar uma alternativa, um esforço para que desenvolvamos, dentro do Congresso, algum tipo de audiência, de debate, alguma comissão especial, enfim alguma iniciativa do Congresso que possa encaminhar esta discussão. E, ao fim dela, se esclarecer muita coisa, se encontrarem conjunções pontos de concordância a respeito de novos encaminhamentos da política econômica, me parece que isso é algo diferente da solução da sala e algo que pode vir a ser extremamente construtivo e extremamente importante neste momento que atravessamos.

Era o que tu tinha a dizer. *(Muito bem! Palmas!)*

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. Ernane Galvêas. — Muito obrigado, Sr. Presidente, eu não teria nada a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aloysio Chaves, como Líder do PDS.

O SR. ALOYSIO CHAVES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro Ernane Galvêas para suas últimas considerações.

O SR. ERNANE GALVÊAS — Sr. Presidente, eu gostaria apenas, ao finalizar a minha exposição no Senado Federal, os debates que tive oportunidade e a honra de manter aqui com os Senadores, de agradecer pela forma atenciosa, urbana e cavalheira com que o Senado me recebeu.

Muito obrigado. *(Muito bem! Palmas. O Sr. Ministro efusivamente cumprimentado.)*

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Sr. Ministro, Srs. Senadores:

Sr. Ministro, a Mesa quer endereçar a V. Ex<sup>a</sup> os melhores agradecimentos pela sua presença, a sua inteligência, a forma clara com que expôs a este Plenário e a esta Casa as coisas das finanças deste País, deixa a todos, nós, e a mim sobremaneira, como seu conterrâneo, profundamente gratificado por estar, nesta hora, presidindo esta sessão.

Leve V. Ex<sup>a</sup> a impressão de que o Parlamento é isto, leve melhor a manifestação mais sincera dos nossos agradecimentos e de nosso aplauso. *(Muito bem! Palmas.)*

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ERNANE GALVÊAS EM SUA FALA AO SENADO:

## A CRISE MUNDIAL E A ESTRATÉGIA BRASILEIRA DE AJUSTAMENTO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

Exposição do Ministro de Estado da Fazenda no Senado Federal, em 23-3-83

### INTRODUÇÃO

É com grande satisfação que compareço a esta Casa do Congresso Nacional, a convite de seu ilustre Presidente Senador Nilo Coelho em atenção ao requerimento do nobre Senador Aloysio Chaves, para discorrer sobre a crise econômica mundial e seus efeitos sobre a economia brasileira, especialmente no que tange ao acentuado desequilíbrio do balanço de pagamentos e ao crescente endividamento externo.

Considero da mais alta importância a realização de encontros como este, que propiciam entendimento de elevado nível entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Este diálogo que ora início nessa nova legislatura inscreve-se, além disso, no projeto de abertura política firmemente executado pelo Presidente Figueiredo.

Ao render minhas homenagens ao Senado Federal, espero que das informações aqui prestadas e da realização de um debate franco e construtivo, possamos somar esforços não apenas para a exata compreensão dos problemas que o País ora enfrenta, como para o encontro de soluções das graves dificuldades da hora presente.

A crise econômica não é privilégio do Brasil. O mundo inteiro sofre a recessão econômica que já dura quase dez anos e que tem na crise energética a sua origem principal. Ninguém foi poupado do vendaval que assola a economia mundial desde 1974. Os países ricos apresentam um quadro impressionante de desemprego, consequência de uma prolongada estagnação econômica; as nações do terceiro mundo debatem-se com as mazelas provocadas por um endividamento que já ultrapassa os US\$ 600 bilhões, que se agravam com o peso de elevadas taxas de juros e com a perda de receitas de exportação; o mundo socialista, que se dizia imune a crises, também foi apanhado pelas dificuldades; Polônia e outros países do Leste Europeu enfrentam sérios problemas de liquidez internacional e de balanço de pagamentos nos últimos dois anos.

O Brasil, como procurarei demonstrar adiante, tem realizado um tremendo esforço para atravessar essa tormenta, utilizando todo o instrumental da política econômica ao seu alcance, mobilizando forças, trabalhando duro, para ajustar sua economia à nova realidade internacional.

Todo esse esforço, é importante assinalar, tem em vista evitar que a transmissão dos efeitos da crise para a nossa economia possa afetar, de forma irremediável, o patrimônio construído pela geração atual e pelas que nos antecederam. E retomar, tão cedo quanto possível, níveis de desenvolvimento econômico e social compatíveis com a nossa tradição histórica, para que possamos legar às gerações futuras um País socialmente mais justo e economicamente menos vulnerável a crises internacionais.

### A ECONOMIA BRASILEIRA ANTES DE 1974

Sem dúvida alguma, a crise de energia iniciada em 1973/74, com a explosão dos preços do petróleo, foi o fator mais importante na interrupção do curso de acelerado desenvolvimento econômico experimentado pela economia brasileira nas décadas anteriores.

Na eclosão da crise do petróleo, em fins de 1973, o Brasil atravessava um dos períodos de maior prosperidade de sua história econômica, após superar uma fase extremamente difícil, que se caracterizara pelos agudos desequilíbrios internos e externos ocorridos nos primeiros anos da década de 60 e que deram origem às profundas reformas institucionais adotadas a partir de 1964. Os resultados dessa



transformação iniciada em 1964 começaram a ser colhidos a partir de 1968.

Entre 1968 e 73, os principais indicadores econômicos e sociais mostram que o País havia solucionado os estrangulamentos mais importantes à modernização de sua economia, caminhando, celeremente, para alcançar níveis mais elevados de bem-estar social.

Entre os resultados alcançados, no período considerado, merecem registro especial:

- o Produto Interno Bruto cresceu a uma média anual de 11,5%;
- a inflação declinou de 81% e 92% em 1963 e 1964 para 15,7% em 1972 e 15,5% em 1973;
- as exportações brasileiras passaram de US\$ 1,4 bilhão em 1963 para US\$ 6,2 bilhões em 1973, com um saldo acumulado na balança comercial de US\$ 1.753 milhões. Os resultados negativos em transações correntes situavam-se em torno de US\$ 1,5 bilhão, nível compatível com uma razoável absorção de poupanças externas. Em 1973, o déficit em transações correntes (US\$ 1,7 bilhão) correspondeu a apenas 2,1% do PIB;

a infra-estrutura econômica e social foi substancialmente ampliada, com a realização de vultosos investimentos em energia elétrica, transportes, comunicações, saúde, educação e assistência social.

Os fatos demonstram que o Brasil tem espondido satisfatoriamente ao compromisso histórico com o desenvolvimento. De 1900 a 1947, a taxa média de crescimento anual do produto interno bruto foi de 4,3%. Nos anos cinqüenta, 6,5%; na década de 60, 6,2% e na de 70, 8,6%. Apesar das elevadas taxas de crescimento demográfico

registradas no período, o crescimento do produto "per capita" foi também elevado: 2,2% entre 1900 e 1947; 3,5% nos anos cinqüenta; 3,3% na década de 60 e da ordem de 6,0% na de 70.

QUADRO Nº I

BRASIL  
TAXAS ACUMULADAS DE CRESCIMENTO (%)

Períodos	Produto Total	População	Produção Total "Per Capita"
1900-02 - 1910-12	3,96	2,14	1,74
1910-12 - 1920-22	3,97	2,12	1,75
1920-22 - 1930-32	4,04	2,05	1,95
1930-32 - 1940-42	4,71	2,08	2,56
1940-42 - 1945-47	5,49	2,38	3,02
1900-02 - 1945-47	4,30	2,12	2,15
1950 - 1960	6,5	3,0	3,5
60 - 1970	6,2	2,9	3,3
70 - 1980	8,6	2,5	6,0

Fonte: HADDAD. Instituto Brasileiro de Economia da FGV. 1974. FGV e IBGE

Outro resultado digno de registro é a aceleração do crescimento nas diversas décadas consideradas entre 1947 e 1980, com exceção apenas do ligeiro declínio ocorrido nos anos 60, como consequência da profunda crise de natureza político-institucional ocorrida entre 1963 e 64.

QUADRO Nº II

PRODUTO INTERNO BRUTO, ÍNDICES DE PREÇOS, COMÉRCIO EXTERIOR E BALANÇO DE PAGAMENTOS

Ano	Produto Interno Bruto (milhões de US\$)	Índices de Preços (base 1960=100)		Comércio Exterior (em milhões de US\$)		Saldo	Balanço de Pagamentos (em milhões de US\$)
		IGP-DI	IGP-EI	Exportações	Importações		
1960	8,4	11,4	11,4	1.355	942	414	140
1961	8,4	11,9	10,4	1.769	1.725	44	403
1962	8,7	12,9	10,4	1.416	1.720	-302	424
1963	8,5	20,8	17,4	1.520	1.710	-190	56
1964	10,1	25,6	25,4	1.562	1.415	147	196
1965	10,9	32,4	28,9	1.423	1.104	319	2
1966	12,2	24,4	21,8	1.482	1.075	407	57
1967	14,1	7,9	13,4	1.392	2.285	-893	364
1968	17,7	24,3	17,3	1.743	1.777	-34	248
1969	16,4	39,5	31,9	1.782	1.216	566	211
1970	19,7	30,5	23,8	1.769	1.293	476	48
1971	23,3	47,9	42,9	1.403	1.232	171	222
1972	25,3	51,3	45,8	4.234	1.304	2.930	389
1973	31,5	31,2	40,2	1.404	1.294	110	114
1974	29,9	31,3	40,4	1.430	1.086	344	140
1975	27,7	34,5	45,5	1.535	941	594	365
1976	30,6	38,8	41,2	1.791	1.303	488	54
1977	34,8	34,3	29,1	1.654	1.441	213	27
1978	41,3	30,4	29,5	1.881	1.855	26	504
1979	40,2	29,1	24,7	2.331	1.993	338	25
1980	42,3	29,3	29,9	2.739	2.587	152	542
1981	42,9	39,5	38,1	2.804	3.247	-443	1.307
1982	41,1	45,7	44,0	2.893	4.232	-1.339	1.424
1983	44,8	45,5	33,7	6.799	6.197	602	1.488
1984	51,1	34,5	33,8	7.351	12.641	-5.290	7.107
1985	54,1	39,4	31,7	4.470	12.210	-7.740	8.380
1986	57,7	46,3	44,6	10.128	12.363	-2.235	6.877
1987	54,4	38,8	43,1	12.120	12.023	97	6.827
1988	60,8	40,8	38,1	12.659	12.683	-24	6.990
1989	67,7	37,2	35,0	15.244	16.084	-840	18.342
1990	70,8	31,2	26,3	20.127	22.933	-2.806	12.827
1991	71,9	30,4	23,00	22.891	1.213	21.678	11.702
1992	74,8	29,7	20,15	20.175	39.392	-19.217	14.305

Fonte: FGV, CAGE e CIB.

É fora de dúvida, portanto, que no quadro de uma conjuntura mundial estável e progressista, o Brasil mostrou ser capaz de superar os obstáculos ao seu desenvolvimento, ampliando, modernizando e diversificando sua estrutura econômica com grande rapidez e, o que é mais importante, com razoável estabilidade interna e externa.

## A CRISE DE 1974

Estávamos neste contexto de consolidação do amadurecimento da economia brasileira, e até mesmo ensaiando novos passos para galgarmos patamares mais altos no nível do bem-estar da população, quando o País foi dramaticamente atingido pelo primeiro choque do petróleo, no final de 1973.

A elevação dos preços do petróleo em mais de 300%, entre 1973 e 74, e em mais de 200% em 1979 e 80, representou violento choque da economia mundial, com força suficiente para interromper, de modo brusco, o longo ciclo de prosperidade iniciado em 1950, lançando a economia dos países industrializados numa profunda recessão, que já dura mais de 9 anos, ao lado de persistentes pressões inflacionárias.

QUADRO Nº III

IMPORTAÇÕES DE PETRÓLEO BRUTO

ANO	Preço Médio US\$ por barril FOB	Volumo Físico Importado (mil barris/dia)	Valor US\$ milhões	Partic. de Petróleo no total das Importações
1972	2,05	458,6	343,9	8,1
1973	2,54	652,8	605,6	9,8
1974	10,53	665,4	2.558,1	20,2
1975	10,53	703,5	2.704,1	22,2
1976	11,27	815,1	3.353,9	27,1
1977	12,11	815,0	2.602,4	30,0
1978	12,23	909,7	4.063,7	29,7
1979	16,83	1.019,7	6.263,5	34,6
1980	22,92	886,0	9.372,4	40,8
1981	30,43	843,7	10.694,0	48,0
(1) 1982	32,92	794,9	9.567,6	49,3
(2) 1983	...	...	7.846,0	46,2

Fonte: CIB e PETROBRAS.

(1) - Estimativas.

(2) - Projeções.

Para bem aguilatarmos o tremendo esforço que o País está desenvolvendo para enfrentar os graves desafios impostos pela crise internacional, é importante analisarmos a situação da economia mundial, provocada pelos efeitos da estratégia adotada pelos países industrializados, após o primeiro choque do petróleo, e cuja deterioração constituiu-se, com agravamento a partir do segundo "round" da

crise, em sérias e cada vez mais complexas limitações às nossas aspirações de desenvolvimento.

## PAÍSES INDUSTRIALIZADOS ESCOLHEM A VIA DA RECESSÃO PARA SUPERAR A CRISE

A experiência histórica tem demonstrado que existe uma correlação entre desenvolvimento econômico e expansão do comércio internacional. As razões para isso são bastante claras: do lado da demanda, as vendas externas permitem ampliar o mercado, favorecendo economias de escala; estimulam maior concorrência entre os diversos países e, conseqüentemente, criam condições favoráveis à rápida absorção de tecnologia, beneficiando os consumidores; geram novas oportunidades de emprego e incrementos de renda através de efeitos multiplicadores, que se transmitem das empresas que se dedicam às exportações para o restante da economia. Do lado da oferta, as importações permitem que os países possam ter acesso aos bens de capital, aos insumos básicos e à tecnologia não disponíveis internamente e indispensáveis ao desenvolvimento econômico.

Todavia, o oposto ocorre quando fatores negativos atuam no sentido de restringir as trocas externas, tais como a crise energética e a rápida elevação das taxas de juros externas.

QUADRO Nº IV

PRODUÇÃO NACIONAL DE AÇO BRUTO POR GRUPO DE PAÍSES  
Em 1.000.000 toneladas

PAÍSES	1973 (a)	1978 (b)	Variação Percentual (b/a)	1981 (c)	Variação Percentual (c/b)
1 - Mundo Ocidental	491,2	658,3	+ 34,4	438,4	- 8,2
1.1 - Países Industrializados	461,7	630,4	+ 36,5	400,2	- 4,9
1.1.1 - E.U.	150,1	135,7	- 9,6	104,3	- 4,9
1.1.2 - Japão	119,3	136,2	+ 14,2	104,3	- 12,7
1.1.3 - Outros Países	56,5	61,7	+ 9,2	61,3	- 0,6
1.2 - Países em Desenvolvimento	29,5	46,5	+ 57,6	38,2	- 18,9
1.2.1 - Brasil	7,2	12,3	+ 70,8	12,1	- 9,1
2 - Leste e outros países do bloco	170,3	215,0	+ 26,3	210,3	- 9,2
3 - Leste e outros do bloco	25,7	35,9	+ 39,7	44,8	+ 25,2
TOTAL	687,2	910,2	+ 32,6	712,9	- 6,9

Fonte: F.O.M.C.

QUADRO Nº V

PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA (1)  
Em 1.000 unidades

Países	1973 (a)	1978 (b)	Variação Percentual (b/a)	1981 (c)	Variação Percentual (c/b)
Alemanha	3.960	4.200	+ 6,1	3.505	- 10,0
Brasil	793	1.119	+ 41,1	827	- 26,1
Canadá	1.576	1.754	+ 11,3	(2) 1.368	- 22,0
Estados Unidos	12.626	12.876	+ 1,9	(2) 6.130	- 51,8
Frância	3.600	4.060	+ 12,8	3.472	- 14,9
Itália	1.958	1.658	- 15,3	1.549	- 17,6
Japão	7.092	9.240	+ 30,3	(2) 11.203	+ 21,2
Reino Unido	2.172	1.607	- 26,0	1.181	- 26,5

Fonte: O.E.C.D.

(1) - Inclusive tratores e trailers

(2) - Estimativa.

Para se proteger dos efeitos da crise, as nações industrialmente avançadas adotaram a estratégia clássica de reduzir o ritmo de crescimento de suas economias como meio de reequilibrar suas contas externas e de eliminar os focos responsáveis pelo recrudescimento inflacionário, ao mesmo tempo em que passaram a adotar medidas de cunho nitidamente protecionista, com vistas a responder, politicamente, às pressões geradas pelo crescente desemprego.

O nível de atividade econômica caiu drasticamente. Alemanha, Estados Unidos, França, Itália e Reino Unido experimentaram queda do produto nacional bruto a uma média de 2%. O Japão cresceu 2,1% naquele ano, contra 10,3% em 1973; o Canadá 0,6%, em comparação com 7,1% em 1973. A taxa de desemprego aumentou em todos esses países.

QUADRO Nº VI

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PNB REAL  
Variações Percentuais

ANO	ALEMANHA	CANADÁ	ESTADOS UNIDOS	FRANÇA	ITÁLIA	JAPÃO	REINO UNIDO	PAÍSES MEMBROS DA OCDE
1970	5,5	3,3	- 0,6	5,8	5,0	10,2	2,2	2,4
1971	2,7	5,8	2,7	5,5	1,6	6,4	1,7	3,4
1972	3,0	5,8	6,1	5,5	3,4	9,4	3,5	5,7
1973	5,3	7,1	5,9	6,1	5,4	10,3	5,4	6,3
1974	0,4	3,2	- 1,8	2,9	3,4	- 1,3	- 0,1	0,3
1975	- 3,2	0,6	- 1,8	- 1,2	- 3,7	2,1	- 1,8	- 1,2
1976	5,7	4,9	6,0	4,6	5,7	6,0	2,3	5,2
1977	2,6	2,7	4,9	3,0	2,0	5,4	2,0	3,7
1978	3,5	3,4	4,4	3,3	2,6	6,0	3,5	3,9
1979	4,5	2,8	2,3	3,3	5,0	5,9	1,5	3,3
1980	1,7	- 0,5	- 0,7	1,7	3,7	5,0	- 2,2	1,0
1981	- 0,3	3,0	2,0	0,3	- 0,2	2,9	- 2,2	0,8
1982 (*)	1,0	- 1,7	- 1,5	2,2	1,5	2,0	1,2	1,5

FONTE: BACEN.  
(\*) - Estimativa.

QUADRO Nº VII

## TAXA DE DESEMPREGO

(Variações Percentuais Anuais)

Ano	Alemanha Ocidental	Canadá	Estados Unidos	Frância	Itália	Japão	Reino Unido
1970	0,7	5,9	4,9	...	3,2	1,1	2,6
1971	0,9	6,4	5,9	...	3,2	1,2	3,3
1972	1,7	6,3	5,6	...	3,7	1,4	3,7
1973	1,3	5,6	4,9	2,1	7,5	1,3	2,6
1974	2,6	5,4	5,6	2,3	2,9	1,4	2,6
1975	4,7	6,9	8,5	4,0	5,9	1,9	4,1
1976	4,6	7,1	7,7	4,2	6,7	2,0	5,7
1977	4,5	8,1	7,1	4,9	7,2	2,0	6,2
1978	4,3	8,4	6,0	5,2	7,2	2,2	6,1
1979	3,8	7,5	5,8	6,6	7,7	2,1	5,4
1980	4,8	7,1	6,9	7,3	8,3	2,1	9,3
1981	6,7	8,6	8,9	8,9	9,6	2,2	11,5
1982	8,5	12,8	10,8	9,4	11,5	2,4	12,8

FONTE: The Economist e OCDE.

Assim, ao invés de adotarem uma política visando a realização de investimentos anti-cíclicos e a busca de um mecanismo financeiro de larga escala para promover a redistribuição internacional dos petrodólares, optaram pelo caminho das restrições às importações, reduzindo as possibilidades do comércio internacional e agravando as

difficultades da recessão e os desequilíbrios do balanço de pagamentos dos países periféricos.

Observa-se que, em 1975, os grandes países industrializados reajustaram seus balanços de pagamentos de

força extraordinária, com superávit de US\$ 17,1 bilhões, após experimentarem um déficit de US\$ 12,4 bilhões, em 1974.

Em compensação, em 1975, a economia mundial experimentou os dissabores de uma grande depressão e, a partir de então, as atividades econômicas entraram numa fase de recessão que perdura até hoje.

QUADRO Nº VIII

BALANÇO DE PAGAMENTOS — SALDOS EM CONTA CORRENTE

Em US\$ Bilhões

ANO	PAÍSES INDUSTRIALIZADOS	PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO		TOTAL
		Exportadores de Petróleo	Não Exportadores de Petróleo	
1973	19,3	6,6	- 11,5	14,4
1974	- 12,4	67,3	- 36,8	18,6
1975	17,1	35,0	- 46,5	5,6
1976	- 2,1	40,0	- 32,9	5,0
1977	- 5,6	30,8	- 28,3	- 3,1
1978	30,5	2,9	- 38,9	- 5,5
1979	- 10,1	69,8	- 58,8	0,9
1980	- 44,8	115,0	- 85,6	- 15,4
1981 (1)	- 1,0	65,0	- 103,3	- 39,3
1982 (1)	- 4,0	1,0	- 90,0	- 93,0

FONTE: F. M. I.  
(1) - Estimativas.

## ESTRATÉGIA BRASILEIRA PARA ENFRENTAR A CRISE

Os efeitos da estratégia adotada pelos grandes países industrializados se fizeram sentir de maneira

garantida nos países em desenvolvimento, especialmente nos importadores de petróleo. De fato, os déficits em transações correntes desses países, de uma posição de US\$ 11,5 bilhões em 1972, até certo ponto normal em termos de absorção de capital, atingiram o elevado montante de US\$ 36,8 bilhões em 1974 e US\$ 46,5 bilhões no ano seguinte.

No caso do Brasil, por sua condição de importador de grande parte de suas necessidades de petróleo, a situação não poderia ser diferente. Com a crise, o nosso déficit em transações correntes quase quadruplicou entre 1973 e 1974, passando de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 7,1 bilhões.

## QUADRO Nº IX

## BALANÇO DE PAGAMENTOS DO BRASIL

- Em US\$ MILHÕES

Discriminação	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982(2)	1983(3)
1. <u>BALANÇA COMERCIAL</u>	232	- 344	- 241	7	- 4.690	- 3.540	- 2.255	97	- 1.024	- 2.840	- 2.823	1.202	775	6.000
1.1 Exportações	2.739	2.904	3.991	6.199	7.951	8.570	10.128	12.120	12.659	15.244	20.132	23.293	20.175	23.000
1.2 Importações	2.507	3.247	4.232	6.192	12.641	12.210	12.383	12.022	13.693	18.084	22.955	22.091	19.400	17.000
1.2.1 Petróleo	281	377	469	606	2.558	2.794	3.354	3.639	4.564	6.264	9.372	10.601	9.522	7.845
1.2.2 Outros	2.226	2.870	3.763	5.586	10.083	9.416	9.029	8.414	9.619	11.820	13.583	11.487	9.878	9.154
2. <u>SERVIÇOS (líquido) (1)</u>	- 815	- 980	- 1.250	- 1.722	- 2.423	- 3.162	- 3.763	- 4.174	- 4.975	- 7.920	- 10.152	- 12.304	- 15.127	- 12.859
2.1 Juros	- 234	- 302	- 359	- 514	- 652	- 1.499	- 1.810	- 2.194	- 2.695	- 4.105	- 6.211	- 9.161	- 10.980	- 9.000
2.2 Outros	- 581	- 678	- 891	- 1.208	- 1.771	- 1.664	- 1.953	- 2.030	- 2.280	- 3.734	- 3.941	- 3.232	- 4.147	- 3.859
3. <u>TRANSAÇÕES CORRENTES (Inclusive Transferências Unilaterais)</u>	- 583	- 1.307	- 1.489	- 1.689	- 7.122	- 6.700	- 6.017	- 4.037	- 5.927	- 10.742	- 12.807	- 10.994	- 14.395	- 6.859
4. <u>MOVIMENTO LÍQUIDO DE CAPITAIS (1)</u>	1.015	1.846	3.492	3.512	6.254	6.183	6.805	5.278	9.439	7.657	9.579	12.673	4.890	7.353
4.1 Investimentos	132	168	318	940	887	892	959	810	906	1.491	1.121	1.581	1.034	1.500
4.2 Empréstimos a Médio e Longo Prazo	1.433	2.037	4.299	4.495	6.891	5.933	7.761	8.424	12.632	11.228	10.596	15.553	12.357	11.195
4.3 Outros (líquido)	122	491	77	250	395	1.536	1.072	104	71	1.373	2.972	1.113	1.864	197
4.4 Amortizações	- 672	- 650	- 1.202	- 1.673	- 1.920	- 2.172	- 2.987	- 4.060	- 5.170	- 6.385	- 5.010	- 6.242	- 6.636	- 5.539
5. <u>ERROS E OMISSÕES</u>	92	9	435	355	68	439	404	611	368	130	343	414	555	0
6. <u>RESULTADO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS</u>	545	530	2.439	2.179	936	950	1.192	630	3.280	3.215	3.471	625	9.940	494
7. <u>DEMONSTRATIVO DO RESULTADO</u>													8.940	494
7.1 Invernos													4.681	1.501
7.2 Outrigações													4.259	1.107
7.2.1 FMI													564	2.483
7.2.2 BRIDGES													2.339	-
7.2.3 Tesouro													876	876
7.2.4 BIS													500	500
<u>RESERVAS INTERNACIONAIS</u>	5.295	6.622	9.521	6.415	5.259	4.040	6.544	7.256	11.895	9.689	6.913	7.507	4.000	5.601
<u>OUTRA EXTERNA</u>	1.187	1.723	4.183	12.572	17.155	21.121	25.985	32.037	43.511	49.904	53.848	61.411	58.558	78.853

FONTE: BANCO CENTRAL.

(1) - Exclusive reinvestimentos, a partir de 1981.

(2) - Estimativa.

(3) - Projeção.

Obs.: A composição dos dados de capitais para 1983 difere do restante da série, uma vez que a projeção não apresenta a mesma abertura que o restante da série.

A partir de então, o reequilíbrio de nossas contas externas passou a constituir o ponto central da política econômica do Governo. Para atingir esse objetivo, rejeitou-se a idéia de uma estratégia baseada numa política econômica recessiva, pelas repercussões negativas que acarretariam na área social.

Assim, preferiu-se implementar uma política gradualista, procurando-se absorver paulatinamente os efeitos da crise mundial, mediante o aproveitamento de nossas potencialidades e a utilização de nossas riquezas naturais.

Dentro dessa estratégia, deu-se ênfase à execução de programas de alta prioridade, nos setores de insumos básicos e de bens de capital, na área de energia e nos transportes, visando a dotar o País de uma estrutura econômica mais adequada ao novo quadro mundial, de modo a capacitá-lo a melhor enfrentar os problemas futuros, sem comprometer os objetivos nacionais permanentes de crescimento, com o máximo possível de estabilidade social, política e econômica.

Esses programas passaram a contar com volumosos recursos, mesmo considerando os valores em termos de nações industrialmente avançadas. Para tanto, escolheu-se a alternativa de financiar grande parte desses programas mediante o uso de poupanças externas, com o consequente crescimento de nossa dívida externa.

Além disso, providências foram tomadas para restringir as compras externas de produtos menos essenciais e

para melhor controlar as importações do setor público, com recursos externos, tiveram um certo impacto desestabilizador na economia brasileira.

Muito contribuíram para viabilização desta estratégia as condições favoráveis de liquidez do mercado financeiro internacional, com baixas taxas de juros, que permitiram a mobilização de vultosos recursos no exterior para a implantação de grandes projetos naquelas áreas.

Do lado desses programas prioritários, a política de incremento e diversificação de nossas exportações — em termos de produtos e mercados — recebeu igualmente tratamento prioritário.

Assim, de 1974 a 1979, os investimentos em bens de capital, siderurgia, metais não ferrosos, petroquímica, fertilizantes, papel e celulose montaram a cerca de US\$ 29,8 bilhões a preços de 1981. Na área energética, foram investidos, no período, US\$ 14 bilhões (a preços de 1980) na construção de hidrelétricas, na prospecção e produção interna de petróleo e em programas de substituição e racionalização de combustíveis (álcool, carvão mineral e melhoria do sistema de transporte).

A execução simultânea de programas prioritários nas áreas de insumos básicos, bens de capital e energia, principalmente os grandes projetos da ELETROBRÁS, SIDERBRÁS, NUCLEBRÁS e SANAMM, além da construção da Ferrovia do Aço e de dois metrô, realizados em grande parte

Foram projetos arrojados, iniciados em uma fase de rápido crescimento, com condições favoráveis de liquidez do mercado financeiro internacional e baixas taxas de juros (6% a 7%).

Eles responderam, em grande parte, pelo crescimento acelerado da dívida externa, a partir de 1974.

A longa recessão mundial, com as consequências já mencionadas (protecionismo; elevação das taxas de juros e queda dos preços das "commodities"), transformou aqueles projetos, na conjuntura atual, num pesado encargo para a sociedade brasileira. Eles têm tido ponderável influência no déficit fiscal, na inflação e no desequilíbrio do balanço de pagamentos.

O peso desses projetos, entretanto, constitui um ônus temporário. No futuro próximo, com a recuperação da economia mundial, eles irão contribuir, de modo decisivo, para a retomada de novo período de crescimento acelerado da economia brasileira.

Além, na área do setor privado, os projetos implementados a partir de 1974 já começaram a produzir resultados significativamente favoráveis em termos de taxa de retorno para o balanço de pagamentos, como se pode verificar pela evolução das exportações e importações dos principais setores.

## QUADRO Nº X

INSUMOS BÁSICOS E BENS DE CAPITAL  
- Em US\$ Milhões - FOB

Item	Papel e Celulose	Fertilizantes	Petroquímicos	Produtos Siderúrgicos	Bens de Capital
Importações					
1971	67	59	86	256	1.239
1972	85	130	94	255	1.736
1973	112	139	138	493	2.109
1974	268	403	383	1.536	3.119
1975	167	304	226	1.261	3.931
1976	167	202	264	580	3.619
1977	163	303	240	579	3.101
1978	161	310	285	476	3.553
1979	199	422	426	486	3.775
1980	200	620	454	584	4.381
1981	177	353	371	735	4.023
1982	151	239	313	437	3.264
Exportações					
1979	309	4	145	825	2.420
1980	520	3	248	1.203	3.360
1981	585	4	316	1.142	4.191
1982	453	9	299	1.098	3.423

FONTE: CIEF.

## QUADRO Nº XI

## PROJETOS INDUSTRIAIS APROVADOS NO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Valor dos Investimentos Fixos

Em milhões a preços de 1981

ANO	BENS DE CAPITAL (GS I)		INSUMOS BÁSICOS (*)		TOTAL	
	Em Cr\$	Em US\$	Em Cr\$	Em US\$	Em Cr\$	Em US\$
1969	5.004,3	52,6	169.964,0	1.785,5	174.968,3	1.838,1
1970	7.671,6	80,9	144.435,6	1.524,5	152.107,2	1.605,4
1971	4.599,5	48,8	108.833,5	1.151,3	113.433,0	1.200,1
1972	26.496,3	283,6	273.264,8	2.924,8	299.761,1	3.208,4
1973	29.681,1	332,7	263.136,3	2.948,9	292.817,4	3.281,6
1974	57.891,6	679,1	456.511,3	5.356,0	514.402,9	6.035,1
1975	73.619,6	845,3	129.159,2	1.493,0	202.778,8	2.328,3
1976	28.696,8	335,0	1.112.520,5	12.984,7	1.141.217,3	13.319,7
1977	64.332,5	758,8	249.402,5	2.941,5	313.735,0	3.700,3
1978	23.792,6	283,2	181.605,0	2.161,3	205.397,6	2.444,5
1979	14.966,8	166,1	160.018,1	1.775,4	175.014,9	1.941,5
1980	3.992,4	39,7	42.022,2	417,7	46.014,6	457,4
1981	6.155,7	65,9	124.429,9	1.330,0	130.585,6	1.395,9
1982	820,1	4,4	101.260,6	543,6	102.080,7	548,0

FONTE: C.D.I.

(\*) - Composto de Indústrias Metalúrgicas Básicas e de Produtos Intermediários Metálicos, Indústrias Químicas, Petroquímicas e Farmacêuticas, Indústrias de Produtos Intermediários Não Metálicos e Indústrias de Cimento, Papel e Celulose, (GS II, III e IV).

Simultaneamente aos programas de substituição de importações, realizou-se intenso esforço de aumento e diversificação das exportações e procurou-se explorar novos mercados de grande potencial para a colocação de nossos produtos.

Os resultados alcançados comprovaram o acerto da estratégia adotada ao eclodir a primeira crise do petróleo, considerando-se que, ao final de 1978:

já completamente assimilados os efeitos do primeiro choque do petróleo, estava praticamente eliminado o déficit na balança comercial, reduzido o déficit em transações correntes ao nível de 3,4% do PIB, que nesse período foi mantido com um crescimento médio de 7,7% ao ano, com a renda "per capita" crescendo à média de 4,4% no período 1974-78, desempenho altamente satisfatório se levarmos em conta que a maioria das nações industrializadas expandiu-se a taxas baixas ou não cresceu nesse período;

o programa de substituição de importações teve grande êxito, permitindo que o déficit da balança comercial de bens de capital, que atingira o pico de US\$ 3 bilhões em 1975, caísse para US\$ 1,6 bilhão em 1978; no setor de insumos básicos, registrou-se idêntico sucesso, com o déficit caindo de US\$ 3,3 bilhões em 1974 para US\$ 0,9 bilhão em 1978;

o programa de incremento das exportações permitiu que as nossas vendas externas crescessem a uma taxa média anual



de 15,6% entre 1974 e 78, com destaque especial para os produtos industrializados, que tiveram um crescimento médio de 28% ao ano. Em decorrência disso, sua participação no total das exportações passou a representar 51% em 1978, contra 40% em 1974;

apesar de as importações de petróleo e derivados terem crescido de US\$ 2,9 bilhões em 1974 para US\$ 4,5 bilhões em 1978, o esforço conjugado das políticas de substituição de importações e de incremento das exportações permitiu rápida involução do déficit na balança comercial, que dos US\$ 4,7 bilhões de 1974 passou para US\$ 3,5 bilhões em

1975. US\$ 2,3 bilhões em 1976 e para um superávit de US\$ 97 milhões em 1977. Em 1978, registrou-se novo déficit de US\$ 1 bilhão mas, ainda assim, verifica-se nítida tendência de melhoria no período;

a inflação apresentou a média de 38% no período, variando de 34,5% em 1974 a 40,8% em 1978.

#### A CRISE DE 1973 - SUPERPOSIÇÃO DO CHOQUE DO PETRÓLEO COM O CHOQUE FINANCEIRO

Recuperava-se o País rapidamente da primeira crise do petróleo, quando novas elevações de preços daquela

matéria-prima os atingiram em 1979 e 1980, agora então agravadas pelo choque financeiro.

Esses novos e substanciais incrementos de preços fizeram com que nossas importações de petróleo (inclusive derivados) passassem de US\$ 4,5 bilhões em 1978 para US\$ 10,2 bilhões em 1980 e US\$ 11,3 bilhões em 1981, agravando sensivelmente os problemas do balanço de pagamentos do País. De 1974 a 1982, as elevações dos preços de petróleo obrigaram o País a um gasto adicional de US\$ 33,036 bilhões (Quadro XII).

### QUADRO Nº XII

#### QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS DO PETRÓLEO IMPORTADO

Ano	Crescimento Vegetativo ( $\Delta=15,18\%$ ) (1)	Preço Médio em US\$ FOB/Barril (2)	Diferença de Preço (3) = (2 - 1)	Em 1.000 Barris (4)	Em US\$ Milhões (5) = (3x4)	Taxa Média de Juros (6)	Acumulado (7) = (5x6)
1974	3,70	11,11	7,41	239.583	1.775	4,4	1.853
1975	4,26	10,48	6,22	250.380	1.557	7,8	3.676
1976	4,91	11,50	6,59	293.488	1.934	7,7	6.042
1977	5,66	12,30	6,64	288.210	1.914	7,3	8.537
1978	6,52	12,44	5,92	327.606	1.939	7,1	11.220
1979	7,51	17,11	9,60	367.160	3.525	8,8	16.043
1980	8,65	29,46	20,81	318.033	6.618	12,6	25.516
1981	9,96	34,43	24,47	307.959	7.536	18,2	39.067
1982 (*)	11,48	32,98	21,50	290.137	6.238	16,0	52.554

FONTE: MINIFAZ.

(\*) -Dados preliminares.  
(7) -1.775 x 1.044 = 1.853.

Ademais, a situação foi ainda mais agravada pela progressiva e inusitada elevação das taxas de juros no mercado internacional nos últimos anos, além da queda de preço dos nossos principais produtos de exportação e da valorização do dólar americano, impondo restrições à condução da política cambial e à manutenção da competitividade dos nossos produtos manufaturados nos mercados da Europa e do Japão.

Esses fatores limitativos, de origem externa e portanto fora do nosso controle, podem sintetizar-se em:

- recessão mundial;
- crescente protecionismo;

- brutal elevação dos ônus dos juros sobre a dívida externa dos países em desenvolvimento importadores de petróleo, com a consequente retração de suas importações;

- aumento dos custos dos bens de capital e dos insumos industriais;

- reorientação da demanda internacional preferencialmente para o consumo de estoques, em vez de realização de novas importações, com consequente queda das cotações internacionais dos principais produtos exportáveis.

Em 1972 e 73, o Brasil pagou, em média, US\$ 437 milhões por ano de juros sobre a dívida externa. Essa despesa anual subiu para US\$ 6,3 bilhões em 1980, US\$ 9,2 bilhões em 1981 e US\$ 10,7 bilhões em 1982.

Os efeitos combinados das elevadas taxas de juros e da queda dos preços dos produtos primários de exportação custaram ao Brasil, somente em 1982, mais de US\$ 2 bilhões, ou seja, aproximadamente 1,7% do PIB.

No plano interno, o combate à inflação foi prejudicado pela forte expansão monetária ocorrida em 1979, provocada pela necessidade que o País teve de destinar vultosos recursos ao financiamento prioritário da agricultura, estímulo às exportações e promoção dos programas de substituição energética. Esse excesso de liquidez, associado às pressões externas de custo, provocaram um forte recrudescimento da inflação (Quadro XIII).

## QUADRO Nº XIII

## FLUTUAÇÃO DAS MOEDAS EM RELAÇÃO AO DÓLAR NORTE-AMERICANO

Data (Fim de Período)	Marco Alemão	Yen	Franco Suíço	Franco Francês	Libra Es terlina(1)	Lira Italiana
1980-Janeiro	1,7394	238,80	1,6255	4,0710	2,2683	807,75
Abril	1,8015	239,00	1,6680	4,2035	2,2660	847,50
Julho	1,7851	227,00	1,6500	4,1380	2,3380	841,50
Outubro	1,9092	211,50	1,7208	4,3510	2,4383	902,50
1981-Janeiro	2,1167	204,70	1,9100	4,8785	2,3860	1.002,75
Abril	2,2145	215,00	2,0247	5,2540	2,1404	1.102,00
Julho	2,4645	239,45	2,1305	5,8520	1,8560	1.224,25
Outubro	2,2542	233,80	1,8475	5,6685	1,8450	1.200,00
1982-Janeiro	2,3085	230,50	1,8445	5,8750	1,8835	1.238,00
Fevereiro	2,3860	237,00	1,8927	6,0795	1,8157	1.281,00
Março	2,4142	246,50	1,9342	6,2420	1,7817	1.322,00
Abril	2,3327	235,10	1,9555	6,0895	1,7885	1.295,50
Maior	2,3452	242,40	1,9965	6,1105	1,7910	1.300,25
Junho	2,4598	254,00	2,1035	6,8290	1,7333	1.383,25
Julho	2,4660	258,00	2,1000	6,8600	1,7395	1.377,00
Agosto	2,5015	261,50	2,1340	7,0200	1,7200	1.406,50
Setembro	2,5285	268,40	2,1700	7,1400	1,6948	1.423,00
Outubro	2,5227	269,27	2,1652	7,1265	1,7005	1.441,50
Novembro	2,5358	252,95	2,1870	7,1680	1,5935	1.461,50
Dezembro	2,3652	232,50	1,9875	6,6975	1,6260	1.362,50
1983-Janeiro	2,4459	238,20	2,0055	6,9354	2,0110	1.409,70
Fevereiro	2,4235	235,25	2,0345	6,8725	1,5175	1.385,50

FONTE: I.F.S.

(1) - Dólar em relação a Libra.

Constantemente realimentada pelos mecanismos da correção de preços e de salários, a inflação brasileira transformou-se numa espiral inflacionária, dificultando enormemente o processo de reversão para patamares inferiores. Importa registrar, contudo, que essa rigidez em produzir resultados ao tratamento clássico de combate à inflação observa-se, atualmente, de igual modo, nos países industrializados, onde a "estag-inflação" passou a ser fenômeno permanente, a partir de 1974.

## O AGRAVAMENTO DA CRISE

Os exercícios de 1980 a 1982 caracterizaram-se, no plano internacional, pelo acirramento do protecionismo e pela queda do comércio mundial.

No mundo industrializado, que jamais havia conseguido recuperar os níveis anteriores da atividade econômica, a agudeza da crise se espelhou no alargamento da recessão, na expansão do desemprego a mais de 35 milhões de trabalhadores nas nações integrantes da OCDE, ao nível recorde de 11% da força de trabalho, e na forte retração das importações.

A política fiscal posta em prática nos Estados Unidos, ao iniciar-se a administração Reagan, aliada a uma política monetária restritiva, contribuiu para manter as taxas de juros nos níveis extremamente elevados dos anos 1980 e 1981.

A elevação das taxas de juros acarretou a valorização do dólar frente às moedas da Europa e do Japão (Quadro nº XIV), reduzindo a competitividade de cerca de um terço das exportações do Brasil; tornou-se proibitiva a manutenção de estoques de mercadorias, desestimulando novas importações; desviou recursos financeiros das bolsas de mercadorias e de novos investimentos para simples aplicação em títulos do Tesouro; produziu uma queda vertiginosa nos preços das "commodities", diminuindo fortemente as receitas das exportações brasileiras, mesmo quando mais volumosas, como é o caso de 1982 (Quadros XV e XVI).

## QUADRO Nº XIV

## TAXAS BÁSICAS DE JUROS EXTERNOS

DATA (Fim de Período)	PRIME (Citibank)	LIBOR (6 meses)
1964	4 1/2	...
1965	5	...
1966	6	...
1967	6	...
1968	6 3/4	...
1969	8 1/3	...
1970	6 3/4	...
1971	5 1/4	5 7/8
1972	5 3/4	6 5/16
1973	9 3/4	10 3/16
1974	10 1/4	10 3/8
1975	7 1/4	7 1/8
1976	6 1/4	5 3/8
1977	7 3/4	7 5/8
1978	11 3/4	12 1/2
1979	15	14 3/4
1980	21 1/2	16 7/16
1981	19 1/2	16 7/8
Janeiro	19	16 13/16
Fevereiro	17	14 15/16
Março	18	16 15/16
Abril	20 1/2	17 1/8
Maio	20	17 7/16
Junho	20 1/2	18 7/8
Julho	20 1/2	18 15/16
Agosto	19 1/2	18 1/16
Setembro	18	16 1/4
Outubro	16	12 13/16
Novembro	15 3/4	14 15/16
Dezembro		
1982	15 3/4	15 5/16
Janeiro	16 1/2	15 1/4
Fevereiro	16 1/2	15 9/16
Março	16 1/2	15
Abril	16	14 5/8
Maio	16 1/2	16 3/16
Junho	15 1/2	14 1/8
Julho	13 1/2	12 9/16
Agosto	13 1/2	12 1/16
Setembro	12	10 5/16
Outubro	11 1/2	10 1/4
Novembro	11 1/2	9 1/2
Dezembro		
1983	11	9 11/16
Janeiro	10	9
Fevereiro		
Março		
01	10	9 1/16
02	10	9 1/16
03	10	9 1/16
04	10	9
07	10	9 1/16
08	10	9 1/4
09	10	9 7/16
10	10	9 5/16
11	10	9 9/16
14	10	9 1/2
15	10	9 1/2
16	10	9 1/2
17	10	9 1/2

FONTE: BACEN-DEPEC.

## QUADRO Nº XV

BRASIL

EXPORTAÇÃO - PRINCIPAIS VARIAÇÕES NEGATIVAS  
DE 1982 SOBRE 1981

PRODUTOS

- Em US\$ 1,000

Discriminação	%	1982	1981
<u>A - Produtos Básicos</u>			
Farelo de Milho	- 99,72	1	353
Melaço	- 98,36	1.127	68.563
Chá	- 94,97	542	10.778
Soja em grão	- 69,42	123.457	403.672
Amendoim em grão	- 65,30	11.256	32.438
Farelo de soja	- 12,79	1.600.320	2.136.176
<u>B - Semi-manufaturados</u>			
Óleo de mamona	- 71,27	13.395	46.627
Óleo de algodão	- 64,12	14.699	40.964
Óleo de soja	- 59,19	222.359	544.871
<u>C - Manufaturados</u>			
Peleteria	- 43,32	12.499	22.052
Açúcar refinado	- 41,32	232.345	395.926
Fios de fibras sintéticas e artificiais	- 39,62	37.822	62.644
Vestuário	- 39,25	30.584	47.596
Pedras preciosas e semi-preciosas	- 38,41	34.925	56.706

## QUADRO Nº XVI

BRASIL

EXPORTAÇÃO - PRINCIPAIS VARIAÇÕES NEGATIVAS  
DE 1982 SOBRE 1981

PREÇOS MÉDIOS

Discriminação	%
<u>A - Produtos Básicos</u>	
Melaço de cana	- 45,68
Erva-mate	- 45,59
Amendoim em bruto	- 39,34
Açúcar demerara	- 41,38
<u>B - Semi-manufaturados</u>	
Açúcar cristal	- 50,65
Óleo de amendoim	- 44,76
Liquor de cacau	- 19,00
<u>C - Manufaturados</u>	
Açúcar refinado	- 48,40
Alcool etílico	- 45,68
Óleo de soja refinado	- 24,37
Papéis	- 20,00
Tecidos de fibras sintéticas	- 22,30
Barras de ouro	- 12,08



A receita de divisas com as exportações de produtos primários ("commodities") experimentou uma queda superior a US\$ 100 milhões, em 1982, em relação a 1981, nas categorias de produtos manufaturados e semi-manufaturados foram afetadas ainda mais fortemente pela perda de competitividade dos produtos brasileiros, com evidência na queda de 13,04% no valor das exportações totais brasileiras em 1982 comparadas às de 1981, apesar de um ganho significativo de 5% a mais no volume exportado. Portanto, se apenas se houvessem mantido em 1982 as cotações

médias de 1981, o Brasil teria exportado em 1982 US\$ 24,468 bilhões.

Adicionalmente, o excesso de estoques de alguns "commodities" nos países produtores, assim como a política protecionista aplicada por alguns países europeus, desfavorável no caso do açúcar, pressionaram também os preços dos produtos primários para baixo.

Não se limitou, porém, a queda das cotações internacionais a evolução negativa do comércio exterior.

Ampliaram-se as práticas protecionistas no mundo desenvolvido, enquanto que em países em desenvolvimento tais como Argentina, Uruguai, México, Chile, Nigéria e Argélia, bem como em países de economia centralmente planejada,

como a Polónia, que se haviam transformado em importantes mercados para produtos brasileiros não tradicionais, a recessão atingiu-os com grande rigor, obrigando-os a se fecharem de maneira abrupta. O comércio assim perdido pelo Brasil neste grupo de países superou a US\$ 1 bilhão em 1982 (Quadro XVII).

## QUADRO Nº XVII

BRASIL  
EXPORTAÇÃO - PRINCIPAIS VARIAÇÕES NEGATIVAS  
DE 1982 SOBRE 1981

PAÍSES  
- Em US\$ 1.000

Discriminação	%	1982	1981
Nigéria	- 68,30	244.160	770.232
Chile	- 54,87	289.056	640.511
Polónia	- 66,81	168.116	506.502
Países Baixos	- 22,96	1.132.480	1.469.998
México	- 49,59	324.391	643.461
Uruguai	- 63,07	137.795	373.158
Argentina	- 26,17	649.859	880.226
Bolívia	- 68,80	79.606	255.161
Argélia	- 53,34	124.706	267.288
Alemanha Ocidental	- 10,45	1.179.105	1.316.655

Apesar de todos esses fatores adversos, da conjugação, em 1982, dos efeitos da crise energética, da retração da economia e do comércio mundial e da crise financeira, o desempenho do setor exportador da economia brasileira tem alcançado resultados superiores aos da quase totalidade do bloco dos países em desenvolvimento:

- conseguimos manter o saldo positivo na balança comercial, alcançando em 1982 US\$ 770 milhões, quando em condições normais poderíamos ter alcançado superávit superior a US\$ 5 bilhões, como expuz acima.

De um modo geral, a queda do comércio internacional refletiu a tendência observada nos mercados mundiais já em 1981, ano em que o valor das exportações e das importações dos países industrialmente avançados caiu respectivamente de 1,7% e 5,3% entre 1981/80 e de 4,3% e 5,2% no período janeiro/outubro de 1982.

Em 1982, esse declínio acentuou-se, visto que, no período janeiro/setembro, as exportações daqueles países para as nações em desenvolvimento, importadoras de petróleo,

passaram de um crescimento de 2,7% em 1981 em relação a 1980, para uma queda de 9,2%. De outro lado, suas importações dos países em desenvolvimento, importadores de petróleo, registraram elevada queda de 11,1% em 1982, relativamente ao exercício anterior, agravando ainda mais nossa relação de intercâmbio (Quadro XVIII).

Combizados os efeitos de todos esses fatores adversos, verifica-se que provocaram para o Brasil uma perda superior a US\$ 5 bilhões nas receitas de suas exportações.

## QUADRO XVIII

O BRASIL E A CRISE INTERNACIONAL  
INDICADORES ECONÔMICOS  
- 1973-1982

ANOS	DOÍCES DE CRESCIMENTO (1973 = 100)								TAXA DE JUROS MÉDIA INTER- NACIONAL (PRIME RATE) (%)
	PRODUTO INTER NO BRUTO (PER-CAPTA)	PREÇO DO PETRÓLEO (C/DOL)	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		RELAÇÕES DE TROCA	DEFLATOR IM- PLÍCITO DO PIB (ÍNDICE DE DIA ANUAL)	
			PREÇO	QUANTUM	PREÇO	QUANTUM			
1973	100	100	100	100	100	100	100	100	8,7
1974	107	333	126	102	154	135	82	133	10,5
1975	110	336	126	112	159	128	79	179	5,8
1976	118	346	145	114	163	127	89	260	6,3
1977	121	360	177	114	170	117	104	391	7,8
1978	124	362	163	129	182	123	90	523	11,8
1979	129	486	179	142	217	135	82	820	15,0
1980	136	814	290	174	278	135	68	1 697	15,5
1981	130	971	179	209	309	116	58	3 352	18,7
1982 (*)	128	939	159	187	299	107	57	6 694	14,6

FONTE: Fundação Getúlio Vargas e Banco Central do Brasil.

NOTA: (\*) Estimativas preliminares.

O agravamento do quadro de restrições ao processo de desenvolvimento brasileiro deixou patente a impossibilidade de se prosseguir na estratégia de crescimento com endividamento.

Torna-se, portanto, indispensável promover gradual desaceleração de alguns setores da economia nacional em favor do crescimento de outros, de uso menos intensivo de insumos importados, como é o caso da agricultura, além da concentração de esforços em setores vitais, tais como as exportações e o desenvolvimento de fontes alternativas de energia.

A ênfase teve que se deslocar, portanto, para a transmissão, com a rapidez possível e com maior intensidade, das limitações externas para a economia doméstica.

Diante desses novos desafios, a nova estratégia governamental se concentrou em um conjunto de diretrizes para enfrentar a situação:

- intensificar os esforços em favor do contínuo crescimento das exportações, inclusive com uma política cambial mais realista, por se reconhecer que as dificuldades de acelerar ainda mais a substituição de importações de bens de capital e insumos básicos conferem à expansão das vendas externas papel de fundamental importância para a ruptura do estrangulamento externo;
- manter um programa de substituição de importações seletivas, em setores onde já existam inversões e mecanismos adequados de controle sobre os orçamentos das atividades, com ênfase na substituição de importações de petróleo e insumos básicos;
- concentrar toda a atenção nas causas básicas da inflação, desequilíbrios deve operar-se, fundamentalmente, através do procurando impor medidas rigorosas de tratamento específico de cada uma delas, simultaneamente com a preocupação de adotar mecanismos amenizadores dos efeitos perversos da inflação sobre o campo social, sobretudo o segmento menos favorecido da sociedade;

- redefinir prioridades, especialmente no setor público, reduzindo ou adiando a execução de projetos e investimentos para os quais não estejam definidos claramente os recursos;

- acelerar e ampliar os programas voltados para a economia de combustíveis e de busca de fontes alternativas de energia;

- imprimir maior austeridade à política fiscal e maior rigor à política monetária, com ênfase na eliminação dos subsídios ao consumo e no controle dos gastos públicos, assim como na redução gradativa dos subsídios creditícios;

atribuir, nos programas governamentais de investimento e apoio financeiro, definidos nos orçamentos monetário e fiscal, a mais alta prioridade para a exportação, a agricultura, o setor energético e a mineração, dentro de uma estratégia econômica consistente com a realidade brasileira e as restrições de natureza externa.

Dentro dessa estratégia, iniciou-se corajoso processo de redução da massa de subsídios ao consumo e ao crédito, que exercem forte pressão alimentadora do ritmo inflacionário e se adotaram providências para aumentar o nível de arrecadação dos tributos, mediante eliminação de incentivos fiscais com grande peso sobre as receitas do Tesouro e elevação da arrecadação fiscal, medidas indispensáveis ao controle da inflação.

Passou-se a exercer também rigorosa contenção dos gastos públicos, notadamente através da instituição de mecanismos adequados de controle sobre os orçamentos das empresas estatais.

Quanto à estratégia de ajuste do balanço de pagamentos, levou-se em conta que a correção de seus desequilíbrios deve operar-se, fundamentalmente, através do incremento das exportações, dada a virtual impossibilidade de redução substancial das importações a curto prazo, principalmente pelas dificuldades de substituição rápida das compras externas de petróleo e de outras matérias-primas essenciais.

Com esse objetivo, adotou-se, em dezembro de 1979, uma série de medidas. Dentre estas, merece especial destaque a desvalorização do cruzeiro em 30%, sem prejuízo da manutenção da política de minidesvalorizações periódicas.

A recuperação do ritmo de nossas exportações, após a maxidesvalorização, foi extraordinária; nossas vendas externas cresceram 31% entre 1979 e 1980 e 15% entre 1980 e 1981, ano em que se obteve substancial superávit na balança comercial do País: US\$ 1,2 bilhão, contra um déficit de US\$ 4,7 bilhões em 1974.

A estratégia adotada para enfrentar as dificuldades decorrentes das novas elevações de preço do petróleo e da crise financeira, permitiu rápida recuperação da situação interna e externa do País nos anos de 1980 e 1981.

Com efeito, o processo inflacionário começou a ceder já em abril de 1981, iniciando-se uma queda sistemática do índice geral de preços, medido em período de 12 meses, com redução do nível de 121,2% em março daquele ano, para 95,2% em dezembro e para 91,3% em abril de 1982.

Os resultados alcançados no setor externo foram também auspiciosos. Em termos de transações correntes, o déficit, que se havia elevado de 71,1% entre 1978/79, subiu 53,7% entre 1979/80 e apenas 11,3% entre 1980/81. Entre 1981/82, registrou-se uma queda em termos absolutos, de US\$ 12,8 bilhões para US\$ 11,7 bilhões.

O Governo vem desenvolvendo, com êxito, esforços no sentido de reduzir nossa dependência externa de fontes de energia.

#### QUADRO Nº XIX

#### FONTES ENERGÉTICAS ALTERNATIVAS

#### PRODUÇÃO NACIONAL

(1.000 BARRIS EQUIVALENTES DE PETRÓLEO/DIA)

1980-1985

FONTE	1980	1981	1982	1983	1984	1985
PETRÓLEO	185	218	264	327	405	500
ÁLCOOL CARBURANTE	46	54	63	81	97	118
CARVÃO ENERGÉTICO	30	43	50	64	72	79
ENERGIA ELÉTRICA	719	790	845	928	1018	1162
TOTAL	980	1105	1222	1400	1592	1859

FONTE: SEPLAN.

Nessa linha, cabe destacar o PROÁLCOOL, e o PROCARVÃO, como fontes de energia alternativas, e que deverão, em 1983, produzir o total de 81 mil e 64 mil barris equivalentes de petróleo; por outro lado, a produção brasileira de petróleo deverá alcançar, no ano de 1983, a média diária de 327 mil barris, acréscimo de 77% em relação a 1980, atingindo, ao final do ano, 400 mil barris/dia.

Além do mais, com os projetos já aprovados, há uma expectativa de o álcool carburante e o carvão energético atingirem a média diária de 118 mil e 79 mil barris, em 1985; relativamente ao petróleo, espera-se uma produção média de 500 mil barris/dia.

sua utilização como substitutivo aos derivados de petróleo, cuja meta é conseguir, até o final de 1983, uma economia equivalente a 30 mil barris/dia.

Portanto, mais uma vez a economia brasileira mostrou seu grande potencial de recuperação dentro de uma conjuntura mundial adversa.

Do lado da energia elétrica, vale registrar

#### QUADRO Nº XX

#### ECONOMIA DE GASTOS COM PETRÓLEO

- Em US\$ Milhões

Ano	Importações			Exportações			Importações menos Exportações	Economia de Gastos com Petróleo
	Petróleo Bruto	Derivados	Total	Petróleo Bruto	Derivados	Total		
1981	10.604	736	11.340	1.125	190	1.315	10.025	...
1982	9.522	937	10.459	1.332	270	1.602	8.857	1.168
1983(1)	7.846	500	8.346	1.400	200	1.600	6.746	2.111

FONTE: CIEF e PETROBRÁS.

(1) - Projeção.

#### A CRISE FINANCEIRA DE 1982

O momento mais dramático dessa difícil conjuntura econômica mundial, particularmente em relação ao Brasil, foi o assinalado pela severa restrição de liquidez e interrupção brusca do fluxo de recursos para os mercados financeiros, irrompida após a crise mexicana, países em desenvolvimento, que levou os pequenos e médios bancos, europeus e americanos.

#### QUADRO Nº XXI

#### RECURSOS EXTERNOS

Captação - Médias Trimestrais - 1982  
- US\$ Milhões

Discriminação	Jan/Mar	Abr/Jun	Jul/Set	Out/Dez	Ano
A - TOTAL GERAL	1.349,9	1.557,9	1.485,6	391,9	14.356,0
B - FINEX E CONVÊNIOS BILATERAIS	-	101,7	29,7	-	394,1
C - RESOLUÇÃO Nº 63	428,3	404,7	303,7	76,6	3.640,0
D - LEI Nº 4.131	921,6	1.051,5	1.152,2	315,3	10.321,9
1 - Operações Sindicalizadas	171,7	134,8	-	-	919,5
2 - Empréstimos e Linhas de Crédito de Prazo Médio (acima de 24 meses)	-	-	33,3	-	100,0
3 - Bônus	15,4	16,7	6,2	-	114,8
4 - Organismos Internacionais (desembolsos em moeda)	66,6	199,0	211,0	74,3	1.652,8
5 - Diretas e "club deals"	667,9	701,0	901,7	241,0	7.534,8

FONTE: BACEN-DEPEC.

Na verdade, a crise começou muito antes, desde quando a Polónia se apresentou insolvente, perante seus credores internacionais, com uma dívida externa da ordem de US\$ 24 bilhões, a maior parte com o sistema bancário internacional.

Simultaneamente, ocorreram importantes bancârios, como do Banco Ambrosiano e do Penn Square, além do fechamento de várias corretoras americanas. República Federal da Alemanha, no Canadá e nos Estados Unidos e em várias pequenas empresas de petróleo. Esses acontecimentos foram acompanhados de sérios problemas abalada politicamente pela Guerra das Malvinas, com sérios

Em maio de 1982, a situação mundial foi

reflexos nos mercados financeiros, a partir do momento em que a Inglaterra bloqueou os fundos argentinos nos bancos ingleses e a Argentina suspendeu seus pagamentos internacionais.

O mercado financeiro não havia mudado ainda, em relação ao Brasil, mas, a partir de junho de 1982, experimentamos os primeiros sinais de retraimento no ingresso de recursos externos.

De janeiro a junho de 1982, os empréstimos em moeda ingressados no País montaram a cerca de US\$ 9 bilhões, com média mensal de captação de US\$ 1,5 bilhão. Em julho, esse montante foi de US\$ 1.696,3 milhões e, em agosto, de US\$ 1.998,9 milhões. Em setembro e outubro, a captação caiu à metade. As operações via Resolução 63, cuja média chegou a US\$ 400 milhões, no período janeiro a julho, caíram para US\$ 200 milhões em setembro e US\$ 100 milhões em outubro.

Em agosto de 1982, veio à tona a difícil situação financeira externa do México, com a declaração de moratória por 90 dias. O retraimento da comunidade bancária internacional foi imediato.

A reunião do Fundo Monetário Internacional, convocada para Toronto (Canadá), na primeira semana de setembro, transformou-se em um verdadeiro desastre, face ao desapontamento causado à comunidade financeira pela falta de aprovação de algumas medidas consideradas indispensáveis e urgentes para repor a confiança abalada. Os Estados Unidos haviam anunciado, extra-oficialmente, a criação de um fundo de emergência da ordem de 25 bilhões de dólares, para complementar a ação do Fundo Monetário Internacional, enquanto este receberia substancial suprimento de recursos através da elevação das quotas e criação de novos Direitos Especiais de Saque (DES).

Nada disso ocorreu em Toronto. O Comitê Interino que deveria decidir sobre esses três temas foi convocado para abril de 1983. Uma frustração geral.

Em consequência, a crise financeira precipitou-se. No mês de setembro (The Black September), os bancos praticamente suspenderam seus empréstimos. Discutia-se o "risco América Latina": Argentina, Chile, México, Venezuela, Peru, Equador. E o Brasil, no mesmo contexto.

As grandes operações de sindicatos bancários e "club-deals", que financiavam as empresas estatais brasileiras, diminuíram em agosto e desapareceram a partir de setembro. Mas não era só o desaparecimento de novos recursos adicionais. Reduziam-se rapidamente, também, as linhas de crédito de curto prazo, que supriam as agências dos bancos brasileiros no exterior e que financiavam o capital de giro das exportações nacionais.

Em setembro mesmo, em New York e Washington, foram lançadas as primeiras providências visando a equacionar o problema brasileiro face à precipitação da crise financeira.

Decidiu-se mobilizar os grandes bancos americanos e, a partir daí, os grandes bancos internacionais, para compor uma estratégia de financiamento do Balanço de Pagamentos do Brasil, em 1983, de que resultaram os Projetos 1 a 4.

A assistência financeira do Fundo Monetário Internacional parecia imprescindível, não só pelo aporte de recursos do "Financiamento Compensatório", como do "Financiamento Ampliado", mas, também, por constituir condição essencial para o apoio da comunidade bancária internacional.

O Governo Americano emprestou imediatamente sua colaboração, para antecipar os recursos que se fizeram necessários até a plena integralização dos esquemas com os bancos internacionais privados. Os próprios bancos antecipariam grande parte desses recursos, ainda em 1982, como "bridge-loans" capazes de sustentar a situação até que as negociações fossem concluídas. Outros governos aderiram ao

esquema e, através dos Bancos Centrais que compõem o "Bank for International Settlements" - BIS, também anteciparam ao Brasil vultosa soma de recursos, para ser reembolsada na medida em que forem liberadas as parcelas do Fundo Monetário.

O fechamento do Balanço de Pagamentos em 1982, requereu uma mobilização de recursos de curto prazo da ordem de US\$ 4.319 milhões, sendo US\$ 1.480 milhões fornecidos pelo Tesouro Americano, US\$ 500 pelo BIS e US\$ 2.339 pelos bancos comerciais. Além destes recursos, o País recebeu do Fundo Monetário Internacional a primeira parcela do seu empréstimo a título de Financiamento Compensatório, em função da queda dos nossos produtos primários de exportação. Ao final do exercício, verificou-se uma perda de reservas de US\$ 3.461 milhões.

Em fevereiro de 1983, o Tesouro dos Estados Unidos emprestou ao Brasil mais US\$ 200 milhões, cujo pagamento, juntamente com os recursos desembolsados em 1982, já foi efetuado. O BIS forneceu em janeiro último mais US\$ 950 milhões, dos quais US\$ 400 milhões já foram pagos, devendo receber, nos meses subsequentes de 1983 o pagamento do total emprestado ao País (US\$ 1.450 milhões). O reembolso dos "bridges" dos bancos comerciais já foi iniciado, com o pagamento de US\$ 1.164 milhões, no dia 10 de março, o restante devendo ocorrer ainda neste exercício.

Em resumo, as operações "bridge" totalizaram os seguintes valores, em milhões de dólares:

Instituições	1982	1983
<b>Bancos Comerciais</b>		
- Desembolso	2.339	
- Amortizações	-	2.339
<b>Tesouro Americano</b>		
- Desembolso	1.480	206
- Amortizações	604	1.076
<b>BIS</b>		
- Desembolso	500	950
- Amortizações	-	1.450
<b>T O T A L</b>		
- Desembolso	4.319	1.150
- Amortizações	604	4.865

Objetivando viabilizar o atendimento global dos compromissos brasileiros e o fechamento do balanço de pagamentos, em 1983, o Governo Brasileiro negociou com os bancos credores, apoiado pelo FMI, os seguintes projetos:

#### Projeto 1

Novos empréstimos em moeda no valor de US\$ 4,4 bilhões. Recursos a serem desembolsados em março (US\$ 2,5 bilhões), junho (US\$ 635 milhões), setembro (US\$ 635 milhões) e dezembro (US\$ 635 milhões).

Assinado em 25.2.83.

#### Projeto 2

"Rolagem" de US\$ 4,0 bilhões (posteriormente elevados a US\$ 4,6 bilhões, vencíveis ao longo de 1983). Do total de US\$ 7,2 bilhões de amortizações a vencer durante o corrente exercício, US\$ 4,6 bilhões devidos aos bancos internacionais serão transformados em novas dívidas de longo prazo.

Assinado em 25.2.83.

#### Projeto 3

Restauração ao nível de junho de 1982 da dívida de curto prazo relacionada ao comércio, no valor de US\$ 8,8 bilhões. Estimativa atual indica que o projeto totaliza US\$ 9,3 bilhões.

#### Projeto 4

Restauração das linhas de crédito no mercado interbancário. Dos US\$ 10,0 bilhões de dezembro de 1982 essas linhas totalizam atualmente US\$ 7,2 bilhões, excluídos os bancos brasileiros no exterior.

As necessidades de recursos, de acordo com as previsões do balanço de pagamentos, incluindo os contratos já assinados dos Projetos 1 e 2 montam, em 1983, a US\$ 15.162 milhões, ou seja, US\$ 7.808 milhões a menos do que em 1982, com todas as fontes de recursos já identificadas, conforme se pode ver no Quadro XXII, onde se contempla a possibilidade de um acréscimo nas reservas internacionais de US\$ 1,6 bilhão, caso se completem todos os programas previstos, principalmente o superávit de US\$ 6 bilhões na balança comercial.

#### O RECURSO AO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

O Brasil é membro fundador do Fundo Monetário Internacional, tendo participado desde os primeiros debates sobre a sua criação, em 1944, em Bretton Woods.

Em diversas oportunidades, não muitas, o Brasil recorreu aos empréstimos do Fundo Monetário, para compor o quadro dos financiamentos necessários à cobertura do balanço de pagamentos.

A crise mundial iniciada em 1974, não nos animava a recorrer ao Fundo Monetário por duas razões principais: primeiro, porque o País dispunha de reservas adequadas e de liquidez suficiente para atender às exigências do fluxo de caixa; e segundo, porque havia suficiente liquidez nos mercados internacionais para atender os reclamos da nossa crescente necessidade de financiamento. Até meados de 1982, o Brasil jamais experimentou qualquer dificuldade em obter junto aos mercados financeiros todo o suprimento de recursos de que necessitava, de maneira rápida e eficiente, prazos adequados e nos montantes requeridos, até mesmo, em certas ocasiões, com crescimento de suas reservas internacionais.

O objetivo básico do Fundo Monetário é o de ajudar os países membros a realizarem programa de ajustamento de seus balanços de pagamentos, não só através da assistência técnica, mediante cooperação para formular medidas de política econômica capazes de restaurar a estabilidade interna e externa, como, também, da assistência financeira, com a finalidade de suprir ao país-membro recursos adicionais destinados a promover o equilíbrio das contas externas, sem a necessidade de recorrer a medidas de restrição cambial, capazes de afetar negativamente a expansão global do comércio internacional.

Os recursos do Fundo, regra geral, não são suficientes, por si sós, para resolver todos os problemas do balanço de pagamentos. Entretanto, a operação com o Fundo pode vir acompanhada de amplos recursos do Banco Mundial, via Programa estrutural de desenvolvimento, ao qual o atual Presidente do Banco empresta a mais alta prioridade. E vem, sem dúvida, acompanhada de maior disposição das instituições financeiras e empresas privadas internacionais em continuarem seus financiamentos e investimentos de capital de risco, promovendo o fluxo financeiro necessário à cobertura do balanço de pagamentos.

Para ter acesso aos recursos do Fundo e obter as vantagens daí resultantes, os países membros são levados a adotar medidas de política monetária, fiscal e cambial capazes de assegurar a correção dos desequilíbrios internos e o fortalecimento do balanço de pagamentos.

As recomendações do Fundo exigem medidas rigorosas de combate à inflação, de contenção do déficit público e de taxa cambial realista, como de resto o aconselharia qualquer política econômica voltada para uma situação de persistente desequilíbrio externo, acompanhado ou mesmo induzido por um excesso de demanda agregada proveniente do setor público e/ou do setor privado, ou ainda por uma taxa de câmbio sobrevalorizada, que não reflita as tendências e as forças do mercado.

Daí, que um dos problemas mais difíceis em que se relacionam com o Fundo é o da rigidez no cumprimento das medidas adotadas.

Os países que, voluntária e realisticamente sempre adotaram medidas adequadas para combater a inflação e fortalecer o balanço de pagamentos, não têm por que recear as condicionalidades impostas pelo Fundo. Outros não.

A configuração dos nossos compromissos externos, no quadro geral de "encurtamento" dos mercados financeiros internacionais, não deixava dúvida quanto às alternativas que poderíamos escolher para resolver os problemas atuais do balanço de pagamentos: a via das negociações com os credores, que incluía, obrigatoriamente, o recurso do FMI, ou a suspensão dos pagamentos por moratória.

A Polônia, a Argentina e o México chegaram a optar pela segunda alternativa. A Polônia, por falta total de condições para tentar um refinanciamento de sua dívida junto à comunidade bancária internacional. A Argentina, porque envolvida em um conflito bélico de proporções, não tardou, porém, a recorrer ao Fundo Monetário, tão logo pôde, como condição necessária à composição de sua dívida com os bancos internacionais. E o México, por não ter, com a antecedência necessária, assegurado os financiamentos temporários capazes de sustentar o fluxo de pagamentos de seus compromissos externos, enquanto se processava a renegociação com os bancos e com o Fundo Monetário, o que veio a fazer, em seguida.

A suspensão dos pagamentos internacionais, ou a moratória, traz consequências drásticas, do ponto de vista da credibilidade e da continuidade dos financiamentos que amparam tanto as operações de exportação como as de importação.

O Brasil é um país que, habitualmente, recebe do exterior uma massa de financiamentos sem a qual dificilmente poderia sustentar o ritmo regular de seu comércio exterior e o de suas atividades econômicas internas. Segundo dados recentes, o total de linhas de crédito rotativas utilizadas pelo Banco do Brasil e outros bancos brasileiros, assim como a PETROBRAS, a SIDERBRAS, a Vale do Rio Doce e outros, para financiar importações de petróleo, de

carvão, de trigo e outras operações de interesse nacional, na área do comércio, montava, em 30.6.1982, a US\$ 8,8 bilhões.

Por outro lado, as operações realizadas pelas 103 agências de bancos brasileiros no exterior (40 do Banco do Brasil e 63 dos demais bancos) no mercado interbancário, levantando recursos para financiar projetos de investimentos no Brasil ou para financiar nossas exportações, montavam, também em 30.6.1982, a cerca de US\$ 10 bilhões.

A suspensão dos pagamentos internacionais, por parte de um país, equivale à concordata, no caso das empresas: com a moratória cessam as correntes normais de financiamento. Se a empresa não dispuser de recursos e caixa suficientes ou se, pela sua natureza não poder prescindir de certos insumos e matérias-primas, poderá sofrer sérias consequências, até mesmo penalizar suas atividades. Por isso mesmo, nenhuma empresa é levada à concordata sem, antes, despendar todos os meios para promover uma composição amigável e adequada de suas dívidas.

Os países que são auto-suficientes em carvão e petróleo, necessários não só ao consumo de suas indústrias, mas essenciais aos seus meios de transportes (navios, caminhões, ônibus), são menos dependentes do exterior e menos vulneráveis que os que não possuem suas fontes de energia.

O Senador Virgílio Távora já teve oportunidade de mencionar esses aspectos da economia brasileira, quando, em seu pronunciamento no Senado, no dia 9.03.83, discorreu sobre a essencialidade das nossas importações e a proporção de nossas compras no exterior amparadas por financiamentos.

Todas essas considerações devem estar presentes às autoridades responsáveis, no momento em que são chamadas a decidir entre a alternativa da moratória e a via das negociações.

Quem tem crédito, usa o crédito, não pede moratória.

Seria muito difícil avaliar as consequências de uma solução violenta, unilateral, imposta aos nossos credores. O que representaria para a METROBRAS, a CIA Vale do Rio Doce e as empresas siderúrgicas do Grupo SIDERBRAS a perda de mais de US\$ 6 bilhões de linhas de crédito no exterior ou, ainda, a paralisação brusca das importações financiadas de equipamentos, de petróleo e de trigo?

Por quanto tempo ficariam os nossos navios parados nos portos, nas cidades sem ônibus e as estradas sem caminhões? Quais os prejuízos para a produção nacional? Quantas pessoas perderiam seus empregos e quantas outras mais, continuariam desempregadas, pelo agravamento da situação de oferta de trabalho?

É difícil responder a essas indagações. E, por isso mesmo, o Presidente Figueiredo instruiu os seus Ministros em outra direção. Na direção da negociação, do refinanciamento, da composição das dívidas, mediante acordo entre as partes, pela preservação da credibilidade e da confiança de que o país desfruta no exterior e que não pode desprezar ou alienar, de um momento para outro, pondo a perder todo o trabalho construído pelas últimas gerações.

Por outro lado, é preciso atentar, também, para a situação do Banco do Brasil, do Banco do Estado de São Paulo, de outros bancos estaduais e privados que possuem hoje, no exterior, 103 agências.

Essas agências captaram recursos e receberam depósitos, assumiram obrigações e compromissos por recursos que, na sua quase totalidade, financiaram exportações brasileiras ou projetos de investimentos no Brasil.

Essas agências respondem por essas obrigações, por esses depósitos, e seria um risco incalculável expô-las à sua própria sorte por uma decisão cuja inexorabilidade não foi comprovada, mas que, muito pelo contrário, se mostrou desnecessária, inoportuna e inconveniente, face à alternativa mais lógica e racional da negociação.

A solução financeira encontrada pelo Brasil foi equacionada de comum acordo com a comunidade bancária internacional. O apoio do Fundo Monetário Internacional era condição essencial, não só para mobilizar os nossos credores, como para viabilizar a complementação necessária dos recursos de que precisamos.

E, por essas razões, o Brasil utilizou-se da faculdade de membro-nato, de contribuinte dessa instituição e, a exemplo de outros países, recorremos — como já o fizemos antes — ao Fundo Monetário Internacional.

É importante assinalar ainda o fato de que o programa econômico apresentado pelo Brasil foi negociado com o Fundo Monetário Internacional no curto espaço de três semanas, o que demonstra não só a qualidade e a viabilidade da estratégia de ajustamento apresentada como a credibilidade da administração econômica brasileira perante aquela Instituição.

Referido programa, voltado para a rápida eliminação dos desequilíbrios internos e externos, tem como um de seus principais pontos a queda substancial do déficit público, que deverá passar de um total equivalente a 16,9% do PIB em 1982 para 8,8% em 1983, o que será conseguido mediante redução dos gastos da administração direta, controle rigoroso dos dispêndios das empresas estatais — diminuição de investimentos e estagnação dos gastos de pessoal, em termos reais — e corte gradual das despesas com subsídios.

Com tais providências, recai sobre o setor público o maior peso do esforço de ajustamento, permitindo-se que o setor privado se desenvolva a um ritmo superior ao das atividades do Estado, revertendo uma tendência que se observava nos últimos anos.

Disso tudo, pode-se concluir que, ao final do período de execução do programa econômico em curso, ter-se-á obtido não apenas o reequilíbrio das contas externas e o fortalecimento do balanço de pagamentos, mas também uma redução importante na participação do Estado na economia.

#### AS RAZÕES DA MAXIDESVALORIZAÇÃO

A partir de 1979, o Balanço de Pagamentos do Brasil tomou um curso extremamente perigoso, apresentando o perfil de um desequilíbrio estrutural de grande profundidade, marcado, principalmente, pelo excessivo ônus das importações de petróleo e as elevadas taxas de juros, sobrecarregando o serviço da dívida externa.

A necessidade urgente de corrigir esse desequilíbrio e antecipar-se às consequências imprevisíveis de um agravamento da crise mundial, levou as autoridades brasileiras a decretarem, em 7.12.1979, uma brusca desvalorização de 30% do cruzeiro, em relação ao dólar norte-americano.

Essa providência trouxe resultados inegáveis para o fortalecimento da balança comercial, produzindo um

aumento de cerca de 5 bilhões de dólares de exportação, de 1979 a 1980, e de mais de 3,1 bilhões de 1980 a 1981.

Nas por isso, entretanto, aliviou-se a situação do Balanço de Pagamentos, cujo déficit em transações correntes aumentou de US\$ 7,9 bilhões em 1979, para US\$ 10,1 bilhões em 1980, e US\$ 12,4 bilhões, em 1981, como consequência da elevação dos gastos com petróleo e da brusca elevação das taxas de juros externas.

O ano de 1982 pode ser considerado o mais trágico da história do nosso Balanço de Pagamentos. As exportações caíram drasticamente de US\$ 23,3 bilhões para menos de US\$ 20,2 bilhões e, embora as importações de petróleo tenham sido reduzidas em cerca de US\$ 1,1 bilhão, o déficit em transações correntes se elevou a US\$ 14,4 bilhões.

Essa situação veio acompanhada, em 1982, de uma violenta retração dos financiamentos bancários, a que já tivemos oportunidade de referir, anteriormente, tornando penoso o fechamento das contas externas naquele exercício.

Felizmente, a colaboração dos bancos internacionais, aliada à cooperação do Governo dos Estados Unidos, o apoio dos Bancos Centrais associados ao BIS - Bank for International Settlements e do Fundo Monetário Internacional, nos permitiu, não só cobrir as necessidades de recursos daquele ano, como também equacionar devidamente a cobertura necessária para todo o exercício de 1983.

A programação do setor externo, em 1983, conforme aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, repousa em duas premissas fundamentais: primeira, a de que o sistema financeiro internacional não dispõe da mesma capacidade e da mesma disposição de financiar, a qualquer custo, o déficit dos países em desenvolvimento, como é o caso típico do Brasil; e segunda que, em decorrência desse fato, a única alternativa para reduzir o déficit em transações correntes será a de produzir um substancial superávit na balança comercial.

Pelos nossos cálculos, a comunidade bancária não nos financiaria mais do que US\$ 4,4 bilhões, de recursos adicionais, durante o ano de 1983.

Dessa forma, não cabia outra alternativa senão equacionar o Balanço de Pagamentos com base nessa dura realidade, transpondo, então, grande parte do reajustamento necessário para a área do comércio, ou seja, impondo-nos uma programação ambiciosa de alcançar o superávit de US\$ 6 bilhões, como resultado de US\$ 22/23 bilhões de exportações e de um corte das importações de US\$ 19,4 bilhões para US\$ 16/17 bilhões.

O Brasil havia perdido grande parte de sua receita prevista de exportações em razão de dois fatos principais: a queda dos preços dos produtos primários (vítimas das altas taxas de juros) e a retração dos novos mercados (México, Venezuela, Argentina, Chile, Polônia, Nigéria e outros).

Essa situação foi ainda mais agravada pelo fato inédito de se desvalorizarem as moedas européias e o yen japonês em cerca de 24%, em média, vis-à-vis o dólar norte-americano, reduzindo, sensivelmente, a nossa capacidade de competição, não só na Europa, mas também nos novos mercados, a partir de 1981.

A expectativa de que essa desvalorização — bastante artificial, porque repousava nos fluxos de capitais atraídos pelas altas taxas de juros nos Estados Unidos — não duraria muitos meses, falhou inteiramente. E até o momento, permanecem ainda desvalorizações que vão desde 11% até a 60%.

Ao aceitar tal realidade, caberia às autoridades brasileiras promover, urgentemente, alguma medida capaz de neutralizar essa situação. A análise feita não indicava outra alternativa, senão a da desvalorização, eis que os incentivos fiscais (crédito-prêmio) e o financiamento subsidiado geram resistências cada vez maiores nos mercados compradores.

Por outro lado, a tendência de deterioração dos níveis de comércio, observada no 2º semestre de 1982, persistia em 1983, com níveis de exportações muito baixos nos meses de janeiro e fevereiro.

Comprometido, assim, desde o início do ano, a nossa meta de exportação em 1983, levantando dúvidas e suspeitas quanto à possibilidade de sua realização.

O retardamento das negociações dos Projetos 1 e 2 parecia já uma demonstração desse estado de espírito, que ameaçava a nossa firme decisão de implementar o superávit comercial de US\$ 6 bilhões, no corrente ano.

Essa meta é fundamental. Dela depende a viabilidade dos financiamentos programados para dar cobertura ao balanço de pagamentos, em 1983.

Os resultados das exportações, em janeiro e fevereiro, não foram alvissareiros. Os de março não serão muito diferentes.

Dai a necessidade de um impulso novo, um voto de confiança para reforçar as metas das exportações, sem sobrecarregar demasiadamente os escassos fundos de que o Tesouro dispõe.

A fórmula concertada com o Fundo Monetário, de acelerar as minidesvalorizações, mediante o acréscimo de 1% sobre os índices mensais, trouxe vários inconvenientes, entre os quais a elevação absurda da taxa de juros das operações realizadas em moeda estrangeira, impulsionando todas as demais taxas do mercado interno.

Cumpria, pois, corrigir o sistema e a solução mais apropriada seria a de antecipar as minidesvalorizações adicionais. Essa antecipação, porém, não poderia ser feita nos limites estritos dos 12,7% acumulados (1% ao mês), eis que se faz necessário, nessas situações, deixar uma certa margem para absorver os consequentes aumentos de preços internos, resultantes da própria desvalorização.

A desvalorização ao nível de 30% não só atenderia a essas preocupações como neutralizaria a diferença, ainda existente, representada pela desvalorização das moedas européias e do yen japonês, vis-à-vis o dólar americano, e que vinha criando sérias dificuldades do ponto de vista da competição dos produtos brasileiros nos mercados internacionais.



## QUADRO Nº XXII

## BALANÇO DE PAGAMENTOS

— Em US\$ Milhões

Discriminação	1982	1983
<u>Exportações</u>	<u>20.175</u>	<u>22/23.000</u>
<u>Importações</u>	<u>19.400</u>	<u>16/17.000</u>
- Petróleo	9.522	7.846
- Outros	9.878	9.154
<u>BALANÇA COMERCIAL</u>	<u>775</u>	<u>6.000</u>
<u>Serviços</u>	<u>- 15.170</u>	<u>-12.859</u>
- Juros	- 10.980	- 9.000
- Outros	- 4.190	- 3.859
<u>TRANSAÇÕES CORRENTES</u>	<u>- 14.395</u>	<u>- 6.859</u>
Mais:		
Exportações Financiadas (FINEX)	- 642	- 1.103
Amortizações	- 7.933	- 7.200
<u>NECESSIDADE DE RECURSOS</u>	<u>22.970</u>	<u>15.162</u>
<u>Fontes de Financiamento</u>	<u>22.970</u>	<u>16.763</u>
- Investimento direto	1.084	1.500
- Crédito de Fornecedores } - Banco Mundial e BID }	3.130	4.495
- Empréstimos em moeda (Res. 63 e Lei nº 4.131)	11.605	1.100
- "Bridge Loans"	3.715	- 1.376
- Bancos	2.339	-
- U.S. Treasury	876	- 876
- B.I.S.	500	- 500
- Fundo Monetário Internacional	544	2.483
- Bancos - Projeto 1, menos "bridge" (4.400 - 2.339)	-	2.061
- Projeto 2	-	4.000 (1)
- Restauração de linhas de crédito, Projetos 3 e 4	-	1.300 (2)
- Desembolsos de projetos comprometidos em 1982	-	1.200
- Redução de linhas de crédito	- 905	-
- Outros Capitais (inclusive erros e omissões)	- 884	-
- Venda de ouro	1.220	-
- Redução das Reservas	3.461	-
- Aumento das Reservas	-	1.601

(1) - Projeto 2 - Pode atingir US\$ 4.800 milhões.

(2) - Projetos 3 e 4 - Podem atingir US\$ 1.800 milhões.

Vencida, como parece estar sendo, a retração do comércio mundial e passado o fundo da crise, qualquer indício de recuperação do ritmo de crescimento da economia mundial deverá provocar, sobre o comportamento do setor externo da economia brasileira, efeitos mais que proporcionais.

De qualquer modo, será praticamente impossível se repetirem em 1983 ou 1984, ou no futuro previsível, os mesmos fatores devastadores conjugados, simultâneos. Por outro lado, os esforços pela constante diversificação e fortalecimento da capacidade exportadora efetiva da economia brasileira passam a exercer-se também mais intensivamente no âmbito do comércio internacional do petróleo, onde o emprego do poder de compra do Brasil deve permitir a conquista ou reconquista de parcelas de mercados.

As perspectivas parecem, pois, alvissareiras.

Para 1984, deverá ganhar força o processo de recuperação da economia mundial, cujos primeiros sinais já

são visíveis, especialmente nos Estados Unidos. Esse fato deverá repercutir favoravelmente na demanda por exportações brasileiras.

Ao lado disso, a conclusão de projetos voltados para a substituição de importações deverá trazer duplo alívio sobre a pauta de nossas compras externas, já que reduzirá os dispêndios com bens de capital importados, ao tempo em que permitirá o suprimento, ao mercado interno, com bens de fabricação nacional. Adicionalmente, alguns desses projetos — como é o caso da Cia Siderúrgica de Tubarão e da indústria de alumínio — deverão contribuir para a expansão das exportações.

O resultado conjugado de todos esses fatores positivos permite estimar um superávit de US\$ 8 bilhões na balança comercial em 1984, com exportações globais de US\$ 26 bilhões (mais 13% em relação a 1983) e importações de US\$ 18 bilhões (aumento de 6%).

Qualquer ganho adicional no ritmo de expansão das exportações permitirá, obviamente, a ampliação do saldo

na balança comercial e uma redução mais acentuada do déficit em transações correntes.

Esses resultados perseguidos no comércio exterior — a partir de projeções conservadoras baseadas em dados do ano crítico por excelência — combinadas com as demais medidas de ajustamento da economia brasileira, deverão permitir, no final do período contemplado para conclusão desse ajustamento, que o Brasil prescindir de recursos adicionais do sistema bancário internacional, e a dívida externa, em moeda (excetuados "supplier's credit") comece a declinar.

És porque têm as exportações a alta prioridade no contexto da nossa política econômica global. O Presidente João Figueiredo, seus Ministros, o Governo todo estão empenhados no esforço árduo de assegurar o ritmo crescente das exportações brasileiras, único caminho capaz de reduzir a dependência da economia nacional aos mercados financeiros internacionais, de corrigir as limitações advindas do balanço de pagamentos e de propiciar a retomada do desenvolvimento econômico que todos nós desejamos.

## APÊNDICE

Proposta do Governo Brasileiro ao  
FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Brasília, 6 de janeiro de 1983

Ilmo. Sr.  
Jacques de Larosière  
Diretor Gerente  
Fundo Monetário Internacional  
700, 19th Street, N.W.  
Washington, D.C. 20431

Prezado Senhor de Larosière,

Nos últimos 15 anos, aproximadamente, o Brasil tem adotado políticas econômicas objetivando elevar a taxa de crescimento interno, a rápida absorção dos fluxos crescentes de mão de obra e o aumento constante no padrão de vida da população brasileira. Combinando recursos naturais abundantes com a importação em larga escala de capital e de tecnologia, o Brasil transformou rapidamente sua economia, basicamente agrícola, numa economia altamente industrial. Essa transformação, que expandiu consideravelmente a dimensão e o papel do setor público, afetou também a estrutura do comércio exterior do Brasil. Enquanto, anteriormente, uns poucos produtos agrícolas — tais como o café e o açúcar — dominavam as exportações, hoje os produtos industriais representam da metade do valor total das exportações brasileiras. Atualmente, a existência de um mercado doméstico de mais de 100 milhões de pessoas permitiu a execução de uma política bem sucedida de substituição de importações, fazendo com que, atualmente, as importações brasileiras consistam, em sua maioria, de petróleo, outras matérias-primas e bens de investimento.

2. A partir de 1974, as políticas financeira e econômica do Brasil têm sido dominadas pela necessidade de ajustamento

aos aumentos agudos no preço da energia importada. Com a segunda elevação acentuada do preço do petróleo, em 1979, o progresso até então obtido nesse esforço de ajustamento sofreu severo retrocesso. Como resposta a este novo choque externo, o governo adotou no final de 1979 e início de 1980 um amplo elenco de medidas que incluíram a maxidesvalorização do cruzeiro, severas restrições fiscais e monetárias e a maior liberalização do sistema do comércio exterior. A medida que a situação internacional se tornou mais difícil com a elevação das taxas de juros e o enfraquecimento da demanda externa, o Governo adotou medidas adicionais no final de 1980 e princípio de 1981, inclusive a liberalização parcial das taxas de juros, melhor distribuição do crédito, maior flexibilização do sistema tributário, controle mais rígido dos gastos públicos, especialmente das empresas estatais, e desvalorização do cruzeiro com base na taxa real. A despeito de seus objetivos, essas medidas não foram suficientes para restaurar o equilíbrio interno e externo. Em consequência, o Brasil teve de recorrer a volumes consideráveis de empréstimos externos.

3. A intenção das autoridades de reduzir os desequilíbrios externo e interno e de liberalizar a economia de forma gradual sofreu novo revés em 1982, quando a situação externa debilitou-se consideravelmente. O declínio dos preços internacionais de mercadorias, a redução do ritmo da atividade econômica mundial, o aumento de políticas protecionistas, dificuldades econômicas em países que haviam se tornado, recentemente, importantes compradores de produtos brasileiros, e a valorização temporária do cruzeiro, resultaram em um declínio no valor das exportações, que se estima deva alcançar 14% em 1982. Em contrapartida, as exportações cresceram quase de um terço em 1980 e de 16% em 1981. Embora as importações tenham-se reduzido significativamente no corrente ano, prevê-se que o superávit comercial, em 1982, atinja não mais do que US\$ 775 milhões em comparação com estimativa inicial de US\$ 3 bilhões e um superávit de mais de US\$ 1 bilhão em 1981. A alta contínua das taxas de juros internacionais ocasionou o aumento de

mais de US\$ 1 bilhão nos pagamentos de juros líquidos ao exterior. Este fator, a queda no superávit comercial e o aumento no pagamento de outros serviços provavelmente provocarão uma sensível elevação do déficit em conta corrente do Balanço de Pagamentos (exclusivo lucros reinvestidos) de US\$ 11 bilhões (equivalente a quase 4% do PIB) em 1981 a cerca de US\$ 15 bilhões (quase 5% do PIB) em 1982.

4. A fim de fazer frente, rápida e decididamente, a esta situação, o Governo formulou um programa econômico que, a curto prazo, reduzirá substancialmente os desequilíbrios externo e interno e, a médio prazo, promoverá mudanças estruturais na economia que permitirão um retorno a taxas mais elevadas e auto-sustentáveis de crescimento e do emprego. A estratégia básica deste programa é aumentar significativamente a poupança interna, especialmente no setor público, e tornar a economia mais eficiente, o que será alcançado através do alinhamento nos preços relativos entre os vários setores da economia, eliminação de subsídios e redução da intervenção direta e indireta do Governo na economia.

5. Apoiando este programa de política econômica, que será descrito mais pormenorizadamente a seguir, o Governo do Brasil, pela presente, solicita acesso aos recursos financeiros do Fundo Monetário Internacional no valor equivalente a 450% da quota do Brasil, ao amparo da primeira "tranche" de crédito e no âmbito de um acordo ampliado por um período de três anos. O Gover-

no do Brasil solicita também acesso máximo aos recursos financeiros do Fundo, ao empréstimo compensatório para quedas nas exportações e a empréstimo para financiamento de estoques reguladores.

6. Para assegurar o êxito deste programa econômico, será essencial que o Brasil possa continuar a contar com o apoio financeiro de bancos comerciais estrangeiros, de organismos internacionais e de governos. Tal apoio financeiro será de especial importância no início de 1983, quando o efeito completo das medidas de reajuste ainda não se tiver materializado.

7. Em outubro de 1982, o Conselho Monetário Nacional aprovou o Programa do Setor Externo para 1983, que objetiva uma redução do déficit em conta corrente do Balanço de Pagamentos do Brasil para cerca de US\$ 7 bilhões (em torno de 2% do PIB) e o equilíbrio no Balanço de Pagamentos como um todo. Essa melhoria tão significativa nas contas externas do Brasil e os recursos solicitados ao Fundo fortalecerão consideravelmente a posição das reservas internacionais do País.

8. No segundo e terceiro anos do acordo ampliado, as autoridades brasileiras visarão a um maior fortalecimento da posição externa do País. O déficit em conta corrente deverá reduzir-se para cerca de 1,5% do PIB em 1984 e 1% em 1985; o déficit neste último ano será equivalente a cerca de US\$ 4 bilhões. Essa mudança nas contas externas irá reduzir substancialmente o crescimento da dívida externa brasileira e permitirá superávits moderados no Balanço de Pagamentos, o que reconstituirá, ainda mais, as reservas cambiais.

9. O programa econômico visa também a uma significativa diminuição do desequilíbrio interno. Em virtude do efeito mediato sobre os preços, decorrente da pretendida liberação nas restrições e controles, a queda da taxa de inflação terá necessidade de ser mais lenta em 1983 do que nos dois anos seguintes. A taxa média anual de inflação deverá declinar de 95%, em 1982, para 78%, em 1983; a taxa de aumento de preços durante o ano deverá cair de 99%, em 1982, para 70%, em 1983.

10. Tendo em vista os efeitos negativos que a inflação exerce sobre os investimentos e o crescimento econômico futuro, as autoridades pretendem manter a continuidade das políticas em 1984 e 1985, no sentido de consolidar novas reduções na taxa anual de crescimento dos preços internos.

11. As altas taxas de juros externos, a recessão mundial prolongada, a retração dos mercados internacionais de capital e outros fatores fora do controle do Governo têm tornado cada vez mais difícil a manutenção de políticas orientadas para elevadas taxas de crescimento e emprego. A fim de amenizar os sérios

problemas sociais criados pela combinação de uma alta taxa de expansão demográfica com um ritmo lento de crescimento doméstico, as autoridades tentam estimular as atividades econômicas e o emprego em 1983 e nos anos subsequentes, especialmente através de:

- (1) aumento das exportações, através de combinação de uma política cambial adequada e de ampla assistência financeira e técnica;
- (2) apoio continuado à agricultura, buscando a elevação dos investimentos e da produtividade no setor;
- (3) fortalecimento da confiança do empresariado, através deste programa econômico, o que deverá estimular os investimentos no setor industrial;
- (4) política salarial destinada ao aumento do emprego;
- (5) políticas de preços destinadas a estimular a produção.

O Governo espera um crescimento mais elevado e auto-sustentado durante o segundo e terceiro anos do acordo ampliado, na medida em que as limitações impostas pela situação internacional se abrandem e as modificações estruturais comecem a ser implementadas.

12. Apesar das amplas medidas de liberação de preços em 1981/82 os preços de alguns produtos rurais e de certos bens de serviços fornecidos pelo setor público continuam a ser controlados. Durante o ano passado, esses preços não foram reajustados de acordo com a evolução dos respectivos custos. Para corrigir essa situação, o Governo adotou ou deverá adotar as seguintes medidas:

- (1) os preços dos derivados de petróleo, numa primeira etapa, serão corrigidos substancialmente. Em geral, ao longo do tempo, os derivados de petróleo terão seus preços fixados, em 1983, de maneira a reduzir o consumo de combustível e, consequentemente, as importações de petróleo (assim, liberando recursos em divisas para

a realização de importações adicionais de outras matérias-primas e de bens de capital); a estimular a substituição de petróleo e a reduzir, substancialmente, a Conta Corrente, que reflete subsídios passados e atuais àquele produto;

- (2) o preço de venda de trigo também será elevado rapidamente. O subsídio restante continuará a ser reduzido significativamente durante o ano de 1983 e deverá estar eliminado ao fim de 1985;

- (3) o subsídio aos produtores de açúcar, que é particularmente elevado neste momento, devido aos baixos preços internacionais, também será reduzido em 1983 e durante o período restante deste programa. Qualquer subsídio ainda existente, ao fim de 1985, dependendo da evolução do preço internacional do açúcar, será transferido do orçamento monetário para o orçamento fiscal.

(4) os preços de bens não agrícolas e serviços supridos pelo setor público, também foram revisados com a correção dos preços de aço e serviços de utilidade pública; inclusive transporte. Os preços de outros bens e serviços estão sendo reajustados, levando em consideração não somente a situação financeira das empresas públicas, mas também as condições de oferta e procura, como no caso das usinas hidrelétricas, que atualmente operam com capacidade ociosa.

13. Durante o período do acordo ampliado, o Governo pretende seguir uma política de preços que evite o reaparecimento de subsídios que já tenham sido eliminados e que, em geral, permita reduzir outros subsídios explícitos ou implícitos. A esse respeito, procurar-se-á melhorar o transporte e armazenagem no setor rural, a fim de permitir a redução do papel governamental na comercialização doméstica dos produtos agrícolas.

14. As receitas do Governo Federal serão aumentadas consideravelmente durante 1983, tendo em vista as seguintes medidas:

- (1) a Lei de Imposto de Renda modificada recentemente, introduzindo-se o período de recolhimento, estas medidas, por si só, deverão gerar um ganho de receita equivalente a cerca de 1% do PIB durante 1983;

- (2) o aumento da tributação do diesel, já introduzido em meados do ano corrente, mas que somente em 1983 terá seu impacto pleno em termos de acréscimo de receitas;

- (3) o Governo já adotou medidas para aperfeiçoar a administração tributária, medidas essas que deverão começar a produzir resultados a partir de 1983;

- (4) determinados incentivos fiscais foram reduzidos substancialmente e medidas adicionais serão tomadas para sua contínua diminuição e, eventualmente, até eliminação, exceto no Norte e Nordeste. Além do mais, certas alíquotas tributárias e tarifas serão revistas ainda antes do início do acordo solicitado.

15. O Governo pretende impor ainda maior austeridade com relação aos gastos públicos. Esse objetivo aplicase, em particular, às despesas com pessoal e às transferências às empresas do Governo. O rígido controle das demais despesas do Governo deverá resultar em gastos menores do Orçamento.

16. Nos anos recentes, tornou-se evidente que a eficiência e equidade do sistema fiscal brasileiro poderão ser aprimoradas. Os aperfeiçoamentos possíveis referem-se à distribuição das receitas entre os Estados, à redução da incidência tributária sobre bens de consumo essenciais compensada pelo aumento da incidência sobre produtos de luxo, maiores estímulos à poupança, aos investimentos e às exportações. O Governo presentemente está elaborando um projeto de reforma tributária, que deverá ser submetido ao Congresso durante 1983.

17. Um volume significativo de despesas governamentais está presentemente a cargo das autoridades monetárias, ainda sem cobertura pelo Tesouro. Esta sistemática será quase inteiramente eliminada até o fim do acordo ampliado, mediante redução substancial dessas despesas e transferência gradual da parcela residual restante para o Orçamento Federal.

18. A situação financeira do sistema de previdência social deteriorou-se seriamente durante 1981. Entretanto, as medidas adotadas tais como a elevação do alíquota de contribuição e a maior racionalização na concessão de benefícios melhorou significativamente aquele estado de coisas. As autoridades continuam a seguir políticas que garantam a viabilidade financeira do sistema de previdência.

19. Parte substancial do ajuste econômico de que o País necessita caberá às empresas do Governo. Independentemente da política mais adequada de preços a que se faz referência acima, torna-se necessário, durante 1983 e em anos subsequentes, um corte substancial no dispêndio global dessas empresas. As despesas de capital serão reduzidas consideravelmente em termos reais, uma vez que não se iniciarão no próximo ano novos projetos de valor (com exceção de Carajás, cujo financiamento já está inteiramente assegurado no exterior), ao passo que a execução de projetos em andamento está se dando num ritmo mais lento.

A redução projetada do volume de despesas correntes será bastante limitada, já que um aumento ponderável do valor em cruzeiro dos pagamentos dos juros da dívida externa deverá neutralizar, em boa parte, as economias obtidas com a austeridade nas despesas de pessoal, inclusive com as restrições impostas a novas contratações.

20. A prazo médio, é intenção do Governo manter as políticas atuais, que procuram reduzir o número de empresas governamentais e ajustá-las às regras do mercado. Isto significa que o setor das empresas estatais deverá tornar-se financeiramente auto-sustentável dentro em breve, com exceção óbvia daquelas em cidades que tenham uma função especial, social ou de desenvolvimento.

21. Como resultado das medidas acima referidas, as necessidades de financiamento do setor público não-financeiro deverão reduzir-se significativamente.

Estas necessidades, que aumentaram de 12,2% do

PIB, em 1981, para 13,8%, em 1982, deverão baixar para 7,9% do PIB em 1983. O Governo pretende, com relação ao setor público, seguir políticas, em 1984 e 1985, que serão consistentes com os objetivos no setor externo.

22. Apesar de melhoras significativas em algumas áreas durante os últimos anos, a política monetária continua a sofrer

os efeitos desfavoráveis associados à existência de vultosos subsídios de juros e programa de preços mínimos, entre outros, fortemente dependentes de créditos do Banco Central. Para reduzir as elevadas taxas de juros que predominam na faixa de crédito não subvencionado, o Conselho Monetário Nacional, em 16.12.82, resolveu instituir um programa de elevação gradual nas taxas de juros aplicáveis à agricultura. A taxa nominal desses empréstimos, em média, deverá ser igual ou ligeiramente superior à taxa prevista de inflação, ao fim de 1983. Entretanto, os empréstimos aos produtores do Norte e Nordeste e às pequenas lavouras em todas as regiões do País continuarão a beneficiar-se de algum subsídio implícito, que deverá ser coberto preponderantemente pelo Orçamento Federal. Estas modificações estão refletidas no Orçamento Monetário (também aprovado pelo Conselho Monetário Nacional) que especifica metas de expansão monetária e creditícia consistentes com os objetivos de corrigir os desequilíbrios do balanço de pagamentos e reduzir o ritmo da inflação.

23. Durante o período do programa, as autoridades pretendem prosseguir na liberalização do sistema financeiro, tanto no que diz respeito às taxas de juros, quanto no que diz respeito às limitações quantitativas, controlando o nível de liquidez doméstica mediante instrumentos convencionais, tais como reservas compulsórias, descontos e operações de mercado aberto.

24. O fortalecimento substancial da posição externa do Brasil em 1983 é um objetivo da maior importância. A fim de compensar certa apreciação efetiva real do cruzeiro em relação à cesta das moedas dos nossos principais parceiros comerciais, ocorrida em 1982, e para criar as condições que permitam a redução das restrições comerciais e de pagamentos ao exterior, o Governo resolveu continuar a depreciar a taxa de câmbio do cruzeiro, em relação ao dólar norte-americano, em 1983, a uma taxa mensal que, em média, será 1% superior à taxa doméstica de inflação.

25. O crédito prêmio acaba de ser prorrogado até o fim de abril de 1985 no nível atual de 15. Certos bens e serviços, "equivalentes a menos da metade do valor total das importações, estão sujeitos a um imposto cambial" (IOF) com alíquotas de 25%; também foi introduzida uma ampla gama de proibições e restrições quantitativas às importações, a fim de reduzir o déficit do balanço de pagamentos, que se estava aprofundando rapidamente. Na medida em que a economia começa a reajustar-se, o Governo pretende reduzir substancialmente as restrições quantitativas às importações. Nas atuais circunstâncias, é impossível prever se as restrições cambiais sobre exportações e importações, mencionadas no início deste parágrafo, poderão ser reduzidas durante o primeiro ano do acordo ampliado. Entretanto, caso haja redução significativa no valor externo do dólar norte-americano, a depreciação real efetiva do cruzeiro, com respeito às moedas dos principais parceiros comerciais do Brasil, não conduzirá a modificação da política cambial explicitada no parágrafo anterior, mas será aproveitada para reduzir as restrições cambiais anteriormente mencionadas.

26. Durante o primeiro ano do acordo com o Fundo, as autoridades pretendem também eliminar um número de restrições cambiais de menor impacto, num esforço para facilitar os pagamentos e transações internacionais e substituí-las, sempre que necessário, por medidas de natureza não comercial.

27. Durante o segundo e terceiro anos do acordo, as autoridades pretendem manter a política de minidevalorizações do cruzeiro, de forma a assegurar a competitividade das exportações brasileiras e permitir a eliminação das restrições cambiais restantes. Procurar-se-á ainda, durante o período do acordo, introduzir um sistema de comércio exterior que proteja as atividades domésticas mediante tarifas aduaneiras, preferencialmente à adoção de restrições quantitativas.

28. Tendo em vista a extensão da dívida externa, pública e privada do Brasil, o Governo limitará o aumento líquido do endividamento externo, tanto de curto como de longo prazos, a níveis consistentes com as metas relativas à conta-corrente e ao total do balanço de pagamentos.

29. As autoridades brasileiras acreditam que as políticas e medidas acima referidas são adequadas para realizar os objetivos do programa, mas adotarão quaisquer outras adicionais que possam tornar-se apropriadas para esse fim. Durante o período do acordo, o Brasil e o Fundo manterão consultas periódicas, em conformidade com as diretrizes do sistema de consultas, para examinar o progresso na implementação do programa e consecução dos respectivos objetivos. No que diz respeito ao programa para o primeiro ano, as autoridades brasileiras manterão consultas com o Fundo, antes de 30 de agosto de 1983, quanto ao progresso feito na implementação do programa. Ademais, antes de 15 de fevereiro de 1984 e 15 de fevereiro de 1985, serão realizadas consultas com o Fundo quanto às políticas, medidas e critérios de desempenho para o segundo e terceiro anos do acordo.

Cordiais Saudações.

a) Ernane Galvão  
(Ministro da Fazenda)

a) Carlos Geraldo Langoni  
(Presidente do Banco Central do Brasil)

Tabela 1. Reservas Internacionais Líquidas das Autoridades Monetárias 1/  
(em milhões de dólares dos E. Unidos)

	30 de setembro de 1982
I. Ativo	4.251,1
A. Haveres prontos	1.246,1
B. Haveres a curto prazo	2.417,4
C. Haveres a médio e longo prazo	58,6
II. Obrigações	3.303,7
A. Obrigações prontas	
B. Obrigações a curto prazo	3.302,7
C. Obrigações a médio prazo (FMI) 2/	
III. Reservas Líquidas Internacionais (I + II)	947,4

1/ Banco Central e Banco do Brasil

2/ Inclui todas as obrigações de recompra decorrentes do uso de recursos do Fundo na primeira tranche de crédito, ao amparo do acordo ampliado, do financiamento compensatório e da linha de crédito para regulação de estoque ("buffer stock facility").

Tabela 2. Necessidades de Empréstimos do Setor Público  
(em bilhões de cruzeiros)

	1981 1/
1. Crédito líquido do sistema bancário	1.923
Autoridades monetárias	(-188)
Bancos comerciais	(881)
Resto do sistema bancário	(1.230)
2. Haveres da dívida pública junto ao setor privado	867
3. Haveres da dívida estadual e municipal junto ao setor privado	146
4. Dívida flutuante de empresas estatais 2/	23
5. Financiamento doméstico total (1+2+3+4)	2.959
6. Financiamento externo	280
7. Financiamento total do setor público (5+6) (Como percentual) do PIB	3.239 (12,2)

1/ Alteração nos estoques entre dezembro de 1980 e dezembro de 1981 conforme as tabelas anexas.

2/ A empreiteiros e fornecedores.

Tabela 3. Ativo doméstico das Autoridades Monetárias em 30 de setembro de 1982  
(em bilhões de cruzeiros)

A. Obrigações dadas para com o setor privado	3.419,05
Obrigações dadas monetárias	1.022,57
1. Papel moeda	(656,71)
Papel moeda emitido	772,20
Caixa das autoridades monetárias	115,37
Caixa dos bancos comerciais	400,21
2. Depósitos a vista	(245,85)
Depósitos a vista do setor privado 1/	(245,85)
Depósitos a prazo e de poupança	162,32
Depósitos a prazo no Banco do Brasil	(162,32)
Outras Obrigações	2.254,15
1. Depósitos sobre importações	(7,20)
Depósitos diversos restit. s/import. (Res. 331 e 443)	(0,06)
Depósitos diversos restit. s/import. (DECAM 31)	7,12
2. Outros	(2.246,95)
Depósitos diversos setor privado 2/	(75,07)
Depósitos diversos restit. s/viagem extr. (Res. 380)	70,16
Depósitos diversos restit. s/globo combust. (Res. 413)	
Depósitos diversos restit. s/empr. compuls. (DL 1782)	
Depósitos diversos restit. em moedas estrangeiras 3/	(2.171,66)
B. Ativo externo total	1.078,80
Reservas internacionais líquidas (V. Tabela 1)	216,18
Outros ativos externos líquidos	862,64
1. Haveres	862,63
BB Cambiais em cobrança	(256,41)
Saldo convênios ativos (Inconv.)	(1,59)
Exportações financiadas	(144,24)
Outras contas Inconvertíveis	(0,60)
Export. financ. Fines.	(280,12)
Export. financ. Convênios Bilat. - NP	(180,57)
2. Obrigações	-0,89
Saldo de convênios ativos	(-)
Outras contas	(0,89)
C. Ativo doméstico líquido (A - B)	2.340,25

1/ Conta 60.25.10 do Balancete consolidado das autoridades monetárias.  
2/ Contas 70.10.10.50 e 70.10.10.75 do Balancete Consolidado das autoridades monetárias.  
3/ Contas 70.05.05.05 e 70.05.05.06 do Balancete consolidado das autoridades monetárias.

Tabela 4. Desembolsos Líquidos da Dívida Externa  
(Em milhões de dólares dos E. Unidos)

	Jan.-June 1982
I. Desembolsos (de médio e longo prazo) 1/	2.513,2
A. Empréstimos e financiamentos estrangeiros do Brasil	7.511,6
1. Organismos internacionais e agências governamentais	(737,3)
2. Linhas de crédito de exportação e importação de médio e longo prazo (acima de 24 meses)	(-268,7)
3. Contratos de risco (petróleo)	(54,5)
4. Suppliers' and buyers' credits	(937,3)
5. Lei Nº 4131 (médio e longo prazos)	(3.576,8)
6. Resolução 63 (médio e longo prazos)	(2.432,4)
7. Bônus	(42,0)
B. Financiamento a residentes para exportação (receita)	1,6
II. Amortização (médio e longo prazo)	3.800,3
A. Empréstimos e financiamentos estrangeiros	3.800,1
1. Organismos internacionais e agências governamentais	(375,6)
2. Suppliers' and buyers' credits	(758,5)
3. De governamentais	(283,7)
4. Lei Nº 4131 (médio e longo prazos)	(1.434,0)
5. Resolução 63 (médio e longo prazos)	(866,4)
6. Compensatórios	(2,1)
7. Conversão em investimentos	(71,3)
8. Dívida pública externa consolidada	(2,2)
9. Empréstimos diversos (acervos)	(5,1)
10. Bônus	(4,4)
B. Financiamentos a residentes para exportação (despesa)	-
III. Capital a curto prazo	581,2
Bancos comerciais	581,2
IV. Desembolsos Líquidos da Dívida Externa (I+II+III)	3.331,9

Fonte: DEBAP, Balanço de Pagamentos.

1/ Exclui desembolsos de empréstimos para refinanciar empréstimos de curto prazo obtidos pelas autoridades monetárias até 31 de dezembro de 1982.

#### Memorando Técnico de Entendimento

Este memorando técnico define os conceitos utilizados para qualificar determinadas variáveis do Programa Econômico descrito na carta datada de 6 de janeiro de 1983, e estabelece os dados de relatórios periódicos.

1. O objetivo global do balanço de pagamentos para o ano civil de 1983, conforme descrito no parágrafo 7 da referida carta, é pelo menos o equilíbrio. Os objetivos imediatos são um déficit não superior a US\$ 1,5 bilhões para o período de 3 meses, terminando em 31 de março de 1983; um déficit não superior a US\$ 1,5 bilhões para o período de 6 meses, terminando em 30 de junho de 1983; e um déficit não superior a US\$ 0,7 bilhão para o período de 9 meses, terminando em 31 de setembro de 1983. Para fins desses objetivos, o desempenho do balanço de pagamentos será medido através das alterações na posição das reservas internacionais líquidas das Autoridades Monetárias (o Banco Central do Brasil e o Banco do Brasil), demonstrada no Quadro 1 anexo. Contudo, para medir o desempenho do balanço de pagamentos, as alterações na posição das reservas internacionais líquidas serão ajustadas pela monetização líquida do ouro. Além disso, o ouro, os SDRs, e os ativos e passivos não em dólar serão valorizados aos preços e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 1982. Adicionalmente, qualquer redução nos passivos de curto prazo das Autoridades Monetárias que resulte do refinanciamento de operações "bridge" do Tesouro Americano, do FMI e bancos internacionais obtidas até 31 de dezembro de 1982 não será considerada para o propósito desses objetivos.

2. A necessidade de captação do setor público não financeiro referido no parágrafo 21 da carta será definida como a soma dos aumentos líquidos dos itens descritos no Quadro 2 anexo acima dos seus respectivos estoques em 31 de dezembro de 1982. Essa necessidade de financiamento cumulativo não excederá Cr\$ 1.200 bilhões durante o período de 3 meses, terminando em 31 de março de 1983; Cr\$ 3.200 bilhões durante o período de 6 meses, terminando em 30 de junho de 1983; e Cr\$ 5.000 bilhões durante o período de 9 meses, terminando em 30 de setembro de 1983; e Cr\$ 7.000 bilhões durante o período de 12 meses, terminando em 31 de dezembro de 1983.

em 30 de junho de 1983; Cr\$ 5.000 bilhões durante o período de 3 meses, terminando em 30 de setembro de 1983; e Cr\$ 7.000 bilhões durante o período de 6 meses, terminando em 31 de dezembro de 1983.

3. Os objetivos da política monetária para 1983 mencionados no parágrafo 22 da carta, traduzem-se para fins deste programa num conjunto de limitações aos ativos líquidos internos das Autoridades Monetárias; estes ativos são definidos como a diferença entre os passivos do setor privado e os ativos internacionais líquidos da Autoridade Monetária conforme demonstrado no Quadro 3 anexo. Para fins desta definição, o valor em dólares americanos da posição em 31 de dezembro de 1982 dos ativos internacionais líquidos será convertido a qualquer tempo em cruzeiros à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 1982; e para cada um dos períodos de 3 meses, terminando em 31 de março de 1983, 30 de junho de 1983, 30 de setembro de 1983 e 31 de dezembro de 1983, o valor em dólares americanos das modificações na posição dos ativos internacionais líquidos ocorridas durante esses períodos de 3 meses, será convertido em cruzeiros à taxa de câmbio média correspondente a esses períodos. Os ativos líquidos internos assim definidos, que em 30 de setembro de 1982 somavam Cr\$ 2.415 bilhões, e estão projetados para totalizar Cr\$ 3.500 bilhões durante o período de 3 meses, terminando em 31 de dezembro de 1982, não excederão Cr\$ 4.050 bilhões durante o período de 3 meses, terminando em 31 de março de 1983; Cr\$ 4.650 bilhões durante o período de 6 meses, terminando em 30 de junho de 1983; Cr\$ 5.150 bilhões durante o período de 9 meses, terminando em 30 de setembro de 1983; e Cr\$ 5.800 bilhões durante o período de 12 meses, terminando em 31 de dezembro de 1983.

4. Os limites da nova dívida externa líquida referida no parágrafo 28 da carta serão refinidos com a diferença entre os desembolsos e as amortizações de médio e longo prazo da dívida externa dos setores público e privado, mais as alterações na posição líquida de certos tipos de dívida de curto prazo, conforme descrita no Quadro 4 anexo. A nova dívida externa assim definida não excederá a US\$ 2 bilhões em 31 de março de 1983; US\$ 3 bilhões em 30 de junho de 1983; US\$ 4 bilhões em 30 de setembro de 1983; e US\$ 6 bilhões em 31 de dezembro de 1983. Quaisquer empréstimos obtidos para refinar os passivos de curto prazo das autoridades monetárias resultantes de operações "bridge" ocorridas antes de 31 de dezembro de 1982 não serão computados contra os limites da dívida externa líquida.

5. Respeitando a defasagem na publicação do relevante índice de preços, a política de taxa de câmbio descrita no parágrafo 24 da carta será medida como se segue: a alteração percentual do valor em cruzeiro do dólar em 15 de abril de 1983 sobre seu valor em 15 de janeiro de 1983 não será inferior à alteração percentual cumulativa do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) durante o período de 3 meses, terminando em 31 de março de 1983 mais 3 pontos percentuais; a modificação percentual no valor do cruzeiro em relação ao dólar em 15 de julho de 1983 sobre o seu valor em 15 de janeiro de 1983 não será inferior à modificação percentual cumulativa do IGP-DI durante o período de 6 meses, terminando em 30 de junho de 1983 mais 6,2 pontos percentuais; a variação percentual no valor do cruzeiro em relação ao dólar em 15 de outubro de 1983 sobre o seu valor em 15 de janeiro de 1983 não será inferior à variação percentual cumulativa do IGP-DI no período de 9 meses, terminando em 30 de setembro de 1983 mais 9,4 pontos percentuais; e a variação percentual no valor do cruzeiro em relação ao dólar em 15 de janeiro de 1984 sobre o seu valor em 15 de janeiro de 1983 não será inferior à variação percentual cumulativa do IGP-DI no período de 12 meses, terminando em 31 de dezembro de 1983 mais 12,7 pontos percentuais.

6. As pequenas restrições cambiais referidas no parágrafo 26 da carta são (I) limitações nas remessas externas de taxas de assistência técnica e royalties; (II) quotas de contribuição de café, cacau e peles de animais selvagens; (III) imposto sobre a exportação de sucos de laranja e tangerina, farelo de milho, e couro de gado; (IV) imposto adicional progressivo sobre as remessas externas de lucros e dividendos; e (V) pagamento dos acordos bilaterais com a Hungria e Romênia.

EBS/83/33

31 de fevereiro de 1983

CONFIDENCIAL

Para: Membros da Diretoria Executiva

De: Secretário

Matéria: Brasil - Principais informes para consulta do Artigo IV - 1982. Pedido para programa ampliado, e uso de recursos do Fundo. Primeira parte do crédito.

Anexada para consideração pelos Diretores Executivos está o relatório do "staff" para 1982 - Artigo IV - consulta com o Brasil e pedido do Brasil para um programa ampliado equivalente a SDR 4.239.375 milhões e a obtenção da primeira parte do crédito equivalente a SDR 249.375 milhões.

A carta de intenções, o memorando técnico de entendimento, e o texto para programa ampliado, previamente circulado como EBS/83/4 (06/01/83), e correção 1 (17/01/83), estão também anexados. As minutas decisões aparecem nas páginas 36 e 37.

Esta matéria e o pedido do Brasil para uma obtenção sob o programa de financiamento compensatório (documento a ser emitido brevemente) serão trazidos à Agenda de discussão em uma data a ser anunciada.

## CONFIDENCIAL

## FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL BRASIL

Relatório do "staff" para a consulta do Art. IV - 1982, pedido de facilidade ampliada, e uso de recursos do Fundo - primeira parte do crédito.

Preparado pelo Departamento do Hemisfério Ocidental e de Câmbio e Relações Comerciais.

Em consulta com os Departamentos Fiscal, Legal e do Tesouro.

Aprovado por Eduardo Wiesner e W.A. Beveridge.

10 de fevereiro de 1983

## I - INTRODUÇÃO

As discussões sobre a consulta do Art. IV com o Brasil foram celebradas no Rio de Janeiro e em Brasília de 29 de novembro a 16 de dezembro de 1982.

No mesmo tempo a missão também negociou um programa econômico de apoio, pelo qual o Brasil pediu acesso a recursos do Fundo. Os representantes do Governo brasileiro, incluindo o Ministro de Planejamento, Fazenda, Indústria e Comércio; o Presidente e diversos diretores do Banco Central, e outros chefes oficiais de vários Ministérios, Agências, bancos e corporações do setor público.

A missão do "staff" consistiu de Horst Struckmeyer (chefe-DHO), Thomas Reichmann (DHO), Hans Flickenschild (ETR), José Falgenbaum (DHO), Ana Maria Jul (DHO) e Moira Sucharov (secretária - DHO). Mr. Alexandre Aafka, Diretor Executivo pelo Brasil, participou das discussões.

Na carta datada de 06.01.83, assinada pelo Ministro da Fazenda e pelo Presidente do Banco Central, pelo Governo do Brasil, o Governo brasileiro requereu acesso a recursos do Fundo no equivalente a SDR 4.488,75 milhões (450X das quotas do Brasil), dos quais SDR 249.375 milhões sob a primeira parte, e SDR 4.239.375 milhões no contexto de uma facilidade ampliada negociada para um período de três anos.

Do montante requerido sob extensão negociada, SDR 1.396,5 milhões viria de recursos ordinários e SDR 2.842,875 milhões de recursos tomados no mercado. Espera-se que as autoridades

das brasileiras estejam também esperando a oportunidade de obter valor adicional, pela facilidade de financiamento compensatório do Fundo, o qual será negociado em um documento separado.

O pedido brasileiro do programa de facilidade ampliada vem em apoio do programa descrito na carta de intenção e no Memorandum Técnico de Entendimento, que é analisado abaixo. Uma cópia desses documentos e do texto da facilidade ampliada foi circulada pelos Diretores Executivos em 6 de janeiro de 1983 (EBS/83/4, mais Cor.). O relatório sobre desenvolvimento econômico recente, que será fornecido brevemente, prevê informações básicas e de natureza estatística.

Sob o título de facilidade ampliada, até o fim de 1982, DES 1.246,875 milhões seriam disponíveis ao Brasil no primeiro ano deste programa, e até DES 1.496,25 milhões no segundo ano. Aquisição durante o primeiro ano não excederia DES 124,875 milhões até 31 de maio de 1983, DES 498,875 milhões até 31 de agosto de 1983 e DES 149,375 milhões até 30 de novembro de 1983. A aquisição da primeira parcela de DES 249,375 milhões se faria a seguir à aprovação do programa pela Diretoria Executiva.

Em 01 de fevereiro de 1983 os depósitos de cruzeiros junto ao Fundo correspondiam a 100% das quotas do Brasil de DES 997,5 milhões. O Brasil teve dez programas de "stand-by" com o Fundo, o último dele expirado em março 1973 e sob aquele programa não se fez qualquer aquisição o pleno uso da facilidade ampliada, juntamente com o pedido de aquisição da primeira parcela do crédito, elevaria os depósitos de cruzeiros brasileiros junto ao Fundo para 550% da quota na época de expiração do programa (Tabela 1).

## II. ANTECEDENTES E ACONTECIMENTOS ECONÔMICOS RECENTES

Desde a metade dos anos sessenta, as autoridades brasileiras fizeram da obtenção de altos níveis de crescimento econômico e emprego, e de significativas elevações do padrão de vida seus objetivos principais (Gráfico 1). Através da combinação de amplos recursos domésticos com enormes importações de capital e tecnologia, elas tiveram grande sucesso na consecução desses objetivos até o final dos anos 70. Nesse processo, importante mudanças estruturais da economia brasileira foram levadas a cabo, resultando em extensiva industrialização e substancial aumento das dimensões e o papel do setor público tanto como investidor como regulador.

Entretanto, o segundo choque do petróleo em 1979 forçou as autoridades a desviarem a atenção do crescimento econômico para a necessidade de fortalecer a posição externa. As medidas de ajustamento adotadas no final de 1979 e início de 1980 incluíam restrições monetárias e fiscais, uma maxidesvalorização do cruzeiro e uma liberalização do sistema de comércio exterior de modo a melhorar a eficiência econômica. 1/

Elevações nas taxas de juros externos e um enfraquecimento da demanda externa compeliram as autoridades a adotar medidas adicionais no final de 1980 e em 1981 relacionadas com política fiscal, monetária e cambial.

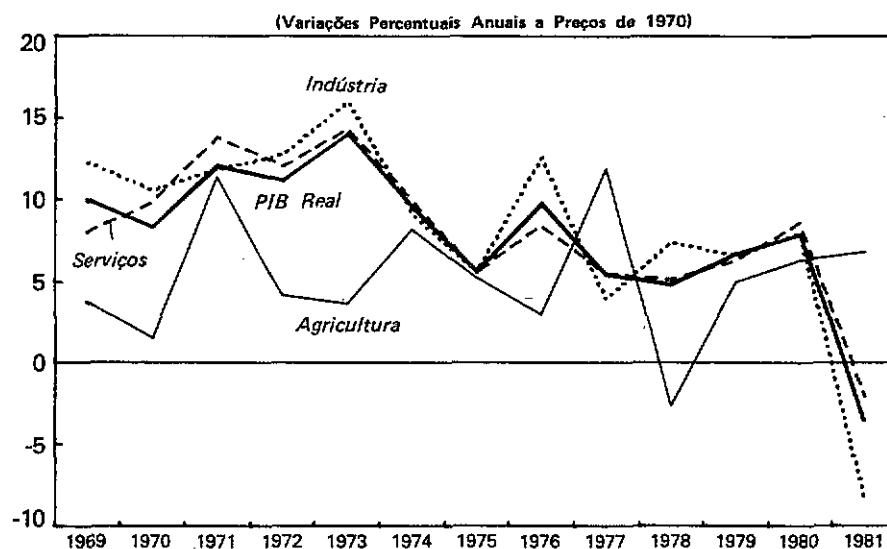
Essas iniciativas obtiveram algum êxito. O déficit

1/ Ver documento SM/80/67 (24.03.80).

## GRÁFICO I

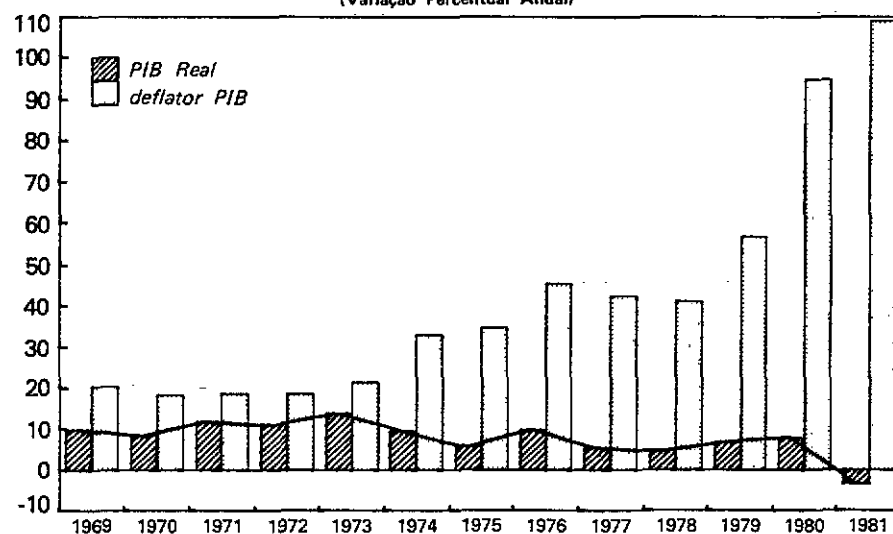
## BRASIL

## PIB DOS PRINCIPAIS SETORES DA ECONOMIA



## PIB E DEFLATOR IMPLÍCITO

(Variação Percentual Anual)



Fonte: Fundação Getúlio Vargas

Tabela 1. Brasil: PROJEÇÃO DA POSIÇÃO FMI 1/

	Em Ser Dez. 31 1982	Operações Março 1983-Fevereiro 1984				Operações Mar. 1984- Fev. 1985	Operações Mar. 1985- Fev. 1986
		Mar.-Maio	Jun.-Ago.	Set.-Nov.	Dez.-Fev.	Total	
(Em milhões de DES)							
<b>SAQUES</b>	498,8	840,6	374,0	438,5	374,0	2.027,1	1.496,3
Programa de financiamento ampliado	--	124,9	374,0	374,0	374,0	1.246,9	1.496,3
Recursos Ordinários	(--)	(62,4)	(187,0)	(187,0)	(187,0)	(623,4)	(25,0)
Acesso ampliado	(--)	(62,4)	(187,0)	(187,0)	(187,0)	(623,4)	(748,2)
1a. parcela de crédito (recursos ordinários)	--	249,4	--	--	--	249,4	--
Financiamento compensatório	498,8	466,3	--	--	--	466,3	--
Financiamento estoques reguladores	--	--	--	64,5 2/	--	64,5 2/	--
<b>Reembolsos</b>	--	--	--	--	--	--	--
<b>Haveres Totais (Final de Período) 3/</b>	1.236,5	2.336,9	2.710,9	3.149,4	3.523,4	5.019,7	6.516,0
Excluído financiamento compensatório e estoques reguladores		Como percentagem da quota					
<b>Saques</b>	--	84,3	37,5	44,0	37,5	203,2	150,0
Programa de financiamento ampliado	--	12,5	37,5	37,5	37,5	125,0	150,0
1a. parcela de crédito	--	25,0	--	--	--	25,0	--
Programa de financiamento compensatório e estoques reguladores	--	46,8	--	6,5	--	53,2	--
<b>Haveres Totais (Final de Período) 3/</b>	124,0	234,3	271,8	315,7	353,2	503,2	653,2
Excluído financiamento compensatório e estoques reguladores	74,0	137,5	175,0	212,5	250,0	400,0	550,0

Fonte: FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

1/ Parcelas podem não atingir o total por causa de arredondamento

2/ Estimado com base no Brasil cumprir uma obrigação máxima de estoque de 402.000 toneladas métricas de açúcar

3/ Após utilização total da posição de reserva de DES 259,8 milhões em 1.2.83.

cit em transações correntes, que ultrapassara US\$ 12 bilhões (ou cerca de 4,5% do PIB) em 1980, caiu para US\$ 11 bilhões (ou 3,5% do PIB) em 1981. 2/

Essa redução foi reflexo de uma melhora de US\$ 4 bilhões na balança comercial (o valor em dólares das exportações cresceu 16% enquanto as importações declinaram 3,5%), o que mais do que compensou um aumento nos pagamentos líquidos de juros de quase US\$ 3 bilhões, para mais de US\$ 9 bilhões.

O Brasil não enfrentou maiores dificuldades em 1981 na obtenção do crédito externo suficiente para financiar tal déficit em conta corrente e para recicar a dívida externa chegando a vencimento. A confiança dos emprestadores externos na política econômica do Brasil e a aceitação de mais altos "spreads" pelas autoridades habilitaram o Brasil a continuar a ter acesso aos mercados internacionais de capitais, na escala necessária. As reservas internacionais líquidas aumentaram bem mais de US\$ 500 milhões durante 1981, e as reservas oficiais brutas atingiram US\$ 7,5 bilhões ao final daquele ano. A dívida externa do Brasil (inclusive de curto prazo) cresceu de US\$ 63 bilhões ao final de 1980 para US\$ 72 bilhões, um ano depois, atingindo o equivalente a 24% do PIB. Deve ser salientado que as estatísticas brasileiras sobre dívida externa incluem tanto a dívida pública como a privada.

A política de contenção de demanda em 1980/81 arrefeceu o crescimento econômico. O PIB real, que se expandiu em 8% em 1980, decresceu 3,5% em 1981, 1/ principalmente por causa do declínio na produção industrial. A rigidez da fórmula salarial oficial, assim como a ampla indexação da economia, evitaram progressos substanciais na redução da taxa de inflação em 1981, ao final do ano, a taxa de crescimento dos preços foi de 95%, comparando com 110% em Dezembro 1980 e um pico de 121% em março de 1981.

A performance da economia do Brasil sofreu outro sério revés em 1982. A produção deve ter estagnado, a taxa de inflação permaneceu em cerca de 100%, e a posição externa enfraqueceu-se consideravelmente. Esta última refletiu o declínio dos preços internacionais de produtos básicos, fraca demanda externa, crescente protecionismo internacional e dificuldades econômicas em países que recentemente se haviam transformado em importantes compradores de produtos industriais brasileiros. Além disso, co

mo 1982 foi um ano de eleições 2/, políticas domésticas de demanda ficaram um pouco mais frouxa no começo de 1982; os gastos do setor público expandiram-se praticamente em todos os níveis e acarretaram atrasos na implementação de planejados aumentos de preços e reduções em subsídios.

Como ficou crescentemente claro durante o 2º semestre de 1982 que o superávit de US\$ 3 bilhões na balança comercial, previsto no início do ano não seria atingido e como o acesso aos mercados internacionais de capitais foi reduzido abruptamente, as autoridades brasileiras procederam a um aperto na demanda doméstica e restrições cambiais e comerciais. Na área monetária, os depósitos compulsórios sobre depósitos à vista foram elevados e, pela primeira vez, estabelecidos sobre depósitos a prazo também acesso ao crédito para consumo foi reduzido. Na área fiscal, os gastos do governo central foram estreitados, o que permitiu à Administração Central efetuar maiores transferências para as autoridades monetárias, como reembolso parcial para de transações conduzidas por conta do Governo.

Com respeito ao setor externo, as autoridades es tenderam a taxa sobre compras de divisas a todas as despesas de viagem ao exterior e introduziram uma longa lista de importações proibidas. Elas aceleraram o ritmo das mini-desvalorizações do cruzeiro, portanto produzindo no ano, como um todo, uma pequena desvalorização real do cruzeiro em face do dólar e revertendo a maior parte da valorização real que o cruzeiro vinha registrando frente às moedas dos principais competidores, durante os primeiros oito meses de 1982.

Informações preliminares sobre a performance do balanço de pagamentos do Brasil (Gráfico 2) revelam que o valor em dólar das exportações caiu mais de 13% para US\$ 20,2 bilhões em 1982, principalmente por causa de um declínio no volume. A queda do valor nominal das exportações no último ano foi a primeira desde 1967. O valor das importações caiu mais de 12% em 1982, atingindo US\$ 19,4 bilhões (doze e quatro), com a "fatia" petróleo decrescendo em mais de 6%, atingindo US\$ 10,3 bilhões. O superávit comercial atingiu a US\$ 0,8 bilhões em 1982, comparado com um superávit de US\$ 1,2 bilhões em 1981 e um déficit de US\$ 2,8 bilhões em 1980. Os pagamentos líquidos de serviços cresceram US\$ 3 bilhões atingindo US\$ 15,2 bilhões, principalmente refletindo maiores pagamentos de juros e viagens. No total, o déficit em transações correntes cresceu quase US\$ 3,5 bilhões em 1982 atingindo US\$ 14,4 bilhões, equivalente a 4,5% do PIB.

Como consequência do estreitamento dos mercados internacionais de capitais, o Brasil conseguiu apenas cobrir cerca de US\$ 6,9 bilhões do déficit em transações correntes através

2/ Essas foram as primeiras eleições gerais desde 1964 e determinaram a composição do Congresso, a liderança a nível estadual e municipal, e o colégio eleitoral que elegera o próximo Presidente da República em 1985.

de fluxos líquidos de capital, deixando um déficit global no balanço de pagamentos para ser coberto com perdas em reservas internacionais líquidas. Principalmente por causa de um declínio nos desembolsos brutos dos empréstimos em moeda e pagamentos líquidos de créditos de fornecedores, o fluxo líquido de capitais a longo prazo caiu em US\$ 3,3 bilhões. Adicionalmente o fluxo líquido de curto prazo registraram uma alteração negativa de US\$ 1,6 bilhões no último ano. Ao final de 1982 as reservas internacionais oficiais líquidas eram negativas em cifra elevada, e a dívida externa do Brasil "em ser" (inclusive de curto prazo) tinham aumentado para mais de US\$ 81 bilhões comparada com US\$ 72 bilhões um ano antes, em 1982 essa dívida era equivalente a 25% do PIB. Durante 1982 as obrigações externas de curto prazo cresceram em US\$ 2,7 bilhões, inclusive US\$ 2,2 bilhões em obrigações de reservas.

### III - O PROGRAMA DE AJUSTAMENTO

Os atuais problemas econômicos do Brasil podem ser relacionados não só aos eventos externos do passado imediato, mas também às condições sob as quais o país alcançou um rápido crescimento durante os últimos 15 anos.

Em meados dos anos 60, o Brasil desencadeou um impressionante processo de desenvolvimento, baseado em exportação, dependendo crescentemente de empréstimos externos para complementar a poupança doméstica. Mesmo as duas crises do petróleo nos anos 70 pouco fizeram para modificar essa estratégia de crescimento com base no crédito; no entanto, dentro do processo muitas distorções foram introduzidas na economia. O volume dos investimentos e o escopo de projetos individuais resultaram em um aumento nas perspectivas para as empresas estatais. As atividades que estavam sendo estimuladas, tais como exportação e agricultura, receberam um grande número de incentivos, especialmente através de amplo crédito bancário e subsídios. O mecanismo de tarifa externa foi distorcido através de amplas isenções, um processo que fez surgir as restrições quantitativas e medidas cambiais. A necessidade de apaziguar a força de trabalho dentro de um meio inflacionário resultou no decreto-lei da legislação salarial que, através de suas disposições relativas à indexação, transformou-se em fator chave da perpetuação da inflação. O decreto-lei continha provisões que agiram de forma a elevar os salários reais de certos grupos de maneira mais rápida que o crescimento da produtividade; ele contribuiu ainda para aumentar o desemprego e enfraquecer a situação externa do Brasil. A necessidade de assegurar uma entrada sistemática de fundos estrangeiros e de administrar um volume de dívida externa que crescia rapidamente coagiu as autoridades quanto às políticas de câmbio e taxas de juros.

#### 1. Estratégia e Objetivos

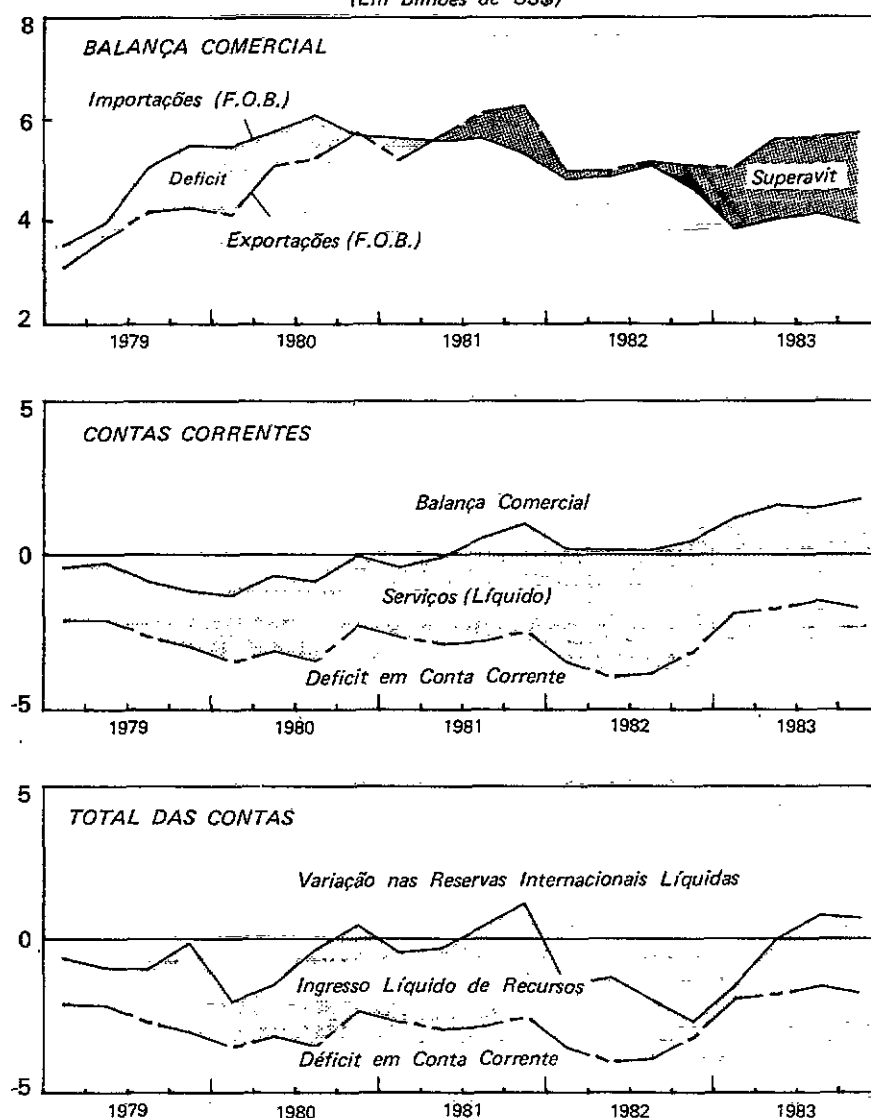
O estado atual dos mercados financeiros internaci

2/ Os dados de balanço de pagamentos mencionados neste documento excluem os rendimentos reinvestidos por causa da volatilidade de essas transações e da demora com que informações confiáveis se tornaram disponíveis.

1/ Em um estágio posterior, a produção industrial foi reestimada, e isso teve o efeito de reduzir o declínio do PIB real para 1,9%; entretanto, não existe detalhamento dos componentes da demanda para essa nova série de dados.



GRÁFICO II  
BRASIL  
BALANÇO DE PAGAMENTOS TRIMESTRAL  
(Em Bilhões de US\$)



Fonte: Banco Central do Brasil

onais e as perspectivas para o período futuro deixam bem claro que o caminho para o desenvolvimento econômico seguido pelo Brasil no passado não é mais viável, e que uma modificação básica na estratégia econômica do país é necessária. Durante os próximos anos o Brasil não poderá depender, tanto quanto fez no passado, de recursos estrangeiros para financiar seus esforços de desenvolvimento. Em vez disso, os investimentos futuros e o crescimento do país dependerão principalmente da geração de maiores poupanças internas.

O programa econômico adotado pelas autoridades brasileiras visa a um ajuste substancial no primeiro ano, e outros, mais graduativos, nos segundo e terceiro anos. Para efetivar o ajuste necessário, o programa econômico impõe uma redução significativa nas despesas domésticas, particularmente no setor público, e um aumento substancial na poupança interna. Para limitar o efeito negativo quanto ao padrão de vida, que está implícito em tal ajuste, as autoridades tencionam aumentar a eficiência da economia através da liberalização da economia no início do período do programa. No primeiro ano, tal liberalização dirá respeito principalmente aos preços internos e a restrições administrativas; a remoção das restrições externas dependerá da rapidez com que se consiga atenuar a sujeição ao câmbio estrangeiro. Durante os segundo e terceiro anos, as autoridades tencionam eliminar todas as restrições comerciais existentes e as medidas cambiais, e continuar com a liberalização da economia interna.

Como ficará evidente pela descrição abaixo, o programa econômico adotado pelo governo brasileiro prevê a maioria das medidas de ajustamento que entrarão em vigor no primeiro ano para produzir a redução substancial no desequilíbrio externo necessária em 1983. Refletindo a contração dos mercados financeiros internacionais e o baixo nível das reservas internacionais do Brasil, o déficit da conta corrente do balanço de pagamentos deve ser reduzido em quase US\$7-1/2 bilhões em 1983 - de aproxi-

madamente US\$14-1/2 bilhões em 1982 para US\$7 bilhões este ano; em termos do PIB, o déficit da conta corrente deverá cair de 4,5% para 2,2%. Espera-se ainda alcançar reduções em 1984 e 1985 que levem os níveis para 1-1/2% e 1% do PIB, respectivamente.

O fortalecimento antecipado para a conta corrente deverá reduzir substancialmente a necessidade de empréstimos estrangeiros. Desembolsos líquidos de empréstimos financeiros (suas que exclusivamente de bancos estrangeiros), que foi reduzida em US\$2 bilhões, para US\$6,7 bilhões em 1982, deverá ser reduzida para menos de US\$3,6 bilhões em 1983 e, eventualmente, para US\$3 bilhões em 1985. Esse progresso deverá reduzir a relação entre pagamentos do serviço da dívida e a exportação de bens e serviços em 85% em 1982 para 69% em 1983 e 55% em 1985. As reservas oficiais brutas deverão ter aumento moderado, e permanecer constantes as reservas líquidas internacionais, em 1983. As projeções para superavit de US\$1 bilhão em 1984 a US\$2 bilhões em 1985 no total da balança de pagamentos deverá fortalecer ainda mais a posição das reservas do Brasil.

O fator chave para se atingir esses objetivos externos é a redução significativa do desequilíbrio financeiro do setor público. O programa contém, em seu primeiro ano, tetos cumulativos trimestrais para as necessidades de financiamentos do setor público não financeiro, que as limitam em 7,9% do PIB em 1983, comparado a 13,8% em 1982. A necessidade de financiamento do setor público, conforme sugerida no programa, deverá ser reduzida para aproximadamente 5% do PIB em 1984 e 4% em 1985.

A política monetária refletirá essas modificações na posição da política fiscal. A necessidade reduzida do setor público recorrer ao sistema financeiro interno mitigará a fragilidade do setor privado, que se revelou nos últimos anos. Ademais, o grande corte nos subsídios ao crédito à agricultura em 1983 e a eliminação de praticamente todos os subsídios ao crédito durante o período do programa deverão capacitar as autoridades monetárias a reforçar a administração da política monetária através de menor ênfase às restrições quantitativas de crédito e maior aos instrumentos que afetem o preço dos recursos financeiros.

As autoridades reconhecem que uma continuação das elevadas taxas de inflação doméstica seriam prejudiciais aos investimentos e ao crescimento econômico futuro. Portanto, o programa econômico objetiva a redução na taxa de inflação do final de ano de 100% em 1982 para 70% em 1983. A redução na taxa de inflação terá que ser menor no início do programa por causa de aumentos corretivos de preços e a quase total indexação da economia que pode ser reduzida através do tempo. A taxa de inflação deve ser reduzida posteriormente para cerca de 40% em 1984 e 20% em 1985.

O programa econômico está destinado a produzir mudanças substanciais na estrutura dos gastos domésticos e no financiamento dos investimentos (Tabela 21). De 1977 a 1982, os gastos com consumo doméstico cresceram de menos de 70% do PIB para mais de 81%; nesse período a formação bruta de capital fixo caiu de 22,7% do PIB para 19,1% e as poupanças brutas domésticas caíram de 20,5% para 14,5%. O resultado foi que o recurso a poupanças externas cresceu de 2,2% do PIB em 1977 para 4,6% do PIB em 1982. A redução de 2,4 pontos de porcentagem do PIB na utilização de poupanças externas programada para 1983, trará o hiato de recursos de volta aos níveis registrados em 1977. Ele será atingido com base num incremento do índice de poupanças domésticas de 1,3 pontos de porcentagem do PIB e um declínio no índice de investimentos de 1,1 pontos de porcentagem.

A partir de 1984, a formação bruta de capital fixa deverá crescer novamente mais, com os investimentos domésticos crescendo mais do que o investimento total, e as transações correntes do balanço de pagamentos do Brasil deverão continuar a cair. Em 1985 o consumo é projetado para cerca de 77% do PIB, o investimento doméstico cerca de 21% do PIB e as poupanças domésticas terem avançado 5,5 pontos de porcentagem durante o período do programa e atingirem 20% do PIB.

As projeções de crescimento para 1983 são bastante pobres. O necessário corte nos gastos domésticos deverá manter a produção doméstica deprimida, e o PIB real poderá declinar cerca de 3,5%.

As projeções oficiais são de crescimento econômico de 1% em 1983.

Tabela 2. Brasil: CONTAS NACIONAIS

	1977	1978	1979	1980	Prel. 1981	Projetado			
						1982	1983	1984	1985
(Em bilhões de cruzeiros)									
PIB a preços correntes	2.523	3.730	6.239	13.104	26.441 1/	51.560	88.580	134.640	179.230
PIB real (%)	5,4	4,8	6,7	7,9	-3,5 1/	--	-3,5	-2,0	4,0
Deflator implícito	42,4	41,1	56,8	94,6	109,1	95,0	78,0	49,0	28,0
PIB nominal (%)	50,2	47,8	67,3	110,0	101,8	95,0	71,8	52,0	33,1
PIB em bilhões de US\$	178,4	206,4	231,5	283,5	301,8	320,0	322,0	341,0	372,0
Pagamento líquido de fatores ao exterior	-40	-84	-163	-404	-1.017	-2.210	-3.320	-4.510	-5.320
PNB a preços correntes	2.483	3.646	6.076	12.700	25.424	49.350	85.260	130.130	173.890
Déficit em transações correntes de bens e serviços	56	127	287	686	1.107	2.350	1.920	1.970	1.900
Demanda agregada	2.539	3.773	6.363	13.386	26.531	51.700	87.180	132.100	175.820
Consumo	1.965	2.996	5.129	10.617 2/	21.380 2/	41.870	71.220	105.150	138.000
Formação bruta de capital fixo	574	777	1.234	2.769 2/	5.151 2/	9.830	15.960	26.950	37.810
Poupança bruta doméstica 3/	518	650	947	2.083	4.044	7.480	14.040	24.980	35.890
(% do PIB)									
Consumo	77,9	80,3	82,2	81,0	80,9	81,2	80,4	78,1	77,0
Formação bruta de capital fixo	22,7	20,8	19,8	21,1	19,5	19,1	18,0	20,0	21,0
Serviços de fatores	-0,6	-1,1	-2,0	-2,1	-0,4	-0,3	1,6	1,9	2,0
Utilização líquida de poupança externa	2,2	3,4	4,6	5,2	4,2	4,6	2,2	1,5	1,0
Poupança bruta doméstica	20,5	17,4	15,2	15,9	15,3	14,5	15,8	18,5	20,0

FONTE: Fundação Getúlio Vargas e estimativas do "staff" do Fundo.

1/ Um cálculo especial para 1981 estima o PIB daquele ano em Cr\$ 26.863 bilhões, o que corresponde a uma taxa de crescimento em relação a 1980 de -1,9%. Nenhum detalhamento posterior desta estimativa revisada está disponível.

2/ Alterações nos estoques para 1980 e 1981 estão incluídas como consumo.

3/ Inclui transferências líquidas do exterior

4/ Inclui reinvestimentos.

MILIT. Um retornado crescimento econômico em 1984, o PIB real de 1985 crescerá cerca de 2% naquele ano e 4% em 1986.

#### Políticas de Preços e Rendas

##### a - Política de Preços

Os representantes brasileiros explicaram que, durante 1980-81, as autoridades desfrutaram em larga escala a vantagem de controlar que, em termos de uma ampla gama de mercadorias e serviços produzidos pelos setores públicos e privados. Apenas os preços de um limitado número de bens e serviços, principalmente produzidos pelo setor público, permaneceram sob controle. Inicialmente, estes preços foram ajustados em linha com os custos. Durante o ano de eleições de 1982, entretanto, as taxas de incremento dos preços para alguns desses bens e serviços ficaram defasadas em relação à inflação. O resultado foi que alguns subsídios implícitos emergiram, e, no caso de produtos importados (e.g. trigo), as vendas externas foram estimuladas. Para corrigir essa situação, as autoridades começaram a implementar as seguintes mudanças.

##### (1) Preços de Combustíveis

Os preços de gasolina, álcool e diesel foram ajustados em 1º de dezembro de 1982 na base de 16, 17 e 21% respectivamente. Esses aumentos de preços equipararam o preço dos preços reais de combustíveis em 1982 com o nível de 1981. Desde que a importação de combustíveis representa mais de 90% das importações totais, o preço desses produtos é de particular importância. Um fator chave do programa econômico é a contenção das autoridades de modificar os preços dos produtos combustíveis como um grupo durante 1983, a intervalos de cerca de 2 meses e taxas que, em média, serão 1,5 pontos de por cento ao mês, acima da taxa de inflação. Para o ano de 1983 como um todo, essa política resultará em um aumento real de quase 20%. Enquanto o aumento no preço da gasolina será de alguma forma abaixo da média, os ajustes de preços para diesel, óleo combustível, GLP serão acima da média 1/2. Com essa política de preços espera-se uma redução no consumo interno de 9% em 1983, o que, junto com um declínio (2%) moderado no preço de importação e um acréscimo de 22% na produção interna de petróleo, 2/ estima-se atingir uma redução de quase 15% na conta petróleo. À luz do recente desenvolvimento do mercado petrolífero, o declínio projetado nos preços de petróleo talvez estejam substanciados. É interessante notar que uma mudança no preço do petróleo de US\$ 1 por barril tem um impacto de US\$ 250 milhões por ano na conta petróleo. É também previsto que esse caminho projetado para ajustes dos preços de combustíveis resultará em uma contração da conta petróleo no Banco Central; essa conta inclui subsídios ao consumo de petróleo acumulado durante os últimos anos, e ao final de 1982 ela montava a Cr\$ 145 bilhões.

Com respeito ao programa após 1983, espera-se que, com o contínuo aumento da produção interna de petróleo, assim como com a continuidade da política de preços traçada para encorajar a conservação e substituição de combustíveis, reduzirá a conta petróleo em consequência em termos reais absolutos em 1984 e

1985. É interessante notar que a produção interna está cobrindo cada parcela de aumento do consumo total de combustíveis, que é certo de 20% atualmente e atingirá 60% no último ano do programa.

##### (2) Produtos não-agrícolas e serviços

Os preços para açúcares, serviços públicos e transportes, recentemente cresceram, melhorando a situação financeira das empresas (na sua maioria do setor público) naqueles setores. Os preços de vários outros produtos e serviços foram ajustados. O preço da energia elétrica cresceu em quase 20 por cento em dezembro de 1982 (de um total de 103 por cento durante 82). Em razão do excesso de capacidade ainda existente na produção de energia elétrica e do enorme projeto hidroelétrico de Itaipu, que entrará em operação dentro de pouco tempo as autoridades estão estudando formas de conceder preços preferenciais para o consumo de energia em determinados setores econômicos, tais como a produção para exportação e para aquelas empresas que passaram a utilizar energia elétrica em substituição a combustíveis fósseis.

##### (3) Trigo

Apesar de redução em termos reais sobre os últimos três anos, ainda permanece para o consumo do trigo um considerável subsídio (equivalente a cerca de US\$ 1,5 bilhão). Este subsídio será reduzido em cerca de 40% durante 1983 e eliminado totalmente durante o período do programa. Como a maioria do trigo consumido no Brasil é importado, tal política de preço deverá ter um impacto positivo no balanço de pagamentos.

##### (4) Açúcar

No primeiro ano do programa as autoridades planejam reduzir em cerca de 15% o subsídio ao produtor, o qual atingiu o equivalente a US\$ 1,0 bilhão em 1983, refletindo os baixos preços no mercado internacional; adicionalmente haverá substanciais reduções no segundo e terceiro anos do programa. Qualquer subsídio que ainda permanecer ao final de 1985 será pago através do orçamento fiscal, e não, como é feito, diretamente através das autoridades monetárias. Os representantes brasileiros expressaram que a retirada desse subsídio terá que ser gradual, uma vez que uma grande parcela do açúcar é produzido na região nordeste do país e frequentemente constitui a única atividade agrícola tolerada em função das condições climáticas e do solo.

De um modo geral, durante o período do programa de financiamento ampliado, as autoridades planejam adotar políticas de preços que evitem o reaparecimento de pagamentos de subsídios e, eliminarão praticamente todos os subsídios na economia. Ademais, as autoridades têm a intenção de reduzir seu papel na comercialização doméstica de produtos agrícolas, que presentemente é feita através de compras diretas e de crédito ampliado.

##### b - Política Salarial

O Governo tem tido papel importante no processo de determinação dos salários. Visando proteger rendas reais no ambiente inflacionário do Brasil, vários tipos de ajustamento automático de salários têm sido aplicados ao decorrer dos anos. Entretanto, como todos vinculam predominantemente os ajustamentos

dos salários e dos proventos em níveis superiores à inflação passada, as políticas anti-inflacionárias têm sido prejudicadas por esta rígida indexação.

De novembro de 1979, até final de janeiro de 1983, a fórmula oficial de salários aplicável aos trabalhadores e empregados do setor não-agrícola privado e às empresas estatais, concedeu ajustamentos salariais com base semestral, de 110% da inflação passada para a parcela da remuneração equivalente a até 3 salários mínimos; 100% para a parcela equivalente de 3 a 10 salários mínimos; 80% para a parcela equivalente de 10 a 20 salários mínimos; o aumento nas remunerações que exceder 20 salários mínimos são deixados para livre negociação. Geralmente o salário mínimo tem sido ajustado pari-passu com a taxa de inflação no decorrer dos anos.

Ademais dos ajustamentos automáticos dos salários e proventos, existiam ajustamentos adicionais anuais para aumentos presumidos de produtividade. Esses aumentos, que eram negociados entre patrões e empregados, estavam na faixa de 3 a 5 por cento, independente de confirmação de ganhos na produtividade. Embora os funcionários e empregados da Administração pública não estivessem sujeitos à fórmula oficial de salários, a eles eram concedidos aumentos comparáveis.

O resultado dessa política salarial foi uma pressão ascendente nos custos de mão-de-obra, que agravou o desemprego e aumentou a prática da rotatividade na mão-de-obra no setor privado, onde os trabalhadores eram demitidos antes de seus ajustamentos anuais de salários e eram readmitidos em algum outro lugar com salários reais inferiores. Embora essa última prática tenda a diminuir os custos da mão-de-obra, ela também reduz a produtividade do trabalho, considerando-se as ineficiências inerentes a tal sistema de alta rotatividade na mão-de-obra. A rotatividade de na mão-de-obra não foi praticada nas empresas estatais: como resultado a "conta salário" dessas empresas tem mostrado crescimentos reais nos últimos anos.

No final de janeiro de 1983, o Governo brasileiro publicou um Decreto-lei 1/ modificando a fórmula salarial. A nova fórmula contém as seguintes taxas de ajustamento de 100% sobre a inflação passada para a parcela da remuneração do trabalho equivalente a 3 salários mínimos; um ajustamento de 95% para a parcela equivalente a 3-7 salários mínimos; um ajustamento de 80% para a parcela equivalente a 7-15 salários mínimos; um ajustamento de 50% para a parcela equivalente a 15-20 salários mínimos; e nenhum ajustamento para aquela parcela acima de 20 salários mínimos 2/. As autoridades consideram a última mudança na legislação salarial como o primeiro passo para a eventual introdução de um sistema de negociação coletiva.

A nova fórmula é superior à antiga no sentido de que é abolido o princípio de ajustamento de rendas até 3 salários mínimos, em 110% da inflação; mais de 2/3 da força de trabalho coberta por esta fórmula recebe remuneração de 3 salários mínimos ou menos. Mesmo a nova fórmula reduzindo significativamente as taxas de crescimento dos ajustamentos salariais, o resultado da aplicação da antiga fórmula, faria com que os salários reais

1/ Este Decreto-lei teoricamente pode ser repelido pelo congresso depois da retomada dos trabalhos legislativos em março de 1983.

2/ A última determinação é interpretada como piso, permitindo ajustamentos maiores sobre a renda superior a 20 salários mínimos através da livre negociação.

1/ Ao fim de 1982 a gasolina era vendida a US\$ 2,51 por galão e o diesel a US\$ 1,53 por galão.

2/ Durante 1981 e 1982 a produção interna de petróleo aumentou 17% e 22% respectivamente.

Ainda assim cresçam de 2 a 5% em 1983, dependendo do patamar de desaceleração a ser assumido para alcançar a taxa prevista de crescimento nos preços de 70% no final de 1983. Entretanto, mais importante do que acontece ao salário calculado é como a conta salário-real da economia, se desenvolve. O crescimento médio do salário (i.e., exclusive de promoções individuais) na Administração Pública foi limitado a 65% em 1983, o que representa uma redução 7-1/2% em termos reais. Os representantes brasileiros fadaram a que a conta dos salários das empresas estatais e do setor privado também declinarão este ano em termos reais em função de: (1) instrução às empresas estatais, limitando as taxas de crescimento anual de seus proventos e despesas com salários em cada mês, à taxa de inflação durante os últimos 12 meses; isto implica que qualquer aumento real na remuneração individual resultante de promoções, etc., terá que ser neutralizado por uma redução na folha de pagamentos; (2) o Ministério do Trabalho estará em breve enviando aos Tribunais do Trabalho, as linhas mestras que condicionarão os ajustamentos na produtividade em 1983 à variação na rep

da per-capita durante 1982, o que resultaria na não concessão de ajustamentos por produtividade este ano. (3) o cumprimento da política monetária como acordado no programa econômico induzirá as empresas a aumentarem a rotação na mão-de-obra e reduzirem as folhas de pagamentos; e (4) o índice de preços ao consumidor, o qual é utilizado para ajustamentos salariais, será modificado para excluir os efeitos da aceleração da depreciação da moeda e para os aumentos corretivos dos preços, bem como para facilitar mudanças nos preços relativos em transações internas e internacionais.

### 3. Políticas Fiscais

A maior contribuição no processo de ajustamento será feita pelo setor público. As necessidades de empréstimos do setor público foram estabelecidas e estão sujeitas a tetos quadrimestrais com base no Acordo de Crédito ampliado. Essas ne

cessidades cresceram do equivalente de 7,1% do PIB em 1980 para 13,8% em 1982, mas deverão ser reduzidas para 7,9% em 1983. Como pode ser visto na Tabela 3, mais da metade (3,3% do PIB) da objetivada melhoria de 5,9% do PIB, nas finanças do setor público, virá da Administração Federal. Um amplo conjunto de medidas de receita, a maioria das quais já em prática, deverá produzir receitas adicionais equivalentes a 1,9% do PIB. Reduções nas despesas serão prioritárias para uma melhoria financeira de 1,4% do PIB, essas despesas referem-se principalmente às saídas que as autoridades monetárias fazem em favor da Administração Federal e refletem a política de eliminação de subsídios.

Essa necessidade cobre (1) crédito líquido do sistema bancário doméstico; (2) variações em títulos do setor privado da dívida pública; (3) variações na dívida das estatais; e (4) financiamentos externos líquidos da administração pública, estaduais e governos estaduais e municipais.

Tabela 3 Brasil: Esforço de Ajustamento de Setor Público

( % do PIB )

	Est. 1982	Proj. 1983	Variação
<b>Administração Federal</b>	<b>6.4</b>	<b>3.1</b>	<b>3.3</b>
Receita	9.1	11.0	1.9
Despesa	15.5	14.1	1.4
<b>Governo Estaduais e Municipais</b>	<b>2.7</b>	<b>1.9</b>	<b>0.8</b>
Dívida	0.7	0.5	0.2
Crédito do Sistema Bancário	2.0	1.4	0.6
<b>Empresas Estatais</b>	<b>5.0</b>	<b>3.2</b>	<b>1.8</b>
Receita	15.5	16.6	1.1
Transferências do Tesouro	3.1	2.9	-0.2
Despesas	23.6	22.7	0.9
Salários	(3.3)	(3.4)	(-0.1)
Pagamento de Juros	(2.2)	(2.6)	(-0.4)
Capital e Outros	(18.1)	(16.7)	(1.4)
<b>Outras Instituições</b>	<b>-0.3</b>	<b>-0.3</b>	<b>--</b>
<b>Total</b>	<b>13.8</b>	<b>7.9</b>	<b>5.9</b>

Fonte: Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento; Banco Central do Brasil e estimativas dos Técnicos do Fundo.

O esforço de ajustamento nas empresas estatais objetiva atingir um equivalente a 1,8% do PIB no fortalecimento nas políticas de preço melhoradas e cortes nos investimentos. A posição financeira dos Governos locais estaduais, os quais foram particularmente expansionistas durante 1982, deverão ser melhorada pelo equivalente a 0,8% do PIB, principalmente através de reduções dos seus acessos às instituições domésticas de financiamentos.

### 4. Administração Federal

A melhoria esperada nas finanças da Administração Federal pode ser acompanhada na Tabela 4 sobre o fortalecimento no aumento de receitas de 16% em termos reais as transferências da Administração Federal para as autoridades monetárias deverão ser mais do que dobradas em termos reais em 1983; essas transferências compensariam as despesas feitas a favor do governo, são

esperadas transferências ao resto do setor público para mostrar um crescimento moderado em termos reais, como as legislações existentes concedem aos governos estaduais e locais uma parcela das novas receitas que resultam das recentes medidas. Entretanto, proventos e salários e outras despesas declinarão em termos reais, refletindo principalmente um rígido controle sobre despesas com pessoal.

Tabela 4. Contas da Administração Federal  
(Em bilhões de cruzeiros, e em %)

	1981		Est. 1982		Proj. 1983	
	Valor	Variação % Real	Valor	Variação % Real	Valor	Variação % Real
Receitas	2,334	-8.9	4,719	3.7	9,735	15.9
Despesas	2,009	8.0	4,084	4.3	7,365	1.3
Proventos e Salários	256	-0.9	550	10.2	920	-6.0
Transferências	1,407	12.0	2,722	-0.8	4,985	2.9
As empresas Estatais	(975)	(21.5)	(1,802)	(-5.2)	(3,085)	(-3.8)
Aos Governos Estaduais e Municípios	(432)	(-4.8)	(920)	(9.2)	(1,900)	(16.0)
Outras Empresas	346	0.5	812	20.3	1,460	1.0
Transferências às Autoridades Monetárias	325	-53.6	635	0.2	2,370	109.7

Fonte: Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento; e estimativa de Técnicos do Fundo.

1/ Exclui despesas efetivadas pelas autoridades monetárias a favor da administração federal.

O forte crescimento nas receitas do tesouro, descontada a inflação, e baseada numa série de medidas, cujos resultados são estimados para ser equivalente a quase 2% do PIB em 1983 (Tabela 5). A mais importante dessas medidas fiscais é uma modificação na Lei do Imposto de Renda, aprovado em 1982, que prevê para a indexação da inflação de disponibilidades tributárias, bem como a redução (de 20 meses para 12 meses) no período durante o qual as obli-

gações fiscais de pessoas jurídicas têm que ser pagas. Existe também outras modificações na Lei do Imposto de Renda. Essas medidas têm que ser mais fortalecidas por ações específicas visando reduzir a evasão fiscal e ampliar a base fiscal; tal ação redundava num aumento de pessoal e nos recursos para as unidades competentes do Ministério da Fazenda. A projeção para as receitas fiscais, para o corrente ano, refletirão também a sobre taxa de 5 pontos percentuais nos impostos sobre as vendas e um aumento no imposto sobre o diesel. Ademais houve um aumento nos impostos sobre o fumo e sobre algumas

bebidas alcoólicas, e um aumento no imposto sobre o consumo de açúcar e álcool, de 20% para 30%. Também, isenções de imposto, sobre as importações efetuadas a termos de Zona Franca de Manaus, foram eliminados exceto incentivos fiscais já foram substancialmente reduzidos, e com os remanescentes sendo indicados para uma completa eliminação em futuro próximo. As autoridades estão considerando ações fiscais adicionais, tais como um aumento na taxação em bebidas não alcoólicas e cervejas, e é intenção submeter ao Congresso projeto de reforma tributária no final do corrente ano.

Tabela 5. Brasil: Estimativas dos Resultados das novas medidas Fiscais  
( Em % do PIB )

	Est. 1982	Proj. 1983	Varição
<b>Administração Federal</b>	<b>9.1</b>	<b>11.0</b>	<b>1.9</b>
Receitas Fiscais	8.6	10.5	1.9
Imposto de Renda	(3.0)	(3.8)	(0.8)
Taxas sobre Produtos e Serviços	(4.7)	(5.7)	(1.7)
IPI (taxa de valor agregado)	/2.2/	/2.3/	/0.1/
Energia	/0.8/	/1.0/	/0.2/
Serviços	/1.4/	/2.1/	/0.7/
Outros	/0.3/	/0.3/	/--/
Comércio Intercional	(0.6)	(0.5)	(-0.1)
Outros	(0.3)	(0.5)	(0.2)
Receitas não Fiscais	0.5	0.5	--

Fontes: Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento; e estimativas dos Técnicos do Fundo.

As autoridades também planejam manter o sistema de previdência social financeiramente auto sustentável. As finanças do sistema sofreram uma séria deteriorização em 1981. Entretanto um aumento na taxa de contribuição e algumas reduções nos benefícios

melhoraram significativamente a situação financeira do referido sistema. Além disso a indexação para a inflação dos benefícios foram recentemente reduzidos proporcionalmente com nova fórmula salarial.

Os orçamentos que foram recentemente aprovados para as empresas estatais apontam para uma dramática melhoria em suas finanças, como pode ser observado na tabela 6; a redução projetada no deficit global para 1983 é equivalente a mais 1/3 em termos reais.

b) Empresas Estatais

Tabela 6. Brasil: Contas das Empresas Estatais  
( Em bilhões de Cruzeiros % )

	1981		1982		Proj. 1983	
	Valor	Varição % Real	Valor	Varição %	Valor	Varição %
<b>Receitas</b>	<b>4,081</b>	<b>-0.8</b>	<b>8,051</b>	<b>1.2</b>	<b>14,755</b>	<b>3.0</b>
Transferência da Administração Federal	823	17.0	1,585	-1.0	2,570	-8.0
<b>Despesas</b>	<b>6,027</b>	<b>8.2</b>	<b>12,204</b>	<b>3.8</b>	<b>20,200</b>	<b>-7.0</b>
Correntes	3,649	2.5	7,904	11.1	14,060	-0.1
Proventos e Salários	(811)	(4.5)	(1,707)	(7.9)	(3,040)	(--)
Juros	(366)	(36.2)	(1,122)	(57.2)	(2,320)	(16.2)
Outros	(2,472)	(-1.7)	(5,075)	(5.3)	(8,700)	(-3.7)
Capital	1,856	0.4	3,866	6.8	6,000	-12.8
Outros	522	...	434	...	140	...
<b>Deficit Global</b>	<b>-1,123</b>	<b>21.1</b>	<b>-2,568</b>	<b>17.3</b>	<b>-2,875</b>	<b>-37.1</b>
Financeiro	1,123	21.1	2,568	17.3	2,875	-37.1
Externo (líquido)	111	...	570	...	1,565	...
Doméstico (líquido)	996	...	1,600	...	1,425	...
Dívida Flutuante e outras	16	...	398	...	--	...
Onus	--	...	--	...	-115	...

Fontes: Ministério do Planejamento; Banco Central do Brasil e Estimativa dos Técnicos do Fundo.

1/ Na maioria do Sistema Bancário

Receita das empresas estatais foram projetadas para aumentar em cerca de 3% em termos reais em 1983, comparado com 1% em 1982 e com declínio de aproximadamente 1% em 1981. A melhoria nas receitas antecipadas para 1983 reflete principalmente as variações nas políticas de preços referidas acima.

O montante das despesas das empresas estatais está previsto declinar 7% este ano, contra taxas de crescimento de 4% em 1982 e 3% em 1981. Dispendios correntes são estimados para de-

clinar marginalmente em termos reais esse ano, apesar de 16% de crescimento real no pagamento dos juros dos salários. Este ano não estão previstos crescimentos reais nos dispendios com salários. O volume dos dispendios com investimentos está projetado para declinar em cerca de 13%. Como foi indicado acima, dispendios com investimentos das empresas estatais cresceram rapidamente nos anos passados; o declínio antecipado para 1983 reflete a desativação de alguns grandes projetos tais, como o projeto hidroelétrico de Itaipu

e uma deliberada desaceleração na execução de projetos em andamento. As maiores reduções estão programadas para os investimentos no setor de aço (-57%), e estradas (-28%) de hidroeletricidade (-23%) e de energia nuclear (-22%). Também não será iniciado durante 1983 nenhum novo investimento de porte 1/

Apesar da significativa melhora projetada nas finanças das empresas estatais, suas necessidades, de financiamentos, em termos em 1983 está próximo do triplo do nível do ano passado.

Existe o reconhecimento de que o acesso limitado do Brasil no mercado internacional de capital afetará principalmente os tomadores privados: empresas estatais, por outro lado, estarão utilizando suas vantagens, de serem capazes de oferecer melhores (frequentemente governamentais) garantias e vincular seus empréstimos, de forma mais estreita, e execução de um projeto específico, para, pegar a fragilidade do setor privado. Dessa maneira, as fontes domésticas de recursos estarão liberadas para o uso do setor privado.

Com relação às empresas estatais, a política de investimento será revista para 1984 e além, à luz dos progressos efetuados este ano no processo de ajustamento das contas externas do Brasil. Em geral as autoridades pretendem reduzir proporcionalmente o tamanho do setor público e reduzir o número de empresas estatais. Exceto para aquelas que tenham uma função social e de desenvolvimento especial a preencher, todas as demais empresas estatais serão tratadas como companhias privadas e consequentemente, necessitarão tornar-se auto sustentáveis.

#### 4. Políticas Monetárias

Os representantes brasileiros disseram que, apesar das melhorias significativas em algumas áreas nos anos recentes a política monetária tem sido continuamente afetada de modo desfavorável pela existência de substanciais subsídios às taxas de juros (entre outros) e aos programas especiais de crédito que eram largamente dependentes de fundos das autoridades monetárias.

1/ Com a exceção das parcelas do complexo Carajás, (mineração e floresta) totalmente financiadas com recursos externos. De forma a reforçar a condução da política monetária, o Conselho Monetário Nacional adotou no final de 1982, um orçamento monetário para 1983, bastante apertado, juntamente com várias outras medidas monetárias.

Entre essas medidas estava inicialmente o programa de aumento gradual nas taxas de juros nos empréstimos à agricultura,

os quais quebraram essas taxas negativas (algumas vezes fortemente negativas) em termos reais no Brasil. Os subsídios aos empréstimos à agricultura foram um sério impedimento à condução da política monetária. O volume de crédito a esse setor foi muito difícil de controlar e fundos destinados à agricultura foram encaminhados a outros setores. Também, as exigências para empréstimos à agricultura e para outros propósitos as taxas subsidiadas forçaram os bancos a cobrar taxas mais elevadas nos empréstimos a outros setores da economia.

O novo programa de reduzir os subsídios nos empréstimos agrícolas envolve um conjunto detalhado de medidas diferenciando a taxa de juros de acordo com o tipo de empréstimo (e.g. plantação, investimento ou comercialização) em função da região (centro sul ou norte-nordeste) e de acordo com a capacidade econômica do receptor do empréstimo (pequeno, médio, grande); uma descrição de tal modo pode ser relativo aos desenvolvimentos econômicos recentes. As taxas de juros serão aplicadas aos novos créditos agrícolas serão determinadas a cada seis meses. Aqueles vigentes para o primeiro semestre de 1983 sugere uma taxa anual de 65% para investimentos e plantio; e isto comparado com a taxa de 45% anteriormente em vigor; taxas de juros algo inferiores se aplicam, nos três casos de empréstimos, às regiões norte-nordeste do país. Entretanto, a taxa atual paga será maior em função dos tomadores de empréstimos à agricultura, dependendo de seus portes, poderão obter somente 40% das suas necessidades de crédito a taxas subsidiadas. As demais necessidades deverão ser procuradas a taxas de mercado.

As autoridades disseram que essa mudança na política resultaria numa taxa média nominal de juros nos novos empréstimos bancários à agricultura como um todo igual - ou ligeiramente acima - à taxa de inflação esperada para 1983. Durante o segundo e terceiro anos do programa, as autoridades planejam levar os empréstimos à agricultura mais próximos às condições de mercado, com tratamento especial sendo concedido, entretanto, às áreas econômica-

mente deprimidas do Norte e Nordeste do Brasil. O custo, seja ele qual for o tratamento diferenciado que restar no final do programa, será coberto em quase sua totalidade pelo orçamento fiscal.

Outro importante elemento no reforço à política monetária em 1983 foi o aumento de até 10 pontos percentuais para um máximo de 45%, no depósito compulsório sobre os depósitos à vista, bem como a introdução pela primeira vez do depósito compulsório (5% nos depósitos a prazo). Também as taxas de redeconto cobradas pelo Banco Central foram aumentadas (a faixa de 105-130%); as taxas do Banco do Brasil para empréstimos comerciais foram aumentadas da faixa de 60-64% para a faixa de 80-95%.

Entretanto, no início de Janeiro de 1983, as autoridades monetárias decidiram reduzir o depósito compulsório sobre os depósitos à vista para o máximo anterior de 35%. Próximo a mudança de ano, as autoridades monetárias reduziram a taxa de redeconto do Banco Central para a faixa de 70-93% e as taxas dos empréstimos comerciais do Banco do Brasil para a faixa de 72-78%. Ademais, foi reduzido por 1/3 a taxa sobre os empréstimos bancários (anteriormente a 6,1% a.a.). Essas medidas foram tomadas para reduzir as muito elevadas taxas reais de juros (30% ou mais) aplicadas aos empréstimos comerciais e industriais (1) e para aliviar o aperto de crédito criado pela possível ausência de fundos externos para empréstimos.

O aperto da política monetária embutida no programa econômico torna-se evidente na tabela 7, que fornece uma projeção para 1983 do balancete consolidado das autoridades monetárias. Deve ser frisado que os dados para o final de 1982 são estimativas baseadas em dados de setembro de 1982 e estão sujeitos a vários elementos de incerteza inclusive aqueles decorrentes dos eventos externos incomuns do último quadrimestre.

(1) Veja o anexo relatório sobre os desenvolvimentos econômicos recentes.

Tabela 7 - Brasil: Balancete Consolidado das Autoridades Monetárias  
(Em bilhões de cruzeiros; e em %)

	1981		1982		1983	
	valor	variação % real	valor	variação % real	valor	variação % real
Ativos líquidos externos	1,100	-9.1	832	-62.1	1,490	5.3
Ativos líquidos domésticos	1,283	39.9	3,500	36.6	5,800	-2.5
Passivo líquido do Setor Público	133	--	201	--	759	--
Crédito no Setor Privado	1,966	-14.7	3,305	-15.8	5,467	-2.7
Capital do Setor Público e Superávit	102	--	899	341.5	2,918	90.9
Disponibilidade externas de médio e longo prazos	-641	3.6	-1,218	-4.8	2,753	33.0
Outros	-11	--	-313	--	927	74.2
Disponibilidades do Setor Privado	2,383	12.0	4,332	-9.0	7,290	-1.0

Fontes: Banco Central do Brasil e estimativas dos técnicos do Fundo

A projeção dos ativos líquidos externos é consistente com a meta do programa econômico de equilíbrio no balanço de pagamentos em 1983. Os ativos líquidos domésticos, que estão sujeitos a tetos trimestrais, estão projetados para declinar 2,5% em termos reais durante 1983, em comparação a um crescimento de 37% em termos reais durante 1982. Como reflexo de um aperto na política fiscal referido acima, espera-se que a posição financeira do setor público mude de uma posição de devedor ao final de 1982, para uma de credor ao final deste ano. O crédito ao setor privado, que vem declinando cerca de 15% em termos reais tanto em 1981 como em 1982, está projetado para desenvolver-se em linha com os ativos líquidos domésticos e o ritmo da atividade econômica.

Após um crescimento de 12% em termos reais em 1981, as obrigações para com o setor privado declinaram cerca de 9% em 1982 e estão projetadas para cair cerca de 1% em termos reais este ano. Espera-se que o efeito do projetado decréscimo real do PIB seja parcialmente compensado por uma consequente redução da velocidade de rotação da moeda, por causa da maior confiança e da projetada redução na taxa de inflação. Também, o equivalente a mais de US\$ 1 bilhão em depósitos vinculados ao endividamento externo, que foram parte dessas obrigações para com o setor privado, é esperado que seja retirado no decorrer deste ano.

Uma projeção dos agregados monetário e creditício para todo o sistema bancário é apresentada na Tabela 8. Espera-se

que o crédito líquido bancário ao setor público decline cerca de 17% em termos reais em 1983, conduzindo a uma substancial redução do aliamento do setor privado. A taxa de expansão do crédito ao setor privado é estimada acima de 10% em termos reais durante 1983, como consequência do deliberado suporte ao setor exportador, e - como mencionado acima - maior recurso a fundos domésticos pela ausência de fundos externos. O crescimento projetado nos ativos domésticos líquidos e nas obrigações para com o setor privado em 1983 reflete o efeito da mencionada depreciação real da taxa de câmbio sobre a valorização dos empréstimos, outros ativos domésticos, e depósitos denominados em moeda estrangeira. Excluindo esse efeito, o valor real dos ativos domésticos líquidos deverá permanecer constante, e aquele das obrigações para com o setor privado aumentará cerca de 2% em 1983.

Tabela 8. BRASIL: Sumário das contas do Sistema Bancário

	Final de Período					
	(Em bilhões de cruzeiros, e em percentagem)					
	1981		Estimado/1982		Projetado/1983	
	Valor	Taxa Real de Câmbio	Valor	Taxa Real de Câmbio	Valor	Taxa Real de Câmbio
Ativos líquidos externos	532	...	-291	...	-74	...
Ativos líquidos domésticos	8.326	62.8	18.340	10.3	31.964	2.5
Setor público (líquido)	3.216	23.1	7.351	14.5	10.401	-16.8
Fundos da Previdência Social (líquido)	-2.549	7.1	-5.368	5.5	-9.125	-
Setor privado	10.230	-3.1	21.233	3.9	-40.233	11.5
Passivos externos de longo prazo	-2.682	8.5	-5.935	10,8	-11.900	17.9
Outros	111	...	1.059	377.7	2.355	30.9
Obrigações para com o Setor Privado	8.858	6.8	18.049	2.0	31.890	3.9

Fontes: Banco Central do Brasil; e estimativas do Pessoal do FUNDO.

## 5. Políticas externas

Embora a maior parcela da melhoria da projetada posição externa do Brasil para 1983 provenha de uma redução na importação de bens e serviços, o posterior declínio dos déficits em conta corrente, almejado para 1984 e 1985, está baseado principalmente na su-

posição de uma taxa de crescimento das exportações, que é modesta pelos padrões brasileiros anteriores (Tabela 9).

O valor em dólares das exportações está projetado para crescer menos de 5% em 1983, na base de um estimado crescimento de 4%: preços de exportação e um avanço de 5% no volume. Entre os produtos cujos preços externos espera-se que registrem ele-

vações estão café, carne, suco de laranja, polpa de papel, e vários tipos de manufaturas. As condições de demanda e atenção particular às exportações (e.g., especiais facilidades domésticas de crédito) devem ajudar a aumentar o volume exportado. A continuação de políticas de taxa de câmbio apropriadas e alguma recuperação da economia mundial são os principais fatores por trás da projeção da taxa média de crescimento de 14% no valor das exportações em 1984 e 1985.



TABELA 9. Brasil: Balanço de Pagamentos  
(Em bilhões de dólares)

	Atual		Prel.	Projetado		
	1980	1981	1982	1983	1984	1985
<b>Balança comercial</b>	-2.8	1.2	0.8	6.0	8.0	9.2
Exportações	20.1	23.3	20.2	22.0	25.7	28.8
Petróleo	(0.4)	(1.3)	(1.7)	(1.8)	(2.0)	(2.3)
Outras	(19.7)	(22.0)	(18.5)	(20.2)	(23.7)	(26.5)
Importações	-22.9	-22.1	-19.4	-16.0	-17.7	-19.6
Petróleo	(-9.8)	(-11.0)	(-10.3)	(-8.8)	(-7.9)	(-7.3)
Outras	(-13.1)	(-11.1)	(-9.1)	(-7.2)	(-9.8)	(-12.3)
<b>Serviços e Transferências</b>	-9.6	-12.2	-15.2	-13.0	-13.0	-13.2
Juros (líquido)	-6.3	-9.2	-11.0	-9.5	-9.0	-8.7
Outros	-3.3	-3.0	-4.2	-3.5	-4.0	-4.5
<b>Transações Correntes 1/</b>	-12.4	-11.0	-14.4	-7.0	-5.0	-4.0
(% do PIB)	(4.4)	(3.6)	(4.5)	(2.2)	(1.5)	(1.1)
<b>Movimento de Capitais</b>	9.0	11.8	6.9	7.0	6.0	6.0
Invest. direto	1.1	1.6	1.1	1.5	1.6	1.8
Empréstimos em moeda	4.1	8.7	6.7	3.6	3.4	3.0
Desembolsos	(8.6)	(14.0)	(11.5)	(8.4)	(8.8)	(9.7)
Amortizações	(-4.5)	(-5.3)	(-4.8)	(-4.8)	(-5.4)	(-6.7)
Outros longo-prazo (líquido)	0.6	1.2	0.1	2.1	1.5	1.7
Emprést. brasileiros no exterior (líquido)	0.4	-0.9	-0.6	-1.1	-0.5	-0.5
Curto prazo e erros e omissões (líquido)	2.8	1.2	-0.4	0.9	-	-
<b>Balanço geral</b>	-3.4	-0.8	-7.5	-	1.0	2.0
<b>Mudanças em reservas</b>						
Oficiais líquidos (aumento-)	3.4	-0.8	7.5	-	-1.0	-2.0
Haveres 2/)	3.2	-0.9	4.8	-0.8	-2.6	-3.6
Obrigações	0.2	0.1	2.7	0.8	1.6	1.6
FMI	(---)	(---)	(0.5)	(2.2)	(1.6)	(1.6)
Outros	(0.2)	(0.1)	(2.2)	(-1.4)	(---)	(---)

Fontes: Banco Central do Brasil e estimativas do pessoal do FUNDO

1/ Exclui reinvestimentos

2/ Ajustado para mudanças de valor e monetização de ouro

O valor em dólares das importações de mercadorias deverá declinar cerca de 17,5% em 1983. O valor das importações de petróleo deve cair cerca de 14,5%, como resultado de uma redução de 21% nos preços e uma redução de quase 13% em volume. A última reflete a mudança na política de preços dos derivados de petróleo mencionada acima e um continuado crescimento na produção doméstica de petróleo. O valor das demais importações está projetado para declinar em 2% este ano com base na contração da demanda que está programada, na modificação da política de taxa de câmbio e nas substanciais restrições quantitativas das importações que foram introduzidas ao final de 1982. Entretanto, espera-se que as importações comecem a crescer novamente no final do ano, quando uma maior facilidade na situação cambial torne possível começar a liberar os controles sobre as importações.

O valor em dólares das importações totais está projetado para um crescimento de 11% ao ano em 1984 a 1985. O crescimento econômico e a produção doméstica deverão reduzir a "fatura" de petróleo em 10% em 1984 e 7,5% em 1985, a despeito dos projetados crescimentos de 5% e 4,5%, respectivamente, no preço do óleo importado. Nessa base, poderá haver uma significativa recuperação das demais importações em 1984 e 1985, em linha com a esperada recuperação econômica doméstica e a necessidade de recomposição de estoques. Refletindo a nova política de preços para combustíveis e o crescimento da produção doméstica, a "fatura" líquida de petróleo (importações menos exportações) deverá declinar de quase 15 bilhões em 1981 para US\$ 7 bilhões em 1983; uma redução para US\$ 1 bilhão é esperada para 1985.

O déficit na conta de serviços e transferências, que alcançou a US\$ 15 bilhões, deverá declinar para US\$ 12 bilhões em 1983 e permanecer neste nível em 1984 e 1985.

Pagamentos líquidos de juros deverão decrescer entre US\$ 1 e 1,5 bilhões atingindo US\$ 9,5 bilhões em 1983. Com mais de 80% da dívida externa do Brasil está sujeita a taxas flexíveis de juros, uma alteração da LIBOR em um ponto de porcentagem implica numa alteração

de pagamentos de juros de mais de US\$ 500 milhões por ano, com um intervalo de tempo de cerca de 6 meses. A taxa LIBOR efetiva aplicada à parcela variável da dívida externa brasileira, que atingiu 16% em 1982, é estimada em 11% para o 1º semestre e 10% para o 2º semestre de 1983. Para 1984 estas taxas estão estimadas em 10% e 9%, e para 1985 a 9% e 7,5%, respectivamente. Estas quedas antecipadas nas taxas internacionais de juros assim como receitas provenientes de uma acumulação de reservas oficiais brutas explicam o continuado declínio nos pagamentos líquidos de juros projetados para 1983-85. Outros pagamentos de serviços são fortemente influenciados pelos pagamentos de fretes e seguros sobre importações.

No geral, o déficit em transações correntes deverá ser reduzido de cerca de US\$ 14,5 bilhões em 1982 para US\$ 7 bilhões em 1983, US\$ 5 bilhões em 1984 e US\$ 4 bilhões em 1985.

As projeções para o movimento de capitais envolvem vários elementos de incerteza. Investimentos diretos, que se estima tenham decrescido para pouco mais de US\$ 1 bilhão em 1982, deverão receber um impulso em 1983 proveniente de recente medida que prevê vantagens fiscais especiais para conversões de empréstimos externos em moeda de investimento direto. Espera-se que o nível do investimento estrangeiro direto possa ser moderadamente aumentado em 1984 e 1985, à medida em que a confiança externa no Brasil se reforce e que a competitividade das exportações melhore.

O item "empréstimos em moeda" da Tabela 9 refere-se basicamente a empréstimos de bancos internacionais e em menor extensão a empréstimos de bancos brasileiros no exterior e empréstimos entre companhias. O projetado desembolso líquido de US\$ 3,6 bilhões que é cerca de metade do montante registrado em 1982, supõe — entre outras transações — desembolsos bancários de US\$ 1,2 bilhões em empréstimos comprometidos em 1982 e US\$ 4,4 bilhões em empréstimos serem comprometidos em 1983, bem como a reciclagem de mais de US\$ 4 bilhões de amortizações que se vencem no decorrer de 1983, 1º e 2º

1/ Para facilitar uma ordenada e justa implementação da reciclagem so licitaram as amortizações, as autoridades monetárias brasileiras se comprometem a partir do início de 1983 em uma conta mantida no Banco Central

está está trabalhando em estreito contato com vários grandes bancos internacionais de modo a garantir os novos empréstimos necessários. A reciclagem das amortizações (tanto de curto como de longo prazo) e manter o acesso aos mercados monetários internacionais que os bancos brasileiros no exterior detinham na metade de 1982. Em 1984 e 1985 espera-se que, juntamente com a prevista melhoria em transações correntes, ocorram posteriores reduções na necessidade de empréstimos da comunidade bancária internacional.

Outros fluxos de capitais de longo prazo compreendem aqueles de organizações internacionais de desenvolvimento, governos estrangeiros e fornecedores. O projetado crescimento nos desembolsos líquidos de um nível excepcionalmente baixo de US\$ 0,1 bilhões em 1982 para US\$ 2,1 bilhões em 1983 reflete principalmente desembolsos acelerados de empréstimos existentes e novas facilidades de empréstimos, em apoio ao programa econômico brasileiro, concedidos por governos estrangeiros e pelo Banco Mundial. Durante 1984 e 1985 esses fluxos de capitais devem retornar a níveis mais normais registrados em anos anteriores.

A mais que duplicação para US\$ 1,1 bilhões que é antecipada nos empréstimos líquidos ao exterior durante 1983 está diretamente vinculada ao crescente esforço de exportação neste ano. Os fluxos líquidos de capitais de curto prazo estão estimados em pouco mais de US\$ 1 bilhão em 1983, principalmente no reforço proveniente de uma dilatação nos termos financeiros das importações de petróleo dos atuais 30-40 dias para 70-80 dias. Esta projeção de movimentos de capitais de curto prazo está fortemente encorajada na suposição de que os créditos de curto prazo relacionados com operações comerciais, oferecidos a bancos brasileiros e empresas mostrarão pouca ou nenhuma mudança, em comparação com 1982.

## B. POLÍTICA CÂMBIAL E COMERCIAL

Os representantes brasileiros notaram a valorização real do cruzeiro ocorrida durante parte de 1982 (Gráfico 3). Cálculos do "staff" mostram que esta valorização real atingiu mais de 6% em relação ao dólar americano durante o 1º semestre de 1982 e 18,5% em rela-

ção às moedas dos principais mercados brasileiros de exportação 1/ durante os primeiros oito meses do ano passado. Entretanto, uma aceleração da taxa de desvalorização nominal do cruzeiro durante o segundo semestre de 1982 não apenas compensou integralmente a valorização anterior em relação ao dólar americano, mas resultou em uma depreciação real de 35 para todo o ano de 1982. Também, em vista do declínio do valor externo do dólar no final de 1982, a maior parcela da valorização real do cruzeiro em relação às moedas dos maiores mercados de exportação foi anulada ao final de 1982.

1/ Esses países absorveram 2/3 das exportações brasileiras em 1981. Para maiores detalhes, veja a Seção VII do relatório sobre recentes acontecimentos econômicos.

Para 1983 as autoridades brasileiras adotaram uma política que implica em uma taxa de desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar americano que — em média — será o equivalente a um ponto de porcentagem sobre a taxa de inflação doméstica. Este compromisso é um critério de performance mínima trimestral dentro do solicitado acordo de ajuste. Para 1983 como um todo, essa política de taxa de câmbio resultará em uma desvalorização do cruzeiro em termos de dólares americanos de quase 13%, exclusiva de qualquer compensação pela inflação americana. A desvalorização real efetiva do cruzeiro em relação às moedas de outros países, dependerá, é claro, do comportamento do dólar americano nos mercados internacionais de câmbio.

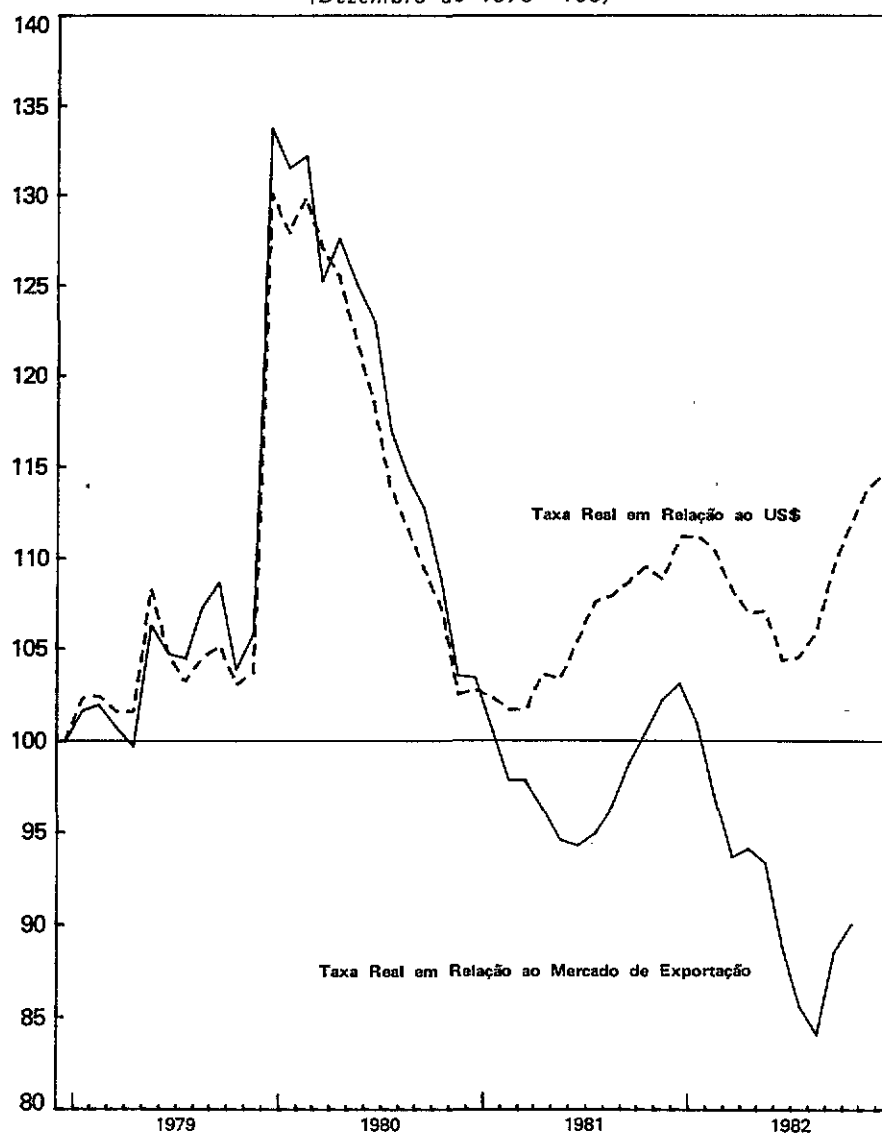
O sistema brasileiro de comércio e pagamentos é altamente complexo e envolve muitas distorções e restrições. Uma vez que as

isenções e reduções enfraqueceram o mecanismo tarifário, a proteção tem sido efetivada através de restrições quantitativas e cambiais. Para deter a acelerada deterioração do balanço de pagamentos, em setembro de 1982 as autoridades proibiram um número substancial de importações, estabeleceram regulamentos mais estritos em alguns pagamentos de transações, e submeteram os gastos de turistas no exterior à taxa sobre operações financeiras. Além disso a prática de negociação de programas de importação entre o Governo 2/ e importadores, que está em vigor com variáveis graus de compressão desde 1981, foram ainda mais acentuados desde o final de 1982.

2/ Através da Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil S.A.

### GRÁFICO III BRASIL

#### ÍNDICES DA TAXA DE CÂMBIO EFETIVA (Dezembro de 1978 = 100)



Fonte: FMI

Mudança nas práticas cambiais sujeitas à aprovação do Fundo com base no Artigo VIII, desde a última consulta incluem: (1) a extensão do âmbito e duração do sistema de taxa de crédito de exportação (crédito prêmio), em conjunto com a imposição de um imposto de exportação sobre determinadas exportações beneficiárias de tais créditos, se embarcadas para os Estados Unidos; (2) a abrangência do imposto sobre operações financeiras às compras de divisas para viagens ao exterior; (3) a redução do imposto de exportação sobre couros e peles bovinas e, embases temporárias, sobre sucos de laranja e tangerina; e (4) a reclassificação do acordo bilateral de pagamentos do Brasil com a Hungria, como necessitando a aprovação do Fundo baseado no Artigo VIII, em consequência da admissão da Hungria como país-membro do Fundo em maio de 1982.

Em vista da difícil situação de pagamentos e do amplo ajustamento necessário em transações correntes em 1983, as autoridades afirmaram que necessitavam manter temporariamente o sistema de taxa de créditos de exportação e imposto sobre operações financeiras incidente sobre alguns pagamentos correntes (doravante denominados "principais medidas cambiais"). Assim que a situação do Brasil melhor

re, as autoridades pretendem conceder prioridade a um relaxamento das restrições quantitativas às importações, de modo a estimular o crescimento e a eficiência econômica. Consequentemente, é possível que o progresso seja feito em 1983 para reduzir a dependência das principais medidas cambiais. Entretanto, na carta de intenções, as autoridades declararam que, se ocorrer um significativo declínio no valor externo do dólar americano durante 1983, a decorrente desvalorização efetiva do cruzeiro em relação às moedas dos principais parceiros comerciais do Brasil seria utilizada para reduzir o âmbito das medidas cambiais após revisão com o Fundo. Adicionalmente, as autoridades pretendem eliminar, durante o primeiro ano do programa, algumas pequenas restrições cambiais e práticas de taxas múltiplas (Itens 1-3c abaixo), e — em um primeiro passo — elas recentemente aboliram a graduação do imposto de renda suplementar incidente sobre remessas de dividendos de companhias de investimento. De qualquer modo, elas declararam que todas as medidas cambiais serão eliminadas no final do período do programa.

As seguintes práticas cambiais permanecem sujeitas à aprovação do Fundo, com base no Artigo VIII: (1) limites nas disponibilidades de divisas para remessas, relacionadas com taxas de assistência técnica e pagamentos de "royalties"; (2) acordo bilateral de pagamentos com Hungria e Romênia; (3) práticas de taxas múltiplas decorrentes de (a) imposição de cotas de contribuição sobre exportações de café, cacau, peles de animais selvagens, (b) imposto de exportação sobre farelo de milho, peles e couros bovinos e — após o término da isenção temporária — sucos de laranja e tangerina, (c) a imposição de uma graduação do imposto de renda suplementar incidente sobre remessas de lucros e dividendos relativos a investimentos diretos, quando tais remessas sejam maiores que a média de 12% do capital de não-residentes em um período de três anos, (d) a imposição do imposto sobre operações financeiras em importações específicas de bens e serviços e (e) os créditos fiscais concedidos a exportadores de bens manufaturados; e (4) a prática de taxas múltiplas discriminatórias decorrentes de taxas sobre a exportação de alguns produtos manufaturados para os Estados Unidos.

de divisas para remessas, relacionadas com taxas de assistência técnica e pagamentos de "royalties"; (2) acordo bilateral de pagamentos com Hungria e Romênia; (3) práticas de taxas múltiplas decorrentes de (a) imposição de cotas de contribuição sobre exportações de café, cacau, peles de animais selvagens, (b) imposto de exportação sobre farelo de milho, peles e couros bovinos e — após o término da isenção temporária — sucos de laranja e tangerina, (c) a imposição de uma graduação do imposto de renda suplementar incidente sobre remessas de lucros e dividendos relativos a investimentos diretos, quando tais remessas sejam maiores que a média de 12% do capital de não-residentes em um período de três anos, (d) a imposição do imposto sobre operações financeiras em importações específicas de bens e serviços e (e) os créditos fiscais concedidos a exportadores de bens manufaturados; e (4) a prática de taxas múltiplas discriminatórias decorrentes de taxas sobre a exportação de alguns produtos manufaturados para os Estados Unidos.

#### C) POLÍTICA DE ENDIVIDAMENTO EXTERNO

De modo a honrar os compromissos da dívida externa, considerando a extrema estreiteza dos mercados financeiros internacionais,

as autoridades tiveram que utilizar uma parcela substancial de suas reservas internacionais durante a segunda metade de 1982. Os representantes brasileiros salientaram o adequado perfil da dívida externa do Brasil, que também inclui a dívida externa privada e sublinharam que apenas uma porção relativamente pequena da dívida total de semboisada foi contraída a prazos curtos.

Os representantes brasileiros declararam que o Brasil pretende manter o serviço da dívida externa como previsto. Em consonância com este objetivo, o programa econômico para 1983-85 tem como seu principal objetivo uma substancial redução do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos. Entretanto, mesmo uma redução dessa magnitude não será suficiente para permitir um ordenado cumprimento do previsto serviço da dívida, à luz das condições dos mercados financeiros internacionais. Portanto, as autoridades brasileiras solicitaram a colaboração da comunidade bancária internacional em quatro projetos: a obtenção das metas desses projetos é indispensável para o sucesso do programa econômico; (1) provisão de novos empréstimos em moeda de longo prazo no valor de US\$ 4,4 bilhões em 1983; (2) reciclagem de US\$ 4 bilhões de amortizações vencíveis em 1983; (3) manutenção de cerca de US\$ 9 bilhões em linhas de crédito comerciais de curto prazo; e (4) manutenção das facilidades dos mercados de dinheiro e envio, recentemente, uma missão ao Brasil para determinar, entre outras coisas, qual a melhor maneira para o Banco contribuir com os esforços brasileiros de restabelecer um equilíbrio externo e doméstico paralelamente a um crescimento econômico adequado. Como alternativa de curto prazo, o Banco está considerando operações que sejam de rápido desembolso e não acarretem exigências excessivas nos recursos públicos. Já foram iniciadas as discussões sobre empréstimos setoriais novos fundos de longo prazo tinham sido comprometidos, e acordos com a indústria e a agricultura, e outras operações, condizentes dos quanto à reciclagem da dívida de curto e longo prazo vinda com os critérios mencionados acima, estão sendo consideradas.

Quando da elaboração deste relatório, a resposta ao pedido brasileiro tem sido geralmente positiva. Praticamente todos os necessários novos fundos de longo prazo tinham sido comprometidos, e acordos com a indústria e a agricultura, e outras operações, condizentes dos quanto à reciclagem da dívida de curto e longo prazo vinda com os critérios mencionados acima, estão sendo consideradas. Tem sido mais difícil restabelecer o acesso das agências de bancos brasileiros no exterior aos mercados financeiros; em tirar ao Brasil na elaboração de planos que considerem perspectivas de menores taxas de crescimento econômico e disponibilidade reduzida de recursos externos.

A implementação do programa econômico deve resultar em menores taxas de crescimento da dívida externa do Brasil durante 1983-85. Especificamente, os comprometimentos bancários, que cresceram 20,5% em 1981 e quase 15% em 1982, devem aumentar menos de 6% em 1983, menos de 5% em 1984 e cerca de 4% em 1985. Espera-se que o serviço da dívida decline de 85% das exportações de bens e serviços em 1982 para 69% em 1983, 59% em 1984 e 55% em 1985.

#### 6. Cooperação com o Banco Mundial

Antes da recente negociação do programa econômico com o Brasil, os técnicos do Fundo solicitaram e receberam informações sobre a natureza e o âmbito do presente e de prováveis programas de empréstimo do Banco para com o Brasil, de modo a assegurar a compatibilidade entre o Banco e os programas apoiados pelo Fundo e a apuração de possível contribuição do Banco durante o período para o qual foi requisitado o acordo de extensão. Após a volta à sede, a missão do Fundo realizou novos contatos com o Banco a fim de discutir o programa econômico do Brasil e revisar a necessidade de apoio financeiro adicional do Banco ao Brasil.

O Banco apoia o programa econômico do governo brasileiro de curto prazo, e recentemente, uma missão ao Brasil para determinar, entre outras coisas, qual a melhor maneira para o Banco contribuir com os esforços brasileiros de restabelecer um equilíbrio externo e doméstico paralelamente a um crescimento econômico adequado. Como alternativa de curto prazo, o Banco está considerando operações que sejam de rápido desembolso e não acarretem exigências excessivas nos recursos públicos. Já foram iniciadas as discussões sobre empréstimos setoriais novos fundos de longo prazo tinham sido comprometidos, e acordos com a indústria e a agricultura, e outras operações, condizentes dos quanto à reciclagem da dívida de curto e longo prazo vinda com os critérios mencionados acima, estão sendo consideradas.

Quando da elaboração deste relatório, a resposta ao pedido brasileiro tem sido geralmente positiva. Praticamente todos os necessários novos fundos de longo prazo tinham sido comprometidos, e acordos com a indústria e a agricultura, e outras operações, condizentes dos quanto à reciclagem da dívida de curto e longo prazo vinda com os critérios mencionados acima, estão sendo consideradas. Tem sido mais difícil restabelecer o acesso das agências de bancos brasileiros no exterior aos mercados financeiros; em tirar ao Brasil na elaboração de planos que considerem perspectivas de menores taxas de crescimento econômico e disponibilidade reduzida de recursos externos.

#### 7. Critérios para a execução e cláusulas de revisão

O programa, para cujo apoio o Brasil está solicitando um acordo de extensão, contém os seguintes critérios para sua execução: (1) um conjunto de tetos cumulativos trimestrais na conversão da posição de reserva líquida internacional das autoridades monetárias, que requer um equilíbrio na balança de pagamentos de 1983, mas permite variações sazonais (parágrafo 1 do "Technical Memorandum of Understanding", anexo à carta de intenções, Anexo III); (2) um conjunto de limites cumulativos trimestrais sobre a necessidade global de empréstimos do setor público não financeiro (parágrafo 2 do "Technical Memorandum"); (3) um conjunto de tetos cumulativos trimestrais sobre os desembolsos líquidos de dívida externa a médio e longo prazos, tanto do setor público quanto do privado, além de modificações na posição líquida de certos tipos de dívidas a curto prazo (parágrafo 4 do "Technical Memorandum"); (4) um conjunto de limites cumulativos trimestrais sobre os desembolsos líquidos de dívida externa a médio e longo prazos, tanto do setor público quanto do privado, além de modificações na posição líquida de certos tipos de dívidas a curto prazo (parágrafo 4 do "Technical Memorandum"); (5) um conjunto de exigências mínimas cumulativas por trimestre quanto à taxa real de desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar (parágrafo 5 do "Technical Memorandum"); e (6) uma cláusula especial de revisão que exige uma consulta ao Fundo antes de 30 de agosto de 1983, ou seja, antes que a terceira compra possa ser efetuada, bem como revisões anuais objetivando alcançar um acordo com o Fundo, antes do começo do segundo e terceiro anos do programa, sobre cláusulas adequadas para execução do programa para esses anos do acordo de extensão (parágrafo 29 da carta de intenções, Anexo II).

O programa contém ainda os preceitos normais contra a introdução e intensificação de câmbio e restrições ao comércio.

Os critérios quantitativos para a execução são apresentados no Quadro 10.

QUADRO 10. Brasil: Dívida Externa  
(Em bilhões de U.S. dólares)

	1980	1981	1982	June 30 Prel. 1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>Dívida total</b>	<b>62.8</b>	<b>72.0</b>	<b>75.3</b>	<b>81.3</b>	<b>85.6</b>	<b>90.5</b>	<b>95.2</b>	<b>99.7</b>	<b>104.1</b>
(Em porcentagem do PIB)	(22.1)	(23.8)	(23.5)	(25.4)	(26.6)	(26.5)	(25.6)	(24.6)	(23.5)
Empréstimos bancários	47.8	57.6	61.6	66.1	69.9	73.3	76.3	79.4	82.3
Outras fontes	15.0	14.4	13.7	15.2	15.7	17.2	18.9	20.3	21.8
<b>Dívidas a médio e longo prazos</b>	<b>53.8</b>	<b>61.4</b>	<b>64.4</b>	<b>68.0</b>	<b>76.0</b>	<b>80.9</b>	<b>85.6</b>	<b>90.1</b>	<b>94.5</b>
Empréstimos bancários	38.8	47.0	50.7	54.2	60.3	63.7	66.7	69.8	72.7
Bancos estrangeiros	(34.6)	(41.0)	(44.0)	(47.5)	(53.5)	(56.9)	(59.9)	(...)	(...)
Bancos nacionais	(4.2)	(6.0)	(6.7)	(6.7)	(6.8)	(6.8)	(6.8)	(...)	(...)
Outras fontes	15.0	14.4	13.7	13.8	15.7	17.2	18.9	20.3	21.8
<b>Dívida a curto prazo</b>	<b>9.0</b>	<b>10.6</b>	<b>10.9</b>	<b>13.3</b>	<b>9.6</b>	<b>9.6</b>	<b>9.6</b>	<b>9.6</b>	<b>9.6</b>
Empréstimos bancários	9.0	10.6	10.9	11.9	9.6	9.6	9.6	9.6	9.6
Bancos estrangeiros	(...)	(9.8)	(10.0)	(11.7)	(9.4)	(9.4)	(9.4)	(...)	(...)
Bancos nacionais	(...)	(0.8)	(0.9)	(0.2)	(0.2)	(0.2)	(0.2)	(...)	(...)
Outras fontes	—	—	—	1.4	—	—	—	—	—
<b>Itens do Memorando</b>									
Uso de recursos do Fundo	—	—	—	0.5	2.8	4.4	6.1	5.4	4.6
Pagamento de juros 2/	7.5	10.3	6.1	12.2	10.7	10.6	10.2	10.2	10.5
Amortização 3/	6.7	7.5	3.8	7.9	7.24/	7.5	8.6	13.4	15.9
Serviço da dívida	14.2	17.8	9.9	20.1	17.9	18.1	18.8	23.6	26.4
(Em porcentagem da exportação de produtos e serviços)	(60.9)	(66.2)	(86.0)	(85.4)	(68.8)	(59.7)	(55.1)	(61.5)	(61.1)
Aumento nos compromissos bancários 5/ (em porcentagem)	...	20.5	...	14.8	5.7	4.9	4.1	4.1	3.7
Dos quais: bancos estrangeiros	(...)	(...)	(...)	(16.5)	(6.3)	(5.4)	(4.5)	(...)	(...)

Fontes: Banco Central do Brasil e estimativas dos funcionários do Fundo.

1/ Além das suposições especificadas no texto, as projeções englobam ainda as seguintes: (1) a dívida contraída em e além de 1983 tem um período de maturidade de oito anos, incluindo um prazo de carência de 3 anos; (2) os "spreads" sobre a LIBOR são de 2,25% em 1983, 2,0% em 1984-85, e 1,8% em 1986-87; (3) a LIBOR permanece em 7,5% durante os anos de 1986 e 1987; (4) a taxa de juros para empréstimos a taxas fixas é de 10% para os empréstimos desembolsados em 1983, 9% para os de 1984-85, e 8% para os de 1986-87; (5) o PIB, em termos de dólares americanos, cresce 9% em 1986 e 1987; e (6) a exportação de produtos e serviços cresce em 12,5% em 1986 e 1987.

2/ Inclui encargos e juros do FMI em dívidas a curto prazo.

3/ Inclui recompras do FMI em 1986 e 1987.

4/ Inclui US\$4,0 bilhões a serem refinanciados.

5/ Em relação aos empréstimos bancários concedidos ao Brasil que estejam pendentes no começo de cada ano.

Quadro 11. Brasil: Acordo de Extensão, Critérios quantitativos para a execução para o período até Dezembro de 1983

	Atual	Est.	Metas e Limites para 1983			
	Set. 1982	Dez. 1982	Jan.-Mar	Abr.-Jun.	Jul.-Set.	Out.-Dez.
(Em bilhões de cruzeiros)						
Limite da necessidade de empréstimos do setor público não financeiro	...	7,140	1,200	3,200	5,000	7,000
Limite na expansão de bens domésticos líquidos das autoridades monetárias	2,415	3,500	4,050	4,650	5,150	5,800
(Em milhões de dólares americanos)						
Conversão cumulativa nas reservas líquidas internacionais das autoridades monetárias	...	...	-1,500	-1,500	-700	...
Limite nos desembolsos de médio, longo e alguns, selecionados, de curto prazo da dívida externa dos setores público e privado	...	...	2,000	3,000	4,000	6,000
(Em porcentagem)						
Necessidade mínima cumulativa para a desvalorização real do cruzeiro em relação ao dólar	...	...	3.0	6.2	9.4	12.7

Fonte: estimativas de funcionários do Fundo

## IV. Avaliação da Missão e Decisão Proposta

Após 15 anos de rápido crescimento econômico, que foi auxiliado por substanciais importações de capital e tecnologia, é evidente que é necessário que se mude a estratégia econômica do Brasil, incluindo uma redução na dependência de empréstimos externos e a necessidade de maior poupança doméstica. As importantes medidas de ajustamento, que começaram a ser tomadas no final de 1979, resultaram em moderada redução da taxa de inflação em 1981 e na atual conta do balanço de pagamentos do Brasil, mas, ao mesmo tempo, diminuíram o ritmo do crescimento econômico. Devido ao aumento notável das taxas de juros internacionais, à deterioração das condições de comércio, e ao enfraquecimento da demanda externa, essas medidas de ajustamento foram insuficientes para reduzir o déficit da conta corrente a um nível que poderia ser mantido a prazo médio. Quando a atitude dos mercados financeiros internacionais em relação ao Brasil mudou, no segundo semestre de 1982, as autoridades viram-se forçadas a utilizar uma parte substancial das reservas internacionais para servir à dívida externa do país dentro dos prazos estipulados.

As autoridades brasileiras adotaram um amplo programa econômico a médio prazo, para o qual solicitaram o auxílio do Fundo, no sentido de ter o máximo acesso aos recursos do Fundo na primeira "tranche" do crédito, sob as facilidades de extensão do Fundo. A missão julga que tal programa justifica plenamente a obtenção do apoio do Fundo.

Na área externa, o principal objetivo do programa é a redução no déficit da conta corrente do balanço de pagamentos do Brasil, de 4,5% do PIB em 1982 para 2,2% em 1983 e, eventualmente, para 1,0% em 1985. Este corte na utilização de créditos externos deverá provocar uma redução no índice do serviço da dívida em relação ao período do programa. Deve também levar a um acúmulo de reservas internacionais, depois da queda substancial ocorrida em 1982.

Internamente, o programa prevê uma redução na inflação de 100% durante 1982 para 70% em 1983, e espera-se reduzi-la para 20% no final de 1985. Devido à magnitude dos ajustes exigidos em curto prazo, é improvável que a economia apresente qualquer recuperação em 1983; porém, um retorno a padrões mais normais de crescimento é projetado para os anos de 1984 e 1985.

Para alcançar esses objetivos externos e domésticos, é necessário que ocorram mudanças estruturais de vulto na economia. Desembolsos para consumo devem ser reduzidos, e espera-se que a poupança doméstica bruta aumente o equivalente a 5-1/2 pontos percentuais do PIB durante 1983-85, o que deverá aumentar o índice investimento/PIB, apesar da alta redução na dependência de capital estrangeiro. Como apoio à criação das condições para um crescimento econômico em 1984 e anos posteriores, as autoridades tencionam complementar o esforço de investimento com medidas que visem a tornar a economia mais eficiente. Tais medidas incluem a redução no corpo do setor público, e o reforço do mecanismo de preço através da eliminação dos subsídios e restrições, inclusive daquele se aplicam ao setor externo.

O programa econômico adotado pelo governo brasileiro contempla uma redução substancial e imediata no desequilíbrio externo. A Missão observa, com satisfação, que a maioria das medidas necessárias já foi implementada e, consequentemente, seu resultado será produzido desde o início do programa. As primeiras medidas tomadas objetivam o reforço das receitas e a redução das despesas do setor público: como resultado, a necessidade de empréstimos do setor público deverá ser reduzida de 13,8% do PIB em 1982 para 7,9% em 1983. Nesse sentido, destacam-se a indexação, recentemente introduzida, dos débitos do imposto de renda, os aumentos dos impostos sobre vários produtos e transações, e o corte vultoso nas despesas da administração central e de investimentos nas empresas estatais.

A Missão vê com bons olhos a intenção das autoridades de enrijecer a política monetária em 1983. As atuais altas taxas reais de juros no crédito comercial e industrial refletem, entre outros fatores, os subsídios à agricultura e à exportação. As autoridades devem, portanto, ser elogiadas por sua recente medida de reduzir substancialmente os subsídios, há muito criados, para o crédito bancário agrícola. Esta medida deverá produzir resultados não apenas no sentido de reduzir as taxas de juros para o crédito industrial, mas também para tornar mais eficiente o controle das

autoridades financeiras sobre a expansão do crédito bancário doméstico e sua alocação. Além disso, a redução da necessidade de empréstimos do setor público deverá permitir ao setor privado acesso ao crédito doméstico.

Contudo, em janeiro de 1983, as necessidades legais de reserva e o custo de empréstimos bancários domésticos foram reduzidos. Essas medidas podem gerar efeitos que enfraqueçam o programa econômico. Enquanto existirem desequilíbrios substanciais internos e externos, as taxas domésticas de juros devem ser engrenadas aos trabalhos de estímulo à poupança financeira, controle da demanda de crédito, e favorecimento de entradas continuadas de capital estrangeiro. A respeito desse último, o ritmo pretendido para desvalorização real do cruzeiro terá implicações para a política de taxas de juros interna. Deve-se notar que qualquer medida que mantenha as taxas de juros artificialmente baixas aumentará as dificuldades para se cumprir com os tetos estipulados para os bens líquidos domésticos no acordo de extensão solicitado.

Como parte do programa econômico, as autoridades brasileiras efetuarão mudanças significativas nas políticas de preço para reforçar a situação financeira das empresas estatais e, mais amplamente, para melhorar a alocação de recursos. Nesse sentido, são de particular importância os vários ajustes corretivos de preço introduzidos recentemente e o plano das autoridades de aumento dos preços dos combustíveis, em geral, em aproximadamente 20%, em termos reais, durante o ano de 1983. A Missão considera favoravelmente a intenção das autoridades de eliminar todos os subsídios na economia durante o período do programa, com exceção de tratamento especial que continuará sendo necessitado pelas áreas economicamente deprimidas.

As recentes modificações da fórmula oficial de salários representou uma difícil decisão política para as autoridades. Enquanto que a mudança certamente reduzirá as pressões sobre custos, em comparação com a fórmula anterior, a nova fórmula continuará, contudo, a produzir aumentos reais de salários em 1983, sob as hipóteses de inflação do programa econômico. O desenvolvimento da

conta salário na economia será de importância crucial para o programa. A Missão observou as medidas tomadas para limitar o crescimento da conta salário no setor público, bem como as intenções das autoridades de alcançar resultado similar no setor privado, através da aderência a severas políticas monetárias e de crédito. O resultado, nessas circunstâncias, deverá ser a criação de maior inércia na economia e aumento na rotatividade de empregados. Portanto, a Missão aplaude a intenção do governo de promover esforços para retornar a um sistema no qual os salários sejam determinados através de acordos coletivos.

A melhoria projetada para a balança comercial e o balanço de pagamentos em contas correntes do Brasil durante o primeiro ano é substancial e dependerá da adoção de políticas adequadas de taxas de câmbio e demanda interna; presume-se também que várias restrições comerciais e cambiais e taxas múltiplas de câmbio serão mantidas. No segundo semestre de 1982, as autoridades começaram a acelerar a taxa de desvalorização do cruzeiro e preteriram continuar com a mesma política durante 1983, desvalorizando a taxa que, em média, resultem em uma taxa que seja equivalente a no mínimo 1 ponto percentual, por mês, acima da taxa de inflação. Descontando-se a inflação externa, essa política poderá resultar numa desvalorização efetiva real de aproximadamente 20 por cento durante o ano de 1983.

O sistema brasileiro de comércio e de pagamentos é altamente complexo e envolve muitas distorções e restrições. Com a situação externa está melhorando, as autoridades tencionam, em princípio, relaxar as restrições às importações quantitativas no interesse de crescimento e eficiência econômica. De qualquer modo, as restrições comerciais existentes não serão intensificadas nem novas restrições às importações introduzidas. A Missão observa ainda que as autoridades tencionam eliminar várias restrições comerciais de menor peso bem como taxas múltiplas de câmbio durante o primeiro ano do acordo e que uma delas já foi abolida. O progresso quanto à eliminação das medidas cambiais existentes será revisado antes de 30 de agosto de 1983.

As autoridades comprometeram-se a eliminar as medidas listadas acima nos itens (1), (2), (3a), (3b), e (3c) durante 1983, e podem iniciar a eliminação das demais em 1983. De qualquer forma, todas as restrições cambiais e taxas múltiplas de câmbio serão eliminadas até o final do programa. Nessas circunstâncias, a Missão propõe que seja concedida aprovação temporária às medidas de (1) a (3e). Não se recomenda aprovar a prática discriminatória de taxas múltiplas que se deriva da taxa de certos produtos manufaturados exportados para os Estados Unidos.

O Brasil está trabalhando firmemente junto às comunidades bancárias internacionais para a obtenção de novos empréstimos.

mos e reciclagem das dívidas a longo e curto prazos, bem como para a manutenção de um acesso adequado dos bancos brasileiros aos mercados monetários estrangeiros. Um sucesso total nesses empreendimentos é necessário para que o programa econômico brasileiro seja viável.

Concluindo, as autoridades brasileiras iniciaram a implementação de um programa a médio prazo para reduzir o desequilíbrio externo e interno que, juntamente com importantes modificações estruturais na economia, deverá criar a base para a recuperação de um crescimento sistemático da produção e emprego. Não há dúvida que a implementação desse programa ambicioso será difícil e exigirá grandes esforços das autoridades brasileiras. A Missão acredita que o programa é adequado à obtenção dos resultados descritos acima.

Dentro desse contexto, as seguintes decisões foram mudadas para serem propostas ao Conselho Executivo para adoção:

#### I. Compra da Primeira Tranche de Crédito

1. O Brasil solicitou uma compra equivalente a SDR... 249.375 milhões, que é o valor equivalente à sua primeira tranche de crédito.
2. O Fundo aprova a compra solicitada.

#### II. Acordo de Extensão

1. O governo brasileiro solicitou um acordo de extensão por um período de três anos, a partir de 1º de março de 1983, para um valor equivalente a SDR... 4.229.375 milhões.
2. O Fundo aprova o acordo de extensão anexo ao EHS/83/33.
3. O Fundo dispensa a limitação contida no Artigo V, Seção 3 (b) (iii).

#### III. Consulta sobre o Artigo IV

1. O Fundo toma esta decisão com relação às medidas cambiais brasileiras com base no Artigo VIII. Seções 2 e 3, e, ao concluir a Consulta sobre o Artigo XIV de 1982 com o Brasil, à luz da Consulta sobre o Artigo IV de 1982 com o Brasil, conduzida sob a Decisão No. 5392-(77/63), adotada em 29 de abril de 1977 (Fiscalização sobre Políticas de Taxas Cambiais).
2. O Fundo urge o Brasil a eliminar, o mais rápido possível, a taxa em certos produtos industriais de exportação para países membros do Fundo. Considerando as circunstâncias do Brasil, o Fundo concede aprovação das práticas de taxas múltiplas e restrições cambiais descritas nos pontos 1, 2 e 3 da página 27 do EHS/83/33 (11/2/83, até 30 de agosto de 1983) ou até a finalização da primeira revisão, feita dentro do acordo de extensão, prevalecendo a que ocorrer primeiro.

### APÊNDICE I

#### Relacionamento do Fundo com o Brasil

Status:	Artigo XIV		
Quota:	SDR 997,5 milhões		
	<u>A partir de 1º de fevereiro de 1983</u>	<u>Milhões de SDRs</u>	<u>Por cento da quota</u>
Títulos de cruzeiros brasileiros do Fundo:	Total	1,496,3	150,0
	Dos quais:		
	Financiamento compensatório	498,8	50,0
	<u>A partir de 1º de fevereiro de 1983</u>	<u>Milhões de SDRs</u>	<u>Por cento da quota</u>
Departamento de SDR:	Alocação cumulativa líquida	358,7	100,0
	Títulos	3,2	0,9
Distribuição de ouro:	O Brasil adquiriu 376.565,569 onças de ouro puro em quatro distribuições.		
Distribuição direta de lucros da venda de ouro:	US\$69,9 milhões		
Taxa de câmbio (3 de fevereiro, 1983)	Cr\$278,70 por US dólar (compra) e Cr\$280,09 por US dólar (venda)		
Última consulta (Artigo IV):	Agosto-Setembro de 1981, finalizada pelo Conselho Executivo em 13 de novembro de 1981.		

## APENDICE II

BRASIL - DADOS BÁSICOSÁrea e população

Área	8.512.000 km <sup>2</sup>
População (meados-82)	125 milhões
Taxa anual de crescimento populacional (1978-82)	2,5%

## PNB per capita (1982)

DES 2.220

## Origem do PNB

	1980	1981	Proj. 1982
	( per cent )		
Agricultura	13.0	12.1	....
Indústria	34.0	31.9	....
Comércio	16.1	....	....
Transporte e Comunicações	5.1	....	....
Outros	31.8	....	....

Relação com PIB

Exportação de Bens e Serviços	8.2	8.9	7.3
Importação de Bens e Serviços	13.5	13.2	12.0
Deficit em transações correntes	5.1	4.0	4.5
Receita da Administração Central	9.3	8.8	9.1
Despesas da Administração Central	6.8	7.6	7.9 3/
Dívida Externa Registrada/final de ano)	19.0	20.3	21.3
Pagamento total do Serviço da Dívida Externa	5.0	5.9	6.3
Poupança	15.9	15.3	14.5
Investimento	21.1	19.5	19.1
Dinheiro e quase-dinheiro (fim de ano)	21.3	22.5	24.5

Mudanças anuais em indicadores econômicos selecionados

PIB real per capita	5.3	-5.9	-2.4
PIB real	7.9	-3.5	..
PIB a preços correntes	110.0	101.8	95.0
Despesas Internas (a preços correntes)	110.4	98.2	94.9
Investimento Fixo Bruto	(118.2)	(86.0)	(90.8)
Consumo 5/	(108.4)	(101.4)	(95.8)
Deflator PIB	94.6	109.1	95.0
Preços de Atacado (média anual)	109.2	113.0	94.0
Custo de vida (média anual)	82.8	105.6	98.0
Receita da Administração Central	124.2	91.3	102.2
Despesa da Administração Central	86.8	126.7	103.3 3/
Dinheiro e quase-dinheiro	72.0	112.9	115.1
Dinheiro	(71.6)	(67.6)	(70.8)
Quase-dinheiro	(72.9)	(149.1)	(133.9)
Ativos líquidos do Sistema Bancário	85.9	128.9	116.6
Créditos ao Setor Público líquido	(...)	(299.9)	(176.4)
Créditos ao Setor Privado	(72.7)	(103.9)	(107.6)



APENDICE II			
	1980	1981	1982
Exportação de Mercadorias (FOB em Dólares Norte Am.)	32.1	15.7	-13.4
Importação de Mercadorias (FOB em Dólares Norte Am.)	27.0	-3.8	-12.2
<u>Finanças da Administração Central</u>			
	1980	1981	1982
	(Bilhões de cruzeiros)		
Receitas	1.220.1	2.334.2	4.719.3
Despesas	886.4	2.009.2	4.084.0 3/
Superavit ou Deficit (-)	333.7	325.0	635.3
Financiamento Interno	- 333.7	- 325.0	- 635.3
<u>Balanco de Pagamentos</u>			
	(Milhões de D E S)		
Exportação de Mercadorias FOB	15.459	19.784	18.283
Importação de Mercadorias FOB	-17.633	-18.765	-17.581
Rendas de Investimento (líquido)	- 5.087	- 8.083	-10.441
Outros Serviços e Transferências (líquido)	- 2.325	- 2.260	- 3.300
Balanco de Transferência e Contas Correntes	- 9.586	- 9.324	-13.039
Capital de Longo Prazo (líquido)	4.905	9.040	6.567
Capital de Curto Prazo (líquido)	2.392	1.357	903
Erros e Omissões	- 313	- 354	512
Mudança nas reservas internacionais líquidas oficiais (aumento -)	-2.602	719	-6.863
<u>Posição da Receita Internacional</u>			
	DEZ 31	DEZ 31	DEZ 31
	1980	1981	1982
	(Milhões de D E S)		
Autoridades Monetárias (Bruto)	5.419	6.450	2.992
Autoridades Monetárias (líquido)	4.068	4.904	-1.360

1/ Exclui lucros reinvestidos.

2/ Não inclui juros e correção monetária no débito público, nem transferências para as autoridades monetárias que somariam Cr\$ 331,3 bilhões em 1980, e Cr\$ 250 bilhões em 1981 e Cr\$ 635 bilhões em 1982.

3/ Inclui um montante desconhecido de verbas orçamentárias não utilizadas.

4/ Sistema Bancário

5/ Inclui mudanças de estoque

6/ Inclui alocação de DES

7/ Exclui mudanças em valoração de haveres em ouro e aquisição de ouro

## APÊNDICE III

## Brasil: Indicadores Econômicos e Financeiros Selecionados

	Est.		Período do Programa		
	1981	1982	1983	1984	1985
<b>Renda Nacional e Preços</b>					
PIB a preços constantes	-3.5	--	-3.5	2.0	4.0
Deflator do PIB	109.1	95.0	78.0	49.0	28.0
Preços ao Consumidor (fim de período)	95.2	99.7	70.0	40.0	20.0
<b>Setor Externo</b>					
Exportação f.o.b.	15.7	-13.4	8.9	16.8	12.1
Importação f.o.b.	-3.8	-12.2	-18.5	10.6	10.7
Importações exceto petróleo	-15.3	-18.0	-20.9	36.1	25.5
Dívida Externa Pública e Privada	14.1	11.4	11.7	6.4	5.8
<b>Administração Central</b>					
Receitas	91.3	102.2	106.3	...	...
Despesas <u>2/</u>	126.7	103.3 <u>3/</u>	80.3	...	...
<b>Dinheiro e Crédito</b>					
Crédito Doméstico <u>4/</u>	128.9	116.6	74.3	...	...
Setor Público	(299.9)	(176.4)	(-37.5)	(...)	(...)
Setor Privado	(103.9)	(107.6)	(89.5)	(...)	(...)
Dinheiro e quase Dinheiro (M2)	112.9	115.1	76.7	...	...
Velocidade (PIB relativo a M2)	4.4	4.1	3.9	...	...
Taxas de juros <u>5/</u>	97.2	114.7	...	...	...

(Em por cento do PIB, aí menos que especificado)

Necessidade de empréstimos do Setor Público	12.1	13.8	7.9	5.0	4.0
Financiamento Doméstico	(11.0)	(12.7)	(6.1)	(4.0)	(3.2)
Financiamento externo direto	(1.1)	(1.1)	(1.8)	(1.0)	(0.8)
Déficit em conta corrente	4.0	4.5	2.2	1.5	1.1
Dívida externa Pública e Privada <u>6/</u>	23.9	25.3	26.5	26.4	25.5
Índice do Serviço da Dívida <u>7/</u>	66.2	84.5	69.2	59.4	54.8
Taxa de Juros <u>7/</u>	38.3	51.9	41.5	34.7	29.6
<b>Balanco de Pagamentos</b>					
(bilhões de dólares norte americanos)	0.8	-7.8	---	1.0	1.0
Despesas Oficiais Brutas usáveis (meses de importação de mercadorias)	1.9	--	1.8	3.7	5.4

1/ Dívida de médio e longo prazo

2/ Exclui transferência para as autoridades Monetárias e juros e correção Monetária da dívida pública

3/ Inclui um valor desconhecido de apropriações não usadas

4/ Ativos domésticos líquidos do Sistema Bancário

5/ Taxa anual em fim de período, letras do tesouro de 91 dias

6/ Exclui dívida de curto prazo e uso de crédito do Fundo

7/ Em % de exportação de bens e serviços

## APÊNDICE IV

## BRASIL: Sumário do Programa Econômico para 1983-85

## I - METAS

1. Um aumento na poupança interna de 14,5% do PIB em 1982 para quase 16% em 1983, 18,5% em 1984, e 20% em 1985. É a meta. Isso permitiria uma redução no déficit em conta corrente de 4,5% do PIB em 1982 para 2,2% em 1983; 1,5% em 1984 e 1% em 1985.

2. É esperado um declínio substancial na taxa de inflação durante o período do programa. A taxa de inflação anual no fim do período está projetada para cair de 100% em 1982 para 70% em 1983, 40% em 1984 e 20% em 1985. A média da taxa de inflação anual será de alguma forma mais alta.

3. O balanço de pagamentos está programado para mostrar uma virada do déficit de US\$ 7,5 bilhões em 1982 para o equilíbrio em 1983 e superávits de US\$ 1 bilhão e US\$ 2 bilhões em 1984 e 1985, respectivamente. Tal aumento traria uma redução no índice da dívida externa de 85% em 1982 para 55% em 1985, uma queda no índice de aumento do comprometimento dos bancos de 15% em 1982 para cerca de 4% em 1985, e um aumento das reservas líquidas internacionais de uma estimativa provisória negativa de US\$ 1,5 bilhões ao final de 1982 para um positivo US\$ 1,5 bilhões ao final de 1985.

## PROJEÇÕES

1. O PIB real está projetado para declinar 3,5% em 1983, refletindo principalmente a desaceleração no consumo interno e no investimento do setor público. A recuperação do crescimento econômico é esperada em 1984 (2%) e 1985 (4%).

2. O valor das exportações em dólares norte-americanos está projetado para aumentar 8,9% em 1983, baseado no aumento de 4% nos preços e de 5% no volume. Uma recuperação mais forte da economia mundial e a continuação de uma política interna adequada, deve produzir uma taxa de crescimento anual média de cerca de 14% no valor das exportações em 1984 e 1985.

3. O valor das importações em dólares norte-americanos está projetado para decrescer 17,5% em 1983. No petróleo importado (cerca de metade do total das importações) é esperado um decréscimo de 14,5% no valor, como resultado de uma redução de 2% nos preços e de 13% no volume. Em 1984 e 1985 o valor total de importações deve crescer cerca de 11% ao ano. A conta petróleo está projetada para decrescer 10% em 1984; 7,5% em 1985, apesar dos aumentos de preços de 5% e 4,5% respectivamente. Durante o período do programa, é esperada que a produção interna de petróleo continue a expandir a uma taxa média anual de mais de 20%.

4 - A taxa efetiva de 116%, aplicável ao elemento taxa variável da dívida externa do Brasil, é estimada em 11% para o primeiro semestre de 1983 e em 10% para o segundo semestre. Para 1984, estas taxas foram estimadas (por semestre) em 10% e 9%, e para 1985 em 9% e 7,5%.

5 - A entrada de capital líquido durante 1983 irá depender crucialmente dos bancos estrangeiros (1) desembolsando US\$ 1,2 bilhões de empréstimos comprometidos em 1982, e US\$ 4,4 bilhões de empréstimos a serem comprometidos em 1983; (2) redução total do pagamento da dívida vencível em 1983; e (3) reestabelecimento dos déficits em bancos brasileiros no exterior nos níveis existentes em meados de 1982.

## III - Elementos Principais do Programa

## 1 - Políticas do Setor Público

a) Tetos trimestrais foram estabelecidos nas necessidades de financiamento do setor público não financeiro, limitando-o a Cr\$ 7 trilhões em 1983, o equivalente a 7,9% do PIB; em contraste essa necessidade atingiu 13,8% do PIB em 1982. A emergência é decrescer para 5% do PIB em 1974 e para 4% em 1985. A definição do setor público inclui a Administração Central, fundos especiais e programas operados através do sistema bancário, agências descentralizadas, sistema de previdência social, as empresas estatais, e os governos estaduais e municipais. Os tetos incluem os créditos líquidos do sistema bancário doméstico, haveres do setor privado da dívida pública, débito corrente das empresas estatais, e financiamento externo.

b) As receitas da Administração Central devem crescer 16% em termos reais baseado em novas medidas tributárias que se espera rendam o equivalente a quase 2% do PIB. Juntamente com o mínimo de austeridade nas despesas, a melhoria das receitas deve produzir um decréscimo nas necessidades de empréstimos da Administração Central equivalente a 3,7% do PIB.

c) Simultaneamente, assume-se que o déficit global das empresas estatais decresça 37% em termos reais, para Cr\$ 2,9 trilhões em 1983. Espera-se que as receitas das empresas cresçam 3% em termos reais em virtude dos aumentos dos preços dos bens e serviços fornecidos pelas estatais. As despesas devem cair 7% em termos reais, principalmente em face do corte em investimentos.

## 2 - Dinheiro e Crédito

- a) Os ativos líquidos das autoridades monetárias devem estar sujeitos aos tetos trimestrais, como um critério de desempenho. Espera-se que estes ativos decresçam quase 3% em termos reais em 1983.
- b) A melhoria da situação financeira do setor público deve reduzir substancialmente o alinhamento do setor público, que ocorreu no passado.
- c) Apesar da recente modificação decrescente, as taxas de juros subsidiadas aumentaram significativamente desde final de 1982, e subsídios para o crédito agrícola devem ser totalmente eliminados até o final de 1983. Ocorreram também reduções em outros subsídios como ao trigo e aos derivados de petróleo. Por enquanto, permanecerão os subsídios ao crédito de exportação. Com poucas exceções, todos os subsídios devem estar eliminados até o fim do programa.

## 3 - Preços e Salários

- a) Os preços de, relativamente, poucos bens e serviços que ainda permanecem sujeitos a controle de preço foram aumentados substancialmente por volta da virada do ano. Os preços combustíveis como um grupo serão ajustados durante 1983 a uma taxa mensal de 1,5 pontos percentuais acima da taxa de inflação interna. Todos os subsídios explícitos ou implícitos devem ser eliminados durante o período do programa.
- b) As modificações à fórmula salarial oficial que foram decretadas recentemente reduzirão a taxa de aumento em salários reais, consideradas as projeções de preços do programa. A conta salário da economia não crescerá necessariamente em termos reais em 1983 em virtude da elevação da rotação de mão-de-obra e desemprego.

## 3 - Setor Externo

- a) O sistema de mini-desvalorizações freqüente do cruzeiro continuará. Um critério de desempenho trimestral foi estabelecido com uma taxa de depreciação do cruzeiro contra o dólar norte-americano que será em média no mínimo o equivalente a 1 ponto percentual por mês acima da taxa de inflação interna.
- b) As restrições do sistema comercial e cambial, serão reduzidas. Prioridade será dada na remoção das restrições quantitativas de importação para facilitar a eficiência e o crescimento econômico. Um certo número de taxas múltiplas de câmbio e pequenas restrições cambiais serão eliminadas durante o primeiro ano do programa. Todas as medidas cambiais serão removidas antes do fim do programa.

## 4 - Revisão

Revisão periódica dos dados de desempenho do Programa Monetário Internacional de 1983 de agosto de 1983.

## ANEXO I

## BRASIL: Programa Ampliado

Anexada está uma carta com um memorando datada de 6 de janeiro de 1983, do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central do Brasil, solicitando um programa ampliado e especificando:

- a) os objetivos e políticas que as autoridades do Brasil tencionam adotar pelo período desse programa ampliado;
- b) as políticas e medidas que as autoridades do Brasil tencionam adotar durante o primeiro ano desse programa ampliado; e
- c) entendimentos do Brasil com o Fundo relativamente a revisões que serão feitas quanto ao progresso na efetivação dos objetivos do programa e das políticas e medidas que as autoridades do Brasil adotarão no segundo e terceiro anos do programa ampliado.

Para alcançar esse objetivos e políticas, o Fundo Monetário Internacional concede esse programa ampliado de acordo com as seguintes provisões:

- 1 - Pelo período de três anos, de \_\_\_ de fevereiro de 1983, o Brasil terá o direito de sacar do Fundo um valor equivalente a DES 4.734.175 milhões, sujeito aos parâmetros 2, 3, 4 e 5 abaixo, sem revisões posteriores do Fundo.
- 2 - a) Até \_\_\_ de fevereiro de 1984, os saques sob esse programa ampliado não devem, sem o consentimento do Fundo, exceder o equivalente a DES 1.246.874 milhões, contando que os saques não devem exceder o equivalente a DES 121.475 milhões até 31 de maio de 1983, o equivalente a DES 498.475 milhões até 31 de agosto de 1983, e o equivalente a DES 472.475 milhões até 30 de novembro de 1983.

## Anexo I (2)

b) Até \_\_\_ de fevereiro de 1985, os saques sob esse programa ampliado não devem, sem o consentimento do Fundo, exceder o equivalente a DES 2.743.125 milhões.

c) O direito do Brasil fazer saques durante o segundo e terceiro anos do programa ampliado deve estar sujeito a tal esquema, como determinado.

3 - Saques sob esse programa ampliado devem ser feitos de recursos ordinários e emprestados, na proporção de um por um até os saques sob esse programa atingirem o equivalente a DES 2.795,0 milhões e então cada saque deve ser feito de recursos emprestados, desde que qualquer modificação pelo Fundo da proporção de recursos ordinários e de empréstimos deve aplicar-se a montantes sacados após a data da modificação.

4 - O Brasil não fará saques sob esse programa:

a) (i) durante qualquer período no qual os dados ao fim do período precedente indicam que a meta para as reservas internacionais líquidas das autoridades monetárias brasileiras, como especificado no parágrafo 1 do Memorando Técnico anexo, não é observada, ou

(ii) durante qualquer período no qual o limite das necessidades de empréstimos do setor público, como especificado no parágrafo 2 do Memorando Técnico anexo, não é observado, ou

(iii) durante qualquer período no qual o limite dos ativos líquidos internos das autoridades monetárias brasileiras, como especificado no parágrafo 3 do Memorando Técnico anexo, não é observado, ou

(iv) durante qualquer período no qual os dados ao fim do período precedente indicam que o limite de uso de créditos externos, como especificado no parágrafo 4 do Memorando Técnico anexo, não é observado, ou

## Anexo I (3)

(v) se a meta trimestral cumulativa de depreciação do cruzeiro, como especificado no parágrafo 5 do anexo Memorando Técnico, não é observada, ou

b) se a revisão prevista no parágrafo 29 da carta anexa não tiver sido efetuada antes de 30 de agosto de 1983, ou se quaisquer cláusulas de desempenho que tenham sido estabelecidas de acordo com aquela revisão não forem observadas, ou

c) para os segundo e terceiro anos desse programa, se antes de 15 de fevereiro de 1984 e 15 de fevereiro de 1985, respectivamente, cláusulas de desempenho adequadas não tiverem sido estabelecidas em consulta com o Fundo como previsto no parágrafo 29 da carta anexa, ou se tais cláusulas, tendo sido estabelecidas, não forem observadas, ou

d) durante o período do programa ampliado, se o Brasil:

(i) impuser novas ou intensificar as restrições existentes em pagamentos e transferências de transações correntes internacionais, ou

(ii) introduzir ou modificar taxas múltiplas de câmbio, ou

(iii) concluir acordos bilaterais de pagamentos que sejam inconsistentes com o Artigo VIII, ou

(iv) impuser novas ou intensificar as restrições existentes nas importações por razões de balanço de pagamentos.

Quando o Brasil for impedido de sacar sob esse programa ampliado em razão desse parágrafo 4, saques serão realizados somente depois de ter sido feita a consulta entre o Fundo e o Brasil e entendimentos terem sido alcançados com relação às circunstâncias nas quais tais saques podem ser reativados.

5 - O direito do Brasil de comprometer-se nas transações cobertas por esse programa ampliado podem ser suspensas somente com respeito a solicitação recebidas pelo Fundo depois de (a) ineligibilidade formal, ou (b) uma decisão da Diretoria Executiva de suspender transações, geralmente ou para considerar a proposta feita por um Diretor Executivo da Direção Geral, formalmente, para suprimir ou limitar a elegibilidade do Brasil. Quando a notificação da decisão de ineligibilidade formal ou da decisão para considerar a proposta é dada de acordo com o parágrafo 5, saques sob esse programa serão reativados somente depois da consulta ter sido feita entre o Fundo e o Brasil e entendimentos terem sido atingidos com relação às circunstâncias nas quais tais saques podem ser reativados.

6 - Os saques sob esse programa ampliado serão feitos nas moedas de outros membros selecionados de acordo com as políticas e procedimentos do Fundo e podem ser feitos em DES se, por solicitação do Brasil, o Fundo concordar em provê-los quando do saque.

7 - A data válida de saque sob esse programa ampliado envolvendo recursos emprestados será normalmente o 15º dia ou o último dia do mês, ou o próximo dia útil se o dia selecionado não for dia útil. O Brasil consultará o Fundo na época de saques envolvendo recursos emprestados.

8 - O Brasil deve pagar uma taxa sobre esse programa ampliado de acordo com as disposições do Fundo.

9 - a) O Brasil deve reembolsar o montante de sua moeda que resultar do saque sob esse programa ampliado, de acordo com as provisões do Convênio Constitutivo e Decisões do Fundo, incluindo aquelas relacionadas com reembolso, assim que o balanço de pagamentos e as reservas do Brasil melhorarem.

b) Qualquer redução na meta do Brasil em poder do Fundo deve reduzir os montantes sujeitos a reembolso sob o item a) acima, de acordo com os princípios aplicados pelo Fundo para esse propósito na época da redução.

c) A data válida para o reembolso com respeito aos saques financiados com recursos emprestados sob esse programa ampliado será normalmente o 8º ou 22º dia do mês, ou o próximo dia útil se o dia selecionado não for dia útil, contando que o reembolso será feito não depois de sete anos da data do saque.

10 - Durante o período do programa ampliado o Brasil deve manter-se em estreita consulta com o Fundo. Estas consultas devem incluir correspondência e visitas de oficiais do Fundo ao Brasil ou de representante do Brasil ao Fundo. O Brasil deve prover o Fundo, através de relatórios a intervalos ou datas solicitadas pelo Fundo, com tais informações como o Fundo solicite, em relação com o progresso do Brasil em atingir os objetivos e políticas estabelecidas na carta e no memorando anexos.

11 - De acordo com o parágrafo 29 da carta anexa, o Brasil consultará o Fundo na adoção de quaisquer medidas que o Governo julgar adequadas, ou sempre que a Diretoria solicite consulta em virtude de qualquer critério sob o parágrafo 4 acima não tiver sido considerado ou por que ele considere que a consulta no programa é desejável. Em adição, depois do programa ampliado e enquanto o Brasil tiver saques a emitir sob esse programa ampliado, o Governo consultará com o Fundo, se solicitado por iniciativa do Governo ou por solicitação da Diretoria, relativamente às políticas de câmbio e pagamentos do Brasil.

24 de fevereiro de 1983

Sr. Jacques de Larosière  
Diretor Gerente  
Fundo Monetário Internacional  
700 19th Street N.W.  
Washington, D.C. 20431

Exmo. Sr. de Larosière,

Com vigência a partir de 21 de fevereiro de 1983, o Brasil desvalorizou sua moeda em 23 por cento em termos de dólares norte-americanos por cruzeiro e em 30 por cento em termos de cruzeiros por dólares norte-americanos. Ao mesmo tempo, foram criados impostos temporários de exportação, variando de 10 por cento a 20 por cento, principalmente sobre produtos primários, e um imposto sobre rendimentos de capital decorrentes da maxidesvalorização. Além disso, o Conselho Monetário Nacional decidirá posteriormente sobre um cronograma para distribuição em etapas dos impostos de exportação e das reduções no imposto de importação e no crédito-prêmio à exportação. Em uma decisão separada, o Instituto Brasileiro do Café elevou a quota de contribuição sobre o café em 30 por cento por saca de café.

2 - Esta modificação da política de taxa cambial da qual descrita no parágrafo 24 de nossa carta de 6 de janeiro de 1983 (doravante chamada "carta") representa, até certo ponto, uma antecipação da desvalorização real do cruzeiro que foi programada para ocorrer gradualmente no decorrer de 1983. Esta aceleração na velocidade de reajuste tornou-se necessária não só por causa dos resultados decepcionantes da balança comercial de janeiro de 1983, mas também por causa da importância de garantir que os objetivos do programa econômico em geral, e particularmente do programa do setor externo para 1983, sejam atingidos.

3 - Enquanto as intenções de política descritas na carta podem ser confirmadas, alguns dos critérios de desempenho e algumas metas do programa econômico serão afetados pela recente mudança na política de taxa cambial, os quais foram modificados como abaixo especificado.

4 - Nosso ponto de vista é que as metas de inflação descritas no parágrafo 9 da carta necessitam ser modificadas apenas para 1983. Após um recrudescimento inicial em março de 1983, esperamos que a taxa de inflação mensal decline, e, até dezembro deste ano, a taxa mensal deva situar-se a um nível não superior àquele anteriormente previsto. Para todo o ano de 1983, espera-se que a taxa de inflação, ao final do período, seja cerca de 85-90 por cento e a taxa ano a ano seja de aproximadamente 100 por cento. A inflação esperada para 1984 e 1985 não foi alterada.

5. A recente desvalorização deverá ter efeitos benéficos sobre o nível de emprego e a produção, devido à crescente competitividade das exportações brasileiras no exterior e o anticipated declínio nas taxas reais de juros. A implementação plena da política salarial deverá contribuir também para preservar o nível de emprego.

6. O efeito de ajustamento da recente desvalorização não será enfraquecido por subsídios diretos ou indiretos. Os preços de produtos importados, particularmente petróleo e trigo, estão sendo ajustados para refletir totalmente a elevação do custo das importações em cruzeiros, e posteriormente serão alterados de acordo com as intenções expressas no parágrafo 12 da carta.

7. O efeito líquido da recente desvalorização sobre as finanças do setor público é de difícil previsão. Enquanto as receitas da Administração Central serão fortalecidas imediatamente pelo recém criado imposto temporário sobre exportações e outros impostos extraordinários, as despesas das empresas estatais devem elevar-se significativamente, devido à elevação das despesas financeiras em cruzeiros relativa à dívida externa e o com ponente de moeda estrangeira nos gastos com investimentos. Como resultado de informações estatísticas atualizadas, as necessidades de empréstimos do setor público não-financeiro atingiram 16,9% do PIB em 1982, comparado à estimativa de 12,6 mencionada no parágrafo 21 da carta. Essa necessidade deve reduzir-se de 8,1 pontos percentuais do PIB, isto é, atingir a 8,8% em 1983. Com base nestas novas informações, o teto dos empréstimos cumulativos do setor público contido no parágrafo 2 do Memorando Técnico de Entendimento, de 6.1.83 (a partir de agora chamado de "memorandum") foi modificado. Os novos tetos são: Cr\$ 2.800 bilhões durante o período de três meses terminando em 31 de março de 1983; Cr\$ 5.000 bilhões durante o período de três meses terminando em 30 de junho de 1983; Cr\$ 6.000 bilhões durante o período de três meses terminando em 30 de setembro de 1983; e Cr\$ 8.800 bilhões durante o período de três meses terminando em 31 de dezembro de 1983.

8. A recente alteração na política de taxa de câmbio deverá resultar numa redução na taxa real de juros no segmento livre do mercado de crédito. Para fortalecer esta tendência e contribuir para a reestruturação das taxas de juros, os encargos para empréstimos agrícolas, que foram fixados para o primeiro semestre de 1983 com base na então esperada taxa de inflação, se não elevados com base nas novas e mais altas estimativas de inflação no momento em que o Conselho Monetário Nacional decidir, antes de junho, quanto ao novo quadro de taxas de juros para o segundo semestre deste ano, de acordo com as provisões da Resolução 782 de 16.12.82. Os limites dos ativos líquidos internos das autoridades monetárias, referidos no parágrafo 3 do memorando, foram revisados à luz da nova e mais elevada estimativa da taxa de inflação e dos dados agora disponíveis para 31 de dezembro de 1982. Os ativos líquidos internos, que em 31 de dezembro de 1982 totalizavam Cr\$ 5.122 bilhões, não excederam Cr\$ 6.150 bilhões durante o trimestre até 31 de março de 1983; Cr\$ 6.950 bilhões durante o trimestre até 30 de junho de 1983; Cr\$ 7.550 bilhões durante o trimestre até 30 de setembro de 1983; e Cr\$ 8.300 bilhões durante o trimestre até 31 de dezembro de 1983. Com o objetivo de calcular os ativos líquidos internos, as obrigações estrangeiras a médio e longo prazos serão incluídas como ativos líquidos externos; esta cláusula modifica o método de cálculo descrito no parágrafo 3 e na Tabela 3 do memorando.

9. Com relação ao setor externo, o objetivo continua ser o de seguir políticas que garantam a consecução das metas do balanço de pagamentos que foram estabelecidos e que permitam a liberalização do sistema de comércio e a eliminação de práticas de moedas múltiplas e restrições cambiais, durante o período do acordo solicitado. Em vista da alteração efetuada na taxa cambial em 21 de fevereiro de 1983, a política de taxa de câmbio mencionada no parágrafo 24 da carta e no parágrafo 5 do memorando foi modificada. Decidiu-se desvalorizar o cruzeiro com relação ao dólar norte-americano através do sistema de minidesvalorização a taxas mensais que serão, no mínimo, iguais à taxa de incremento dos preços domésticos em cada trimestre civil. O reajuste recente do cruzeiro e a política de taxa cambial assim programada deverá ajudar a criar as condições para a redução e eliminação final do subsídio à exportação e do imposto de importação. Admitindo-se o costumeiro lapso de tempo na publicação do respectivo índice de preços, esta política de taxa cambial será implementada de tal forma que a alteração percentual no valor do dólar norte-americano em cruzeiros, em 15 de abril de 1983, sobre seu valor em 28 de fevereiro de 1983, será, no mínimo, igual à alteração percentual no Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) durante o mês de março de 1983; a alteração percentual no valor do dólar norte-americano em cruzeiros, em 15 de julho de 1983, sobre o valor em 28 de fevereiro de 1983, será, no mínimo, igual à alteração percentual acumulada no IGP-DI durante o período de 4 meses que termina em 30 de junho de 1983; a alteração percentual no valor do dólar norte-americano em cruzeiros, em 15 de outubro de 1983, sobre o seu valor em 28 de fevereiro de 1983, será, no mínimo, igual à alteração percentual acumulada no IGP-DI durante o período de sete meses que termina em 30 de setembro de 1983; e a alteração percentual no valor do dólar norte-americano em cruzeiros, em 15 de janeiro de 1984, sobre seu valor em 28 de fevereiro de 1983, será, no mínimo, igual à alteração percentual acumulada no IGP-DI durante o período de dez meses que termina em 31 de dezembro de 1983.

10. O Brasil está enfrentando dificuldades em obter financiamento externo adequado, a despeito da redução substancial das necessidades de seu balanço de pagamentos. Para permi-

tir um desembolso rápido do volume do empréstimo no valor de US\$4,4 bilhões, recentemente assinado com um consórcio de bancos internacionais, os limites estabelecidos para a utilização de crédito externo, conforme mencionado no parágrafo 28 da carta e especificado no parágrafo 4 do memorando, foram modificados entre os três meses civis de 1983, mas não ao longo de todo o ano. Os novos limites montam a US\$ 3,0 bilhões para o período a terminar em 31 de março; US\$ 4,5 bilhões para o período terminando em 30 de junho de 1983; US\$ 5,25 bilhões para o período terminando em 30 de setembro de 1983; e US\$ 6 bilhões para o período terminando em 31 de dezembro de 1983.

Sinceramente,

Carlos Geraldo Langoni  
Presidente do  
Banco Central do Brasil

Leônidas Galvão  
Ministro da Fazenda

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

(Em Regime de Urgência — art. 371-C, do Regimento Interno)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 1982 (nº 6.766/82, na Casa de Origem), que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná e dá outras providências,

DEPENDENDO DE Parecer da Comissão de Redação.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 113, de 1981 (Apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 741, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS) a elevar em Cr\$ 137.651.000,00 (cento e trinta e sete milhões, seiscentos e cinquenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 742 e 743, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 115, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 763, de 1981), que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinada ao programa de investimento do Estado, tendo

PARECER, sob nº 764, de 1981, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 127, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 796, de 1981), que autoriza o Governo do Estado de Sergipe a elevar em Cr\$ 270.959.000,00 (duzentos e setenta milhões, novecentos e cinquenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 797, de 1981, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 180, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 1.089, de 1981), com voto vencido do Senador José Fragelli, que autoriza o Governo do Estado do Piauí a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de

dólares norte-americanos), destinado ao programa de investimentos do Estado, tendo

PARECER, sob nº 1.090, de 1981, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido dos Senadores Lázaro Barboza e Hugo Ramos.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 231, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.303, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Machado (MG) a elevar em Cr\$ 153.625.500,00 (cento e cinquenta e três milhões, seiscentos e vinte e cinco mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.304 e 1.305, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e

— de Municípios, favorável.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 241, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 1.345, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Manaus (AM) a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos) destinada a programação de investimento naquele município, tendo

PARECERES, sob nºs 1.346 e 1.347, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e

— de Municípios, favorável.

8

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 246, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 1.388, de 1981), que autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), destinada aos programas de investimentos do Estado, tendo

PARECER, sob nº 1.389, de 1981, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

9

Votação, em turno único, do Requerimento nº 234, de 1983, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 111, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Alvorada (RS) a elevar em Cr\$ 433.415.922,39 (quatrocentos e trinta e três milhões, quatrocentos e quinze mil, novecentos e vinte e dois cruzeiros e trinta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada.

10

Votação, em turno único, do Requerimento nº 235, de 1983, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 142, de 1982, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a realizar empréstimo externo no valor de DM 10.900.000,00 (dez milhões e novecentos mil marcos alemães) destinado a financiar o projeto "Proteção contra as cheias do Vale do Rio dos Sinos".

11

Votação, em turno único, do Requerimento nº 236, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 31, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Goituba (GO) a elevar em Cr\$ 13.487.800,00 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

12

Votação, em turno único, do Requerimento nº 237, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 93, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Gurupi (GO) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 14.422.000,00 (quatorze milhões, quatrocentos e vinte e dois mil cruzeiros).

13

Votação, em turno único, do Requerimento nº 238, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 96, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rialma (GO) a elevar em Cr\$ 38.265.000,00 (trinta e oito milhões, duzentos e sessenta e cinco mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

14

Votação, em turno único, do Requerimento nº 239, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 105, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Cumari (GO) a elevar em Cr\$ 3.857.900,00 (três milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

15

Votação, em turno único, do Requerimento nº 240, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 149, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Aloândia (GO) a elevar em Cr\$ 13.128.492,00 (treze milhões, cento e vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e dois cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

16

Votação, em turno único, do Requerimento nº 241, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 151, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás (GO) a elevar em Cr\$ 43.095.116,56 (quarenta e três milhões, noventa e cinco mil, cento e dezesseis cruzeiros e cinquenta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada.

17

Votação, em turno único, do Requerimento nº 242, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 152, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Leopoldo de Bulhões (GO) a elevar em Cr\$ 32.953.558,47 (trinta e dois milhões, novecentos e cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e oito cruzeiros e quarenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada.

18

Votação, em turno único, do Requerimento nº 243, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 157, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Miguel do Araguaia (GO) a elevar em Cr\$ 33.150.000,00 (trinta e três milhões, cento e cinquenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

19

Votação, em turno único, do Requerimento nº 244, de 1983, do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 1979, de sua autoria, que dispõe sobre a localização, no território nacional, de usina que opere com reator nuclear, e dá outras providências.

20

Votação, em turno único, do Requerimento nº 245, de 1983, do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto do Projeto de Lei do Senado nº 288, de 1979, de sua autoria, que fixa critérios para a participação acionária de entidades da Administração Pública no Capital Social de Empresas de Direito Privado, e dá outras providências.

21

Votação, em turno único, do Requerimento nº 246, de 1983, do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1980, de sua autoria, que estabelece abatimento nos preços de derivados de petróleo, quando destinados ao consumo próprio de motoristas profissionais autônomos.

22

Votação, em turno único, do Requerimento nº 247, de 1983, do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1980, de sua autoria, que dispõe sobre a Aposentadoria Especial do Músico.

23

Votação, em turno único, do Requerimento nº 248, de 1983, do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1980, de sua autoria, que dispõe sobre a não aplicação de ressalva constante do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho, ao caso que especifica.

24

Votação, em turno único, do Requerimento nº 249, de 1983, do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1980, de sua autoria, que regulamenta o art. 80 da Constituição e dá outras providências.

25

Votação, em turno único, do Requerimento nº 250, de 1983, do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1980, de sua autoria, determinando que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar tribunais com jurisdição em todo território nacional.

26

Votação, em turno único, do Requerimento nº 251, de 1983, do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 1980, de sua autoria, que dá nova redação ao item IV do art. 4º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975.

27

Votação, em turno único, do requerimento nº 252, de 1983, do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1981, de sua autoria, que veda a participação do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Governadores e Vice-Governadores, dos Prefeitos e Vice-Prefeitos nas campanhas eleitorais.

28

Votação, em turno único, do Requerimento nº 253, de 1983, do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 1981, de sua

autoria, que suspende, em relação aos desempregados, a exigibilidade dos créditos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação, e dá outras providências.

29

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 247, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 1.390, de 1981), que autoriza o Governo do Estado da Paraíba a Contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americano) destinada ao programa de investimentos do Estado, tendo Parecer, sob nº 1.391, de 1981, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

30

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 251, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.403, de 1981) que autoriza a Prefeitura Municipal de Rubiataba (GO) a elevar em Cr\$ 2.800.500,00 (dois milhões oitocentos mil quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

Pareceres, sob nºs 1.404 e 1.405, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

31

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 270, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.464, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Araguaína (GO) a elevar em Cr\$ 13.941.500,00 (treze milhões, novecentos e quarenta e um mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

Pareceres, sob nºs 1.465 e 1.466, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Morceyr Dalla) — Esta encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 20 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALMIR PINTO NA SESSÃO DE 22-3-83 E QUE, ENTÃO, TREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ALMIR PINTO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Cumpro, nesta tarde e nesta sessão do Senado, o doloroso dever de fazer o registro do falecimento de uma das belas culturas cearenses, o Professor José Milton de Vasconcelos Dias, nascido na cidade de Ipu, Ceará a 29 de abril de 1919. Deveria, então, o pranteado extinto completar 64 anos de idade, daqui a um mês. Era o Professor José Milton de Vasconcelos Dias, filho do Sr. Pedro Dias Ximenes e de D. Maria Iracema de Vasconcelos Dias.

Doutor e Professor, já que era Bacharel em Direito, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de Direito do Ceará, exerceu antes o Magistério secundário em Fortaleza e em São Paulo (Capital), onde fez concurso para o Magistério oficial. Depois tornou-se Professor da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Ceará, na Cadeira de Literatura Francesa.

O Professor José Milton de Vasconcelos Dias era Técnico de Educação da Universidade do Ceará. Teve diplomas de Línguas e de Estudos Superiores Modernos, conferidos pela Aliança Francesa de Paris. Estudou na

França, algum tempo, e estagiou no Instituto Nacional Pedagógico de Paris. Foi condecorado pelo governo Francês com a Medalha da "Ordem das Palmas Acadêmicas".

O Professor José Milton de Vasconcelos Dias escreveu muito para a imprensa cearense, principalmente para o jornal *O Povo*, de Fortaleza, deixando vasta bibliografia: "Sete Estrelo" (crônicas), Fortaleza, 1961; "As Cunhãs" (estórias e crônicas), Fortaleza, 1966; "A Ilha do Homem Só" (estórias e crônicas), Rio de Janeiro, 1966; "Entre a Boca da Noite e a Madrugada" (crônicas), Prêmio "Cidade de Fortaleza", 1971; "Carta sem Respostas", (CE), 1974; "Viagem no Arco-Iris" (de parceria com Cláudio Martins), (CE), 1974; "As Outras Cunhãs" (estórias de domésticas), 1ª edição, Fortaleza, 1977.

E com pesar, pois, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que faço este registro, apresentando à família enlutada os seus sentidos pésames pelo inesperado acontecimento.

*O Sr. Virgílio Távora* — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Concedo o aparte ao nobre Senador Virgílio Távora.

*O Sr. Virgílio Távora* — Permitia-me, associando-me às manifestações de V. Exª apenas realçar um aspecto da

personalidade do desaparecido. Era inteligência peregrina, boêmia, poderíamos dizer, o esbanjar de inteligência a todo o momento, causeur admirável, que deixa, sem sombra de dúvida, um claro, uma lacuna, dentro da intelectualidade cearense.

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço o aparte de V. Exª, que, como ex-Governador do Ceará, conhecia de perto o Professor José Milton de Vasconcelos Dias. S.Sa. finou-se exatamente pela madrugada de hoje em Fortaleza, deixando essa grande lacuna no mundo cultural de nossa terra.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

#### ATA DA 16ª SESSÃO, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 1983

(Publicada no DCN — Seção II — de 18-3-83)

##### Retificação

Na página 442, 2ª coluna, no Ofício nº 48/83, referente a substituições de Srs. Deputados na Comissão Mista destinada a apreciar o Decreto-lei nº 1.952,

— Onde se lê:

... substituirá os Senhores Deputados Antônio Farias e José Thomaz Nonô pelos Senhores Deputados Osvaldo Macedo e Josué de Souza...

*Leia-se:*

... substituirá os Senhores Deputados Antônio Farias e José Thomaz Nonô pelos Senhores Deputados Osvaldo Mele e Josué de Souza...

#### ATA DA 17ª SESSÃO, REALIZADA EM 17-3-83 (Publicada no DCN (Seção II) de 18-3-83)

##### Retificação

No Requerimento nº 194, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos do Art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 253, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Iporá (GO) a elevar em Cr\$ 2.296.800,00 (dois milhões, duzentos e noventa e seis mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, constante do item 3 da Ordem do Dia:

Na página nº 0452, 1ª coluna, na sua numeração,

Onde se lê:

... Requerimento nº 94, de 1983...

*Leia-se:*

... Requerimento nº 194, de 1983...